

СОВЕТСКО



МИХАИЛ ВАКИН
М. ВОЛОСОВИЧ

MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM



СОВЕТСКОЕ ПИСЬМО

HUCITEC



{ Baixe Livros de forma Rápida e Gratuita }

Converted by [convertEPub](#)

MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM (orelha do livro)

Mikhail Bakhtin

Publicado na Rússia em 1929 e assinado por V. N. Volochínov,

Marxismo e Filosofia da Linguagem foi posteriormente atribuído a M.

Bakhtin. Não são claras as razões efetivas que teriam levado Bakhtin a

escolher o nome de um dos seus amigos e discípulos para subscrever a

autoria do livro. O fato é que o leitor encontrará aqui vários pontos

comuns com *A Poética* de Dostoievski e mesmo com a sua obra sobre

Rabelais e a cultura popular.

Volochinov, assim como o teórico da literatura Medviédiev - outro

intelectual que participava das indagações e pesquisas sobre o chamado

método sociológico -, foi vítima dos expurgos stalinistas no começo da

década de 30. Desapareceu desde então, ficando o livro, por muitos

anos, relegado ao esquecimento oficial com que os autoritarismos sabem

sempre brindar a reflexão crítica.

É em meio à controvérsia de que era objeto o formalismo que se dá

a sua publicação. O esforço, que nele se observa, para desenvolver uma

filosofia da linguagem de fundamento marxista, sem as paranóias

histéricas das receitas oficiais, é admirável. A natureza ideológica

do signo lingüístico, o dinamismo próprio de suas significações, a

alteridade que lhes é constitutiva, o signo como arena da luta de

classes, as críticas ao conservadorismo das posições formalistas; as

críticas a Saussure e, lidas hoje, sua adequação ao estruturalismo, os

fenômenos de enunciação que a semântica moderna tanto preza, as

análises dos diferentes tipos de discurso (direto, indireto, indireto

livre, etc.) são alguns dos temas que o leitor encontrará, neste

livro, discutidos, às vezes, com desenvoltura e perspicácia que não decepcionam.

Em 1950, publica o Pravda a célebre entrevista de Stálin na qual,

repudiando a natureza superestrutural do fenômeno da linguagem,

exorcizava ainda o até então lingüista oficial da U.R.S.S., N. Marr.

No pronunciamento de Stálin, se a recusa se faz no que diz respeito ao

mecanicismo das determinações da estrutura econômica sobre a língua,

seu autor não evita, entretanto, o deslize para uma concepção também

mecanicista: a da língua como instrumento de comunicação. Vinte anos

antes, o livro de Bakhtin (Volochínov) tratava o problema das relações

entre linguagem e ideologia de forma a superar totalmente as

limitações dessas ortodoxias.

(fim da orelha)

Linguagem

Coleção dirigida por

Carlos Vogt

Conselho Editorial

Cláudia Tereza Guimarães de Lemos

Luiz Henrique Lopes dos Santos

Maurizio Gnerre

Jaime Pinsky

MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM

MIKHAIL BAKHTIN

V. N. Volochínov)

Marxismo e Filosofia da Linguagem

Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem

prefácio de

ROMAN JAKOBSON

apresentação de

MARINA YAGUELLO

tradução de

MICHEL LAHUD E YARA FRATESCHI VIEIRA

com a colaboração de

LÚCIA TEIXEIRA WISNIK e CARLOS HENRIQUE D. CHAGAS
CRUZ

segunda edição

EDITORA HUCITEC

São Paulo, 1981

C) 1977 da Agência de Direitos de Autor da União das
Repúblicas

Socialistas Soviéticas (VAAP). Direitos de publicação
reservados pela

Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia "Hucitec"
Ltda., Alameda

Jaú, 404, 01420, São Paulo, SP, Brasil, Telefone (011)
287-1825. Capa

de Olímpio Pinheiro.

NOTA DOS TRADUTORES

A presente tradução baseou-se, principalmente, na
tradução

francesa (Paris, Les Éditions de Minuit, 1977).
Recorremos, contudo,

constantemente à tradução americana (Nova
Iorque/Londres, Seminar

Press, 1973), o que nos permitiu, nos casos em que a
tradução francesa

parecia insatisfatória, optar por uma solução mais adequada. Consultas

ao original russo tornaram-se, entretanto, indispensáveis; isso foi

possível graças à ajuda de Lucy Seki, a quem agradecemos. Queremos

também agradecer a Modesto Carone Netto a colaboração no que respeita

às passagens em alemão do texto.

PREFÁCIO

No livro publicado com a assinatura de V. N. Volochínov em

Leningrado, 1929-1930, em duas edições sucessivas sob o título de

Marksizm i filossófia iaziká (Marxismo e Filosofia da Linguagem),

tudo, desde a página de título, só pode surpreender.

Acabou-se descobrindo que o livro em questão e várias outras

obras publicadas no final dos anos vinte e começo dos anos trinta com

o nome de Volochínov - como, por exemplo, um volume sobre a doutrina

do freudismo (1927) e alguns ensaios sobre a linguagem na vida e na

poesia, assim como sobre a estrutura do enunciado - foram, na verdade,

escritos por Bakhtin (1895-1975), autor de obras determinantes sobre a

poética de Dostoievski e de Kabelais. Ao que parece, Bakhtin recusava-

se a fazer concessões à fraseologia da época e a certos dogmas

impostos aos autores. Os adeptos e discípulos do pesquisador,

particularmente Volochínov (nascido em 1895, desaparecido pelo fim de

1930), com um pseudônimo escrupulosamente observado e graças a alguns

retoques obrigatórios no texto e até no título, tentaram um

compromisso que permitia preservar o essencial do grande trabalho.

O que poderia surpreender igualmente aqueles leitores menos

avisados da história do obscurantismo que da história do pensamento

científico, é o completo desaparecimento do próprio nome desse

eminente pesquisador de toda a imprensa russa durante quase um quarto

de século (até 1963); quanto a seu livro sobre a filosofia da

linguagem, só o vemos mencionado nesse mesmo período em alguns raros

estudos lingüísticos do Ocidente. Recentemente, algumas citações desse

livro foram feitas em publicações soviéticas de tiragem

insignificante, como a coletânea dedicada ao 75º aniversário de

Bakhtin, cuja edição foi de apenas 1.500 exemplares (Tártu, 1973).

A obra em questão é reproduzida na série *Janua Linguarum* (Haia-

Paris, 1972) e traduzida para o inglês (Nova Iorque, 1973), mas esse

trabalho, como outras obras-primas do pensamento teórico russo do

mesmo período, permanece ainda quase inacessível aos leitores do seu

país natal.

Apesar de toda a singularidade da biografia do livro e de seu

autor, é pela novidade e originalidade de seu conteúdo que a obra mais

surpreende todo leitor de espírito aberto. Esse volume cujo subtítulo

diz Os problemas fundamentais do método sociológico na ciência da

linguagem, antecipa as atuais explorações realizadas no campo da

sociolinguística e, principalmente, consegue preceder as pesquisas

semióticas de hoje e fixar-lhes novas tarefas de grande envergadura. A

"dialética do signo", e do signo verbal em particular, que é estudada

no livro conserva, ou melhor, adquire um grande valor sugestivo à luz

dos debates semióticos contemporâneos.

Dostoievski é o herói preferido de Bakhtin e a maneira como ele o

define caracteriza, ao mesmo tempo e da forma mais justa, sua própria

metodologia científica: "Nada lhe parece acabado; todo problema

permanece aberto, sem fornecer a mínima alusão a uma solução

definitiva". Segundo Bakhtin, na estrutura da linguagem, todas as

noções substanciais formam um sistema inabalável, constituído de pares

indissolúveis e solidários: o reconhecimento e a compreensão, a

cognição e a troca, o diálogo e o monólogo, sejam eles enunciados ou

internos, a interlocução entre o destinador e o destinatário, todo

signo provido de significação e toda significação associada ao signo,

a identidade e a variabilidade, o universal e o particular, o social e

o individual, a coesão e a divisibilidade, a enunciação e o enunciado.

O que mais desperta a atenção e a criatividade do leitor é a

parte final do livro, onde o autor discute o papel fundamental e

variado da citação - patente ou latente - em nossos enunciados e

interpreta os diversos meios que servem para adaptar esses empréstimos

multiformes e contínuos ao contexto do discurso.

Roman Jakobson

INTRODUÇÃO

I. Bakhtin, o homem e seu duplo

M. M. Bakhtin nasceu em 1895, em Oriol, numa família da velha

nobreza arruinada, de um pai empregado de banco. Passou sua infância

em Oriol e a adolescência em Vílnius e Odessa. Estudou na Universidade

de Odessa, depois na de São Petersburgo, de onde saiu diplomado em

História e Filologia, em 1918. Em 1920, instalou-se em Vitebsk, onde

ocupou diversos cargos de ensino. Casou-se em 1920 com Helena

Okolovitch, que foi sua fiel colaboradora durante meio século. Bakhtin

pertencia a um pequeno círculo de intelectuais e de artistas entre os

quais se encontravam Marc Chagall e o musicólogo Sollertinsky, amigo

íntimo de Chostakovitch. Também fazia parte deste círculo um jovem

professor do Conservatório de Música de Vitebsk, V. N. Volochínov, e

ainda P. N. Medviédiev, empregado de uma casa editora. Os dois

tornaram-se alunos, amigos devotados e ardorosos admiradores de

Bakhtin. Este círculo, conhecido sob o nome de "círculo de Bakhtin",

foi um círculo de idéias inovadoras, numa época de muita criatividade,

particularmente nos domínios da arte e das ciências humanas. Ainda que

contemporâneo dos movimentos formalista e futurista, ele não

participou de nenhum deles.

Em 1923, atacado de osteomielite, Bakhtin retornou a Petrogrado.

Impossibilitado de trabalhar regularmente, deve ter passado por uma

situação material difícil. Seus discípulos e admiradores, Volochínov e

Medviédiev, seguiram-no a Petrogrado. Animados pelo desejo de vir

ajudar financeiramente a seu mestre e, ao mesmo tempo, divulgar suas

idéias, ofereceram seus nomes a fim de tornar possível a publicação de

suas primeiras obras. *Freidizm* (O Freudismo, Leningrado, 1927) e

Marxismo e Filosofia da Linguagem (Leningrado, 1929) saíram sob o nome

de Volochínov. *Formalni métod v literaturoviédenie. Kritítcheskoie*

vvdíenie v sotsiologuítcheskuiu poétiku (O Método Formalista Aplicado

à Crítica Literária. Introdução Crítica à Poética Sociológica) que

constituiu uma crítica aos formalistas, foi publicado em 1928, também

[em Leningrado sob a assinatura de Medviédiev1.](#)

Por que, então Bakhtin não os publicou com seu próprio nome? Não

há dúvidas quanto à paternidade de suas obras. O conteúdo se inscreve

perfeitamente na linha de suas publicações assinadas e, além disso,

dispomos de testemunhos diretos. De qualquer modo, na época, o segredo

foi bem guardado, pois Borís Pasternak, em uma carta endereçada a

Medviédiev, manifestou seu entusiasmo e sua admiração pela presumida

obra deste último e confessa que jamais pudera imaginar que em

Medviédiev se ocultava "um tal filósofo". Então, por que esse jogo de

testa-de-ferro? Segundo o professor V. V. Ivánov, amigo e aluno de

Bakhtin, haveria duas espécies de motivos: em primeiro lugar, Bakhtin

teria recusado as modificações impostas pelo editor; de caráter

1 Esta terceira obra foi reeditada em 1971, na revista *Trudi po znákovim*

sistiemam (Trabalhos sobre Sistemas de Signos), Universidade de Tártu, 1971.

As outras duas nunca mais foram reimpressas. Mouton (Haia) publicou em 1972

um fac-símile da edição de 1929 do *Marxismo e a Filosofia da Linguagem*.

intransigente, ele teria preferido não publicar do que mudar uma

vírgula; Volochínov e Medviédiev ter-se-iam, então, proposto a

endossar as modificações. A outra ordem de motivos seria mais pessoal

e ligada ao caráter de Bakhtin, ao seu gosto pela máscara e pelo

desdobramento e também, parece, à sua profunda modéstia científica.

Ele teria professado que um pensamento verdadeiramente inovador não

tem necessidade, para assegurar sua duração, de ser assinado por seu

autor. A este respeito, o professor Ivánov o compara a Kierkegaard,

que também se escondeu sob pseudônimos. De qualquer forma, em 1929, no

mesmo ano em que Volochínov assinava *Marxismo e Filosofia da*

Linguagem, Bakhtin publicou, finalmente, um primeiro livro com seu

próprio nome *Problemi tvórtchestva Dostoiesvkovo* (Problemas da Obra

de [Dostoievski2](#)). Ele dedicará o resto de sua vida de pesquisador à

análise estilística e literária.

Volochínov e Medviédiev desapareceram nos anos trinta. Nesta

época, Bakhtin vivia na fronteira da Sibéria e do Casquistão, em

Kustanai. Sempre ensinando, começou a compor sua monografia sobre

Rabelais. Em 1936, foi nomeado para o Instituto Pedagógico de Saransk.

Em 1937, instalou-se não muito longe de Moscou, em Kímri, onde viveu

uma vida apagada até 1945, ensinando no colégio local e participando

dos trabalhos do Instituto de Literatura da Academia de Ciências da

U.R.S.S. Aí defendeu sua tese sobre Rabelais em 1946. De 1945 a 1961,

data de sua aposentadoria, ensina de novo em Saransk, terminando sua

carreira na universidade desta cidade.

A partir de 1963, começou a gozar de uma certa notoriedade,

sobretudo após a reedição de sua obra sobre Dostoievski (1963) e de

sua tese sobre Rabelais: *Tvórtchestvo François Rabelais i naródnaia*

kultura sriednevekóvia i Renessansa (A Obra de François Rabelais e a

[Cultura Popular da Idade Média e da Renascença](#),
Moscou, 19653.

Em 1969, instalou-se em Moscou, onde publicou contribuições nas

revistas *Vopróssi literaturi* (Questões de Literatura) e *Kontiekst*

(Contexto). Morreu em Moscou, em 1975, após uma longa doença.

II. Marxismo e Filosofia da Linguagem

É difícil afirmar com exatidão quais as partes do texto que se

devem a Volochínov. Sempre segundo o professor Ivánov, que deve a

informação ao próprio Bakhtin, o título e certas partes do texto

ligadas à escolha deste título são de Volochínov. Não se poderia,

evidentemente, colocar em questão as convicções marxistas de Bakhtin;

o livro é marxista do começo ao fim. Todavia como sublinha Jakobson em

seu prefácio, o título não deixa de surpreender, pois o conteúdo do

livro é muito mais rico do que a capa deixa entrever. Bakhtin expõe

bem a necessidade de uma abordagem marxista da filosofia da linguagem,

mas ele aborda, ao mesmo tempo, praticamente todos os domínios das

2 Tradução francesa sob o título: *Problèmes de la Poétique de Dostoïevski*,

Lausanne, L'Âge d'Homme, 1970.

3 Tradução francesa sob o título: *François Rabelais et la Culture Populaire*

sous la Renaissance, Gallimard, 1970.

ciências humanas, por exemplo, a psicologia cognitiva, a etnologia, a

pedagogia das línguas, a comunicação, a estilística, a crítica

literária e coloca, de passagem, os fundamentos da semiologia moderna.

Aliás, ele possui de todos esses domínios uma visão notavelmente

unitária e muito avançada em relação a seu tempo. Contudo, e nesse

aspecto o subtítulo *Tentativa de aplicação do método sociológico em*

lingüística é muito revelador; trata-se, principalmente, de um livro

sobre as relações entre linguagem e sociedade, colocado sob o signo da

dialética do signo, enquanto efeito das estruturas sociais.

Sendo o signo e a enunciação de natureza social, em que medida a

linguagem determina a consciência, a atividade mental; em que medida a

ideologia determina a linguagem? Tais são as questões que constituem o

fio condutor do livro. Bakhtin foi o primeiro a abordar essas

questões, que a humanidade se colocou muitas vezes antes dele, numa

perspectiva marxista. Portanto, é indispensável situar sua reflexão em

relação ao problema fundamental que foi suscitado pela aplicação da

análise marxista à língua - a língua é uma superestrutura? - e

conseqüentemente, em relação à controvérsia da lingüística soviética

em torno desta questão, controvérsia à qual Stálin pôs fim em 1950 com

A Propósito do Marxismo em Lingüística.[4](#)

Ao mesmo tempo, é preciso notar que, por sua crítica a Saussure -

o representante mais eminente do que Bakhtin chamou o objetivismo

abstrato - e aos excessos do estruturalismo nascente, ele antecede de

quase cinqüenta anos as orientações da lingüística moderna. Veremos

que os dois aspectos se confundem.

Bakhtin coloca, em primeiro lugar, a questão dos dados reais da

lingüística, da natureza real dos fatos da língua. A língua é, como

para Saussure, um fato social, cuja existência se funda nas

necessidades da comunicação. Mas, ao contrário da lingüística

unificador de Saussure e de seus herdeiros, que faz da língua um

objeto abstrato ideal, que se consagra a ela como sistema sincrônico

homogêneo e rejeita suas manifestações (a fala) individuais, Bakhtin,

por sua vez, valoriza justamente a fala, a enunciação, e afirma sua

natureza social, não individual: a fala está indissoluvelmente ligada

às condições da comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às

estruturas sociais.

Se a fala é o motor das transformações lingüísticas, ela não

concerne os indivíduos; com efeito, a palavra é a arena onde se

confrontam aos valores sociais contraditórios; os conflitos da língua

refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema:

comunidade semiótica e classe social não se recobrem. A comunicação

verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica

conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou

resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante

para reforçar seu poder etc. Na medida em que às diferenças de classe

correspondem diferenças de registro ou mesmo de sistema (assim, a

língua sagrada dos padres, o "terrorismo verbal" da classe culta

etc.), esta relação fica ainda mais evidente; mas Bakhtin se

interessa, primeiramente, pelos conflitos no interior de um mesmo

sistema. Todo signo é ideológico; a ideologia é um reflexo das

4 Tradução francesa das Editions de la Nouvelle Critique, 1950.

estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma

modificação da língua. A evolução da língua obedece a uma dinâmica

positivamente conotada, ao contrário do que afirma a concepção

saussuriana. A variação é inerente à língua e reflete variações

sociais; se, efetivamente, a evolução, por um lado, obedece a leis

internas (reconstrução analógica, economia), ela é, sobretudo, regida

por leis externas, de natureza social. O signo dialético, dinâmico,

vivo, opõe-se ao "sinal" inerte que advém da análise da língua como

sistema sincrônico abstrato. É o que leva Bakhtin a atacar a noção de

sincronia. E o surpreendente, é que Bakhtin não critica Saussure em

nome da teoria marxista, largamente proclamada; ele o critica no

interior do seu próprio domínio, isto é, encontra a falha no sistema

de oposição língua/fala, sincronia/diacronia.

No plano científico, objetivo, o sistema sincrônico é uma ficção;

com efeito, em nenhum momento o sistema está realmente em equilíbrio,

e isto todos os lingüistas admitem. Mas, para o locutor-ouvinte

ingênuo, usuário da língua, esta não é tampouco um sistema estável e

abstrato de sinais constantemente iguais a si mesmos e isolados por

procedimentos de análise distribucional. Ao contrário, a forma

lingüística é sempre percebida como um signo mutável. A entonação

expressiva, a modalidade apreciativa sem a qual não haveria

enunciação, o conteúdo ideológico, o relacionamento com uma situação

social determinada, afetam a significação. O valor novo do signo,

relativamente a um "tema" sempre novo, é a única realidade para o

locutor-ouvinte. Só a dialética pode resolver a contradição aparente

entre a unicidade e a pluralidade da significação. O objetivismo

abstrato favorece arbitrariamente a unicidade, a fim de poder "prender

a palavra em um dicionário". O signo é, por natureza, vivo e móvel,

plurivalente; a classe dominante tem interesse em torná-lo

monovalente. Trata-se, justamente, de uma crítica ao distribucionalismo "neutro".

Segundo Bakhtin, a lingüística saussuriana (o objetivismo abstrato), que pensa estar afastada dos procedimentos da filologia, na

realidade, apenas os perpetua. Daí a crítica implícita da noção de

corpus, prática reducionista que tende a "reificar" a linguagem. Toda

enunciação, fazendo parte de um processo de comunicação ininterrupto,

é um elemento do diálogo, no sentido amplo do termo, englobando as

produções escritas. O *corpus* transforma as enunciações em monólogos.

Nesse sentido, o procedimento dos lingüistas é o mesmo que o dos

filólogos. Donde a idéia sempre reiterada de que o *corpus*, fundamento

da lingüística descritiva e funcionalista, leva ao descritivismo

abstrato e faz do signo um sinal (análise distribucional, estabelecimento de classes de contexto e de classes de unidade que

fornecem, implicitamente, uma norma, mesmo se o método se pretende

"objetivo" e "não normativo" pelo fato de se abster de evocar regras

de caráter prescritivo). Os imperativos pedagógicos não deixam de ter

influência sobre a prática do lingüista, na medida em que se procura

transmitir um objeto-língua tão homogêneo quanto possível.

Bakhtin coloca igualmente em evidência a inadequação de todos os

procedimentos de análise lingüística (fonéticos, morfológicos e

sintáticos) para dar conta da enunciação completa, seja ela uma

palavra, uma frase ou uma seqüência de frases. A enunciação,

compreendida como uma réplica do diálogo social, e a unidade de base

da língua, trate-se de discurso interior (diálogo consigo mesmo) ou

exterior. Ela é de natureza social, portanto ideológica. Ela não

existe fora de um contexto social, já que cada locutor tem um

"horizonte social". Há sempre um interlocutor, ao menos potencial. O

locutor pensa e se exprime para um auditório social bem definido. "A

filosofia marxista da linguagem deve colocar como base de sua doutrina

a enunciação, como realidade da língua e como estrutura sócio-

ideológica."

"O signo e a situação social estão indissoluvelmente ligados."

Ora, todo signo é ideológico. Os sistemas semióticos servem para

exprimir a ideologia e são, portanto, modelados por ela. A palavra é o

signo ideológico por excelência; ela registra as menores variações das

relações sociais, mas isso não vale somente para os sistemas

ideológicos constituídos, já que a "ideologia do cotidiano", que se

exprime na vida corrente, é o cadiño onde se formam e se renovam as

ideologias constituídas.

Se a língua é determinada pela ideologia, a consciência, portanto

o pensamento, a "atividade mental", que são condicionados pela

linguagem, são modelados pela ideologia. Contudo, todas estas relações

são inter-relações recíprocas, orientadas, é verdade, mas sem excluir

uma contra-ação. O psiquismo e a ideologia estão em "interação

dialética constante". Eles têm como terreno comum o signo ideológico:

"O signo ideológico vive graças à sua realização no psiquismo e,

reciprocamente, a realização psíquica vive do suporte ideológico". A

questão exige mais que um tratamento esquemático. Na verdade, a

distinção essencial que Bakhtin faz é entre "a atividade mental do eu"

não modelada ideologicamente, próxima da reação fisiológica do animal,

característica do indivíduo pouco socializado) e a "atividade mental

do nós" (forma superior que implica a consciência de classe). "O

pensamento não existe fora de sua expressão potencial e, por

conseqüência, fora da orientação social desta expressão e do próprio

pensamento".

Também não se pode tratar esquematicamente a questão da língua

como superestrutura. Nos anos 20, no momento em que Bakhtin compõe sua

obra, duas tendências se confrontam em lingüística, o formalismo e o

sociologismo dito "vulgar", o marrismo. Nicolau Marr leva a suas

últimas conseqüências a assimilação da língua a uma superestrutura:

existência de línguas de classe e de gramáticas de classe

independentes e teoria da evolução "por saltos"; é difícil confirmar

essa teoria nos fatos: a toda revolução na base deveria corresponder

uma tão pronta evolução da língua. Tal é, em todo caso, a imagem, sem

dúvida parcialmente deformada, que se pode fazer da teoria de Marr a

partir da controvérsia de 1950. Bakhtin, por sua vez, insiste sobre a

noção de processo ininterrupto. Para ele, a palavra veicula, de

maneira privilegiada, a ideologia; a ideologia é uma superestrutura,

as transformações sociais da base refletem-se na ideologia e,

portanto, na língua que as veicula. A palavra serve como "indicador"

das mudanças. Bakhtin não afirma jamais que a língua é uma

superestrutura no sentido estrito definido por Marr, o qual

acarretará, em 1950, a inapelável condenação stalinista: a base e as

superestruturas estão sempre em interação. Em compensação, ele afirma

claramente que a língua não é assimilável a um instrumento de

produção. Ora, é precisamente esta assimilação que será formulada por

Stálin, numa tentativa de dar uma imagem unificante, homogênea, neutra

da língua em relação à luta de classes, o que o leva, paradoxalmente,

a uma posição própria do objetivismo abstrato. Sabemos sobre que

motivações de política interna (a questão das línguas nacionais na

U.R.S.S.) repousava sua argumentação. Bakhtin denuncia o perigo de

toda sistematização ou formalização exagerada das novas teorias: um

sistema que estanca, perde sua vitalidade, seu dinamismo dialético. A

acusação poderia se dirigir tanto a Marr como a Stálin. Bakhtin define

a língua como expressão das relações e lutas sociais, veiculando e

sofrendo o efeito desta luta, servindo, ao mesmo tempo, de instrumento

e de material. Como sua obra permaneceu desconhecida tanto do público

soviético como do público ocidental, só o confronto de posições

extremas reteve a atenção.

Todos aqueles que tinham escrúpulos em considerar a língua como

uma superestrutura suspiraram aliviados em 1950, e procuraram esquecer

a relação da língua com as estruturas sociais até uma época muito

recente, com a emergência da sociolinguística como lingüística e não

[como variante periférica ou meramente anedótica.5](#)

Na terceira parte do livro, consagrada ao estudo da transmissão

do "discurso de outrem", Bakhtin fez uma aplicação prática das teses

desenvolvidas nas duas primeiras. Dessa forma, busca demonstrar a

natureza social e não individual das variações estilísticas. Com

efeito, a maneira de integrar "o discurso de outrem" no contexto

narrativo reflete as tendências sociais da interação verbal numa época

e num grupo social dado. Apóia-se, para firmar sua tese, em citações

extraídas de Púchkin, Dostoievski, Zola, Thomas Mann, isto é, de obras

individuais que ele insere no contexto da época e, portanto, da

orientação social que aí se manifesta. Aborda, igualmente, o papel do

"narrador", que toma o lugar do autor da narrativa, com as

interferências que isso implica. Esta é, certamente, uma de suas

contribuições mais originais. Não há para ele fronteira clara entre

gramática e estilística. O discurso indireto constitui um discurso

encaixado no interior do qual se manifesta uma interação dinâmica. A

passagem do estilo direto ao estilo indireto não se faz de maneira

mecânica (isto lhe dá a oportunidade de criticar os exercícios

escolares "estruturais", crítica que permanece totalmente pertinente

hoje em dia). Essa passagem implica análise e reformulação completa,

acompanhadas de um deslocamento e/ou de um entrecruzamento dos

"acentos apreciativos" (*modalidade*).

A análise estilística, parte integrante da lingüística, aparece

como a preocupação essencial de Bakhtin. A lingüística - como, ao que

parece, para [Saussure6](#) - surge como o instrumento privilegiado e

indispensável para levar a bom termo os trabalhos de análise

5 Ver a este respeito, na França, as posições de Cohen, Mounin, Marcellesi,

Gardin, Dubois, Calvet, Encrevé, etc. Eu citaria simplesmente Marcel Cohen:

"É preciso ver em que medida a linguagem, assim como a ciência vai dar na

superestrutura por certos aspectos de seu emprego, ligando-se a instituições

propriamente ditas ou a elementos ideológicos". (*Matériaux pour une*

Sociologie du Langage, Maspero, 1956).

6 Ver L. J. Calvet, *Pour et contre Saussure*, Payot, 1976.

literária, que ocuparão a maior parte de sua vida. Como Saussure, ele

é, em vários aspectos, um homem do século XIX, um homem de gabinete,

de cultura encyclopédica, um verdadeiro "não-especialista". É entre

pessoas assim que, freqüentemente, encontramos os melhores

especialistas de uma disciplina.

Bibliografia

V. V. Ivánov, "O Bakhtine i semiotike" ("Bakhtin e a Semiótica"), in

Rossía (Rússia), 1, Nápoles, 1975- "Znatchénie idiéi Bakhtina o

znákie, viskazivánie i dialóguie dliá sovremiénnoi semiotiki" (A

Significação das Idéias de Bakhtin sobre o Signo, a Enunciação e o

Diálogo para a Semiótica Moderna), in *Trúdi po znákovim sistiemam*

(Trabalhos sobre Sistemas de Signos) Universidade de Tártu, 1973. Ver

também "Ótcheki po istorii semiotiki v SSSR" (Ensaios para uma

História da Semiótica na U.R.S.S.), Moscou, 1976.

Marina Yaguello

SUMÁRIO

NOTA DOS TRADUTORES

PREFÁCIO, Roman Jakobson

INTRODUÇÃO

PRÓLOGO

PRIMEIRA PARTE

A FILOSOFIA DA LINGUAGEM E SUA IMPORTÂNCIA PARA O MARXISMO

Capítulo 1. Estudo das Ideologias e Filosofia da Linguagem.

A ciência das ideologias e a filosofia da linguagem. O problema do

signo ideológico. O signo ideológico e a consciência. A palavra como

signo ideológico por excelência. A neutralidade ideológica da palavra.

A propriedade da palavra de ser um signo interior. Conclusões.

Capítulo 2. Relação entre a Infra-estrutura e as Superestruturas.

Por quê razão é inadmissível aplicar a categoria da causalidade

mecanicista à ciência da ideologia. A evolução da sociedade e a da

palavra. Expressão semiótica da psicologia social. Dialetologia

social. Formas da comunicação verbal e formas dos signos. Tema do

signo. Luta de classes e dialética do signo.

Capítulo 3. Filosofia da Linguagem e Psicologia Objetiva.

Problema da descrição objetiva do psiquismo. Estudo da psicologia

cognitiva e interpretativa (Dilthey). Realidade semiótica do

psiquismo. Ponto de vista da psicologia funcionalista. Psicologismo e

antipsicologismo. Especificidade do signo interior (discurso

interior). Problema da introspecção. Natureza sócio-econômica do

psiquismo. Conclusões.

SEGUNDA PARTE

PARA UMA FILOSOFIA MARXISTA DA LINGUAGEM

Capítulo 4. Duas orientações do Pensamento Filosófico Lingüístico.

Problema da realidade concreta da linguagem. Princípios fundamentais

da primeira orientação do pensamento filosófico-lingüístico (o

subjetivismo individualista) e seus representantes. Princípios

fundamentais da segunda orientação do pensamento filosófico-

lingüístico (objetivismo abstrato). Raízes históricas da segunda

orientação. Representantes contemporâneos do objetivismo abstrato.

Conclusões.

Capítulo 5. Língua, Fala e Enunciação.

A língua, enquanto sistema de formas sujeitas a uma norma, é objetiva?

A língua como sistema de normas e o ponto de vista real da consciência

do locutor. Que realidade lingüística está na base do sistema da

língua? Problema da palavra estrangeira. Erros do objetivismo

abstrato. Conclusões.

Capítulo 6. A Interação Verbal.

Teoria da expressão do subjetivismo individualista. Crítica da teoria

da expressão. Estrutura sociológica da atividade mental e de sua

expressão. Problema da ideologia na vida cotidiana. A fala como base

da evolução da língua. A enunciação completa e suas formas.

Capítulo 7. Tema e Significação na Língua.

Tema e significação. Problema da apreensão ativa. Apreciação e

significação. Dialética da significação,

TERCEIRA PARTE

PARA UMA HISTÓRIA DAS FORMAS DA ENUNCIAÇÃO NAS CONSTRUÇÕES SINTÁTICAS

Tentativa de Aplicação do Método Sociológico aos Problemas Sintáticos

Capítulo 8. Teoria da Enunciação e Problemas Sintáticos.

Significação dos problemas sintáticos. Categorias sintáticas e

enunciações completas. Problema dos parágrafos. Problemas das formas

de transmissão do discurso de outrem.

Capítulo 9. O "Discurso de Outrem".

Apresentação do problema. Determinação do discurso de outrem. Problema

da apreensão ativa do discurso vinculado ao problema do diálogo.

Dinâmica da inter-relação do contexto narrativo e do discurso citado.

O "estilo linear" em matéria de transmissão do discurso de outrem em

relação ao "estilo pictórico"

Capítulo 10. Discurso indireto, Discurso Direto e suas variantes.

Esquemas e variantes. Gramática e estilística. Caracteres gerais da

transmissão do discurso de outrem na língua russa.
Esquema do discurso

indireto. Variante analisadora do conteúdo do discurso indireto.

Esquema do discurso direto. Discurso direto preparado.
Discurso direto

esvaziado. Discurso direto antecipado, disseminado oculto. Fenômeno da

interferência verbal. Interrogações retóricas e exclamações. Discurso

direto de substituição. Discurso indireto livre.

Capítulo 11. Discurso Indireto Livre em Francês, Alemão e Russo.

Discurso indireto livre em francês. Teoria de Tobler. Teoria de

Kalepky. Teoria de Bally. Critica do objetivismo abstrato hipostático

de Bally. Bally e os vosslerianos. Discurso indireto livre em alemão.

Teoria de Eugen Lerch. Teoria de Lerch. Teoria de Lorck sobre o papel

da imaginação na língua. Teoria de Gertraud Lerch. O discurso citado

em francês antigo. Na época do Renascimento. Discurso indireto livre

em La Fontaine e La Bruyère. Discurso indireto livre segundo Vossler.

Aparição do discurso indireto livre em alemão. Critica do subjetivismo

hipostatizante dos vosslerianos.

PRÓLOGO

Não existe, atualmente, uma única análise marxista no domínio da

filosofia da linguagem. Nem sequer há nos trabalhos marxistas

relativos a outras questões, próximas daquelas da linguagem, alguma

formulação, a respeito desta, que seja um pouco precisa e

desenvolvida. Portanto, a problemática de nosso trabalho, que

desbrava, de certa forma, um terreno ainda virgem, só pode,

evidentemente, situar-se num nível bastante modesto. Não se trata de

uma análise marxista sistemática e definitiva dos problemas básicos da

filosofia da linguagem. Tal análise só poderia resultar de um trabalho

coletivo de grande fôlego. De nossa parte, tivemos que nos restringir

à simples tarefa de esboçar as orientações de base que uma reflexão

aprofundada sobre a linguagem deveria seguir e os procedimentos

metodológicos a partir dos quais essa reflexão deve estabelecer-se

para abordar os problemas concretos da lingüística.

A atual inexistência, na literatura marxista, de uma descrição

definitiva e universalmente reconhecida da realidade específica dos

problemas ideológicos tornou nossa tarefa particularmente complexa. Na

maioria dos casos, esses problemas são percebidos como manifestações

da consciência, isto é, como fenômenos de natureza psicológica. Uma

tal concepção constituiu um grande obstáculo ao estudo correto dos

aspectos específicos dos fenômenos ideológicos, os quais não podem, de

forma alguma, ser reduzidos às particularidades da consciência e do

psiquismo. Por isso, o papel da língua, como realidade material

específica da criação ideológica, não pôde ser justamente apreciado.

É preciso acrescentar a isso que categorias do tipo mecanicista

implantaram-se solidamente em todos os domínios a respeito dos quais

os pais fundadores - Marx e Engels - pouco ou nada disseram. Esses

domínios, portanto, encontram-se, com respeito ao essencial, no

estádio do materialismo mecanicista pré-dialético. Todos os domínios

da ciência das ideologias acham-se, atualmente, ainda dominados pela

categoria da causalidade mecanicista. Além disso, persiste ainda a

concepção positivista do empirismo, que se inclina diante do "fato",

entendido não dialeticamente, mas como algo intangível e imutável.

Praticamente, o espírito filosófico do marxismo ainda não penetrou

nesses domínios.

Por essas razões, foi-nos quase totalmente impossível encontrar

apoio em resultados precisos e positivos que tivessem sido obtidos

pelas outras ciências que se relacionam com a ideologia. Mesmo a

crítica literária, que, graças a Plekhánov, é, todavia, a mais

desenvolvida dessas ciências, nada pôde fornecer de útil a nosso

objeto de estudo.

Este livro apresenta-se, essencialmente, como um trabalho de

pesquisa, mas tentamos conferir-lhe uma forma acessível ao grande

público. Na primeira parte de nosso trabalho, tentamos mostrar a

importância dos problemas da filosofia da linguagem para o marxismo em

seu conjunto. Essa importância não tem sido, como dissemos,

suficientemente apreciada. E, no entanto, os problemas da filosofia da

linguagem situam-se no ponto de convergência de uma série de domínios

essenciais para a concepção marxista do mundo e de alguns domínios que

têm interessado muito, atualmente, nossa opinião pública.

Convém acrescentar que, nesses últimos anos, os problemas

fundamentais da filosofia da linguagem adquiriram uma acuidade e uma

importância excepcionais. Pode-se dizer que a filosofia burguesa

contemporânea está se desenvolvendo sob o signo da palavra. E essa

nova orientação do pensamento filosófico do Ocidente está ainda só nos

seus primeiros passos. A "palavra" e sua situação no sistema são a

parada de uma luta inflamada somente comparável àquela que, na Idade

Média, opôs realistas, nominalistas e conceitualistas. Na realidade,

no realismo dos fenomenólogos e no conceitualismo dos neokantianos,

assistimos, numa certa medida, a um renascimento da tradição das

escolas filosóficas medievais.

Na lingüística propriamente dita, após a era positivista, marcada

pela recusa de qualquer teorização dos problemas científicos, a que se

adiciona uma hostilidade, por parte dos positivistas retardatários, em

relação aos problemas de visão do mundo, assiste-se a uma nítida

tomada de consciência dos fundamentos filosóficos dessa ciência e de

suas relações com os outros domínios do conhecimento. E isso serviu

para denunciar a crise que a lingüística atravessa, na sua

incapacidade de resolver seus problemas de modo satisfatório.

Indicar o lugar dos problemas da filosofia da linguagem dentro do

conjunto da visão marxista do mundo: este é o objetivo de nossa

primeira parte. É por isso que ela não contém demonstrações e não

propõe conclusões definitivas. Seu interesse está mais voltado para a

relação entre os problemas do que para a relação entre os fatos

estudados.

A segunda parte tenta resolver o problema fundamental da

filosofia da linguagem, ou seja, o problema da natureza real dos

fenômenos lingüísticos. Esse problema constitui o eixo em torno do

qual giram todas as questões essenciais do pensamento filosófico-

lingüístico contemporâneo. Problemas tão fundamentais quanto o da

evolução da língua, da interação verbal, da compreensão, o problema da

significação e muitos outros ainda estão estreitamente vinculados a

esse problema central. Evidentemente, apenas esboçamos as principais

vias que conduzem à sua resolução. Toda uma série de questões

permanece em suspenso. Toda uma série de direções de pesquisa,

indicadas no começo, permanece inexplorada. Mas não poderia ser de

outro modo num pequeno livro que, pela primeira vez, tenta abordar

esses problemas de um ponto de vista marxista.

Na última parte de nosso trabalho, é realizado um estudo concreto

de uma questão de sintaxe. A idéia diretiva de toda nossa pesquisa, o

papel produtivo e a natureza social da enunciação, requer exemplos

concretos que a sustentem: é indispensável mostrar sua importância,

não só no plano geral da visão do mundo e para as questões básicas da

filosofia da linguagem, mas também para todas as questões da

lingüística, por mais particulares que sejam. Se essa idéia é

realmente justa e fecunda, ela deve poder ser aplicada em todos os

níveis. Mas o tema da terceira parte, a questão do discurso citado,

tem ele mesmo uma significação profunda que vai muito além do quadro

da sintaxe. Vários aspectos essenciais da criação literária, o

discurso do herói (a estruturação do herói de maneira geral), o

"Skaz"*, a estilização, a paródia, nada mais são do que refrações diversas do "discurso de outrem". É, portanto, indispensável

compreender esse tipo de discurso e as regras sociológicas que o regem

para analisar de maneira fecunda os aspectos da criação literária

acima citados.

A questão tratada na terceira parte não foi objeto de nenhum

estudo na literatura lingüística. Por exemplo, o discurso indireto

livre - que Púchkin já utilizava - não foi mencionado nem descrito por

ninguém. Também nunca foram estudadas as variantes muito diferentes do

discurso direto e do discurso indireto.

Portanto, a orientação de nosso trabalho vai do geral ao particular, do abstrato ao concreto: das questões de filosofia geral

às questões de lingüística geral; a partir disso, abordamos,

finalmente, uma questão específica que diz respeito tanto à gramática

(sintaxe) quanto à estilística.

* Narrativa em primeira pessoa, freqüentemente num estilo popular. V. tradução

francesa de *La Poétique de Dostoïevski*, Paris, Seuil, 1970, p. 243. (N.T.).

PRIMEIRA PARTE

A FILOSOFIA DA LINGUAGEM

E SUA IMPORTÂNCIA PARA O MARXISMO

CAPÍTULO I

ESTUDO DAS IDEOLOGIAS E FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Os problemas da filosofia da linguagem adquiriram, recentemente,

uma atualidade e uma importância excepcionais para o marxismo. Na

maioria dos setores mais importantes de seu desenvolvimento

científico, o método marxista vai diretamente de encontro a esses

problemas e não pode avançar de maneira eficaz sem submetê-los a um

exame específico e encontrar-lhes uma solução.

Para começar, as bases de uma teoria marxista da criação

ideológica - as dos estudos sobre o conhecimento científico, a

literatura, a religião, a moral, etc. - estão estreitamente ligadas

aos problemas de filosofia da linguagem. Um produto ideológico faz

parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico,

instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário

destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é

exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo

situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um

signo. Sem signos não existe ideologia. Um corpo físico vale por si

próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria

natureza. Neste caso, não se trata de ideologia.

No entanto, todo corpo físico pode ser percebido como símbolo: é

o caso, por exemplo, da simbolização do princípio de inércia e de

necessidade na natureza (determinismo) por um determinado objeto

único. E toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto

físico particular já é um produto ideológico. Converte-se, assim, em

signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade

material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra

realidade.

O mesmo se dá com um instrumento de produção. Em si mesmo, um

instrumento não possui um sentido preciso, mas apenas uma função:

desempenhar este ou aquele papel na produção. E ele desempenha essa

função sem refletir ou representar alguma outra coisa. Todavia, um

instrumento pode ser convertido em signo ideológico: é o caso, por

exemplo, da foice e do martelo como emblema da União Soviética. A

foice e o martelo possuem, aqui, um sentido puramente ideológico. Todo

instrumento de produção pode, da mesma forma, se revestir de um

sentido ideológico: os instrumentos utilizados pelo homem pré-

histórico eram cobertos de representações simbólicas e de ornamentos,

isto é, de signos. Nem por isso o instrumento, assim tratado, torna-se

ele próprio um signo.

Por outro lado, é possível dar ao instrumento uma forma artística, que assegure uma adequação harmônica da forma à função na

produção. Nesse caso, produz-se uma espécie de aproximação máxima,

quase uma fusão, entre o signo e o instrumento. Mas mesmo aqui ainda

discernimos uma linha de demarcação conceitual: o instrumento,

enquanto tal, não se torna signo e o signo, enquanto tal, não se torna

instrumento de produção.

Qualquer produto de consumo pode, da mesma forma, ser

transformado em signo ideológico. O pão e o vinho, por exemplo,

tornam-se símbolos religiosos no sacramento cristão da comunhão. Mas o

produto de consumo enquanto tal não é, de maneira alguma, um signo. Os

produtos de consumo, assim como os instrumentos, podem ser associados

a signos ideológicos, mas essa associação não apaga a linha de

demarcação existente entre eles. O pão possui uma forma particular que

não é apenas justificável pela sua função de produto de consumo; essa

forma possui também um valor, mesmo que primitivo, de signo ideológico

(por exemplo o pão com a forma de número oito ou de uma roseta).

Portanto, ao lado dos fenômenos naturais, do material tecnológico

e dos artigos de consumo, existe um universo particular, *o universo de*

signos.

Os signos também são objetos naturais, específicos, e, como

vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se

signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias

particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma

realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer

essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista

específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação

ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom,

etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são

mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se

também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico.

No domínio dos signos, isto é, na esfera ideológica, existem

diferenças profundas, pois este domínio é, ao mesmo tempo, o da

representação, do símbolo religioso, da fórmula científica e da forma

jurídica, etc. Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio

modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua

própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto

da vida social. *É seu caráter semiótico que coloca todos os fenômenos*

ideológicos sob a mesma definição geral.

Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da

realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo

fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação

material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento

do corpo ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do

signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo

metodologicamente unitário e objetivo. Um signo é um fenômeno do mundo

exterior. O próprio signo e todos os seus efeitos (todas as ações,

reações e novos signos que ele gera no meio social circundante)

aparecem na experiência exterior. Este é um ponto de suma importância.

No entanto, por mais elementar e evidente que ele possa parecer, o

estudo das ideologias ainda não tirou todas as consequências que dele

decorrem.

A filosofia idealista e a visão psicologista da cultura situam

ideologia na [consciência1](#). Afirmam que a ideologia é um fato de

1 Notemos que, sobre esse ponto, é possível detectar uma mudança de

perspectiva no neokantismo moderno. Estou pensando no recente livro de Ernst

Cassirer, *Philosophie der symbolischen Formen*, Vol. I, 1923. Embora continue

se situando no terreno da consciência, Cassirer considera que seu traço

dominante é a representação. Cada elemento de consciência representa alguma

coisa, é o suporte de uma função simbólica. O todo existe nas suas partes,

mas uma parte só é comprehensível no todo. Segundo Cassirer, a idéia é tão

sensorial quanto a matéria: no entanto, o aspecto sensorial introduzido aqui

consciência e que o aspecto exterior do signo é simplesmente um

revestimento, um meio técnico de realização do efeito interior, isto

é, da comprehensão. O idealismo e o psicologismo esquecem que a própria

comprehensão não pode manifestar-se senão através de um material

semiótico (por exemplo, o discurso interior), que o signo se opõe ao

signo, que a *própria consciência só pode surgir e se afirmar como*

realidade mediante a encarnação material em signos. Afinal,

compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de

outros signos já conhecidos; em outros termos, a compreensão é uma

resposta a um signo por meio de signos. E essa cadeia de criatividade

e de compreensão ideológicas, deslocando-se de signo em signo para um

novo signo, é única e contínua: de um elo de natureza semiótica (e,

portanto, também de natureza material) passamos sem interrupção para

um outro elo de natureza estritamente idêntica. Em nenhum ponto a

cadeia se quebra, em nenhum ponto ela penetra a existência interior,

de natureza não material e não corporificada em signos.

Essa cadeia ideológica estende-se de consciência individual em

consciência individual, ligando umas às outras. Os signos só emergem,

decididamente, do processo de interação entre uma consciência

individual e uma outra. E a própria consciência individual está

repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se

impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, consequentemente,

somente no processo de interação social.

Apesar de suas profundas diferenças metodológicas, a filosofia

idealista e o psicologismo em matéria de cultura cometem, ambos, o

mesmo erro fundamental. Situando a ideologia na consciência, eles

transformam o estudo das ideologias em estudo da consciência e de suas

leis: pouco importa que isso seja feito em termos transcendentais ou

em termos empírico-psicológicos. Esse erro não só é responsável por

uma confusão metodológica acerca da inter-relação entre domínios

diferentes do conhecimento, como também por uma distorção radical da

realidade estudada. A criação ideológica - ato material e social - é

introduzida à força no quadro da consciência individual. Esta, por sua

vez, é privada de qualquer suporte na realidade. Torna-se tudo ou

nada.

Para o idealismo ela tornou-se tudo: situada em algum lugar acima

da existência e determinando-a. De fato, na teoria idealista, essa

soberania do universo é a mera hipóstase de um vínculo abstrato entre

as formas e as categorias mais gerais da criação ideológica.

Para o positivismo psicologista, ao contrário, a consciência se

reduz a nada: simples conglomerado de reações psicofisiológicas

fortuitas que, por milagre, resulta numa criação ideológica

significante e unificada.

A regularidade social objetiva da criação ideológica, quando

indevidamente interpretada como estando em conformidade com as leis da

consciência individual, deve, inevitavelmente, ser excluída de seu

verdadeiro lugar na existência e transportada quer para a empíreo

supra-existencial do transcendentalismo, quer para os recônditos pré-

sociais do organismo psicofisiológico, biológico.

No entanto, o ideológico enquanto tal não pode ser explicado em

é o do signo simbólico, é uma sensorialidade representativa.

termos de raízes supra ou infra-humanas. Seu verdadeiro lugar é o

material social particular de signos criados pelo homem. Sua

especificidade reside, precisamente, no fato de que ele se situa entre

indivíduos organizados, sendo o meio de sua comunicação.

Os signos só podem aparecer em um *terreno interindividual*. Ainda

assim, trata-se de um terreno que não pode ser chamado de "natural" no

sentido usual da palavra2: não basta colocar face a face dois *homo*

sapiens quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que

esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um

grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode

constituir-se. A consciência individual não só nada pode explicar,

mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio

ideológico e social.

A *consciência individual* é um fato sócio-ideológico. Enquanto

esse fato e todas as suas consequências não forem devidamente

reconhecidas, não será possível construir nem uma psicologia objetiva

nem um estudo objetivo das ideologias.

É justamente o problema da consciência que criou as maiores

dificuldades e gerou a formidável confusão que encontramos em todas as

discussões relativas tanto à psicologia quanto ao estudo das

ideologias. De maneira geral, a consciência tornou-se o *asylum*

ignorantiae de todo edifício filosófico. Foi transformada em depósito

de todos os problemas não resolvidos, de todos os resíduos

objetivamente irredutíveis. Ao invés de se buscar uma definição

objetiva da consciência, esta foi usada para tornar subjetivas e

fluidas certas noções até então sólidas e objetivas.

A única definição objetiva possível da consciência é de ordem

sociológica. A consciência não pode derivar diretamente da natureza,

como tentaram e ainda tentam mostrar o materialismo mecanicista

ingênuo e a psicologia contemporânea (sob suas diferentes formas:

biológica, behaviorista, etc.). A ideologia não pode derivar da

consciência, como pretendem o idealismo e o positivismo psicologista.

A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um

grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o

alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento,

e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a

lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo

social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e

ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significante,

etc. constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o

simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido

do sentido que os signos lhe conferem.

Tudo o que dissemos acima conduz ao seguinte princípio

metodológico: *o estudo das ideologias não depende em nada da*

psicologia e não tem nenhuma necessidade dela. Como veremos, é antes o

contrário que é verdadeiro: *a psicologia objetiva deve se apoiar no*

estudo das ideologias. A realidade dos fenômenos ideológicos é a

realidade objetiva dos signos sociais. As leis dessa realidade são as

2 A sociedade, evidentemente, é também uma parte da natureza, mas uma parte

que é qualitativamente distinta e separada dela e que possui seu próprio

sistema de leis específicas.

leis da comunicação semiótica e são diretamente determinadas pelo

conjunto das leis sociais e econômicas. A realidade ideológica é uma

superestrutura situada imediatamente acima da base econômica. A

consciência individual não é o arquiteto dessa superestrutura

ideológica, mas apenas um inquilino do edifício social dos signos

ideológicos.

Preliminarmente, portanto, separando os fenômenos ideológicos da

consciência individual nós os ligamos às condições e às formas da

comunicação social. A existência do signo nada mais é do que a

materialização dessa comunicação. É nisso que consiste a natureza de

todos os signos ideológicos.

Mas esse aspecto semiótico e esse papel contínuo da comunicação

social como fator condicionante não aparecem em nenhum lugar de

maneira mais clara e completa do que na linguagem. A *palavra* é o

fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é

absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não

esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A

palavra é o modo mais puro e sensível de relação social.

O valor exemplar, a representatividade da palavra como fenômeno

ideológico e a excepcional nitidez de sua estrutura semiótica já

deveriam nos fornecer razões suficientes para colocarmos a palavra em

primeiro plano no estudo das ideologias. É, precisamente, na palavra

que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais

da comunicação semiótica.

Mas a palavra não é somente o signo mais puro, mais indicativo; é

também um signo *neutro*. Cada um dos demais sistemas de signos é

específico de algum campo particular da criação ideológica. Cada

domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos e

símbolos que lhe são específicos e que não são aplicáveis a outros

domínios. O signo, então, é criado por uma função ideológica precisa e

permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em

relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher

qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral,

religiosa.

Além disso, existe uma parte muito importante da comunicação

ideológica que não pode ser vinculada a uma esfera ideológica

particular: trata-se da *comunicação na vida cotidiana*. Esse tipo de

comunicação é extraordinariamente rica e importante. Por um lado, ela

está diretamente vinculada aos processos de produção e, por outro

lado, diz respeito às esferas das diversas ideologias especializadas e

formalizadas. Trataremos, no próximo capítulo, com maior detalhe desse

domínio especial que é a ideologia do cotidiano. Por ora, notemos

apenas que o material privilegiado da comunicação na vida cotidiana é

a palavra. É justamente nesse domínio que a conversação e suas formas

discursivas se situam.

Há uma outra propriedade da palavra que é da maior importância e

que a torna o primeiro meio da consciência individual. Embora a

realidade da palavra, como a de qualquer signo, resulte do consenso

entre os indivíduos, uma palavra é, ao mesmo tempo, produzida pelos

próprios meios do organismo individual, sem nenhum recurso a uma

aparelhagem qualquer ou a alguma outra espécie de material

extracorporal. Isso determinou o papel da palavra como *material*

semiótico da vida interior, da consciência (discurso interior). Na

verdade, a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de

um material flexível, veiculável pelo corpo. E a palavra constitui

exatamente esse tipo de material. A palavra é, por assim dizer,

utilizável como signo interior; pode funcionar como signo sem

expressão externa. Por isso, o problema da consciência individual como

problema da palavra interior, em geral constitui um dos problemas

fundamentais da filosofia da linguagem.

É claro que esse problema não pode ser abordado corretamente se

se recorre aos conceitos usuais de palavra e de língua tais como foram

definidos pela lingüística e pela filosofia da linguagem não-

sociológicas. E preciso fazer uma análise profunda e aguda da palavra

como signo social para compreender seu funcionamento como instrumento

da consciência. É devido a esse papel excepcional de instrumento da

consciência que a *palavra funciona como elemento essencial que*

acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for. A palavra

acompanha e comenta todo ato ideológico. Os processos de compreensão

de todos os fenômenos ideológicos (um quadro, uma peça musical, um

ritual ou um comportamento humano) não podem operar sem a participação

do discurso interior. Todas as manifestações da criação ideológica -

todos os signos não-verbais - banham-se no discurso e não podem ser

nem totalmente isoladas nem totalmente separadas dele.

Isso não significa, obviamente, que a palavra possa suplantar

qualquer outro signo ideológico. Nenhum dos signos ideológicos

específicos, fundamentais, é inteiramente substituível por palavras. É

impossível, em última análise, exprimir em palavras, de modo adequado,

uma composição musical ou uma representação pictórica. Um ritual

religioso não pode ser inteiramente substituído por palavras. Nem

sequer existe um substituto verbal realmente adequado para o mais

simples gesto humano. Negar isso conduz ao racionalismo e ao simplismo

mais grosseiros. Todavia, embora nenhum desses signos ideológicos seja

substituível por palavras, cada um deles, ao mesmo tempo, se apóia nas

palavras e é acompanhado por elas, exatamente como no caso do canto e

de seu acompanhamento musical.

Nenhum signo cultural, quando compreendido e dotado de um

sentido, permanece isolado: torna-se parte *da unidade da consciência*

verbalmente constituída. A consciência tem o poder de abordá-lo

verbalmente. Assim, ondas crescentes de ecos e ressonâncias verbais,

como as ondulações concêntricas à superfície das águas, moldam, por

assim dizer, cada um dos signos ideológicos. Toda *refração ideológica*

do ser em processo de formação, seja qual for a natureza de seu

material significante, é *acompanhada de uma refração ideológica*

verbal, como fenômeno obrigatoriamente concomitante. A palavra está

presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de

interpretação.

Todas as propriedades da palavra que acabamos de examinar - sua

pureza semiótica, sua neutralidade ideológica, sua implicação na

comunicação humana ordinária, sua possibilidade de interiorização e,

finalmente, sua presença obrigatória, como fenômeno acompanhante, em

todo ato consciente - todas essas propriedades fazem dela o objeto

fundamental do estudo das ideologias. As leis da refração ideológica

da existência em signos e em consciência, suas formas e seus

mecanismos, devem ser estudados, antes de mais nada, a partir desse

material que é a palavra. A única maneira de fazer com que o método

sociológico marxista dê conta de todas as profundidades e de todas as

sutilezas das estruturas ideológicas "imanentes" consiste em partir da

filosofia da linguagem concebida como *filosofia do signo ideológico*. E

essa base de partida deve ser traçada e elaborada pelo próprio

marxismo.

CAPÍTULO 2

A RELAÇÃO ENTRE A INFRA-ESTRUTURA E AS SUPERESTRUTURAS

Um dos problemas fundamentais do marxismo, o das relações entre a

infra-estrutura e as superestruturas, acha-se intimamente ligado, em

muitos de seus principais aspectos, aos problemas da filosofia da

linguagem. O marxismo só tem pois a ganhar com a resolução ou, pelo

menos, com o tratamento, ainda que não muito aprofundado, destas

questões. Sempre que se coloca a questão de saber como a infra-

estrutura determina a ideologia, encontramos a seguinte resposta que,

embora justa, mostra-se por demais genérica e por isso ambígua: "a

causalidade". Se for necessário entender por causalidade a

mecanicista, como tem sido entendida até hoje pela corrente

positivista da escola naturalista, então uma tal resposta se revela

radicalmente mentirosa e contraditória com os próprios fundamentos do

materialismo dialético.

A esfera de aplicação da categoria de causalidade mecanicista é

extremamente limitada; mesmo nas ciências naturais ela se reduz cada

vez mais à medida que o materialismo dialético alarga seu campo de

aplicação e aprofunda suas teses. Está fora de questão, *a fortiori*,

aplicar esta categoria inerte aos problemas fundamentais do

materialismo histórico ou a qualquer ciência das ideologias.

A explicitação de uma relação entre a infra-estrutura e um

fenômeno isolado qualquer, destacado de seu contexto ideológico

completo e único, não apresenta nenhum valor cognitivo. Antes de mais

nada, é impossível estabelecer o sentido de uma dada transformação

ideológica no contexto da ideologia correspondente, considerando que

toda esfera ideológica se apresenta como um conjunto único e

indivisível cujos elementos, sem exceção, reagem a uma transformação

da infra-estrutura. Eis porque toda explicação deve ter em conta a

diferença quantitativa entre as esferas de influência recíproca e

seguir passo a passo todas as etapas da transformação. Apenas sob esta

condição a análise desembocará, não na convergência superficial de

dois fenômenos fortuitos e situados em planos diferentes, mas num

processo de evolução social realmente dialético, que procede da infra-

estrutura e vai tomar forma nas superestruturas.

Ignorar a especificidade do material semiótico-ideológico, é

reduzir o fenômeno ideológico, é tomar em consideração e explicar

apenas seu valor denotativo racional (por exemplo, o sentido

diretamente representativo de uma dada obra literária: *Rúdin* = “o

homem supérfluo"), componente este colocado então em relação com a

infra-estrutura (aqui, o empobrecimento da nobreza, donde o tema

"homem supérfluo" na literatura), ou então, ao contrário, é isolar

apenas o componente superficial, "técnico", do fenômeno ideológico

(exemplo: a técnica arquitetônica, ou ainda a técnica dos colorantes

* Título de um célebre romance de Turguiéniev que constitui a confissão de

toda uma geração, a dos anos 1830, conhecida na história russa pelo nome de

"geração idealista" e marcada pela sua incapacidade de agir. Dela podemos

aproximar os personagens "Oblómov" em *Oblómov* de I. A. Gontcharov, "Deltov"

em *De quem é a Culpa?* de A. I. Herzen e "Bazárov" em *Pais e Filhos* de

Turguiéniev. (N.d.T.f.).

químicos) e, neste caso, este componente deduz-se diretamente do nível

técnico da produção.

Tanto um quanto outro método de dedução da ideologia a partir da

infra-estrutura passam à margem da substância do fenômeno ideológico.

Mesmo se a correspondência estabelecida for justa, mesmo se "o homem

supérfluo" tiver efetivamente aparecido na literatura em correlação

com a decadência econômica da nobreza, em primeiro lugar, disto não

decorre em absoluto que os reveses econômicos correspondentes

engendrem por um fenômeno de causalidade mecanicista "homens

supérfluos" nas páginas dos romances (a futilidade de uma tal

suposição é absolutamente evidente); em segundo lugar, esta

correspondência não tem nenhum valor cognitivo enquanto não se

explicitarem o papel específico do "homem supérfluo" na estrutura da

obra romanesca e o papel específico do romance no conjunto da vida

social.

Não parece evidente que entre a transformação da estrutura

econômica e o aparecimento do "homem supérfluo" no romance existe um

longo percurso que passa por uma série de esferas qualitativamente

diferenciadas, estando cada uma delas dotada de um conjunto de regras

específicas e de um caráter próprio? Não parece evidente que "o homem

supérfluo" não surgiu no romance de forma independente e sem qualquer

ligação com os outros elementos constitutivos do romance? Bem ao

contrário, o romance no seu conjunto reestruturou-se como um *todo*

único, orgânico, submetido a suas próprias leis específicas. Portanto,

reestruturam-se também todos os outros elementos do romance; sua

composição, seu estilo. Mas esta reestruturação do romance completou-

se também em estreita ligação com as demais transformações no conjunto

da literatura.

O problema da *relação recíproca* entre a infra-estrutura e as

superestruturas, problema dos mais complexos e que exige, para sua

resolução fecunda, um volume enorme de materiais preliminares, pode

justamente ser esclarecido, em larga escala, pelo estudo do material

verbal.

De fato, a essência deste problema, naquilo que nos interessa,

liga-se à questão de saber *como* a realidade (a infra-estrutura)

determina o signo, *como* o signo reflete e refrata a realidade em

transformação.

As características da palavra enquanto signo ideológico, tais

como foram ressaltadas no primeiro capítulo, fazem dela um dos mais

adequados materiais para orientar o problema no plano dos princípios.

Não é tanto a pureza semiótica da palavra que nos interessa na relação

em questão, mas sua *ubiquidade social*. Tanto é verdade que a palavra

penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas

relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros

fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As

palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e

servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É

portanto claro que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de

todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam,

que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para

sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui

o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de

mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade

ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma

ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases

transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.

O que chamamos de psicologia do corpo social e que constitui,

segundo a teoria de Plekhánov e da maioria dos marxistas, uma espécie

de elo de ligação entre a estrutura sócio-política e a ideologia no

sentido estrito do termo (ciência, arte, etc.), realiza-se,

materializa-se, sob a forma de interação verbal. Se considerada fora

deste processo real de comunicação e de interação verbal (ou, mais

genericamente, semiótica), a psicologia do corpo social se transforma

num conceito metafísico ou mítico (a "alma coletiva", "o inconsciente

coletivo", "o espírito do povo", etc.).

A psicologia do corpo social não se situa em nenhum lugar

"interior" (na "alma" dos indivíduos em situação de comunicação); ela

é, pelo contrário, inteiramente exteriorizada: na palavra, no gesto,

no ato. Nada há nela de inexpressível, de interiorizado, tudo está na

superfície, tudo está na troca, tudo está no material, principalmente

no material verbal.

As relações de produção e a estrutura sócio-política que delas

diretamente deriva determinam todos os contatos verbais possíveis

entre indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no

trabalho, na vida política, na criação ideológica. Por sua vez, das

condições, formas e tipos da comunicação verbal derivam tanto as

formas como os temas dos atos de fala.

A psicologia do corpo social é justamente o meio ambiente inicial

dos atos de fala de toda espécie, e é neste elemento que se acham

submersas todas as formas e aspectos da criação ideológica

ininterrupta: as conversas de corredor, as trocas de opinião no teatro

e, no concerto, nas diferentes reuniões sociais, as trocas puramente

fortuitas, o modo de reação verbal face às realidades da vida e aos

acontecimentos do dia-a-dia, o discurso interior e a consciência auto-

referente, a regulamentação social, etc. A psicologia do corpo social

se manifesta essencialmente nos mais diversos aspectos da "enunciação"

sob a forma de *diferentes modos de discurso*, sejam eles interiores ou

exteriores. Este campo não foi objeto de nenhum estudo até hoje. Todas

estas manifestações verbais estão, por certo, ligadas aos demais tipos

de manifestação e de interação de natureza semiótica, à mímica, à

linguagem gestual, aos gestos condicionados, etc.

Estas formas de interação verbal acham-se muito estreitamente

vinculadas às condições de uma situação social dada e reagem de

maneira muito sensível a todas as flutuações da atmosfera social.

Assim é que no seio desta psicologia do corpo social materializada na

palavra acumulam-se mudanças e deslocamentos quase imperceptíveis que,

mais tarde, encontram sua expressão nas produções ideológicas

acabadas.

Do que até agora foi dito podemos deduzir o seguinte: que a

psicologia do corpo social deve ser estudada de dois pontos de vista

diferentes: primeiramente, do ponto de vista do *conteúdo*, dos temas

que aí se encontram atualizados num dado momento do tempo; e, em

segundo lugar, do ponto de vista dos *tipos e formas de discurso*

através dos quais estes temas tomam forma, são comentados, se

realizam, são experimentados, são pensados, etc.

Até o presente, o estudo da psicologia do corpo social se

limitava ao primeiro ponto de vista, ou seja, à explicitação única da

temática nela contida. E mais, a própria questão de saber onde buscar

documentos objetivos, isto é, a expressão materializada da psicologia

do corpo social, nem mesmo se colocava com toda sua clareza. Aí então

os conceitos de "consciência", "psiquismo" e "mundo interior"

desempenharam um papel deplorável, suprimindo a necessidade de

pesquisar as formas materiais precisas da expressão da psicologia do

corpo social.

No entanto, esta questão das formas concretas tem uma significação imediata. Não se trata, é claro, nem das fontes de nosso

conhecimento da psicologia do corpo social numa ou noutra época (por

exemplo: memórias, cartas, obras literárias), nem das fontes de nossa

compreensão do "espírito da época". Trata-se, muito precisamente, das

próprias formas de concretização deste espírito, isto é, das formas da

comunicação no contexto da vida e através de signos. A *tipologia*

destas formas é um dos problemas vitais para o marxismo.

Mais tarde, em conexão com o problema da enunciação e do diálogo,

abordaremos também o problema dos gêneros lingüísticos. A este

respeito faremos simplesmente a seguinte observação: cada época e cada

grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação

sócio-ideológica. A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero,

isto é, a cada forma de discurso social, corresponde um grupo de

temas. Entre as formas de comunicação (por exemplo, relações entre

colaboradores num contexto puramente técnico), a forma de enunciação

("respostas curtas" na "linguagem de negócios") e enfim o tema, existe

uma unidade orgânica que nada poderia destruir. *Eis porque a*

classificação das formas de enunciação deve apoiar-se sobre uma

classificação das formas da comunicação verbal. Estas últimas são

inteiramente determinadas pelas relações de produção e pela estrutura

sócio-política. Uma análise mais minuciosa revelaria a importância

incomensurável do componente hierárquico no processo de interação

verbal, a influência poderosa que exerce a organização hierarquizada

das relações sociais sobre as formas de enunciação. O respeito às

regras da "etiqueta", do "bem-falar" e as demais formas de adaptação

da enunciação à organização hierarquizada da sociedade têm uma

importância imensa no processo de explicitação dos principais modos de

comportamento1.

Todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos

socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão

pela qual *as formas do signo são condicionadas tanto pela organização*

social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação

acontece. Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do

signo. É justamente uma das tarefas da ciência das ideologias estudar

esta evolução social do signo lingüístico. Só esta abordagem pode dar

uma expressão concreta ao problema da mútua influência do signo e do

1 O problema dos registros da língua familiar só começou a chamar a atenção

dos lingüistas e filósofos bem recentemente. Leo Spitzer, num artigo

intitulado "Italienische Umgangssprache" (1922) foi um dos primeiros a abordar

este problema de forma séria, embora destituída de critérios sociológicos.

Ele será citado adiante, juntamente com seus precursores e imitadores.

ser, é apenas sob esta condição que o processo de determinação causal

do signo pelo ser aparece como uma verdadeira passagem do ser ao

signo, como um processo de refração realmente dialético do ser no

signo. Para tanto, é indispensável observar as seguintes regras

metodológicas:

1. *Não separar a ideologia da realidade material do signo* (colocando-a no campo da "consciência" ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível).

2. *Não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social* (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora deste sistema, a não ser como objeto físico).

3. *Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material* (infra-estrutura).

Realizando-se no processo da relação social, todo signo ideológico, e portanto também o signo lingüístico, vê-se marcado pelo *horizonte social* de uma época e de um grupo social determinados. Até

agora tratamos da forma do signo enquanto determinado pelas formas da

interação social. Iremos agora abordar um outro aspecto, o do conteúdo

do signo e do *índice de valor* que afeta todo conteúdo.

A cada etapa do desenvolvimento da sociedade, encontram-se grupos

de objetos particulares e limitados que se tornam objeto da atenção do

corpo social e que, por causa disso, tomam um valor particular. Só

este grupo de objetos dará origem a signos, tornar-se-á um elemento da

comunicação por signos. Como se pode determinar este grupo de objetos

"valorizados"?

Para que o objeto, pertencente a qualquer esfera da realidade,

entre no horizonte social do grupo e desencadeie uma reação semiótico-

ideológica, é indispensável que ele esteja ligado às condições sócio-

econômicas essenciais do referido grupo, que concerne de alguma

maneira às bases de sua existência material. Evidentemente, o arbítrio

individual não poderia desempenhar aqui papel algum, já que o signo se

cria entre indivíduos, no meio social; é portanto indispensável que o

objeto adquira uma significação interindividual; somente então é que

ele poderá ocasionar a formação de um signo. Em outras palavras, *não*

pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes

senão aquilo que adquiriu um valor social.

É por isso que todos os índices de valor com características

ideológicas, ainda que realizados pela voz dos indivíduos (por

exemplo, na palavra) ou, de modo mais geral, por um organismo

individual, constituem índices sociais de valor, com pretensões ao

consenso social, e apenas em nome deste consenso é que eles se

exteriorizam no material ideológico.

Admitamos chamar a realidade que dá lugar à formação de um signo

de tema do signo. Cada signo constituído possui seu tema. Assim, cada

manifestação verbal tem seu tema2.

O tema ideológico possui sempre um índice de valor social. Por

certo, todos estes índices sociais de valor dos temas ideológicos

chegam igualmente à consciência individual que, como sabemos, é toda

ideologia. Aí eles se tornam, de certa forma, índices individuais de

valor, na medida em que a consciência individual os absorve como sendo

seus, mas sua fonte não se encontra na consciência individual. O

índice de valor é por natureza *interindividual*. O grito do animal,

enquanto pura reação de um organismo individual à dor, é despido de

índice de valor. É um fenômeno puramente natural. O grito não depende

da atmosfera social, razão pela qual ele não recebe sequer o esboço de

uma formalização semiótica.

O *tema* e a *forma* do signo ideológico estão indissoluvelmente

ligados, e não podem, por certo, diferenciar-se a não ser abstratamente. Tanto é verdade que, em última análise, são as mesmas

forças e as mesmas condições que dão vida a ambos. Afinal, são as

mesmas condições econômicas que associam um novo elemento da realidade

ao horizonte social, que o tornam socialmente pertinente, e são as

mesmas forças que criam as formas da comunicação ideológica

(cognitiva, artística, religiosa, etc.), as quais determinam, por sua

vez, as formas da expressão semiótica.

Assim, os temas e as formas da criação ideológica crescem juntos

e constituem no fundo as duas facetas de uma só e mesma coisa. Este

processo de integração da realidade na ideologia, o nascimento dos

temas e das formas, se tornam mais facilmente observáveis no plano da

palavra.

Este processo de transformação ideológica refletiu-se na língua,

em grande escala, no mundo e na história; é ele objeto de estudo da

paleontologia das significações lingüísticas, que põe em evidência a

integração de planos da realidade ainda não diferenciados no horizonte

social dos homens pré-históricos. Sucede o mesmo, em escala mais

reduzida, na época contemporânea, já que a palavra, como sabemos,

reflete sutilmente as mais imperceptíveis alterações da existência

social.

O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também

se refrata. O que é que determina esta refração do ser no signo

ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e

mesma comunidade semiótica, ou seja: *a luta de classes*.

Classe social e comunidade semiótica não se confundem. Pelo

segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo

código ideológico de comunicação. Assim, classes sociais diferentes

servem-se de uma só e mesma língua. Conseqüentemente, *em todo signo*

ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se

torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta plurivalência

social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na

verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo

2 A relação do tema com a semântica das palavras individuais que constituem a

enunciação será retomada adiante, em seus pormenores.

vivo e móvel, capaz de evoluir. O signo, se subtraído às tensões da

luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente

debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos

filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a

sociedade. A memória da história da humanidade está cheia destes

signos ideológicos defuntos, incapazes de constituir uma arena para o

confronto dos valores sociais vivos. Somente na medida em que o

filólogo e o historiador conservam a sua memória é que subsistem ainda

neles alguns lampejos de vida.

Mas aquilo mesmo que torna o signo ideológico vivo e dinâmico faz

dele um instrumento de refração e de deformação do ser. A classe

dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e

acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta

dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo

monovalente.

Na realidade, todo signo ideológico vivo tem, como Jano, duas

faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não

pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras. Esta

dialética interna do signo não se revela inteiramente a não ser nas

épocas de crise social e de comoção revolucionária. Nas condições

habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo

ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante

estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e

tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente

dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo

válida hoje em dia. Donde o caráter refratário e deformador do signo

ideológico nos limites da ideologia dominante.

É assim que se apresenta o problema da relação entre a infra-

estrutura e as superestruturas. Nós apenas tomamos em consideração a

concretização de alguns dos aspectos deste problema e tentamos traçar

o caminho que uma pesquisa fecunda neste terreno deve seguir. Era

essencial mostrar o lugar da filosofia da linguagem dentro desta

problemática. O estudo do signo lingüístico permite observar mais

facilmente e de forma mais profunda a continuidade do processo

dialético de evolução que vai da infra-estrutura às superestruturas. É

no terreno da filosofia da linguagem que se torna mais fácil extirpar

pela raiz a explicação pela causalidade mecanicista dos fenômenos

ideológicos.

CAPÍTULO 3

FILOSOFIA DA LINGUAGEM E PSICOLOGIA OBJETIVA

Uma das tarefas mais essenciais e urgentes do marxismo é

constituir uma psicologia verdadeiramente objetiva. No entanto, seus

fundamentos não devem ser nem fisiológicos nem biológicos, mas

SOCIOLOGICOS. De fato, o marxismo encontra-se frente a uma árdua

tarefa: a procura de uma abordagem objetiva, porém refinada e

flexível, do psiquismo subjetivo consciente do homem, que, em geral, é

analisado pelos métodos de introspecção.

Nem a biologia nem a fisiologia estão em condições de resolver

esse problema. A consciência constitui um fato sócio-ideológico, não

acessível a métodos tomados de empréstimo à fisiologia ou às ciências

naturais. E impossível reduzir o funcionamento da consciência a alguns

processos que se desenvolvem no interior do campo fechado de um

organismo vivo. Os processos que, no essencial, determinam o conteúdo

do psiquismo, desenvolvem-se não no organismo, mas fora dele, ainda

que o organismo individual participe deles. O psiquismo subjetivo do

homem não constitui um objeto de análise para as ciências naturais,

como se se tratasse de uma coisa ou de um processo natural. O

psiquismo subjetivo é o objeto de uma análise ideológica, de onde se

depreende uma interpretação sócio-ideológica. O fenômeno psíquico, uma

vez compreendido e interpretado, é explicável exclusivamente por

fatores sociais, que determinam a vida concreta de um dado indivíduo,

nas condições do meio social1.

O primeiro e principal problema que se coloca, a partir dessa

ótica, é o da apreensão objetiva da "vivência interior". É indispensável integrar a "vivência interior" na unidade da vivência

exterior objetiva.

Que tipo de realidade pertence ao psiquismo subjetivo? A realidade do psiquismo interior é a do signo. Sem material semiótico,

não se pode falar em psiquismo. Pode-se falar de processos

fisiológicos, de processos do sistema nervoso, mas não de processo do

psiquismo subjetivo, uma vez que ele é um traço particular do ser,

radicalmente diferente, tanto dos processos fisiológicos que se

desenrolam no organismo, quanto da realidade exterior ao organismo,

realidade à qual o psiquismo reage e que ele reflete, de uma maneira

ou de outra. Por natureza, o psiquismo subjetivo localiza-se no limite

do organismo e do mundo exterior, vamos dizer, na fronteira dessas

duas esferas da realidade. É nessa região limítrofe que se dá o

encontro entre o organismo e o mundo exterior, mas este encontro não é

físico: o organismo e o mundo encontram-se no signo. A atividade

psíquica constitui a expressão semiótica do contato entre o organismo

e o meio exterior. Eis porque o psiquismo interior não deve ser

analisado como uma coisa; ele não pode ser compreendido e analisado

senão como um signo.

A idéia de uma psicologia de análise e de interpretação é muito

antiga e sua história é muito instrutiva. E sintomático que, nos

1 Um esboço popular dos modernos problemas da psicologia encontra-se em nosso

livro *Freidizm* (kritícheskoie ótcherk) [Freudismo (Esboço crítico)], Moscou-

Leningrado 1927, ver cap. 2: Duas Orientações da Psicologia Contemporânea.

últimos tempos, em ligação com as exigências metodológicas das

ciências humanas, isto é, das ciências que se ocupam das ideologias,

ele tenha sido objeto de argumentações mais profundas. Um dos seus

defensores mais ardentes e bem fundamentados foi Wilhelm Dilthey. Para

ele a atividade psíquica não se define em termos de existência, como

se diria para uma coisa, mas em termos de significação. Se perdermos

de vista esta significação, se tentarmos alcançar a realidade pura da

atividade mental, na realidade, encontramo-nos segundo Dilthey, diante

de um processo fisiológico do organismo, perdemos de vista a atividade

mental.

Da mesma maneira que, se nós perdemos de vista a significação da

palavra, perdemos a própria palavra, que fica, assim, reduzida à sua

realidade física, acompanhada do processo fisiológico de sua produção.

O que faz da palavra uma palavra é sua significação.

O que faz da atividade psíquica uma atividade psíquica é, da

mesma forma, sua significação. Se abstraímos a significação,

perdemos, ao mesmo tempo, a própria substância da vida psíquica

interior. E por isso que o objetivo da psicologia não poderia ser

explicar os fenômenos psíquicos pela causalidade, como se fossem

análogos aos processos físicos ou fisiológicos. Assim, a tarefa da

psicologia consiste em descrever com discernimento, dissecar e

explicar a vida psíquica como se se tratasse de um documento submetido

à análise do filólogo. Segundo Dilthey, somente uma psicologia

descritiva e explicativa deste tipo pode servir de base às ciências

humanas ou às "ciências do espírito", como ele as chama2.

As idéias de Dilthey revelaram-se muito fecundas e continuam a

ter, em nossos dias, numerosos adeptos entre os pesquisadores em

ciências humanas. Pode-se dizer que a quase totalidade dos eruditos

alemães contemporâneos que se ocupam da filosofia estão, alguns mais,

outros menos, sob a influência das idéias de W. Dilthey3.

A teoria de Wilhelm Dilthey formou-se sobre um terreno idealista

e seus seguidores permaneceram neste terreno. A idéia de uma

psicologia de análise e de interpretação está estreitamente ligada às

premissas idealistas do pensamento, e a muitos aparece como uma idéia

especificamente idealista. Realmente, a partir da forma pela qual a

psicologia interpretativa foi criada e se desenvolveu até o presente,

ela é idealista, e, portanto, inaceitável para o materialismo

dialético. Mas, o mais inaceitável é a *primazia metodológica da*

psicologia sobre a ideologia. Segundo a visão de Dilthey e dos outros

representantes da psicologia interpretativa, ela deve ser a base de

todas as ciências humanas.

A ideologia é explicada em termos da psicologia — como a sua

expressão e materialização — e não o inverso. É verdade que se diz

haver entre o psiquismo e a ideologia uma proximidade, um denominador

comum, a significação, que os distingue do resto da realidade, mas

2 Ver, a este propósito, o artigo em língua russa de Frischeizen-Keller em

Logos, 1912-1913, vol. 1 e 2.

3 Sobre a influência de Dilthey, enquanto iniciador dessa corrente, ver Oskar

Wahlzehl, Wilhelm Hundolf, Emil Ehrmattinger e outros. Citaremos apenas os

representantes mais significativos das ciências humanas, na Alemanha contemporânea.

afirma-se que é a psicologia, não a ideologia, que dá o tom dessa aproximação.

Por sua vez, nas idéias de Dilthey e outros, não se leva em conta

o caráter social do signo. E finalmente, e isto constitui o

pseudos, a primeira mentira de toda sua concepção, não se comprehende o

vínculo indispensável entre o signo e a significação. Não se percebe a

natureza específica do signo.

Na verdade, a relação entre atividade mental e palavra, em

Dilthey, não passa de uma analogia, destinada a esclarecer uma idéia

e, além disso, só muito raramente a encontramos em sua obra. Ele está

muito distante de extrair desta comparação as conclusões que se

impõem.

Por outro lado, não é o psiquismo que ele explica com a ajuda do

signo, mas ao contrário, como bom idealista, é o signo que ele explica

através do psiquismo. O signo só se torna signo, em Dilthey, na medida

em que serve para expressar a vida interior. Esta última confere ao

signo uma significação que lhe é inerente. Aqui, a construção de

Dilthey encarna uma tendência comum ao conjunto da corrente idealista,

que consiste em privar de todo sentido, de toda significação, o mundo

material em benefício de um "espírito" fora do tempo e do espaço.

Se a atividade mental tem uma significação, se ela não é apenas

uma realidade isolada — em relação a esse aspecto Dilthey tem razão —

então, obrigatoriamente, a atividade mental deve manifestar-se no

terreno semiótico. Tanto isso é verdade que a significação só pode

pertencer ao signo — sem o que, ela se torna uma ficção.
A

significação constitui a expressão da relação do signo, como realidade

isolada, com uma outra realidade, por ela substituível, representável,

simbolizável. A significação é a função do signo; eis porque é

impossível representar a significação (enquanto propriedade puramente

relacional, funcional) à parte do signo, como algo independente,

particular. Isso é tão ineqüível como considerar a significação da

palavra *cavalo* como sendo o cavalo particular que tenho diante dos

meus olhos. Se assim fosse, seria possível, tendo comido uma maçã,

dizer que se comeu não uma maçã, mas a significação da palavra *maçã*. O

signo é uma unidade material discreta, mas a significação não é uma

coisa e não pode ser isolada do signo como se fosse uma realidade

independente, tendo uma existência à parte do signo. É por isso que,

se a atividade mental tem um sentido, se ela pode ser compreendida e

explicada, ela deve ser analisada por intermédio do signo real e

tangível.

É preciso insistir sobre o fato de que não somente a atividade

mental é expressa exteriormente com a ajuda do signo (assim como nos

expressamos para os outros por palavras, mímica ou qualquer outro

meio) mas, ainda, que para o próprio indivíduo, ela só existe sob a

forma de signos. Fora deste material semiótico, a atividade interior,

enquanto tal, não existe. Nesse sentido, toda atividade mental é

exprimível, isto é, constitui uma expressão potencial. Todo

pensamento, toda emoção, todo movimento voluntário são exprimíveis. A

função expressiva não pode ser separada da atividade mental sem que se

[altere a própria natureza desta4.](#)

4 A idéia de valor expressivo de todas as manifestações da consciência não é

Assim, não existe um abismo entre a atividade psíquica interior e

sua expressão, não há ruptura qualitativa de uma esfera da realidade à

outra. A passagem da atividade mental interior à sua expressão

exterior ocorre no quadro de um mesmo domínio qualitativo, e se

apresenta como uma mudança *quantitativa*. É verdade que, correntemente,

no curso do processo de expressão exterior, opera-se a passagem de um

código a um outro (por exemplo: código mímico/código lingüístico), mas

o conjunto do processo não escapa do quadro da expressão semiótica.

O que constitui o material semiótico do psiquismo? Todo gesto ou

processo do organismo: a respiração, a circulação do sangue, os

movimentos do corpo, a articulação, o discurso interior, a mímica, a

reação aos estímulos exteriores (por exemplo, a luz), resumindo, *tudo*

que ocorre no organismo pode tornar-se material para a expressão da

atividade psíquica, posto que tudo pode adquirir um valor semiótico,

tudo pode tornar-se expressivo.

É verdade que nem todos estes elementos têm igual valor. Para um

psiquismo relativamente desenvolvido, diferenciado, um material

semiótico refinado e flexível é indispensável e, por sua vez, é

preciso que esse material se preste a uma formalização e a uma

diferenciação no meio social, no processo de expressão exterior. É por

isso que a palavra (o discurso interior) se revela como o material

semiótico privilegiado do psiquismo. É verdade que o discurso interior

se entrecruza com uma massa de outras reações gestuais com valor

semiótico. Mas a palavra se apresenta como o fundamento, a base da

vida interior. A exclusão da palavra reduziria o psiquismo a quase

nada, enquanto que a exclusão de todos os outros movimentos

expressivos a diminuiriam muito pouco.

Se não nos voltássemos para a função semiótica do discurso

interior e para todos os outros movimentos expressivos que formam o

psiquismo, nós estaríamos diante de um processo fisiológico puro,

desenvolvendo-se nos limites do organismo individual. Para o

fisiólogo, tal abstração é legítima e mesmo indispensável; só

interessa a ele o processo fisiológico e seu mecanismo.

Contudo, mesmo para o fisiólogo, como para o biólogo, é

importante levar em conta a função semiótica expressiva (e, portanto,

a função social) dos processos fisiológicos correspondentes. Sem isso,

ele não compreenderá seu papel biológico no conjunto do funcionamento

do organismo. Nesse ponto, mesmo o biólogo não pode excluir o ponto de

vista do sociólogo; ele precisa considerar que o organismo humano não

pertence a um meio natural abstrato, mas faz parte integrante de um

meio social específico. Porém, uma vez considerada a função semiótica

dos processos fisiológicos correspondentes, o fisiólogo centra-se na

observação de seus mecanismos puramente fisiológicos (por exemplo, o

mecanismo dos reflexos condicionados) e ele abstrai completamente suas

significações ideológicas mutáveis, que se subordinam a leis sócio-

históricas. Em suma, o conteúdo do psiquismo não lhe interessa.

estranha ao neokantismo. Ao lado dos trabalhos já citados de Cassirer sobre o

caráter expressivo da consciência (a consciência enquanto movimento

expressivo), pode-se citar o sistema formulado por Herman Cohen, na terceira

parte de *Aesthetik des reinen Gefühls*. Contudo, a idéia tal como está ali

apresentada não permite conclusões corretas. A essência da consciência

permanece, apesar de tudo, para além dos limites da existência.

Ora, é justamente o conteúdo do psiquismo tomado em sua relação

com o organismo individual que constitui o objeto da psicologia. Uma

ciência digna desta denominação não tem e não pode ter outro objeto.

Alguns afirmam que o conteúdo do psiquismo não é o objeto da

psicologia; este objeto seria somente a função deste conteúdo no

psiquismo individual. Este é o ponto de vista da chamada psicologia

"funcionalista"⁵. Segundo a doutrina dessa escola, a atividade mental

contém duas facetas. Primeiramente, há o *conteúdo da atividade mental*.

Sua natureza não é *psíquica*. O que está em jogo é ou um fenômeno

físico em que a experiência se focaliza (por exemplo, um objeto da

percepção), ou um conteúdo cognitivo com seu próprio sistema de leis,

ou ainda uma apreciação ética, etc. Esse aspecto objetivo, orientado,

da atividade interior é uma propriedade da natureza, da cultura, ou da

história e, consequentemente, é da competência das disciplinas

científicas correspondentes e não da psicologia.

A outra faceta da atividade mental é a *função de qualquer*

conteúdo objetivo dentro do sistema fechado da vida psíquica

individual. Desta maneira, o objeto da psicologia é a *atividade mental*

efetivada ou em vias de efetivar-se a propósito de todo conteúdo

extrapsíquico. Em outras palavras, o objeto da psicologia funcionalista não é o *quê?* mas o *como?* da atividade mental.

Assim, por exemplo, o conteúdo de um processo de pensamento

qualquer, o seu *quê?*, não é psíquico e depende da competência do

lógico, do teórico do conhecimento ("gnosiólogo") ou do matemático (se

se trata do pensamento matemático). O psicólogo mesmo só estuda o

como? dos processos de pensamento com seus vários conteúdos objetivos

(lógicos, matemáticos e outros) nas condições de um dado psiquismo

subjetivo.

Não nos ocuparemos aqui das divergências, por vezes substanciais,

existentes entre os adeptos desta escola ou de tendências próximas,

acerca do entendimento da função psíquica. Para a tarefa que nos

fixamos, uma exposição dos princípios de base é suficiente. Ela nos

permitirá esclarecer nossa concepção do psiquismo e em que a resolução

do problema da psicologia é importante para a filosofia do signo, a

filosofia da linguagem.

A psicologia funcionalista formou-se e desenvolveu-se, também,

sobre as bases do idealismo. Mas, em alguns de seus aspectos, ela se

mostra diametralmente oposta à psicologia interpretativa de Dilthey.

De fato, se Dilthey se esforça por levar, de alguma forma, o psiquismo

e a ideologia a um denominador comum, a significação, a psicologia

funcionalista, ao contrário, tenta traçar uma fronteira de princípio,

das mais rígidas, entre o psiquismo e a ideologia, e isto *no interior*

mesmo do psiquismo. Tudo o que é significante encontra-se, no final

das contas, excluído do campo psíquico, na medida em que tudo que é

psíquico encontra-se subordinado ao funcionamento puro e simples de

conteúdos objetivos isolados, formando uma espécie de constelação

individual denominada "alma individual". Se é preciso falar aqui de

5 Os representantes mais significativos da psicologia funcionalista são Stumpf

e Meineng. A psicologia funcionalista foi fundada por Frank Brentano. Na

atualidade, ela constitui, incontestavelmente, a principal corrente da

reflexão psicológica na Alemanha, ainda que não seja na sua forma mais

clássica.

primazia, é certo que, na psicologia funcionalista, ao contrário da

psicologia interpretativa, é a ideologia que tem a primazia sobre o psiquismo.

Pode-se perguntar, agora, qual é a natureza da função psíquica?

Seu tipo de existência? Não encontramos a resposta clara e

satisfatória a essa questão junto aos adeptos da psicologia

funcionalista. Nesse ponto, falta-lhes clareza, não se encontra

unidade, nem acordo. Mas há um ponto sobre o qual eles são unânimes: a

função psíquica não pode ser assimilada a um processo fisiológico

qualquer. Assim sendo, a componente psicológica é nitidamente

demarcada em relação à componente fisiológica. Mas, saber que tipo de

entidade é essa — a psíquica — é algo que permanece obscuro, assim

como o problema da realidade dos fenômenos ideológicos.

A única instância em que os funcionalistas fornecem uma resposta

clara é quando a atividade mental se exerce sobre objetos naturais: à

função psíquica opõe-se, aqui, um ser natural, físico: uma árvore, a

terra, uma pedra, etc... . Mas qual forma pode tomar o ser ideológico

frente à função psíquica? A forma de um conceito lógico, de um valor

ético, de uma obra de arte, etc.?

A maior parte dos representantes da psicologia funcionalista se

atém a perspectivas idealistas, essencialmente kantianas, acerca desse

problema6. Ao lado do psiquismo individual e da consciência subjetiva

individual, eles reservam um lugar à "consciência global", à

"consciência transcendental", ao "sujeito puramente gnosiológico",

etc. É neste contexto transcendental que eles localizam o fenômeno

[ideológico, por oposição à função psíquica individual7.](#)

Assim, o problema da realidade ideológica fica sem solução nos

quadros da psicologia funcionalista. Decorre dessa falta de

compreensão do signo ideológico e da natureza específica de sua

existência que os próprios problemas do psiquismo permanecem

insolúveis. Eles não serão resolvidos enquanto não se resolva o

problema da ideologia. Estas duas questões estão indissoluvelmente

ligadas. As histórias da psicologia e das ciências ligadas à ideologia

(a lógica, a teoria do conhecimento, a estética, as ciências humanas,

etc...) são as de uma luta incessante, de uma delimitação recíproca de

fronteiras e de uma mútua absorção.

Tudo se passa como se houvesse uma alternância periódica entre o

psicologismo espontaneísta, absorvendo todas as ciências de orientação

ideológica, e um *antipsicologismo* agudo, esvaziando o psiquismo de seu

conteúdo e conduzindo-o a um lugar vazio, puramente formal (como na

psicologia funcionalista), ou ainda a um simples fisiologismo. Nesse

ínterim, a ideologia, privada pelo antipsicologismo de seu lugar

habitual no ser (isto é, no psiquismo), não encontra seu lugar em

parte alguma e se vê obrigada a emigrar da realidade para as alturas

transcendentais.

No começo do século XX, tivemos uma vaga poderosa (embora não a

6 Atualmente, encontram-se, ao lado dos funcionalistas, e repartindo o mesmo

terreno, os fenomenólogos cujos princípios filosóficos gerais devem muito a

Franz Brentano.

7 Como os fenomenólogos, eles conferem às noções ideológicas um estatuto

ontológico, postulando a existência de uma esfera autônoma do ser ideal.

primeira da história, longe disso) de antipsicologismo. No curso dos

dois primeiros decênios do século, pudemos assistir a eventos

filosóficos e metodológicos da mais alta importância: os trabalhos

fundamentais de [Husserl](#)⁸, principal representante do antipsicologismo

contemporâneo; os trabalhos de seus discípulos, os "intencionalistas"

(fenomenólogos), a guinada brutalmente antipsicológica dos defensores

contemporâneos do neokantismo das escolas de Marburg e [Freiburg](#)⁹, a

exclusão do psicologismo de todos os domínios do conhecimento,

inclusive da própria psicologia (!).

Atualmente, a vaga de antipsicologismo está em vias de refluxo e

uma nova onda, aparentemente muito poderosa, de psicologismo se

prepara para substituí-la. A variedade de psicologismo em moda

denomina-se *Filosofia Existencial*. Sob esta etiqueta, o psicologismo

mais desenfreado retoma, aceleradamente, todas as posições que teve de

abandonar há pouco tempo nas esferas da filosofia e das ciências

ligadas à [ideologia10](#). Esta vaga de psicologismo não traz consigo

nenhuma definição nova da realidade psíquica. O psicologismo mais

recente, ao contrário da vaga anterior (segunda metade do século XIX),

de natureza positivo-empirista (o representante mais típico é Wundt),

tende a comentar o ser interior, a "esfera da atividade mental", de

maneira *metafísica*.

Desse modo, a alternância do psicologismo e do antipsicologismo

não desembocou numa síntese dialética. A filosofia burguesa, até o

presente, não soube solucionar de maneira apropriada nem o problema da

psicologia nem o da ideologia.

Os dois problemas devem ser tratados conjuntamente. Nós afirmamos que

uma só e mesma chave nos dá o acesso objetivo às duas esferas. Esta

chave é a filosofia do signo, a filosofia da palavra, enquanto signo

ideológico por excelência. O signo ideológico é o território comum,

tanto do psiquismo quanto da ideologia; é um território concreto,

8 Ver o vol. I de *Logische Untersuchungen* (“Investigações Lógicas”.) (tradução

russa de 1910) que constitui, por assim dizer, a bíblia do antipsicologismo

contemporâneo, assim como seu artigo “A Filosofia como Ciência do Rigor” *in*

Logos, 1911, 1912, vol. 1.

9 Ver, por exemplo, o artigo muito instrutivo de Rickert, principal

representante da escola de Freiburg, “Duas Abordagens sobre a Teoria do

Conhecimento, na compilação *Idéias Novas em Filosofia*, nº 7, 1913. Nesta

publicação, Rickert, sob a influência de Husserl, traduz na linguagem do

antipsicologismo sua concepção originalmente psicologista, acerca da teoria

do conhecimento. Esse artigo esclarece as relações do neokantismo com o

movimento antipsicologista.

10 Encontramos um panorama completo da filosofia existencial, panorama, é

verdade, tendencioso e algo ultrapassado, no livro de Rickert, *A Filosofia*

Existencial ("Academia", 1921). O livro de Spranger, *Lebensformen*, exerceu

uma influência enorme sobre as ciências humanas. Hoje em dia, todos os

representantes mais importantes da crítica literária e da lingüística alemãs

encontram-se, de uma forma ou de outra, sob a influência da filosofia

existencial. Citaremos Ehrmattinger (*Das Dichterische Kunstwerk*, 1921),

Hundolf (seus livros sobre Goethe e sobre Georg, 1916 -1925), Hefele (*Das*

Wesen der Dichtung, 1923), Wahlzehl ("Gehalt und Form". . . *in Dichterische*

Kunstwerk, 1923), Vossler e os vosslerianos, etc. Mais adiante teremos algo a

dizer sobre alguns destes estudiosos.

sociológico e significante. É sobre este território que se deve operar

a delimitação das fronteiras entre a psicologia e a ideologia. O

psiquismo não deve ser uma réplica do universo, e este não deve servir

como simples indicação cênica acompanhando o monólogo psíquico.

Mas, se a realidade do psiquismo é uma realidade semiótica, como

delimitar a fronteira entre o psiquismo subjetivo individual e a

ideologia em sentido estrito, já que esta se apresenta, igualmente,

como uma realidade semiótica? De momento, apenas indicamos um

território comum. É indispensável, agora, traçar, no interior deste

território, uma fronteira adequada.

O fundo deste problema remete à determinação da natureza do signo

interior (nos limites do corpo), que é acessível, em sua realidade

imediata, à introspecção. Do ponto de vista do conteúdo ideológico

propriamente dito, não seria possível estabelecer uma fronteira entre

o psíquico e o ideológico. Todo conteúdo ideológico, sem exceção,

qualquer que seja o código pelo qual ele é veiculado, pode ser

compreendido e, em consequência, psiquicamente assimilado, isto é, ele

pode ser produzido por intermédio do signo interior.

Por outro lado, todo fenômeno ideológico, ao longo do processo de

sua criação, passa pelo psiquismo, como por uma instância obrigatória.

Repetindo: todo signo ideológico exterior, qualquer que seja sua

natureza, banha-se nos signos interiores, na consciência. Ele nasce

deste oceano de signos interiores e aí continua a viver, pois a vida

do signo exterior é constituída por um processo sempre renovado de

compreensão, de emoção, de assimilação, isto é, por uma integração

reiterada no contexto interior.

É por esse motivo que, do ponto de vista do conteúdo, não há

fronteira a priori entre o psiquismo e a ideologia. Há apenas uma

diferença de grau: no estágio do desenvolvimento interior, o elemento

ideológico, ainda não exteriorizado sob a forma de material

ideológico, é apenas um elemento confuso. Ele não pode aperfeiçoar-se,

diferenciar-se, afirmar-se a não ser no processo de expressão

ideológica. A intenção vale sempre menos do que a realização (mesmo

falha). O pensamento que só existe no contexto de minha consciência e

não é reforçado no contexto da ciência, como sistema ideológico

coerente, é apenas um pensamento obscuro e inacabado. Mas, no contexto

de minha consciência, esse pensamento pouco a pouco toma forma,

apoиando-se no sistema ideológico, pois ele próprio foi engendrado

pelos signos ideológicos que assimilei anteriormente. Uma vez mais,

não há aqui diferença qualitativa. Os processos cognitivos

provenientes de livros e do discurso dos outros e os que se

desenvolvem em minha mente pertencem à mesma esfera da realidade, e as

diferenças que existem, apesar de tudo, entre a mente e os livros não

dizem respeito ao conteúdo do processo cognitivo.

O que complica mais o problema da delimitação do psíquico e do

ideológico é o conceito do "individual". Aceita-se, geralmente, uma

correlação entre o "individual" e o "social". De onde se extrai a

conclusão de que o psiquismo é individual e a ideologia social.

Esta concepção revela-se radicalmente falsa. "Social" está em

correlação com "natural": não se trata aí do indivíduo enquanto

pessoa, mas do indivíduo biológico natural. O indivíduo enquanto

detentor dos conteúdos de sua consciência, enquanto autor dos seus

pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e

por seus desejos, apresenta-se como um fenômeno puramente sócio-

ideológico. Esta é a razão porque o conteúdo do psiquismo "individual"

é, por natureza, tão social quanto a ideologia e, por sua vez, a

própria etapa em que o indivíduo se conscientiza de sua individualidade e dos direitos que lhe pertencem é ideológica,

histórica, e internamente condicionada por fatores sociológicos¹¹. Todo

signo é social por natureza, tanto o exterior quanto o interior.

Para evitar os mal-entendidos, convém sempre estabelecer uma

distinção rígida entre o conceito de indivíduo natural isolado, não

associado ao mundo social, tal como o conhece e estuda o biólogo, e o

conceito de individualidade, que já se apresenta como uma

superestrutura ideológica semiótica, que se coloca acima do indivíduo

natural e é, por consequência, social.

Estas duas acepções da palavra *individualidade* (o indivíduo

natural e a personalidade) são habitualmente confundidas, o que faz

com que se constate geralmente, na reflexão da maior parte dos

filósofos e psicólogos, um *quaternio terminorum*: ora se considera uma

acepção, ora ela é substituída pela outra.

Se o conteúdo do psiquismo individual é tão social quanto a

ideologia, por outro lado, as manifestações ideológicas são tão

individuais (no sentido ideológico deste termo) quanto psíquicas. Todo

produto da ideologia leva consigo o selo da individualidade do seu ou

dos seus criadores, mas este próprio selo é tão social quanto todas as

outras particularidades e signos distintivos das manifestações

ideológicas. Assim, todo signo, inclusive o da individualidade, é

social.

O que constituiu a diferença entre o signo interior e o signo

exterior, entre o psíquico e o ideológico? A significação realizada

por meio do movimento interior é dirigida ao próprio organismo, a um

indivíduo dado, e determina-se, antes de tudo, no contexto de sua

individualidade. Neste ponto, as afirmações dos representantes da

escola funcionalista contêm uma parcela de verdade. Não se pode deixar

de distinguir a natureza específica do psiquismo da natureza dos

sistemas ideológicos. Mas o caráter específico da entidade psíquica é

inteiramente compatível com uma concepção ideológico-sociológica do

psiquismo.

De fato, como já dissemos, todo pensamento de caráter cognitivo

materializa-se em minha consciência, em meu psiquismo apoiando-se no

sistema ideológico de conhecimento que lhe for apropriado. Nesse

sentido, meu pensamento, desde a origem, pertence ao sistema

ideológico e é subordinado a suas leis. Mas, ao mesmo tempo, ele

também pertence a um outro sistema único, e igualmente possuidor de

suas próprias leis específicas, o sistema do meu psiquismo. O caráter

único desse sistema não é determinado somente pela unicidade de meu

organismo biológico, mas pela totalidade das condições vitais e

sociais em que esse organismo se encontra colocado. Desse modo, o

11 Na última parte deste trabalho veremos que os direitos do autor sobre seu

próprio discurso são relativos e marcados ideologicamente, e que a língua

demora muito tempo para elaborar formas próprias para exprimir claramente os

aspectos individuais do discurso.

psicólogo adotará, para estudar meu pensamento, uma abordagem

orientada para essa unicidade orgânica de minha individualidade e para

essas condições específicas de minha existência. O ideólogo, ao

contrário, não se interessará por esse pensamento a não ser que ele

esteja inscrito de maneira objetiva no sistema do conhecimento.

O sistema do psiquismo, determinado por fatores orgânicos e

biográficos, no sentido amplo do termo, não reflete, de maneira

alguma, somente o ponto de vista da psicologia. É certo que neste

último caso trata-se de uma unidade real, como é real a totalidade das

condições que determinam a vida do indivíduo. Quanto mais

estreitamente ligado à unicidade do sistema psíquico o signo interior

estiver e quanto mais fortemente determinado pelo componente biológico

e biográfico, mais ele se distanciará de uma expressão ideológica bem

definida. Em compensação, na medida em que é realizado e formalizado

ideologicamente, ele liberta-se por assim dizer, do contexto psíquico

que o paralisa.

É isso que determina a diferença entre os processos de

compreensão do signo interior (isto é, da atividade mental) e do signo

exterior, puramente ideológico. No primeiro caso, compreender

significa relacionar um signo interior qualquer com a unicidade dos

outros signos interiores, isto é, apreendê-lo no contexto de um certo

psiquismo. No segundo caso, trata-se de apreender um dado signo no

contexto ideológico correspondente. E verdade que, mesmo no primeiro

caso, é indispensável levar em consideração o significado puramente

ideológico desta atividade mental: sem compreender o conteúdo

semântico puro e simples de um pensamento, o psicólogo não pode

determinar-lhe um lugar no contexto do psiquismo em questão. Se ele

abstrai o conteúdo semântico desse pensamento, ele não lidará mais com

um pensamento, com signos, mas com um simples processo fisiológico de

realização de um certo pensamento, de um certo signo, no organismo.

Por essa razão, a psicologia cognitiva deve apoiar-se em uma teoria do

conhecimento e na lógica, enquanto que a psicologia, em seu conjunto,

deve apoiar-se na ciência das ideologias, e não o contrário. E preciso

dizer que toda expressão semiótica exterior, por exemplo, a

enunciação, pode assumir duas orientações: ou em direção ao sujeito,

ou, a partir dele, em direção à ideologia. No primeiro caso, a

enunciação tem por objetivo traduzir em signos exteriores os signos

interiores, e exigir do interlocutor que ele os relate a um

contexto interior, o que constitui um ato de compreensão puramente

psicológico. No outro caso, o que se requer é uma compreensão

ideológica, objetiva e concreta, da enunciação¹². É assim que

12 As enunciações do primeiro tipo podem ser de duas espécies podem servir

para informar a respeito do vivido (*Eu estou alegre*) ou então para exprimi-lo

diretamente (*Hurra!*). Há ainda a possibilidade de variações intermediárias

(*Estou tão alegre!* — com uma entoação exprimindo grande alegria). A distinção

entre esses diferentes aspectos é muito importante para o psicólogo e para o

ideólogo. No primeiro caso, não há expressão direta da impressão vivida e,

consequentemente, não há realização do signo interior. Temos aqui um

resultado da auto-observação (por assim dizer, a tradução do signo em signo).

No segundo caso, a auto-observação que se exerce sobre a experiência interior

abre um caminho para o exterior e torna-se objeto da observação exterior (é

verdade que, nesse caso, opera-se uma mudança de forma). No terceiro caso,

delimitamos o psíquico e o [ideológico](#)¹³. Como se oferecem à nossa

observação, ao nosso estudo o psiquismo, os signos interiores? Em sua

forma pura, o signo interior, isto é, a atividade mental, é acessível

apenas à introspecção. Podemos perguntar-nos se ela ameaça a unicidade

da experiência exterior objetiva. Isso não acontece se a natureza do

psiquismo e da própria introspecção for corretamente [compreendida](#)¹⁴. Na

realidade, o objeto da introspecção é o signo interior que pode

também, por sua natureza, ser signo exterior. O discurso interior

pode, igualmente, ser exteriorizado. Durante o processo de auto-

explicitação, o resultado da introspecção deve, obrigatoriamente,

exprimir-se sob uma forma exterior, ou, em todo caso, aproximar-se o

máximo possível do estado de expressão exterior. A introspecção,

enquanto tal, segue uma orientação que vai do signo interior ao signo

exterior. Por isso, a própria introspecção é dotada de um caráter

expressivo. Ela constitui, para o indivíduo, a compreensão de seu

próprio signo interior. E isso que a distingue da observação de um

objeto ou de qualquer processo físico. A atividade mental não é

visível nem pode ser percebida diretamente, mas, em compensação, é

compreensível. O que significa que, durante o processo de auto-

observação, a atividade mental é recolocada no contexto de outros

signos comprehensíveis. O signo deve ser esclarecido por outros signos.

A introspecção constitui um *ato de compreensão* e, por isso,

efetua-se, inevitavelmente, com uma certa tendência ideológica. Desse

modo, ela serve os interesses da psicologia quando apreende uma certa

atividade mental no contexto dos outros signos interiores e de maneira

a favorecer a unicidade da vida psíquica. Nesse caso, a introspecção

esclarece os signos interiores com a ajuda do sistema cognitivo dos

signos psicológicos; ela esclarece e diferencia a atividade mental, e

tende, assim, a fornecer uma explicação psicológica satisfatória dessa

atividade. E desse tipo a tarefa que se designa à cobaia que participa

de uma experiência psicológica. As declarações da cobaia constituem

uma explicação psicológica, ou ao menos um esboço de explicação.

Mas a introspecção pode, também, ser orientada diferentemente e

tender para uma auto-objetivação ética, de costumes. Nesse caso, o

signo interior é integrado num sistema de apreciações e normas éticas,

é compreendido e explicado sob esse ângulo.

A introspecção, como os processos cognitivos, pode tomar outros

caminhos. Mas, sempre em todas as condições, a introspecção se esforça

por explicitar ativamente o signo interior, para levá-lo a um maior

grau de clareza semiótica. O processo atinge seus limites assim que o

objeto da introspecção torna-se perfeitamente compreensível, assim que

ele se torna, igualmente, objeto da observação exterior, de caráter

ideológico (sob uma forma semiótica).

Desta maneira, a introspecção, enquanto conceito ideológico, está

integrada na unicidade da experiência objetiva. É preciso acrescentar,

intermediário, o resultado da auto-observação adquire a coloração do signo

interior abrindo caminho para o exterior.

13 Expusemos nossa concepção do conteúdo do psiquismo e da ideologia em

Freidizm; cf. o capítulo "Conteúdo do Psiquismo como Ideologia".

14 Esta ameaça se realizaria se a realidade do psiquismo fosse uma realidade de

coisa e não uma realidade semiótica.

ainda, o que segue: na análise de um caso concreto, é impossível

traçar uma fronteira precisa entre os signos interiores e exteriores,

entre a introspecção e a observação exterior, que fornece *um*

comentário ininterrupto, tanto semiótico quanto concreto a respeito

dos signos interiores, na medida em que eles são decodificados.

O comentário concreto ocorre sempre. A compreensão de cada signo,

interior ou exterior, efetua-se em ligação estreita com a situação em

que ele toma forma. Esta situação, mesmo no caso da introspecção,

apresenta-se como a totalidade dos fatos que constituem a experiência

exterior, que acompanha e esclarece todo signo interior. Essa situação

é sempre uma *situação social*.

A orientação da atividade mental no interior da alma (a introspecção) não pode ser separada da realidade de sua orientação

numa situação social dada. E é por essa razão que um aprofundamento da

introspecção só é possível quando constantemente vinculado a um

aprofundamento da compreensão da orientação social. Abstrair essa

orientação levaria ao enfraquecimento completo da atividade mental,

como acontece quando se abstrai sua natureza semiótica. Nós veremos

mais adiante, de maneira detalhada, *que o signo e a situação social em*

que se insere estão indissoluvelmente ligados. O signo não pode ser

separado da situação social sem ver alterada sua natureza semiótica.

O problema do signo interior constitui um dos problemas essenciais da filosofia da linguagem, pois o signo interior por

excelência é a palavra, o discurso interior. O problema do discurso

interior, como todos os problemas examinados neste capítulo, é de

natureza filosófica. Ele se encontra no cruzamento dos caminhos da

psicologia e das ciências ligadas à ideologia. Metodologicamente, ele

só pode ser resolvido no terreno da filosofia da linguagem enquanto

filosofia do signo. Como definir a palavra no seu papel de signo

interior? Sob que forma se realiza o discurso interior? Quais são seus

laços com a situação social? Como ele se relaciona com a enunciação?

Que métodos empregar para descobrir, ou para captar durante o vôo, por

assim dizer, o discurso interior? Somente uma elaborada filosofia da

linguagem pode responder a essas questões.

Tomemos, por exemplo, a segunda questão: sob que formas se

realiza o discurso interior? De imediato, pode-se dizer que nenhuma

das categorias elaboradas pela lingüística para analisar as formas da

língua exteriorizada, da fala (lexicologia, gramática, fonética), é

aplicável ao discurso interior e, supondo que fossem, elas deveriam

ser radicalmente redefinidas.

Uma análise mais aprofundada revelaria que as formas mínimas do

discurso interior são constituídas por monólogos *completos*, análogos a

parágrafos, ou então por enunciações completas. Mas elas assemelham-se

ainda mais às réplicas de um diálogo. Não é por acaso que os

pensadores da Antiguidade já concebiam o discurso interior como um

diálogo interior. Essas unidades prestam-se muito pouco a uma análise

sob a forma de constituintes gramaticais (a rigor, em certos casos,

isso é possível, mas com grandes precauções) e não existe entre elas,

assim como entre as réplicas de um diálogo, laços gramaticais; são

laços de uma outra ordem que as regem. Essas unidades do discurso

interior, que poderiam ser chamadas

impressões globais de

enunciações¹⁵, estão ligadas uma à outra, e sucedem-se uma à outra, não

segundo as regras da lógica ou da gramática, mas segundo leis de

convergência apreciativa (emocional), de *concatenação de diálogos*,

etc. e numa estreita dependência das condições históricas da situação

social e de todo o curso pragmático da [existência16](#). Somente a

explicitação das formas que as enunciações completas tomam e, em

particular, as formas do discurso dialogado, pode esclarecer as formas

do discurso interior e a lógica particular do itinerário que elas

seguem na vida interior.

É preciso deixar claro que todos os problemas do discurso

interior que mencionamos estão fora dos limites de nossa pesquisa.

Atualmente, ainda é impossível tratá-los de maneira satisfatória.

Antes de tudo, seria preciso reunir um imenso corpus de dados e

esclarecer outros problemas elementares e fundamentais da filosofia da

linguagem, em particular os problemas da enunciação. Nós pensamos que

é dessa maneira que se pode resolver o problema da delimitação de

fronteiras entre o psíquico e o ideológico, sobre o território único

que os engloba, o do signo ideológico.

Essa abordagem nos permite, igualmente, eliminar, de maneira

dialética, a contradição entre o psicologismo e o antipsicologismo. O

antipsicologismo tem razão em recusar a dedução do ideológico a partir

do psiquismo. Ao contrário, é o psíquico que deve ser deduzido da

ideologia. A psicologia deve apoiar-se na ciência das ideologias.

Originariamente, a palavra deve ter nascido e se desenvolvido no curso

do processo de socialização dos indivíduos, para ser, em seguida,

integrada ao organismo individual e tornar-se fala interior. Contudo,

o psicologismo também tem razão: não há signo exterior sem signo

interior. O signo exterior, incapaz de penetrar no contexto dos signos

interiores, isto é, incapaz de ser compreendido e experimentado, cessa

de ser um signo, transforma-se em uma coisa física.

O signo ideológico tem vida na medida em que ele se realiza no

psiquismo e, reciprocamente, a realização psíquica vive do suporte

ideológico. A atividade psíquica é uma passagem do interior para o

exterior; para o signo ideológico, o processo é inverso. O psíquico

goza de extraterritorialidade em relação ao organismo. É o social

infiltrado no organismo do indivíduo. E tudo que é ideológico é

15 O termo foi emprestado de Gompertz (*Weltanschauungslehre*). Parece que o

primeiro a utilizá-lo foi Otto Weininger. A impressão total é uma impressão

ainda não isolada do objeto total e que, de qualquer modo, oferece uma

impressão do todo, que precede e lança os fundamentos da cognição clara do

objeto. Por exemplo, algumas vezes nos vemos na impossibilidade de lembrar

uma palavra ou um nome, ainda que os tenhamos "na ponta da língua" o que

significa que nós já temos uma "impressão global" deles, mas que eles não

podem se esboçar numa representação concreta e diferenciada. As impressões

globais, segundo Gompertz, desempenham um grande papel nos processos

cognitivos. Elas constituem equivalentes psíquicos das formas do todo e lhe

conferem sua unicidade.

16 A distinção corrente entre os diferentes tipos de discurso interior-visual,

auditivo e motor-- não é relevante para nossas considerações aqui. No quadro

de cada um desses tipos, o discurso se desenrola sob a forma de impressões

globais, visuais, auditivas e motoras.

extraterritorial no domínio sócio-econômico, pois o signo ideológico,

situado fora do organismo, deve penetrar no mundo interior para

realizar sua natureza semiótica.

Desta maneira, existe entre o psiquismo e a ideologia uma

interação dialética indissolúvel: *o psiquismo se oblitera, se destrói*

para se tornar ideologia e vice-versa. O signo interior deve libertar-

se de sua absorção pelo contexto psíquico (biológico e biográfico),

ele deve parar de ser experimentado subjetivamente para se tornar

signo ideológico. O signo ideológico deve integrar-se no domínio dos

signos interiores subjetivos, deve ressoar tonalidades subjetivas para

permanecer um signo vivo e evitar o estatuto honorífico de uma

incompreensível relíquia de museu.

Essa interação dialética dos signos interior e exterior, do psiquismo e da ideologia, muitas vezes atraiu a atenção dos

pensadores; contudo, ela não foi compreendida de maneira correta até o

presente, nem descrita de maneira adequada. Sua análise mais profunda

e interessante foi feita há algum tempo pelo falecido filósofo e

sociólogo Georges Simmel. Ele viu essa interação sob um aspecto que é

característico de todo pensamento burguês contemporâneo, isto é, como

uma "tragédia cultural", ou mais exatamente, como uma tragédia da

faculdade criadora da personalidade subjetiva. Segundo ele, a

personalidade criadora se autodestrói, assim como sua subjetividade e

seu caráter pessoal, no produto objetivo que ela própria cria. O

nascimento de um valor cultural objetivo custa a morte da alma

subjetiva. Não entraremos, aqui, no detalhe da análise que Simmel faz

desse problema, análise que contém várias observações justas e

[interessantes](#)¹⁷. Nós assinalaremos apenas o defeito principal de sua

concepção. Para ele, entre o psiquismo e a ideologia existe um fosso

intransponível. *Ele não admite um signo que, remetendo à realidade,*

seja comum ao psiquismo e à ideologia. Ainda mais, mesmo sendo

sociólogo, ele subestima a natureza totalmente social tanto da

realidade psíquica quanto da realidade ideológica. E, contudo, uma e

outra realidades se apresentam como refrações de um único e mesmo ser

sócio-econômico. O resultado é que a contradição dialética viva entre

o psiquismo e o ser torna-se, para Simmel, uma antinomia estática,

inerte, uma "tragédia"; e ele luta em vão para superar esta antinomia

inevitável, recorrendo a uma dinâmica do processo existencial

impregnado de metafísica.

Somente o recurso ao monismo materialista pode trazer uma solução

dialética a todas as contradições dessa ordem. De outro modo, seríamos

obrigados ou a ignorar as contradições, a fechar os olhos, ou a

17 Pode-se encontrar em tradução russa duas publicações de Simmel, consagradas

a esta questão: "A Tragédia Cultural" em *Logos*, 1911-1912, vols. 2 e 3 e "Os

Conflitos da Cultura Contemporânea" em *Elementos do Conhecimento*, 1923,

Petrogrado, publicado sob a forma de volume separado com um prefácio do

professor Sviatlovski. Seu último livro, tratando da mesma questão do ponto

de vista da filosofia existencial, intitula-se *Lebensanschauung*, 1919. Esta

idéia constitui o *leitmotiv* da *Vida de Goethe*, do mesmo Simmel e, em parte de

seus trabalhos sobre Nietzsche, Schopenhauer, Rembrandt e Michelangelo. Ele

coloca na base de sua tipologia das individualidades criadoras os diferentes

modos de solucionar este conflito entre a alma e sua objetivação criadora

através das produções culturais.

transformá-las em antinomias sem saída, em impasses trágicos¹⁸. Em

suma, em toda enunciação, por mais insignificante que seja, renova-se

sem cessar essa síntese dialética viva entre o psíquico e o

ideológico, entre a vida interior e a vida exterior. Em todo ato de

fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da

enunciação realizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no

ato de decodificação que deve, cedo ou tarde, provocar uma codificação

em forma de réplica. Sabemos que cada palavra se apresenta como uma

arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de

orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua

expressão, como o produto da interação viva das forças sociais.

É assim que o psiquismo e a ideologia se impregnam mutuamente no

processo único e objetivo das relações sociais.

18 Na literatura filosófica russa, os problemas de objetivação do psiquismo

subjetivo, através das produções ideológicas e das condições e conflitos que

daí resultam, são tratados particularmente por Fiódor Stióppun (ver seus

trabalhos em *Logos*, 1911-1912 vol. 2-4). Ele também vê esses problemas sob um

prisma trágico e mesmo místico. Não consegue colocá-los no plano da realidade

material objetiva, que é, contudo, o único onde eles poderiam encontrar uma

resolução fecunda e sadiamente dialética.

SEGUNDA PARTE

PARA UMA FILOSOFIA MARXISTA DA LINGUAGEM

CAPITULO 4

DAS ORIENTAÇÕES DO PENSAMENTO FILOSÓFICO-LINGÜÍSTICO

No que consiste o objeto da filosofia da linguagem? Onde podemos

encontrar tal objeto? Qual é a sua natureza concreta? Que metodologia

adotar para estudá-lo? Na parte introdutória de nosso estudo, estas

questões concretas não foram abordadas. Nós falamos da filosofia da

linguagem, da palavra. Mas o que é a linguagem? O que é a palavra? Não

se trata, evidentemente, de formular perfeitas definições destes

conceitos de base. Uma tal formulação só poderia mesmo ser realizada

no fim e não no início de nossa pesquisa (supondo-se que uma definição

científica possa alguma vez ser considerada como perfeita). No início

de nosso itinerário, convém propor, ao invés de definições, diretrizes

metodológicas: é indispensável, antes de mais nada, conquistar o

objeto real de nossa pesquisa, é indispensável isolá-lo de seu

contexto e delimitar previamente suas fronteiras.

No início do trabalho heurístico, não é tanto a inteligência que

procura, construindo fórmulas e definições, mas os olhos e as mãos,

esforçando-se por captar a natureza real do objeto; acontece que, em

nosso caso, os olhos e as mãos se encontram numa posição difícil: os

olhos nada vêem, as mãos nada podem tocar, é o ouvido que,

aparentemente mais bem situado, tem a pretensão de escutar a palavra,

de ouvir a linguagem. E, com efeito, as seduções do *empirismo fonético*

superficial são muito fortes na lingüística. O estudo da face sonora

do signo lingüístico nela ocupa um lugar proporcionalmente exagerado.

Tal estudo muitas vezes determina o tom nessa disciplina e, na maioria

dos casos, é feito sem nenhum vínculo com a natureza real da linguagem

enquanto código [ideológico1](#). O problema da explicitação do objeto real

da filosofia da linguagem está longe de ser resolvido. Toda vez que

procuramos delimitar o objeto de pesquisa, remetê-lo a um complexo

objetivo, material, compacto, bem definido e observável, nós perdemos

a própria essência do objeto estudado, sua natureza semiótica e

ideológica. Se isolarmos o som enquanto fenômeno puramente acústico,

perderemos a linguagem como objeto específico. O som concerne

totalmente à competência dos físicos. Se ligarmos o processo

fisiológico da produção do som ao processo de percepção sonora, nem

por isso estaremos nos aproximando de nosso objetivo. Se associarmos a

1 Isto diz respeito sobretudo à fonética experimental, que não estuda de fato

os sons da língua, mas sim os sons produzidos pelos órgãos da fonação e

captados pelo ouvido, independentemente de seu lugar no sistema da língua e

na construção das enunciações. Por outro lado, a ciência fonética tenta a

custo reunir, com vistas a seu estudo, imensos *corpora* de dados sem no

entanto se valer de uma metodologia de classificação.

atividade mental (os signos interiores) do locutor e do ouvinte,

estaremos em presença de dois processos psicofísicos ocorrendo em dois

sujeitos psicofisiologicamente diferentes e de um único complexo

sonoro físico realizando-se na natureza segundo as leis da física. A

linguagem, como objeto específico, ainda não a teremos encontrado. E,

contudo, já lançamos mão de três esferas da realidade: física,

fisiológica e psicológica, do que resultou, até que de modo

satisfatório, um conjunto complexo de numerosos elementos. Mas este

complexo é privado de alma, seus diferentes elementos estão alinhados

ao invés de estarem unidos por um conjunto de regras internas que lhe

atribuiria vida e faria dele justamente um fato lingüístico.

O que mais deve ser acrescentado a este conjunto já tão complexo?

É preciso, fundamentalmente, inseri-lo num complexo mais amplo e que o

engloba, ou seja: na esfera única da relação social organizada. Assim

como, para observar o processo de combustão, convém colocar o corpo no

meio atmosférico, da mesma forma, para observar o fenômeno da

linguagem, é preciso situar os sujeitos - emissor e receptor do som -,

bem como o próprio som, no meio social. Com efeito, é indispensável

que o locutor e o ouvinte pertençam à mesma comunidade lingüística, a

uma sociedade claramente organizada. E mais, é indispensável que estes

dois indivíduos estejam integrados na unicidade da situação social

imediata, quer dizer, que tenham uma relação de pessoa para pessoa

sobre um terreno bem definido. É apenas sobre este terreno preciso que

a troca lingüística se torna possível; um terreno de acordo ocasional.

Não se presta a isso, mesmo que haja comunhão de espírito. Portanto, a

unicidade do meio social e a do contexto social imediato
são condições

absolutamente indispensáveis para que o complexo físico-psíquico-

fisiológico que definimos possa ser vinculado à língua, à fala, possa

tornar-se um fato de linguagem. Dois organismos biológicos, postos em

presença num meio puramente natural, não produzirão um ato de fala.

Mas, como resultado desta análise, o objeto de nossa pesquisa, ao

invés de ver-se reduzido como seria desejável, viu-se consideravelmente ampliado e tornado ainda mais complexo. Com efeito, o meio social organizado, no qual inserimos nosso complexo físico-psíquico-fisiológico, e a situação de troca social mais imediata apresentam por si só complicações extraordinárias, comportam relações de diversas naturezas e de múltiplas facetas, e, dentre estas relações, nem todas são necessárias à compreensão dos fatos lingüísticos, nem todas são elementos constitutivos da linguagem. Em suma, o conjunto deste complicado sistema de fenômenos e de relações, de processos, etc., necessita uma redução a um denominador comum. Todas as suas linhas devem reunir-se num centro único: o mágica que constitui o processo lingüístico. Na parte precedente expusemos o problema da linguagem, ou seja,

pusemos em evidência o problema enquanto tal e as dificuldades que ele

encerra. Que soluções a filosofia da linguagem e a lingüística geral

já trouxeram para este problema? Que marcos já colocaram no caminho de

sua resolução, que nos possam orientar? Não temos aqui a intenção de

fazer um histórico completo da filosofia da linguagem e da lingüística

geral, nem mesmo de apresentar sua situação atual. Limitar-nos-emos a

uma análise geral das linhas mestras do pensamento filosófico e

lingüístico dos tempos atuais2.

Na filosofia da linguagem e nas divisões metodológicas correspondentes da lingüística geral, encontramo-nos em presença de

duas orientações principais no que concerne à resolução de nosso

problema, que consiste em *isolar e delimitar a linguagem como objeto*

de estudo específico. Isto acarreta, por suposto, uma distinção

radical entre estas duas orientações para todas as demais questões que

se colocam em lingüística. Chamaremos a primeira orientação de

"subjetivismo idealista" e a segunda de "objetivismo abstrato"³.

A primeira tendência interessa-se pelo ato da fala, de criação

individual, como fundamento da língua (no sentido de toda atividade de

linguagem sem exceção). O psiquismo individual constitui a fonte da

língua. As leis da criação lingüística - sendo a língua uma evolução

ininterrupta, uma criação contínua - são as leis da psicologia

individual, e são elas que devem ser estudadas pelo lingüista e pelo

filósofo da linguagem. Esclarecer o fenômeno lingüístico significa

reduzi-lo a um ato significativo (por vezes mesmo racional) de criação

individual. O restante da tarefa do lingüista não tem senão um caráter

preliminar, construtivo, descritivo, classificatório, e limita-se

simplesmente a preparar a explicação exaustiva do fato lingüístico

comprovado por um ato de criação individual, ou então a servir a

finalidades práticas de aquisição de uma língua dada. A língua é,

deste ponto de vista, análoga às outras manifestações ideológicas, em

particular às do domínio da arte e da estética.

As posições fundamentais da primeira tendência, quanto à língua,

podem ser sintetizadas nas quatro seguintes proposições:

1. *A língua é uma atividade, um processo criativo ininterrupto de*

construção ("energia"), que se materializa sob a forma de atos

individuais de fala.

2. Não existem atualmente obras especializadas em história da filosofia da

linguagem. Encontram-se pesquisas fundamentais apenas no que diz respeito à

filosofia da linguagem e à lingüística na antiguidade, como por exemplo

Steindahl, *Geschichte der Sprachwissenschaft bei den Griechen und Rómern*,

1890. No que concerne à história européia, só se encontram monografias de

diferentes filósofos e lingüistas (sobre Humboldt, Wundt, Marty, etc.).

Voltaremos a tratar disso mais tarde. O único esboço atual relativamente

sério de história da filosofia da linguagem e da lingüística acha-se no livro

de Ernst Cassirer, *A Filosofia das Formas Simbólicas*, I, A Linguagem, cap.

1.º, "O Problema da Linguagem na História da Filosofia". Em língua russa,

encontraremos um esboço breve mais sério da situação atual da lingüística e

da filosofia da linguagem no artigo de R. Schor, "Krisis sovremiennoi

lingvistiki" (A Crise da Lingüística Contemporânea) in *Iafeticheski sbórnik*

(Coletânea Jafética) V, 19a7, p. 32-71). M. N. Peterson, por sua vez, num

artigo intitulado "Iazík kak sotsialnoie iavliénie" (A Língua como

Manifestação Social), in *Utchiónie zapíski Instituta iaziká i literatur i*

(Anais Científicos do Instituto de Língua e Literatura), 1927, Moscou, p. 3-

21, dá uma visão de conjunto, apesar de muito incompleta, dos trabalhos

lingüísticos que comportam uma abordagem sociológica. Não citaremos trabalhos

sobre a história da lingüística.

3 Os dois termos, como quase sempre ocorre com este tipo de denominação, estão

longe de recobrir todo o conteúdo e a complexidade das orientações definidas.

Veremos que a denominação da primeira orientação é particularmente

inadequada. Mas não conseguimos encontrar uma melhor.

2. As leis da criação lingüística são essencialmente as leis da

psicologia individual.

3. A criação lingüística é uma criação significativa, análoga à

criação artística.

4. A língua, enquanto produto acabado ("ergon"), enquanto sistema

estável (léxico, gramática, fonética), apresenta-se como um depósito

inerte, tal como a lava fria da criação lingüística, abstratamente

construída pelos lingüistas com vistas à sua aquisição prática como

instrumento pronto para ser usado.

Wilhelm Humboldt foi um dos mais notórios representantes desta

primeira [tendência4;](#) foi quem estabeleceu seus fundamentos. A

influência do poderoso pensamento humboldtiano ultrapassa em muito os

limites da tendência que acabamos de descrever. Pode-se dizer que toda

a lingüística após ele, e até nossos dias, encontra-se sob sua

influência determinante. O pensamento humboldtiano não se encaixa

integralmente no quadro das quatro proposições enunciadas, ele é mais

amplo, mais complexo e apresenta mais contradições; razão pela qual

Humboldt pôde tornar-se o iniciador de diferentes correntes

profundamente divergentes entre si. Contudo, o núcleo fundamental das

idéias humboldtianas constitui a expressão mais forte e mais profunda

das tendências essenciais da primeira escola que acabamos de [definir5.](#)

Na literatura lingüística russa, o representante mais próximo desta

[escola é A. A. Potebniá e seu grupo de discípulos6.](#)

Os adeptos mais tardios da primeira tendência não atingiram.

estes, a profundidade das idéias e a síntese filosófica de Humboldt.

Esta escola de pensamento viu-se consideravelmente enfraquecida,

particularmente pelo fato de sua assimilação a um modo de pensamento

positivista e superficialmente empirista. Em Steintahl já não se

4 Hamann e Herder o precederam nesta direção.

5 Humboldt expôs suas idéias sobre a filosofia da linguagem em "Ueber die

Verschiedeheiten des Menschlichen Sprachbaues",

in Vorstudie zur

Einleitung zum Kawiwerk, gesam. Schriften (Akademie-Ausgabe) Bd. VI. Há uma

grande quantidade de trabalhos sobre Humboldt. Citaremos o *Wilhelm von*

Humboldt de R. Heim e, entre as obras mais recentes, o livro de Spranger com

o mesmo título (Berlim, 1909). Sobre Humboldt e sua influência sobre a

lingüística russa, citemos: B. Engelhardt, A. N. Vesselovsky (Petrograd,

1922). Recentemente foi editado um estudo muito bom e interessante de G.

Spätt: *Vnútrennai forma slóva (etiúdi i variatsii na tiému Gumboldta)* [A

Linguagem Interior (Estudos e Variações sobre o Tema de Humboldt)]. O autor

tenta encontrar as raízes profundas do pensamento humboldtiano camufladas nas

interpretações tradicionais (há várias tradições de interpretação de

Humboldt). A concepção de Spätt, muito subjetiva, mostra uma vez mais como o

pensamento de Humboldt é complexo e cheio de contradições; ele se presta a

variantes muito livres.

6 Sua principal obra filosófica é *Misl i iazík* (Pensamento e Linguagem),

(Cracóvia, 1905), reeditado pela Academia de Ciências da Ucrânia. Os

discípulos de Potebniá que constituem a escola de Kharkov, publicaram, em

intervalos irregulares, uma revista intitulada *Vopróssi teorii i psikhológuii*

tvórtchestva (Problemas da Teoria e da Psicologia da Criação), onde

encontramos as obras póstumas do próprio Potebniá e artigos de seus alunos a

seu respeito. A principal obra de Potebniá expõe as idéias de Humboldt.

encontra mais a amplitude de Humboldt. Em compensação percebe-se um

grande esforço de precisão e de sistematização metodológica. Também

para Steintahl, o psiquismo individual constitui a fonte da língua,

enquanto que as leis do desenvolvimento lingüístico são leis

[psicológicas](#)⁷.

No psicologismo empirista de Wundt e discípulos, não se encontram

mais os fundamentos da primeira escola a não ser sob forma bastante

atenuada. A doutrina de Wundt resume-se no seguinte: todos os fatos de

língua, sem exceção, prestam-se a uma explicação fundada na psicologia

individual sobre uma base [voluntarista](#)⁸. É verdade que Wundt, assim

como Steintahl, considera a língua como uma emanação da "psicologia

dos povos" (*Volker psychologie*) ou "psicologia [étnica](#)"⁹. Entretanto, a

psicologia wundtiana dos povos é constituída pela soma dos psiquismos

separados dos indivíduos. Para ele, apenas estes últimos têm acesso à

realidade na sua totalidade.

Todas as suas explicações dos fatos de língua, de mitologia e de

religião se ligam a explicações puramente psicológicas. Wundt não

reconhece a existência de um conjunto de leis específicas, puramente

sociológicas, inerentes a todo signo *ideológico* e não *dutíveis* a

algumas leis psicológicas individuais.

Atualmente, a primeira tendência da filosofia da linguagem, tendo

rejeitado as vias do positivismo, está a caminho de desabrochar

novamente e de alargar a visão destes problemas na escola de Vossler.

Esta última, conhecida por *Idealistische Neuphilologie*, constitui

incontestavelmente uma das orientações mais fecundas do pensamento

filosófico-lingüístico contemporâneo. A contribuição positiva,

original, de seus discípulos à lingüística (em romanística e

germanística) é também muito importante. Basta lembrar, ao lado do

próprio Vossler, discípulos tais como Leo Spitzer, Lorek, Lerch, etc.

Iremos citar cada um deles em várias oportunidades.

O conjunto da concepção lingüístico-filosófica de Vossler e de

sua escola pode ser resumido corretamente pela apresentação que

fizemos das quatro proposições fundamentais da primeira escola. O que

caracteriza primordialmente a escola de Vossler, é "a negação

categórica e de princípio do positivismo lingüístico, que não consegue

ver mais além das formas lingüísticas (em particular as fonéticas, as

que são positivas) e do ato psicofisiológico que as [engendra](#)⁷¹⁰. Donde

7 Na base da concepção de Steintahl está a teoria psicológica de Herbart, que

tenta elaborar todos os dados do psiquismo humano a partir dos elementos

dotados de uma representação e vinculados por laços associativos.

8 O voluntarismo postula o livre-arbítrio na base do psiquismo.

9 O termo "psicologia étnica" foi proposto por G Spätt para substituir o termo

calcado no alemão *Völker Psychologie*, ou seja, psicologia dos povos. Esta

última expressão, de fato, não é satisfatória e a expressão proposta por

Spatt parece-nos bem melhor. Ver G. Spatt , *Vvedenie v etnítcheskuiu*

psikhológiuiu (Introdução à psicologia étnica), edições da Academia Estatal de

Artes e Ciências, Moscou, 1927. Encontramos neste livro uma crítica de base

do pensamento de Wundt, mas a construção proposta como alternativa por Spätt tampouco é aceitável.

10 O primeiro livro de Vossler, no qual ele expõe os fundamentos de sua

filosofia, *Positivismus und Idealismus in der Sprachwissenschaft*, Heidelberg,

1904, é consagrado à crítica do positivismo em lingüística.

o aparecimento em primeiro plano do *componente ideológico significante*

da língua. O motor principal da criação é o "gosto lingüístico",

variedade particular do gosto artístico. O gosto lingüístico é

justamente esta verdade lingüística absoluta que dá vida à língua e

que o lingüista se esforça por descobrir em cada fato de língua, a fim

de dar-lhe uma explicação adequada.

"Só pode ter pretensões a um caráter científico", diz Vossler,

"uma história da língua que examine toda a hierarquia causal

pragmática com a única finalidade de aí descobrir uma ordem estética,

a fim de que o pensamento lingüístico, a verdade lingüística, o gosto

lingüístico ou, como diz Humboldt, a forma interior da língua através

de suas transformações condicionadas por fatores físicos, psíquicos,

políticos, econômicos e culturais em geral, tornem-se claros e

compreensíveis"11.

'Assim é que, para Vossler, os fatores que determinam de uma

forma ou de outra os fatos de língua (físicos, políticos, econômicos,

etc.) não possuem significação direta para o lingüista; só importa

para este o sentido artístico de um dado fato de língua. Eis a

concepção que ele tem da língua, uma concepção puramente estética. "A

própria idéia de língua", diz ele, "é por essência uma idéia poética;

a verdade da língua é de natureza artística, é o Belo dotado de

Sentido12".

Compreende-se que não é um sistema lingüístico acabado, no

sentido da totalidade dos traços fônicos, gramaticais e outros, mas

sim o *ato de criação individual da fala* (*Sprache als Rede*) que será

para Vossler o fenômeno essencial, a realidade essencial da língua.

Segue se que, em todo ato de fala, o importante, do ponto de vista da

evolução da língua, não são as formas gramaticais estáveis, efetivas e

comuns a todas as demais enunciações da língua em questão, mas sim a

realização estilística e a modificação das formas abstratas da língua,

de caráter individual e que dizem respeito apenas a esta enunciação.

Só essa individualização estilística da língua na enunciação

concreta é histórica e realmente produtiva. É nela que tem lugar a

evolução da língua, logo dissimulada pela formalização gramatical.

Todo fato gramatical foi, a princípio, fato estilístico. É a isto que

se liga a idéia vossleriana da *primazia do estilístico sobre o*

gramatical13. A maior parte das pesquisas lingüísticas inspiradas na

doutrina de Vossler se situa na fronteira entre a lingüística (no

sentido estrito) e a estilística. Em toda forma lingüística, os

vosslerianos se empenham com afinco em descobrir raízes ideológicas

significantes14.

11 "Grammatika i istoria iaziká" (Gramática e História da Língua) in Logos,

vol. 1, 1910, p. 170.

12 Ibid, p 167.

13 Nós voltaremos mais tarde à crítica desta idéia.

14 Os principais trabalhos filosófico-lingüísticos de Vossler surgidos depois

do livro citado estão reunidos na coletânea *Philosophie der Sprache* (1920).

Trata-se da última publicação de Vossler. Ela dá uma idéia completa de suas

concepções em filosofia e em lingüística geral. Entre os trabalhos

lingüísticos característicos do método vossleriano, citemos Frankreichs

Kultur im Spiegel seiner Sprachentwicklung, 1913. O leitor encontrará uma

bibliografia completa de Vossler, até 1922, na coletanea *Idealistische*

Entre os representantes contemporâneos da primeira orientação da

filosofia da linguagem, convém citar ainda o filósofo e crítico

literário Benedetto Croce, em razão de sua grande influência sobre o

pensamento filosófico lingüístico e sobre a crítica literária na

Europa. As idéias de Benedetto Croce são, em muitos aspectos, próximas

às de Vossler. Para ele, também, a língua constitui um fenômeno

estético. A base, o termo-chave de sua concepção da língua é a palavra

"expressão". Toda expressão é, em princípio, de natureza artística.

Daí a lingüística, como ciência da expressão por excelência, coincidir

com a estética. Segue-se que, para Croce, o ato de fala individual

constitui igualmente o fenômeno de base da língua¹⁵.

Passemos à definição da segunda orientação do pensamento

filosófico-lingüístico. Segundo esta tendência, o centro organizador

de todos os fatos da língua, o que faz dela o objeto de uma ciência

bem definida, situa-se, ao contrário, no *sistema lingüístico*, a saber

o sistema das formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua.

Enquanto que, para a primeira orientação, a língua constitui um fluxo

ininterrupto de atos de fala, onde nada permanece estável, nada

conserva sua identidade, para a segunda orientação a língua é um arco-

íris imóvel que domina este fluxo. Cada enunciação, cada ato de

criação individual é único e não reiterável, mas em cada enunciação

encontram-se elementos idênticos aos de outras enunciações no seio de

um determinado grupo de locutores. São justamente estes traços

idênticos, que são assim normativos para todas as enunciações - traços

fonéticos, gramaticais e lexicais -, que garantem a unicidade de uma

dada língua e sua compreensão por todos os locutores de uma mesma

comunidade.

Se tomarmos um som qualquer da língua, por exemplo, o fonema /a/

na palavra *ráduga* (arco-íris), o som produzido pelo aparelho

articulatório fisiológico do organismo individual é um som individual

e único, próprio de cada sujeito falante. Quantas forem as pessoas a

pronunciar a palavra *ráduga*, quantos serão os "a" particulares desta

palavra (ainda que o ouvido não queira nem possa captar esta

particularidade). O som fisiológico (ou seja, o som produzido pelo

Neuphilologie (Festschrift für Karl Vossler) que lhe é consagrada (1922). Em

língua russa, podem-se ler dois artigos sobre ele: o artigo já citado e

também "Otnochénie istorii iazikov k istorii literaturi" (A Relação entre a

História das Línguas e a História da Literatura) in Logos, 1912-1913, vol. I-

II. Os dois artigos dão uma idéia das bases da teoria de Vossler. As posições

de Vossler e de seus discípulos nunca foram discutidas na literatura

lingüística russa. Delas encontramos apenas uma menção no artigo de Jirmunsky

sobre a critica literária contemporânea na Alemanha (Poética, volume III,

1927, "Academia"). R. Schor, no esboço por nós citado, só menciona Vossler no

prefácio. Mais adiante iremos falar dos trabalhos dos seguidores de Vossler,

que apresentam um interesse filosófico e metodológico.

15 Pode-se encontrar em russo a primeira parte de *A Estética* de Benedetto

Croce, "A Estética Como Ciência da Expressão e Como Elemento de Lingüística

Geral", Moscou, 1920. Aí já se encontram as considerações gerais de Croce

sobre a língua e a lingüística.

aparelho fisiológico individual) é, no final das contas, tão único

quanto é única a impressão digital de um indivíduo dado, tão único

como a composição química individual do sangue de cada pessoa (embora

a ciência não seja ainda capaz de definir fórmulas individuais do

sangue).

Entretanto, será que estas particularidades individuais do som

/a/, condicionadas, digamos pela forma única da língua (órgão), do

palato e dos dentes dos sujeitos falantes (admitamos que possamos

igualmente captar e fixar todas estas particularidades), são

essenciais do ponto de vista da língua? Evidente que elas não

apresentam qualquer interesse. O que é essencial é a *identidade*

normativa deste som em todas as instâncias em que se pronuncia a

palavra *ráduga*. E esta identidade normativa constitui justamente

(posto que não existe identidade de fato) a unicidade do sistema

fonético* da língua (neste quadro sincrônico) e garante a compreensão

da palavra por todos os membros da comunidade lingüística. Este fonema

/a/ identificado por referência a uma norma constitui portanto um fato

de língua, um objeto científico da lingüística.

Isto se estende legitimamente a todos os outros elementos da

língua. Em toda parte encontraremos a mesma identidade normativa das

formas lingüísticas (por exemplo, os esquemas sintáticos) ao lado da

realização única e não reiterável da aplicação individual de uma forma

dada no ato de fala única. O primeiro fato é parte integrante do

sistema da língua, o segundo se refere aos processos individuais da

fala, condicionados (do ponto de vista da língua como sistema) por

fatores contingentes, fisiológicos e subjetivo-psicológicos, dos quais

não podemos inteirar-nos com precisão.

É claro que o sistema lingüístico, no sentido acima definido, é

completamente independente de todo ato de criação individual, de toda

intenção ou desígnio. Do ponto de vista da segunda orientação, não se

poderia falar de uma criação refletida da língua pelo sujeito

[falante](#)¹⁶. A língua opõe-se ao indivíduo enquanto norma indestrutível,

peremptória, que o indivíduo só pode aceitar como tal. No caso em que

o indivíduo não integrasse nenhuma forma lingüística enquanto norma

peremptória, esta forma deixaria então de existir para ele como forma

da língua para tornar-se simples potencial de seu aparelho psicofísico

individual. O indivíduo recebe da comunidade lingüística um sistema já

constituído, e qualquer mudança no interior deste sistema ultrapassa

os limites de sua consciência individual. O ato individual de emissão

de todo e qualquer som só se torna ato lingüístico na medida em que se

lige a um sistema lingüístico imutável (num determinado momento de

sua história) e peremptório para o indivíduo.

Quais são, pois, as leis que governam este sistema interno da

língua? Elas são puramente *imanentes e específicas*, irredutíveis a

leis ideológicas, artísticas ou a quaisquer outras. Todas as formas da

* O termo "fonologia" ainda não é usado. Lembremos que esta obra é anterior

aos trabalhos do Círculo Fonológico de Praga (N.d.T.fr.).

16 Entretanto, como veremos, no terreno do racionalismo tal qual o descrevemos,

os fundamentos da segunda orientação do pensamento filosófico-lingüístico são

inteiramente compatíveis com a idéia de uma língua universal racional

artificialmente criada.

língua, consideradas num momento preciso (ou seja, do ponto de vista

sincrônico) são indispensáveis umas às outras, completam-se

mutuamente, e fazem da língua um sistema estruturado que obedece a

leis lingüísticas específicas. Estas leis lingüísticas específicas, à

diferença das leis ideológicas - que se referem a processos

cognitivos, à criação artística, etc. - *não podem depender da*

consciência individual. Um tal sistema, o indivíduo tem que toma-lo e

assimilá-lo no seu conjunto, tal como ele é. Não há lugar, aqui, para

quaisquer distinções ideológicas, de caráter apreciativo: é pior, é

melhor, belo ou repugnante, etc. Na verdade só existe um critério

lingüístico: está certo ou errado; além do mais, por correção

lingüística deve-se entender apenas a conformidade a uma dada norma do

sistema normativo da língua. Não se poderia, por conseguinte, falar em

"gosto lingüístico" nem em verdade lingüística. Do ponto de vista do

indivíduo, as leis lingüísticas são arbitrárias, isto é, privadas de

uma justificação natural ou ideológica (por exemplo, artístico).

Assim, entre a face fonética da palavra e seu sentido, não há nem uma

conexão natural nem uma correspondência de natureza artística. Se a

língua, como conjunto de formas, é independente de todo impulso

criador e de toda ação individual, segue-se ser ela o produto de uma

criação coletiva, um fenômeno social e, portanto, como toda

instituição social, normativa para cada indivíduo.

Entretanto, o sistema lingüístico, único e sincronicamente

imutável, transforma-se, evolui no processo de evolução histórica de

uma determinada comunidade lingüística, posto que a identidade

normativa do fonema, tal qual nós a estabelecemos, é diferente nas

diferentes épocas da evolução de uma língua. Em poucas palavras, a

língua tem sua história. Como podemos pensar esta história do ponto de vista da segunda orientação?

Para esta segunda orientação do pensamento filosófico-lingüístico, o fato mais significativo é o fosso que separa *a história*

do sistema lingüístico em questão da abordagem não histórica,

sincrônica. A argumentação fundamental da segunda orientação faz deste

fosso dialético, um fosso intransponível. Entre a lógica que governa o

sistema de formas lingüísticas num determinado momento da história e a

lógica (ou antes, a ausência de lógica) da evolução histórica destas

formas, nada pode haver de comum. São duas lógicas diferentes. Ou

melhor, se nós reconhecemos uma como sendo lógica, então a outra deve

ser definida como alógica, isto é, como a negação pura e simples da

lógica estabelecida.

Na verdade, as formas que constituem o sistema lingüístico são

mutuamente dependentes e completam-se como elementos de uma só e mesma

fórmula matemática. A mudança de um dos elementos do sistema cria um

novo sistema, assim como a mudança de um dos elementos da fórmula cria

uma nova fórmula. A relação e as regras que governam as ligações entre

os elementos de uma dada fórmula não se estendem, nem poderiam se

estender, para a relação entre o sistema ou a fórmula em questão e um

outro sistema ou outra fórmula que a eles se seguissem.

Podemos utilizar aqui uma analogia grosseira, mas que exprime

entretanto com suficiente exatidão as relações que a segunda

orientação do pensamento filosófico-lingüístico mantém com a história

da língua. Comparemos o sistema da língua com a fórmula de resolução

do binômio de Newton. Esta fórmula é regida por regras bem estritas,

que subordinam todos os elementos e os tornam imutáveis. Suponhamos

que um aluno, utilizando esta fórmula, se engane - que, por exemplo,

ele confunda os sinais de mais e menos ou os expoentes. Disto

resultaria uma nova fórmula com suas regras internas (esta fórmula,

por certo, não mais convém à resolução do binômio de Newton, mas isto

não tem importância para efeitos de nossa analogia). Entre a primeira

e a segunda fórmulas, já não existe mais relação matemática, análoga à

que rege as relações internas de cada fórmula.

Na língua, as coisas se passam do mesmo modo. As relações

sistemáticas que existem entre duas formas lingüísticas no sistema (em

sincronia), nada têm de comum com as relações que unem qualquer destas

formas à sua imagem transformada no estágio posterior da evolução

histórica da língua. O germânico de antes do século XVI conjugava: *ich*

was - *wir waren*. O alemão contemporâneo conjuga: *ich war* - *wir waren*;

ich was transformou-se pois em *ich war*. Entre as formas *ich was* - *wir*

waren e *ich war* - *wir waren* existe uma ligação lingüística sistemática, os termos se completam mutuamente. Eles se ligam e são

complementares, particularmente como formas do singular e plural da

primeira pessoa na conjugação de um único e mesmo verbo. Entre *ich war*

- *wir waren* de um lado e *ich was* (séculos XV e XVI) - *ich war*

(contemporâneo) de outro, existe uma relação diferente, que nada tem

de comum com a primeira. A forma *ich war* formou-se por analogia a *wir*

waren. No lugar de *ich was*, nós (indivíduos separados) viemos a criar

*ich war*¹⁷ sob influência de *wir waren*. O fenômeno tornou-se fenômeno de

massa, e o resultado foi que de um erro individual originou-se uma

norma lingüística.

Desta maneira, entre as duas relações:

1.º) *ich was* - *wir waren* (no quadro sincrônico, digamos, do

século XV) ou então *ich war* - *wir waren* (no quadro sincrônico do século XIX) e

2.º) *ich was* - *ich war* => *wir waren* (na qualidade de fator

determinante da nova forma analógica), existem diferenças bem

profundas no plano dos princípios. A primeira relação, sincrônica, é

regida por combinações lingüísticas sistemáticas entre elementos

interdependentes e complementares. Esta relação opõe-se ao indivíduo,

na sua qualidade de norma peremptória. A segunda relação (histórica ou

diacrônica) está submetida às suas próprias leis particulares, mais

precisamente, às leis do erro analógico.

A lógica da história da língua é a lógica dos erros individuais

ou dos desvios. A passagem de *ich was* a *ich war* se efetua fora do

campo da consciência individual. A passagem é involuntária e passa

desapercebida, e esta é a condição de sua realização. A cada época só

pode corresponder uma única norma lingüística: ou *ich was* ou *ich war*.

Fora da norma só há lugar para a transgressão, mas não para uma outra

norma, contraditória (razão pela qual não poderia existir "tragédia"

lingüística). Se a transgressão não é percebida como tal e, por isso

mesmo, não é corrigida, e se existe um terreno favorável para a

generalização do erro (no caso considerado, este terreno favorável é a

17 Os ingleses utilizam ainda *I was*.

analogia), então este desvio torna-se a nova norma lingüística.

Assim, entre a lógica da língua, como sistema de formas e a

lógica da sua evolução histórica, não há nenhum vínculo, nada de

comum. As duas esferas são regidas por leis completamente diferentes,

por fatores heterogêneos. O que torna a língua significante e coerente

no quadro sincrônico é excluído e inútil no quadro diacrônico. O

presente da língua e sua história não se entendem entre si, são ambos

incapazes de se entenderem.

Assinalamos a divergência bem profunda que existe, justamente sob

este aspecto, entre a primeira e a segunda orientação da filosofia da

línguagem. Para a primeira orientação, a essência da língua está

precisamente na sua história. A lógica da língua não é absolutamente a

da repetição de formas identificadas a uma norma, mas sim uma

renovação constante, a individualização das formas em enunciações

estilisticamente únicas e não reiteráveis. A *realidade da língua*

constitui também sua evolução. Entre um momento particular da vida de

uma língua e sua história se estabelece uma comunhão total. As mesmas

motivações ideológicas reinam numa e noutra parte. Como diria Vossler,

"o gosto lingüístico cria a unicidade da língua num momento dado. Ele

cria e garante da mesma maneira a unicidade da evolução histórica da

língua". A passagem de uma forma histórica a outra se efetua,

essencialmente, nos limites da consciência individual, posto que

também, como sabemos, toda forma gramatical foi na origem, para

Vossler, uma forma estilística livre.

A diferença entre as duas orientações fica muito bem ilustrada

pela seguinte: as formas normativas, responsáveis pelo imobilismo do

sistema lingüístico (*ergon*), não eram, para a primeira orientação,

senão resíduos deteriorados da evolução lingüística, da verdadeira

substância da língua, tornada viva pelo ato de criação individual e

único. Para a segunda orientação, é justamente este sistema de formas

normativas que se torna a substância da língua. A refração e a

variação de caráter individual e criador das formas lingüísticas não

constituem mais que detritos da vida da língua (mais exatamente, do

imobilismo fenomenal desta), harmônicos inúteis e intangíveis do tom

fundamentalmente estável das formas lingüísticas. Nós podemos

sintetizar o essencial das considerações da segunda orientação nas

seguintes proposições:

1. A língua é um sistema estável, imutável, de formas lingüísticas submetidas a uma norma fornecida tal qual à consciência

individual e peremptória para esta.

2. As leis da língua são essencialmente leis lingüísticas específicas, que estabelecem ligações entre os signos lingüísticos no

interior de um sistema fechado. Estas leis são objetivas relativamente

a toda consciência subjetiva.

3. As ligações lingüísticas específicas nada têm a ver com

valores ideológicos (artísticos, cognitivos ou outros). Não se

encontra, na base dos fatos lingüísticos, nenhum motor ideológico.

Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência, nem vínculo artístico.

4. Os atos individuais de fala constituem, do ponto de vista da

língua, simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações

das formas normativas. Mas são justamente estes atos individuais de

fala que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto

tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo

desprovida de sentido. Entre *o sistema da língua e sua história não*

existe nem vínculo nem afinidade de motivos. Eles são estranhos entre

si.

O leitor terá notado que as quatro proposições que resumem a

segunda orientação do pensamento filosófico-lingüístico constituem a

antítese das quatro proposições correspondentes da primeira orientação.

O traçado histórico da segunda orientação é bem mais difícil de

ser feito. Aí não encontramos, no início de nossa era, representante

ou teórico cuja estatura possa se comparar à de Humboldt. É preciso

procurar as raízes desta orientação no racionalismo dos séculos XVII e

XVIII. Tais raízes mergulham no solo fértil do [cartesianismo](#)¹⁸. Foi

Leibniz quem exprimiu, pela primeira vez, estas idéias de forma clara,

na sua teoria da gramática universal.

A idéia de uma língua *convencional, arbitrária*, é característica

de toda corrente racionalista, bem como o paralelo estabelecido entre

o *código lingüístico* e o *código matemático*. Ao espírito orientado para

a matemática, dos racionalistas, o que interessa não é a relação do

signo com a realidade por ele refletida ou com o indivíduo que o

engendra, mas a relação de signo para signo no interior de um sistema

fechado, e não obstante aceito e integrado. Em outras palavras, só

lhes interessa a *lógica* interna do próprio sistema de signos; este é

considerado, assim como na lógica, independentemente por completo das

significações ideológicas que a ele se ligam. Os racionalistas também

se inclinam a levar em conta o ponto de vista do receptor, mas nunca o

do locutor enquanto sujeito que exprime sua vida interior, já que o

signo matemático é menos passível do que qualquer outro de ser

interpretado como a expressão do psiquismo individual; ora, o signo

matemático era, para os racionalistas, o signo por excelência, o

modelo semiótico, inclusive para a língua. São precisamente estas

idéias que se acham claramente expressas no conceito leibniziano da

gramática universal¹⁹.

Convém aqui assinalar que a primazia do ponto de vista do

receptor sobre o do locutor é uma constante da segunda orientação. Por

isso mesmo, em função do terreno escolhido por esta última, o problema

da expressão não é nunca abordado nem, por conseguinte, o da evolução

do pensamento e do psiquismo subjetivo tal como ele transpira através

da palavra (o que é uma das principais preocupações da primeira

18 Não resta qualquer dúvida de que um elo interno une em profundidade a

segunda orientação ao pensamento cartesiano e à visão geral do mundo do

neoclassicismo com seu culto da forma fixa, racional e imutável. O próprio

Descartes não publicou nada sobre a filosofia da linguagem, mas encontramos

na sua correspondência observações características. Ver a este respeito o

capítulo já citado no livro de Cassirer.

19 Podemos familiarizar-nos com estas considerações de Leibniz lendo a obra

fundamental de Cassirer, *Leibniz System in seinem Wiessenschaftlichen*

Grundlagen, Marburg, 1902.

orientação).

A idéia da língua como sistema de signos arbitrários e convencionais, essencialmente racionais, foi elaborada de forma

simplificada já no século XVIII pelos filósofos do Século das Luzes.

As idéias que constituem o objetivismo abstrato vieram à luz

primeiramente na França e ainda encontram aí seu terreno preferido20.

Sem nos determos nas etapas intermediárias do desenvolvimento

destas idéias, passaremos imediatamente para a caracterização desta

segunda orientação na época contemporânea. A chamada escola de

Genebra, com Ferdinand de Saussure, mostra-se como a mais brilhante

expressão do objetivismo abstrato em nosso tempo. Os representantes

desta escola, particularmente Charles Bally, estão entre os maiores

lingüistas contemporâneos. Saussure deu a todas as idéias da segunda

orientação uma clareza e uma precisão admiráveis. Suas formulações dos

conceitos de base da lingüística tornaram-se clássicas. E mais, ele

levou todas suas reflexões a seu termo, dotando assim os traços

essenciais do objetivismo abstrato de uma limpidez e de um rigor

excepcionais. A pouca audiência que a escola de Vossler tem na Rússia

corresponde inversamente à popularidade e influência de que a de

Saussure aí goza. Podemos dizer que a maioria dos representantes de

nosso pensamento lingüístico se acha sob a influência determinante de

Saussure e de seus discípulos, Bally e [Sechehaye21](#). Nós nos deteremos

um pouco mais longamente nas concepções de Saussure, dada a imensa

importância de seus fundamentos teóricos para toda a segunda

orientação e para a lingüística russa. Mas, aí também, limitar-nos-

[emos às posições filosófico-lingüísticas de base22.](#)

Saussure parte do princípio de uma tríplice distinção: *le langage, la langue* (como sistema de formas) e o ato da enunciação

individual, *la parole*. A língua (*la langue*) e a fala (*la parole*) são

os elementos constitutivos da linguagem, compreendida como a

totalidade (sem exceção) de todas as manifestações - físicas,

fisiológicas e psíquicas - que entram em jogo na comunicação

lingüística. A linguagem não pode ser, segundo Saussure, o objeto da

lingüística. Considerada em si mesma, falta-lhe unidade interna e leis

20 É interessante notar que ao contrário da primeira, a segunda orientação

desenvolveu-se e continua a desenvolver-se na Alemanha.

21 O livro de R. Schor, *Iazík i óbchtchestuo* (Linguagem e Sociedade), Moscou,

1926, situa-se no espírito da escola de Genebra. Schor nele faz uma viva

apologia das idéias fundamentais de Saussure, como também no artigo já citado

“A Crise da Lingüística Contemporânea”. Vinogradov se situa também como um

êmulo da escola de Genebra. Duas escolas lingüísticas russas, a escola de

Fortunátov e a de Kazan (Kruchevski e Baudouin de Courtenay), que constituem

uma expressão brilhante do formalismo em lingüística, inserem-se

perfeitamente no quadro da segunda orientação tal como a esboçamos.

22 A obra teórica fundamental de Saussure, publicada depois de sua morte por

seus discípulos, intitula-se *Curso de Lingüística Geral* (1916). Nós a

citaremos aqui na edição de 1922. É de causar admiração o fato de que este

livro, tendo em conta sua enorme influência, nunca tenha sido traduzido para

o russo. Podemos encontrar uma breve apresentação das idéias de Saussure no

artigo já indicado de Schor e no artigo de Peterson, "Óbchtchaia lingvistika

(Lingüística Geral), *in Petchát i revoliútsia* (Imprensa e Revolução), 1923,

vol. 6.

independentes, autônomas. Ela é compósita, heterogênea. É difícil não

se perder em sua composição contraditória. É impossível, se

permanecermos no terreno da linguagem, fazer uma descrição dos fatos

da língua. A linguagem não pode ser o ponto de partida de uma análise

lingüística.

Qual é, pois, o caminho metodológico correto que Saussure nos

propõe para explicitar o objeto específico da lingüística? A ele a

palavra:

"Não há, no nosso entender, senão uma solução para todas estas

dificuldades [trata-se das contradições internas da "linguagem" como

ponto de partida de sua análise]: é *preciso, antes de tudo, instalar-*

se no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as demais

manifestações da linguagem. Com efeito, em meio a tantas dualidades,

só a língua parece suscetível de uma definição autônoma e fornece um

ponto de apoio satisfatório para o espírito." (F. de Saussure, *Cours*

de linguistique générale,p. 24; itálicos de Saussure).*

Qual é, pois, segundo Saussure, a distinção de princípio entre

língua e linguagem?

"Tomada como um todo, a linguagem é multiforme e heteróclita;

participando de diversos domínios, tanto do físico, quanto do

fisiológico e do psíquico, ela pertence ainda ao domínio individual e

ao domínio social; ela não se deixa classificar em nenhuma categoria

dos fatos humanos, porque não se sabe como isolar sua unidade.

A língua, ao contrário, é um todo em si mesma e um princípio de

classificação. A partir do momento em que lhe atribuímos o maior

destaque entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural

num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação" (*Op.*

cit., p. 25).

Assim, para Saussure, é indispensável partir da língua como

sistema de formas cuja identidade se refira a uma norma e esclarecer

todos os fatos de linguagem com referência a suas formas estáveis e

autônomas (auto-regulamentadas).

Tendo distinguido a língua da linguagem, no sentido da totalidade

absoluta das manifestações lingüísticas, Saussure vai em seguida

distinguir a língua dos atos individuais de enunciação, isto é, da

fala:

"Separando-se a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: em

primeiro lugar, o que é social do que é individual; em segundo lugar o

que é essencial do que é acessório e relativamente acidental.

* Todas as citações francesas do livro estão em francês no texto original.

Lembremos que *iazik*, em russo, designa a linguagem, a língua e a língua -

enquanto órgão -, e que *rietch*, em russo, designa a fala, a língua, a

linguagem, o discurso. Traduziu-se *iazik* ora por "linguagem", como no título,

ora por "língua". Entretanto, para suprimir a ambigüidade, Bakhtin forjou um

substantivo composto: *iazik-rietch* (a linguagem) que ele opôs a *iazik kak*

sistema form (A Língua como sistema de formas) e a *viskazivánie* (a

enunciação do ato de fala). (N.d.T.fr.).

A língua não é função do sujeito falante, ela é um produto que o

indivíduo registra passivamente; ela não supõe nunca premeditação e a

reflexão aí só intervém para a atividade de classificação de que nos

ocuparemos.

A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e de

inteligência no interior do qual convém distinguir: primeiramente, as

combinações pelas quais o sujeito falante utiliza o código da língua

para exprimir seu pensamento pessoal; em segundo lugar, o mecanismo

psicofísico que lhe permite exteriorizar estas combinações". (*Op.*

cit., p. 30).

A fala, tal como Saussure a entende, não poderia ser objeto da

[lingüística](#)²³. Na fala, os elementos que concernem à lingüística são

constituídos apenas pelas formas normativas da língua que aí se

manifestam. Todo o resto é "acessório e acidental".

Destaquemos esta tese fundamental de Saussure: a língua se opõe à

fala como o social ao individual. A fala é, assim, absolutamente

individual. Nisto consiste, como veremos, o *proton pseudos* de Saussure

e de toda tendência do objetivismo abstrato. O ato individual de fala-

enunciação, rechaçado decisivamente para os confins da lingüística, aí

encontra todavia um lugar como fator indispensável da história da

Língua²⁴. Esta última, de acordo com o espírito de toda a segunda

orientação, opõe-se rigorosamente à língua como sistema sincrônico,

para Saussure. Na história da língua, a fala, com seu caráter

individual e accidental, é soberana; razão pela qual é regida por leis

completamente diferentes das que regem o sistema da língua.

"Assim é que o 'fenômeno' sincrônico nada tem de comum com o

diacrônico." (p. 129).

"A *lingüística sincrônica* irá se ocupar das relações lógicas e

psicológicas que unem termos coexistentes e formadores de um sistema,

tal como eles são percebidos pela mesma consciência coletiva.

A *lingüística diacrônica* estudará, ao contrário, as relações que

unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência, e que

se substituem uns aos outros, sem formar sistema entre si." (*Op. cit.*.,

p. 140; itálicos de Saussure).

Estas idéias de Saussure sobre a história são bem características

do espírito racionalista que reina até hoje na segunda orientação do

pensamento filosófico-lingüístico e para o qual a história é um

domínio irracional que corrompe a pureza lógica do sistema

lingüístico.

Saussure e sua escola não estão sozinhos no pináculo do

23 Saussure, na verdade, admite a possibilidade de uma outra lingüística, a da

fala, mas ele não diz em que poderia ela consistir. Eis o que ele escreve a

respeito: "Há que se escolher entre dois caminhos impossíveis de serem

seguidos ao mesmo tempo; eles devem ser trilhados separadamente. Pode-se a

rigor conservar o nome de lingüística da fala. Mas não se deverá confundi-la

com a lingüística propriamente dita, aquela em que a língua é o único objeto"

(*Op. cit.*, p. 39).

24 Saussure diz: Tudo o que é diacrônico na língua, só o é através da fala. É

na fala que se encontra o germe de todas as mudanças. (*Op. cit.*, p. 138).

objetivismo abstrato contemporâneo. Ao lado deles, nós vemos ascender

uma outra escola, a escola sociológica de Durkheim. Nela encontramos

uma figura de lingüista como a de Meillet. Nós não nos deteremos numa

descrição de suas [concepções](#)²⁵. Elas se inserem perfeitamente no quadro

dos fundamentos já apresentados da segunda orientação. Também para

Meillet não é a qualidade de processo, mas a de sistema estável de

normas lingüísticas, que faz da língua um fenômeno social. O fato de

opor-se a língua do exterior à consciência individual, e mais o seu

caráter coercitivo constituem para ele os traços sociais fundamentais

da língua.

Não iremos discorrer sobre as inúmeras escolas e tendências da

lingüística que não entram no quadro das duas orientações aqui

definidas. Falaremos um pouco, entretanto, a respeito dos

neogramáticos, cujo movimento constitui uma das mais importantes

manifestações da lingüística na segunda metade do século XIX.

Por algumas de suas posições, os neogramáticos mostram um certo

parentesco com a segunda orientação, da qual eles realçam o componente

menor - o fisiológico. O indivíduo criador da língua é essencialmente

para eles um ser fisiológico. Por outro lado, no terreno

psicofisiológico, os neogramáticos tentaram construir leis lingüísticas calcadas nas ciências naturais, ou seja, leis imutáveis,

completamente privadas do livre arbítrio dos indivíduos locutores.

Donde a idéia neogramática das leis fonéticas ([Lautgesetze26](#)).

Em lingüística, como em toda ciência específica, existem essencialmente duas maneiras de se livrar do penoso trabalho que uma reflexão filosófica seria, fundada sobre princípios, exige. A primeira consiste em erigir, logo de saída, todos os princípios em axiomas (academicismo eclético); a outra consiste em descartar todos os princípios e proclamar o fato (*factum*) como fundamento e critério último de todo ato cognitivo (positivismo acadêmico). O efeito filosófico que resulta destes dois procedimentos para se livrar da filosofia é o mesmo, já que, no segundo caso, podem caber no saco onde se lê "Fato" todos os princípios possíveis e imagináveis. A escolha de uma modalidade ou de outra depende inteiramente do temperamento do pesquisador: os ecléticos são mais relaxados, os positivistas mais exigentes.

Encontram-se em lingüística numerosas produções e mesmo escolas

inteiros (escolas no sentido de estudo científico-técnico) que se

dispensam da tarefa de seguir uma orientação filosófico-lingüística.

Mas elas não entram, evidentemente, no quadro de nossa apresentação.

Existem, por fim, alguns lingüistas e filósofos não mencionados aqui,

como Otto Dietrich e Anton Marty, e que citaremos adiante quando

analisarmos os problemas da interação lingüística e da significação.

25 M. N. Peterson expõe as idéias de Meillet relacionando-as com os fundamentos

do método sociológico de Durkheim no artigo já citado, "A Língua Como

Manifestação Social". Ver a bibliografia aí contida.

26 Os principais trabalhos da tendência neogramática são Osthoff, *Das*

physiologische und psychologische Moment in der sprachlichen Formenbildung,

Berlim, 1879, Brugmann e Delbrück, *Grundriss der vergleichenden Grammatik der*

indogermanischen Sprachen (cinco volumes, 1886). O programa dos neogramáticos

está exposto no prefácio do livro de Osthoff e Brugmann, *Morphologische*

Untersuchungen, Leipzig, 1878.

Colocamos no início do capítulo o problema da explicitação e da

delimitação da língua como objeto específico de pesquisa. Tentamos

descobrir as balizas já colocadas no caminho da resolução deste

problema pelas tendências do pensamento filosófico lingüístico que nos

precederam. Por fim, achamo-nos diante de duas categorias de

sinalizações colocadas em direções diametralmente opostas. De um lado,

as teses do subjetivismo individualista e, de outro, as antíteses do

objetivismo abstrato. Mas o que é que se revela como o verdadeiro

núcleo da realidade lingüística? O ato individual da fala - a

enunciação - ou o sistema da língua? E qual é, pois, o modo de

existência da realidade lingüística? Evolução criadora ininterrupta ou

imutabilidade de normas idênticas a si mesmas?

CAPÍTULO 5

LÍNGUA, FALA E ENUNCIAÇÃO

No capítulo precedente, tentamos representar de maneira

totalmente objetiva as duas orientações do pensamento filosófico

lingüístico. Agora, devemos submetê-las a uma análise crítica em

profundidade. Isso feito, estaremos em condições de responder à

questão colocada no fim do Capítulo 4. Comecemos pela crítica da

segunda orientação, a do objetivismo abstrato.

Coloquemo-nos, primeiro, a seguinte questão: em que medida um

sistema de normas imutáveis - isto é, um sistema de língua, segundo os

representantes da segunda orientação - conforma-se à realidade?

Evidentemente, nenhum dos representantes do objetivismo abstrato

confere ao sistema lingüístico um caráter de realidade material

eterna. Esse sistema exprime-se, efetivamente, em coisas materiais, em

signos, mas, enquanto sistema de formas normativas, sua realidade

reposa na sua qualidade de norma social. Os representantes dessa

orientação acentuam constantemente que o sistema lingüístico constitui

um fato objetivo externo à consciência individual e independente desta

- e isto representa uma de suas posições fundamentais. E, no entanto,

é só para a consciência individual, e do ponto de vista dela, que a

língua se apresenta como sistema de normas rígidas e imutáveis. Na

verdade, se fizermos abstração da consciência individual subjetiva e

lançarmos sobre a língua um olhar verdadeiramente objetivo, um olhar,

digamos, oblíquo, ou melhor, de cima, não encontraremos nenhum indício

de um sistema de normas imutáveis. Pelo contrário, depararemos com a

evolução ininterrupta das normas da língua. De um ponto de vista

realmente objetivo, percebendo a língua de um modo completamente

diferente daquele como ela pareceria para um certo indivíduo, num dado

momento do tempo, a língua apresenta-se como uma corrente evolutiva

ininterrupta. Para o observador que enfoca a língua de cima, o lapso

de tempo em cujos limites é possível construir um sistema sincrônico

não passa de uma ficção.

Assim, *de um ponto de vista objetivo, o sistema sincrônico não*

corresponde a nenhum momento efetivo do processo de evolução da

língua. E, na verdade, para o historiador da língua que adota um ponto

de vista diacrônico, o sistema sincrônico não constitui uma realidade;

ele apenas serve de escala convencional para registrar os desvios que

se produzem a cada momento no tempo. O sistema sincrônico da língua só

existe do ponto de vista da consciência subjetiva do locutor de uma

dada comunidade lingüística num dado momento da história.

Objetivamente, esse sistema não existe em nenhum verdadeiro momento da

história. Podemos admitir que no momento em que César escrevia suas

obras, a língua latina constituía para ele um sistema imutável e

incontestável de normas fixas; mas, para o historiador da língua

latina, naquele mesmo momento em que César escrevia, produzia-se um

processo contínuo de transformação lingüística - mesmo se o

historiador não for capaz de registrar essas transformações.

Todo sistema de normas sociais encontra-se numa posição análoga;

somente existe relacionado à consciência subjetiva dos indivíduos que

participam da coletividade regida por essas normas. São assim os

sistemas de normas morais, jurídicas, estéticas (tais normas realmente

existem), etc. Certamente, essas normas variam. Diferem pelo grau de

coerção que exercem, pela extensão de sua escala social, pelo grau de

significação social, que é função de sua relação mais ou menos próxima

com a infra-estrutura, etc. Mas, enquanto normas, a natureza de sua

existência permanece a mesma; só existem relativamente à consciência

subjetiva dos indivíduos de uma dada comunidade. Segue-se, então, que

essa relação entre a consciência subjetiva e a língua como sistema

objetivo de normas incontestáveis seja desprovida de qualquer

objetividade? Não, evidentemente. Compreendida corretamente, essa

relação pode ser considerada um fato objetivo. Dizer que a língua,

como sistema de normas imutáveis e incontestáveis, possui uma

existência objetiva é cometer um grave erro. Mas exprime-se uma

relação perfeitamente objetiva quando se diz que a língua constitui,

relativamente à consciência individual, um sistema de normas

imutáveis, que este é o modo de existência da língua para todo membro

de uma comunidade lingüística dada. Se o próprio fato está

corretamente estabelecido, se é realmente verdade que a língua se

apresenta para a consciência do locutor como um sistema de normas

fixas e imutáveis, é uma outra questão que, por enquanto, será deixada

em aberto. Em todo caso, nosso alvo é poder estabelecer uma certa

relação objetiva. Qual a posição dos partidários do objetivismo

abstrato com relação a esse ponto? Afirmam eles que a língua é um

sistema de normas fixas objetivas e incontestáveis ou percebem que

este é apenas o modo de existência da língua para a consciência

subjetiva dos locutores de uma dada comunidade? A melhor resposta a

essa questão é a seguinte: a maioria dos partidários do objetivismo

abstrato tende a afirmar a realidade e a objetividade imediatas da

língua como sistema de formas normativas. Para esses representantes da

segunda orientação, o objetivismo abstrato torna-se simplesmente

hipostático. Outros representantes da mesma orientação (Meillet, por

exemplo) são mais críticos e percebem a natureza abstrata e

convencional do sistema lingüístico. No entanto, nenhum dos

objetivistas abstratos chegou a compreender de maneira clara e precisa

o funcionamento intrínseco da língua como sistema objetivo. Na maioria

dos casos, eles oscilam entre as duas acepções que a palavra

"objetivo" possui quando aplicada ao sistema lingüístico: a acepção,

por assim dizer, entre aspas (expressando o ponto de vista da

consciência subjetiva do locutor) e a acepção sem aspas (objetivo no

sentido próprio). Até Saussure procede dessa maneira Ele não resolve a

questão claramente.

Devemos, agora, perguntar-nos se a língua existe realmente para a

consciência subjetiva do locutor unicamente como sistema objetivo de

formas normativas e intocáveis. O objetivismo abstrato captou

corretamente o ponto de vista da consciência subjetiva do locutor? É

realmente este o modo de existência da língua na consciência

lingüística subjetiva? A essa questão somos obrigados a responder pela

negativa. A consciência subjetiva do locutor não se utiliza da língua

como de um sistema de formas normativas. Tal sistema é uma mera

abstração, produzida com dificuldade por procedimentos cognitivos bem

determinados. O sistema lingüístico é o produto de uma reflexão sobre

a língua, reflexão que não procede da consciência do locutor nativo e

que não serve aos propósitos imediatos da comunicação.

Na realidade, o locutor serve-se da língua para suas necessidades

enunciativas concretas (para o locutor, a construção da língua está

orientada no sentido da enunciação da fala). Trata-se, para ele, de

utilizar as formas normativas (admitamos, por enquanto, a legitimidade

destas) num dado contexto concreto. Para ele, o centro de gravidade da

língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na

nova significação que essa forma adquire no contexto. O que importa

não é o aspecto da forma lingüística que, em qualquer caso em que esta

é utilizada, permanece sempre idêntico. Não; para o locutor o que

importa é aquilo que permite que a forma lingüística figure num dado

contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma

situação concreta dada. Para o locutor, a forma lingüística não tem

importância enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas

somente enquanto signo sempre variável e flexível. Este é o ponto de

vista do locutor.

Mas o locutor também deve levar em consideração o ponto de vista

do receptor. Seria aqui que a norma lingüística entraria em jogo? Não,

também não é exatamente assim. É impossível reduzir se o ato de

descodificação ao reconhecimento de uma forma lingüística utilizada

pelo locutor como forma familiar, conhecida - modo como reconhecemos,

por exemplo, um sinal ao qual não estamos suficientemente habituados

ou uma forma de uma língua que conhecemos mal. Não; o essencial na

tarefa de descodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada,

mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua

significação numa enunciação particular. Em suma, trata-se de perceber

seu caráter de novidade e não somente sua conformidade à norma. Em

outros termos, o receptor, pertencente à mesma comunidade lingüística,

também considera a forma lingüística utilizada como um signo variável

e flexível e não como um sinal imutável e sempre idêntico a si mesmo.

O processo de descodificação (compreensão) não deve, em nenhum

caso, ser confundido com o processo de identificação. Trata-se de dois

processos profundamente distintos. O signo é descodificado; só o sinal

é identificado. O sinal é uma entidade de conteúdo imutável; ele não

pode substituir, nem refletir, nem refratar nada; constitui apenas um

instrumento técnico para designar este ou aquele objeto (preciso e

imutável) ou este ou aquele acontecimento (igualmente preciso e

imutável)1. O sinal não pertence ao domínio da ideologia; ele faz parte

do mundo dos objetos técnicos, dos instrumentos de produção no sentido

amplo do termo. Mais distantes ainda da ideologia estão os sinais com

os quais trabalha a reflexologia. Esses sinais, considerados em

relação ao organismo que os recebe, isto é, ao organismo sobre o qual

eles incidem, nada têm a ver com as técnicas de produção. Nesse caso,

não são mais sinais, mas estímulos de uma espécie particular.

Só se tornam instrumentos de produção nas mãos do experimentador.

Somente um concurso infeliz de circunstâncias e as inextirpáveis

práticas da reflexão mecanicista puderam induzir certos pesquisadores

a fazer desses "sinais", praticamente, a chave da compreensão da

linguagem e do psiquismo humano (do discurso interior).

Enquanto uma forma lingüística for apenas um sinal e for percebida pelo receptor somente como tal, ela não terá para ele nenhum

valor lingüístico. A pura "sinalidade" não existe, mesmo nas primeiras

fases da aquisição da linguagem. Até mesmo ali, a forma é orientada

1 Karl Bühler, no seu artigo "Vom Wesen der Syntax" (*in Festschrift für Karl Vossler*, p. 61 69), estabelece distinções interessantes e astuciosas entre,

de um lado, o sinal e suas combinações (no domínio marítimo, por exemplo) e,

de outro, a forma lingüística e suas combinações, em conexão com os problemas

de sintaxe.

pelo contexto, já constitui um signo, embora o componente de

"sinalidade" e de identificação que lhe é correlata seja real. Assim,

o elemento que torna a forma lingüística um signo não é sua identidade

como sinal, mas sua mobilidade específica; da mesma forma que aquilo

que constitui a descodificação da forma lingüística não é o

reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra no seu sentido

particular, isto é, a apreensão da orientação que é conferida à

palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação no

sentido da evolução e não do imobilismo2.

Disso não se conclui que o componente de "sinalidade" e seu

correlato, a identificação, não existam na língua. Existem, mas não

como constituintes da língua como tal. O componente de "sinalidade" é

dialeticamente deslocado, absorvido pela nova qualidade do signo (isto

é, da língua como tal). Na língua materna, isto é, precisamente para

os membros de uma comunidade lingüística dada, o sinal e o

reconhecimento estão dialeticamente apagados. No processo de

assimilação de uma língua estrangeira, sente-se a "sinalidade" e o

reconhecimento, que não foram ainda dominados: a língua ainda não se

tornou língua. A assimilação ideal de uma língua dá-se quando o sinal

é completamente absorvido pelo signo e o reconhecimento pela

compreensão3.

Assim, na prática viva da língua, a consciência lingüística do

locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas

normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos

contextos possíveis de uso de cada forma particular. Para o falante

nativo, a palavra não se apresenta como um item de dicionário, mas

como parte das mais diversas enunciações dos locutores A, B ou C de

sua comunidade e das múltiplas enunciações de sua própria prática

lingüística. Para que se passe a perceber a palavra como uma forma

fixa pertencente ao sistema lexical de uma língua dada - como uma

palavra de dicionário -, é preciso que se adote uma orientação

particular e específica. É por isso que os membros de uma comunidade

2 Veremos mais adiante que é justamente a compreensão no sentido próprio, a

compreensão da evolução, que se acha na base da resposta, isto é, da

interação verbal. É impossível delimitar de modo estrito o ato de compreensão

e a resposta. Todo ato de compreensão é uma resposta, na medida em que ele

introduz o objeto da compreensão num novo contexto - o contexto potencial da

resposta.

3 O ponto de vista que defendemos, embora careça de uma sustentação teórica,

constitui, na prática, a base de todos os métodos eficazes de ensino de

línguas vivas estrangeiras. O essencial desses métodos é familiarizar o

aprendiz com cada forma da língua inserida num contexto e numa situação

concretas. Assim, uma palavra nova só é introduzida mediante uma série de

contextos em que ela figure. O que faz com que o fator de reconhecimento da

palavra normativa seja, logo de início, associado e dialeticamente integrado

aos fatores de mutabilidade contextual, de diferença e de novidade. A palavra

isolada de seu contexto, inscrita num caderno e aprendida por associação com

seu equivalente russo, torna-se, por assim dizer, sinal, torna-se uma coisa

única e, no processo de compreensão, o fator de reconhecimento adquire um

peso muito forte. Em suma, um método eficaz e correto de ensino prático exige

que a forma seja assimilada não no sistema abstrato da língua, isto é, como

uma forma sempre idêntica a si mesma, mas na estrutura concreta da

enunciação, como um signo flexível e variável.

lingüística, normalmente, não percebem nunca o caráter coercitivo das

normas lingüísticas. A significação normativa da forma lingüística só

se deixa perceber nos momentos de conflito, momentos raríssimos e não

característicos do uso da língua (para o homem contemporâneo, eles

estão quase exclusivamente associados à expressão escrita).

Cumpre ainda acrescentar aqui uma observação extremamente

importante: a consciência lingüística dos sujeitos falantes não tem o

que fazer com a forma lingüística enquanto tal, nem com a própria

língua como tal.

De fato, a forma lingüística, como acabamos de mostrar, sempre se

apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que

implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são

palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras,

coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou

desagradáveis, etc. A *palavra* está sempre carregada de um conteúdo ou

de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as

palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias

ideológicas ou concernentes à vida.

O critério de correção só se aplica à enunciação em situações

anormais ou particulares (por exemplo, no estudo de uma língua

estrangeira). Em condições normais, o critério de correção lingüística

cede lugar ao critério puramente ideológico: importa-nos menos a

correção da enunciação do que seu valor de verdade ou de mentira, seu

caráter poético ou vulgar, etc.4. A língua, no seu uso prático, é

inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida. Para se

separar abstratamente a língua de seu conteúdo ideológico ou

vivencial, é preciso elaborar procedimentos particulares não

condicionados pelas motivações da consciência do locutor.

Se, à maneira de alguns representantes da segunda orientação,

fizermos dessa separação abstrata um princípio, se concedermos um

estatuto separado à forma lingüística vazia de ideologia, só

encontraremos sinais e não mais signos da linguagem. A separação da

língua de seu conteúdo ideológico constitui um dos erros mais

grosseiros do objetivismo abstrato.

Assim, a língua, para a consciência dos indivíduos que a falam,

de maneira alguma se apresenta como um sistema de formas normativas. O

sistema lingüístico tal como é construído pelo objetivismo abstrato

não é diretamente acessível à consciência do sujeito falante, definido

por sua prática viva de comunicação social.

No que consiste, então, esse sistema? É claro, desde o começo,

que esse sistema resulta de uma análise abstrata, que ele se compõe de

elementos abstratamente isolados das unidades reais da cadeia verbal,

das enunciações. Todo procedimento abstrato, para se legitimar, deve

ser justificado por um propósito teórico e prático preciso. Uma

abstração pode ser fecunda ou estéril, útil para certos fins e

determinadas tarefas e não para outras.

4 Por isso, como veremos, não podemos concordar com Vossler quanto à

existência de um “gosto lingüístico” específico e determinado que não se

confunda a cada momento com um “gosto” ideológico particular (artístico,

cognitivo, ético, etc.).

Quais são, então, as metas da análise lingüística abstrata que

conduz ao sistema sincrônico da língua? E de que ponto de vista esse

sistema se revela produtivo e necessário? Na base dos métodos de

reflexão lingüística que levam à postulação da língua como sistema de

formas normativas, estão os procedimentos práticos e teóricos

elaborados para o estudo das línguas *mortas*, que se conservaram em

documentos escritos. É preciso salientar com insistência que essa

abordagem filológica foi determinante para o pensamento lingüístico do

mundo europeu. Esse pensamento nasceu e nutriu-se dos cadáveres dessas

línguas escritas. Quase todas as abordagens fundamentais e as práticas

desse pensamento foram elaboradas no processo de ressurreição desses

cadáveres. O filologismo é um traço inevitável de toda a lingüística

européia, condicionada pelas vicissitudes históricas que presidiram ao

seu nascimento e seu desenvolvimento. Por mais que voltemos os olhos

ao passado para traçar a história das categorias e dos métodos

lingüísticos, sempre encontraremos filólogos. Os alexandrinos eram

filólogos, assim como os romanos e os gregos (Aristóteles é um exemplo

típico). Também a Índia possuía seus filólogos.

Podemos dizer que a lingüística surgiu quando e onde surgiram

exigências filológicas. Os imperativos da filologia engendraram a

lingüística, acalentaram-na e deixaram dentro de suas fraldas a flauta

da filologia. Essa flauta tem por função despertar os mortos. Mas essa

flauta carece da potência necessária para dominar a fala viva, com sua

evolução permanente.

Nicolau Marr salienta muito corretamente essa essência filológica

do pensamento lingüístico indo-europeu:

"A lingüística indo europeia, dispondo já há muito tempo de um

objeto de investigação estabelecido e completamente formado - a saber,

as línguas indo-européias das épocas históricas - e, além do mais,

tirando todas as suas conclusões das formas petrificadas das línguas

escritas - favorecendo, entre estas, as línguas mortas - foi, com toda

evidência, incapaz de descrever o processo de aparição da linguagem em

geral e a origem das diferentes formas que ela adquire."5

Ou ainda:

"O que gera os maiores obstáculos (ao estudo da linguagem

primitiva) não é a dificuldade das pesquisas enquanto tal, nem a

insuficiência de dados sólidos; é nosso modo de pensamento científico,

forjado por uma visão do mundo tradicionalmente filológica e pela

história da cultura; esse pensamento não foi nutrido por uma concepção

etnolingüística da fala viva, por suas formas que ela adquire.⁶

Essas palavras de N. Marr parecem-nos justas não apenas no que

tange aos estudos indo-europeus, que forneceram o tom a toda a

lingüística contemporânea, mas também no que respeita à lingüística

toda, tal como a conhecemos pela história. Em toda parte, a

lingüística é filha da filologia. Submetida aos imperativos desta, a

5 N. Marr, *Po etapam iafeticheskoi teórii* (As Etapas da Teoria Jafética),

1926, p. 269.

6 Ibid., p. 94.

lingüística sempre se apoiou em enunciações constitutivas de monólogos

fechados, por exemplo, em inscrições em monumentos antigos,

considerando-as como a realidade mais imediata. A lingüística elaborou

seus métodos e categorias trabalhando com monólogos mortos, ou melhor,

com um *corpus* de enunciações desse tipo, cujo único ponto comum, é o

uso da mesma língua.

E, no entanto, a enunciação monológica já é uma abstração, embora

seja uma abstração de tipo "natural". Toda enunciação monológica,

inclusive uma inscrição num monumento, constitui um elemento

inalienável da comunicação verbal. Toda enunciação, mesmo na forma

imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída

como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda

inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com

elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. Cada

inscrição constitui uma parte inalienável da ciência ou da literatura

ou da vida política. Uma inscrição, como toda enunciação monológica, é

produzida para ser compreendida, é orientada para uma leitura no

contexto da vida científica ou da realidade literária do momento, isto

é, no contexto do processo ideológico do qual ela é parte integrante.

O filólogo-lingüista desvincula-a dessa esfera real, apreende-a

como um todo isolado que se basta a si mesmo, e não lhe aplica uma

compreensão ideológica ativa, e sim, ao contrário, uma compreensão

totalmente passiva, que não comporta nem o esboço de uma resposta,

como seria exigido por qualquer espécie autêntica de compreensão. O

filólogo contenta-se em tomar essa inscrição isolada como um documento

de linguagem e em compará-la com outras inscrições no quadro geral de

uma língua dada. É nesse processo de comparação e de mútua correlação

das enunciations de uma dada língua que os métodos e as categorias do

pensamento lingüístico se constituíram.

Uma língua morta apresenta-se claramente como uma língua

estrangeira para o lingüista que a estuda. Por isso é impossível

afirmar que o sistema das categorias lingüísticas constitui o produto

da reflexão epistemológica do locutor de uma língua dada. Não se trata

de uma reflexão sobre a percepção que o locutor nativo tem de sua

própria língua; trata-se, antes, da reflexão de uma consciência que

luta para abrir caminho no mundo misterioso de uma língua estrangeira.

A compreensão inevitavelmente passiva do filólogo-lingüista

projeta-se sobre a própria inscrição, sobre o objeto do estudo

lingüístico, como se essa inscrição tivesse sido concebida, desde a

origem, para ser apreendida dessa maneira, como se ela tivesse sido

escrita para os filólogos. Disso resulta uma teoria completamente

falsa da compreensão, que está na base não só dos métodos de

interpretação lingüística dos textos, mas também de toda a

semasiologia européia. Toda a sua posição em relação ao sentido e ao

tema da palavra está impregnada dessa falsa concepção da compreensão

como ato passivo - compreensão da palavra que exclui de antemão e por

princípio qualquer réplica ativa.

Veremos mais adiante que esse tipo de compreensão, que exclui de

antemão qualquer resposta, nada tem a ver com a compreensão da

linguagem. Essa última confunde-se com uma tomada de posição ativa a

propósito do que é dito e compreendido. A compreensão passiva

caracteriza-se justamente por uma nítida percepção do componente

normativo do signo lingüístico, isto é, pela percepção do signo como

objeto-sinal: correlativamente, o reconhecimento predomina sobre a

compreensão.

Assim é a língua *morta-escrita-estrangeira* que serve de base à

concepção da língua que emana da reflexão lingüística. A enunciação

isolada-fechada-monológica, desvinculada de seu contexto lingüístico e

real, à qual se opõe, não uma resposta potencial ativa, mas a

compreensão passiva do filólogo: este é o "dado" último e o ponto de

partida da reflexão lingüística.

Originada no processo de aquisição de uma língua estrangeira num

propósito de investigação científica, a reflexão lingüística serviu

também a outros propósitos, não mais de pesquisa, mas de ensino; não

se trata mais de decifrar uma língua, mas, uma vez essa língua

decifrada, de ensiná-la. As inscrições extraídas de documentos

heurísticos transformam-se em exemplos escolares, em clássicos da

língua.

O segundo problema fundamental da lingüística: criar o instrumental indispensável para a aquisição da língua decifrada, codificar essa língua no propósito de adaptá-la às necessidades da transmissão escolar, marcou profundamente o pensamento lingüístico. A *fonética, a gramática, o léxico*, essas três divisões do sistema da língua, os três centros organizadores das categorias lingüísticas, formaram-se em função das duas tarefas atribuídas à lingüística: uma *heurística e a outra pedagógica*.

O que é um filólogo? Independentemente das diferenças profundas, de ordem cultural e histórica, que separam os sacerdotes hindus dos lingüistas contemporâneos, o filólogo, sempre e em toda parte, é o adivinho que tenta decifrar o "mistério" de letras e de palavras estrangeiras e o mestre que transmite aquilo que decifrou ou herdou da

tradição. Os sacerdotes foram sempre e em toda parte os primeiros

filólogos e os primeiros lingüistas. A história não conhece nenhum

povo cujas escrituras sagradas ou tradições não tenham sido numa certa

medida redigidas numa língua estrangeira e incompreensível para o

profano. Decifrar o mistério das escrituras sagradas foi justamente a

tarefa dos sacerdotes-lingüistas.

É também sobre esse terreno que, desde os tempos mais remotos, a

filosofia da linguagem se desenvolveu: o ensino védico da palavra, o

ensino dos *logos* dos antigos pensadores gregos e a filosofia bíblica

da palavra.

Para compreender esses *filosofemas*, convém não perder de vista o

fato de que eles são filosofemas de palavras estrangeiras. Suponhamos

um povo que só disponha de sua língua materna, um povo para o qual a

palavra só possa ser a da língua nativa e que não esteja exposto à

palavra estrangeira, críptica : esse povo jamais teria criado tais

[filosofemas7.](#) Trata-se de um fato surpreendente: desde a mais remota

7 Na religião védica, a palavra sagrada, no uso que dela faz o iniciado, o

sacerdote consagrado, torna-se soberano do Ser, dos deuses e dos homens. O

sacerdote onisciente define-se aqui como aquele que dispõe da palavra - e é

nisso que repousa seu poder. A doutrina correspondente já se encontra no Rig

Veda. O filosofema do *logos* na Grécia antiga e a doutrina alexandrina do

logos são universalmente conhecidos.

antiguidade até nossos dias, a filosofia da palavra e a reflexão

lingüística fundamentam-se, especificamente, na apreensão da palavra

estrangeira e nos problemas que a língua estrangeira apresenta para a

consciência: a saber, o deciframento e a transmissão do que foi

decifrado. Na sua reflexão sobre a linguagem, o sacerdote védico e o

lingüista-filólogo contemporâneo deixam-se fascinar e subjugar por um

único e idêntico fenômeno: o da palavra estrangeira *críptica*.

A palavra da língua *nativa* é percebida de modo totalmente

diverso; ela não é habitualmente percebida como uma palavra carregada

de todas aquelas categorias que ela engendrou na reflexão lingüística

e que engendrava na reflexão filosófico-religiosa da antiguidade. A

palavra nativa é percebida como um irmão, como uma roupa familiar, ou

melhor, como a atmosfera na qual habitualmente se vive e se respira.

Ela não apresenta nenhum mistério. Só pode apresentar algum, na boca

de um estrangeiro, duplamente estrangeiro por sua posição hierárquica

e se trata, por exemplo, de um chefe ou de um sacerdote; mas, nesse, a

palavra muda de natureza, transforma-se exteriormente ou desprende-se

de seu uso cotidiano (torna-se tabu na vida ordinária ou então

arcaíza-se) - isto se a palavra em questão já não for, desde a origem,

uma palavra estrangeira na boca de algum chefe-conquistador. É somente

nessas condições que a "Palavra" nasce: *incipit philosophia, incipit*

philologia.

O fato de que a lingüística e a filologia estejam voltadas para a

palavra estrangeira não é produto do acaso ou de uma escolha

arbitrária da parte dessas duas ciências. Não, essa orientação reflete

o imenso papel histórico que a palavra estrangeira desempenhou no

processo de formação de todas as civilizações da história. Esse papel

foi conferido à palavra estrangeira em todas as esferas da criação

ideológica, desde a estrutura sócio-política até o código de boas

maneiras. A palavra estrangeira foi, efetivamente, o veículo da

civilização, da cultura, da religião, da organização política (os

sumérios em relação aos semitas babilônicos; os jaféticos em relação

aos helenos; Roma, o cristianismo, em relação aos eslavos do leste,

etc.). Esse grandioso papel organizador da palavra estrangeira -

palavra que transporta consigo forças e estruturas estrangeiras e que

algumas vezes é encontrada por um jovem povo conquistador no

território invadido de uma cultura antiga e poderosa (cultura que,

então, escraviza, por assim dizer, do seu túmulo, a consciência

ideológica do povo invasor) - fez com que, na consciência histórica

dos povos, a palavra estrangeira se fundisse com a idéia de *poder, de*

força, de santidade, de verdade, e obrigou a reflexão lingüística a

voltar-se de maneira privilegiada para seu estudo.

E, no entanto, a filosofia da linguagem e a lingüística até hoje

ainda não se conscientizaram do imenso papel ideológico da palavra

estrangeira. A lingüística continua escravizada por ela. Representa,

por assim dizer, a última onda trazida pelas águas outrora criativas e

vivas da palavra estrangeira, a última peripécia de sua carreira

ditatorial e geradora de cultura.

Esta é a razão pela qual a lingüística, ela própria produto da

palavra estrangeira, está ainda longe de alcançar uma compreensão

correta do papel dessa palavra na história da língua e da consciência

lingüística. Pelo contrário, os estudos indo-europeus elaboraram

categorias de análise da história da língua que excluem completamente

qualquer apreciação correta desse papel. Entretanto, esse papel, como

vimos, é imenso.

A idéia do "cruzamento" de línguas (da interferência lingüística)

como fator essencial da evolução das línguas foi avançada com toda

clareza por Nicolau Marr. Ele também reconheceu esse fator como

fundamental para a resolução do problema da origem da linguagem:

"A interferência em geral, como fator que provoca a aparição de

formas e de tipos lingüísticos diferentes, é a fonte da formação de

novas espécies: isso é observado e apontado em todas as línguas

jaféticas e esse é um dos resultados mais bem sucedidos da lingüística

jafética (...). O fato é que não existe nenhuma língua onomatopaica

primitiva, comum a todos os povos e, como veremos, tal língua jamais

existiu nem poderia ter existido. A língua é uma criação da sociedade,

oriunda da intercomunicação entre os povos provocada por imperativos

econômicos; constitui um subproduto da comunicação social, que implica

sempre populações numerosas."8

No seu artigo intitulado "Sobre a Origem da Linguagem", ele diz o

seguinte:

"Em suma, a concepção que a assim chamada cultura nacional possui

dessa ou daquela língua, como língua nativa, de massa, de toda a

população, é anticientífica e irrealista. Por enquanto, a idéia de uma

língua nacional comum a todas as castas, a todas as classes é uma

ficção. Ou melhor: assim como a estratificação da sociedade durante as

primeiras fases de desenvolvimento procede das tribos, isto é, na

realidade, de formações tribais — que nem por isso são simples - por

via de cruzamento, assim também as línguas tribais concretas, e a

fortiori, as línguas nacionais, representam tipos cruzados de línguas

- cruzamentos constituídos de elementos simples cuja associação está

na base de qualquer língua. A análise paleontológica da linguagem

humana não vai além da definição desses elementos tribais; mas a

teoria jafética ajusta esses elementos de maneira tão direta e

decisiva que a questão da origem da linguagem fica reduzida à questão

do surgimento desses elementos, que nada mais são do que as

denominações tribais.⁹

Os problemas da significação da palavra e da origem da linguagem

fogem do quadro de nossa pesquisa. Não examinaremos aqui a teoria da

palavra estrangeira dos antigos¹⁰ e limitar-nos-emos a esboçar as

categorias provenientes da palavra estrangeira que serviram de base ao

objetivismo abstrato; resumiremos assim o exposto acima e

completaremos essa exposição por uma série de pontos essenciais:

8 N. Marr, *Po etapam iafetítcheskoi teórii* (As Etapas da Teoria Jafética), p.

268.

9 Ibid., p. 315-316.

10 Assim, a percepção que o homem pré-histórico tem do caráter mágico da

palavra é fortemente marcada pela palavra estrangeira. Estamos pensando aqui

na totalidade dos fenômenos com ela relacionados.

1. Nas formas lingüísticas, o fator *normativo* e estável prevalece

sobre o caráter *mutáve* I.

2. O *abstrato* prevalece sobre o concreto.

3. O *sistemático* abstrato prevalece sobre a verdade histórica.

4. As formas dos elementos prevalecem sobre as do conjunto.

5. A *reificação* do elemento lingüístico isolado substitui a dinâmica da fala.

6. *Univocidade* da palavra mais do que *polisemia* e *plurivalência*

vivas.

7. Representação da linguagem como um *produto acabado*, que se

transmite de geração a geração.

8. Incapacidade de compreender o processo gerativo *interno* da

língua.

Consideremos brevemente cada uma dessas particularidades da reflexão dominada pela palavra estrangeira.

1. A primeira dispensa qualquer explicação. Já mostramos que a compreensão que o indivíduo tem de sua língua não está orientada para a identificação de elementos normativos do discurso, mas para a apreciação de sua nova qualidade contextual. A construção de um sistema de formas submetidas a uma norma é uma etapa indispensável e importante no processo de deciframento e de transmissão de uma língua estrangeira.

2. O segundo ponto fica também bastante claro à luz do que já expusemos. A enunciação monológica fechada constitui, de fato, uma abstração. A concretização da palavra só é possível com a inclusão dessa palavra no contexto histórico real de sua realização primitiva.

Na enunciação monológica isolada, os fios que ligam a palavra a toda a

evolução histórica concreta foram cortados.

3. O formalismo e o sistemativismo constituem os traços típicos de

toda reflexão que se exerce sobre um objeto acabado, por assim dizer,

estagnado. Essa última particularidade manifesta-se de diferentes

maneiras. De modo característico, é o pensamento alheio que é

habitualmente, se não exclusivamente, sistematizado. Os criadores -

iniciadores de novas correntes ideológicas - nunca sentem necessidade

de formalizar sistematicamente. A sistematização aparece quando nos

sentimos sob a dominação de um pensamento autoritário aceito como tal.

É preciso que a época de criatividade acabe; só aí é que então começa

a sistematização-formalização; é o trabalho dos herdeiros e dos

epígonos dominados pela palavra alheia que parou de ressoar. A

orientação da corrente em evolução nunca pode ser formalizada e

sistematizada. Esta é a razão pela qual o pensamento gramatical

formalista e sistematizante desenvolveu-se com toda plenitude e vigor

no campo das línguas mortas e, ainda, somente nos casos em que essas

línguas perderam, até certo ponto, sua influência e seu caráter

autoritário sagrado. A reflexão lingüística de caráter formal

sistemático foi inevitavelmente coagida a adotar em relação às línguas

vivas uma posição conservadora e acadêmica, isto é, a tratar a língua

viva como se fosse algo acabado, o que implica uma atitude hostil em

relação a todas as inovações lingüísticas. A reflexão lingüística de

caráter formal-sistemático é incompatível com uma abordagem histórica

e viva da língua. Do ponto de vista do sistema, a história apresenta-

se sempre como uma série de destruições devidas ao acaso.

4. A lingüística, como vimos, está voltada para o estudo da

enunciação monológica isolada. Estudam-se documentos históricos em

relação aos quais o filólogo adota uma atitude de compreensão passiva.

Assim, todo o trabalho desenvolve-se nos limites de uma dada

enunciação. Os próprios limites da enunciação como uma entidade total

são pouco percebidos. O trabalho de pesquisa reduz-se ao estudo das

relações imanentes no interior do terreno da enunciação. Todos os

problemas daquilo que se poderia chamar de "política externa" da

enunciação ficam excluídos do campo da observação. Conseqüentemente,

todas as relações que ultrapassam os limites da enunciação monológica

constituem um todo que é ignorado pela reflexão lingüística. Esta, na

verdade, não ousa ir além dos elementos constitutivos da enunciação

monológica. Seu alcance máximo é a frase complexa (o período). A

estrutura da enunciação completa é algo cujo estudo a lingüística

deixa para outras disciplinas: a retórica e a poética. Ela própria é

incapaz de abordar as formas de composição do todo. Eis porque, de

maneira geral, não há relação nem transição progressiva alguma entre

as formas dos elementos constituintes da enunciação e as formas do

todo no qual ela se insere. Existe um abismo entre a sintaxe e os

problemas de composição do discurso. Isso é totalmente inevitável,

pois as formas que constituem uma enunciação completa só podem ser

percebidas e compreendidas quando relacionadas com outras enunciação

completas pertencentes a um único e mesmo domínio ideológico. Assim,

as formas de uma enunciação literária, de uma obra literária, só podem

ser apreendidas na unicidade da vida literária, em conexão permanente

com outras espécies de formas literárias. Se encerrarmos a obra

literária na unicidade da língua como sistema, se a estudarmos como um

monumento lingüístico, destruiremos o acesso a suas formas como formas

da literatura como um todo. Existe um abismo entre as duas abordagens:

a que refere a obra ao sistema lingüístico e aquela que a refere à

unicidade concreta da vida literária. Esse abismo é intransponível

sobre a base do objetivismo abstrato.

5. A forma lingüística somente constitui um elemento

abstratamente isolado do todo dinâmico da fala, da enunciação. Bem

entendido, essa abstração revela-se legítima quando serve a

determinados objetivos lingüísticos. Entretanto, o objetivismo

abstrato dota a forma lingüística de uma substância própria, torna-a

um elemento realmente isolável, capaz de assumir uma existência

histórica separada, independente¹¹. Isso é perfeitamente comprehensível,

já que se nega ao sistema, como um todo, o direito ao desenvolvimento

11 Não se deve esquecer que o objetivismo abstrato em sua nova versão reflete a

posição da palavra estrangeira no estágio em que ela já perdeu, numa larga

medida, seu caráter autoritário e sua força produtiva. Além disso, a

especificidade da apreensão da palavra estrangeira é atenuada no objetivismo

abstrato devido ao fato de que todas as categorias fundamentais do pensamento

dessa escola foram estendidas às línguas vivas e nativas. Com efeito, a

lingüística estuda as línguas vivas como se fossem mortas e a língua nativa

como se fosse estrangeira. Essa é a razão pela qual o sistema construído pelo

objetivismo abstrato difere dos filosofemas da palavra estrangeira elaborados

pelos antigos.

histórico. A enunciação como um todo não existe para a lingüística.

Conseqüentemente, apenas subsistem os elementos do sistema, isto é, as

formas lingüísticas isoladas. Somente elas podem suportar o choque da

história.

Assim, a história da língua torna-se a história das formas lingüísticas separadas (fonética, morfologia, etc.) que se desenvolvem

independentemente do sistema como um todo e sem qualquer referência à

enunciação [concreta](#)¹². A propósito da história da língua tal como a

concebe o objetivismo abstrato, Vossler, com razão, diz o seguinte:

“Pode se comparar grosseiramente a história da língua, tal como a

concebe a gramática histórica, com a história do vestuário: essa

última não é um reflexo da concepção de mundo ou do gosto de uma

época; ela fornece-nos listas cronológicas e geograficamente ordenadas

de botões, alfinetes, chapéus e fitas. Em gramática histórica, esses

botões e essas cifras chamam-se, por exemplo, /e/ aberto e fechado,

[/t/ surdo ou /d/ sonoro etc.](#)¹³

6. O sentido da palavra é totalmente determinado por seu

contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos

possíveis¹⁴. No entanto, nem por isso a palavra deixa de ser una. Ela

não se desagrega em tantas palavras quantos forem os contextos nos

quais ela pode se inserir. Evidentemente, essa unicidade da palavra

não é somente assegurada pela unicidade de sua composição fonética; há

também uma unicidade inerente a todas as suas significações. Como

conciliar a polissemia da palavra com sua unicidade? É assim que

podemos formular, de modo grosseiro e elementar, o problema

fundamental da semântica. Esse problema só pode ser resolvido pela

dialética. Que procedimentos são empregados pelo objetivismo abstrato?

Ele salienta o fator de unicidade da palavra em detrimento da

pluralidade de suas significações. Essa pluralidade é percebida como

análoga a harmônicos ocasionais de um único e mesmo significado

estável e firme. A atitude do lingüista é diametralmente oposta à

atitude da viva compreensão que caracteriza os falantes empenhados num

processo de comunicação verbal. Quando o filólogo-lingüista alinha os

contextos possíveis de uma palavra dada, ele acentua o fator de

conformidade à norma: o que lhe importa é extrair desses contextos

dispostos lado a lado uma determinação descontextualizada, para poder

encerrar a palavra num dicionário. Esse processo de isolamento da

palavra, de estabilização de sua significação fora de todo contexto, é

reforçado ainda mais pela justaposição de línguas, isto é, pela

procura da palavra paralela numa língua diferente. A pesquisa

lingüística constrói a significação a partir do ponto de convergência

de pelo menos duas línguas. Esse trabalho do lingüista torna-se ainda

mais complicado pelo fato de que ele cria a ficção de um recorte único

da realidade, que se reflete na língua. É o objeto único, sempre

idêntico a si próprio, que garante a unicidade do sentido. A ficção da

palavra como decalque da realidade ajuda ainda mais a congelar sua

12 A enunciação constitui apenas o meio neutro no qual se opera a transformação

das formas da língua.

13 Cf. o artigo de Vossler já citado "Gramática e História da Língua", p. 170.

14 Não nos preocuparemos, por enquanto, em distinguir a significação e o tema.

Essa distinção será o objeto do Cap. 7.

significação. Sobre essa base, a associação dialética de unicidade e

de pluralidade torna-se impossível.

Mencionaremos ainda um outro erro grave do objetivismo abstrato:

para seus adeptos, os diferentes contextos em que aparece uma palavra

qualquer estão num único e mesmo plano. Esses contextos dão origem a

uma série de enunciações fechadas que têm significado próprio e

apontam todas para uma mesma direção. Na realidade, as coisas são bem

diferentes: os contextos possíveis de uma única e mesma palavra são

freqüentemente opostos. As réplicas de um diálogo são um exemplo

clássico disso. Ali, uma única e mesma palavra pode figurar em dois

contextos mutuamente conflitantes. É evidente que o diálogo constitui

um caso particularmente evidente e ostensivo de contextos diversamente

orientados. Pode-se, no entanto, dizer que toda enunciação efetiva,

seja qual for a sua forma, contém sempre, com maior ou menor nitidez,

a indicação de um acordo ou de um desacordo com alguma coisa. Os

contextos não estão simplesmente justapostos, como se fossem

indiferentes uns aos outros; encontram-se numa situação de interação e

de conflito tenso e ininterrupto. A mudança do acento avaliativo da

palavra em função do contexto é totalmente ignorada pela lingüística e

não encontra nenhuma repercussão na sua doutrina da unicidade da

significação. Embora os acentos avaliativos sejam privados de

substância, é a pluralidade de acentos que dá vida à palavra. O

problema da pluriacentuação deve ser estreitamente relacionado com o

da polissemia. Só assim é que ambos os problemas poderão ser

resolvidos. Ora, é impossível estabelecer essa vinculação a partir dos

princípios do objetivismo abstrato. A lingüística se desembaraça dos

acentos avaliativos ao mesmo tempo que da enunciação, da fala15.

7. Para o objetivismo abstrato, a língua, como produto acabado,

transmite-se de geração a geração. Evidentemente, é de um ângulo

metafórico que os adeptos da segunda orientação entendem essa

transmissão da língua como herança de um objeto; mas essa comparação

não constitui para eles apenas uma metáfora. Configurando o sistema da

língua e tratando as línguas vivas como se fossem mortas e

estrangeiras, o objetivismo abstrato coloca a língua fora do fluxo da

comunicação verbal. Esse fluxo avança continuamente, enquanto a

língua, como uma bola, pula de geração para geração.

Entretanto, a língua é inseparável desse fluxo e avança

juntamente com ele. Na verdade, a língua não se transmite; ela dura e

perdura sob a forma de um processo evolutivo contínuo. Os indivíduos

não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente

da comunicação verbal; ou melhor, somente quando mergulham nessa

corrente é que sua consciência desperta e começa a operar. É apenas no

processo de aquisição de uma língua estrangeira que a consciência já

constituída - graças à língua materna - se confronta com uma língua

toda pronta, que só lhe resta assimilar. Os sujeitos não "adquirem"

sua língua materna; é nela e por meio dela que ocorre o primeiro

despertar da consciência¹⁶.

15 As posições aqui expressas serão fundamentadas no Capítulo 7.

16 O processo pelo qual a criança assimila sua língua materna é um processo de

integração progressiva da criança na comunicação verbal. À medida que essa

8. O objetivismo abstrato, como vimos, não sabe ligar a existência da língua na sua abstrata dimensão sincrônica com sua

evolução. Para a consciência do locutor, a língua existe como sistema

de formas sujeitas a normas; e só para o historiador é que ela existe

como processo evolutivo. O que exclui a possibilidade de associação

ativa da consciência do locutor com o processo de evolução histórica.

Torna-se, assim, impossível a conjunção dialética entre necessidade e

liberdade e até, por assim dizer, a responsabilidade lingüística.

Assenta-se, aqui, o reino de uma concepção puramente mecanicista da

necessidade no domínio da língua. Não há dúvida de que esse traço do

objetivismo abstrato está ligado à irresponsável fixação dessa escola

nas línguas mortas.

Só nos resta tirar as conclusões de nossa análise crítica do

objetivismo abstrato. O problema que colocamos no começo do quarto

capítulo, o da realidade dos fenômenos lingüísticos como objeto de

estudo específico e único, é solucionado de maneira incorreta. A

língua, como sistema de formas que remetem a uma norma, não passa de

uma abstração, que só pode ser demonstrada no plano teórico e prático

do ponto de vista do deciframento de uma língua morta e do seu ensino.

Esse sistema não pode servir de base para a compreensão e explicação

dos fatos lingüísticos enquanto fatos vivos e em evolução. Ao

contrário, ele nos distancia da realidade evolutiva e viva da língua e

de suas funções sociais, embora os adeptos do objetivismo abstrato

tenham pretensões quanto à significação sociológica de seus pontos de

vista. Na base dos fundamentos teóricos do objetivismo abstrato, estão

as premissas de uma visão do mundo racionalista e mecanicista, as

menos favoráveis a uma concepção correta da história; ora, a língua é

um fenômeno puramente histórico.

Seriam os princípios fundamentais da primeira orientação, a do

subjetivismo individualista, os corretos? Não teria o subjetivismo

individualista conseguido tocar de perto a verdadeira natureza da

linguagem? Ou a verdade estaria no meio-termo, entre as teses do

subjetivismo individualista e as antíteses do objetivismo abstrato,

constituindo um compromisso entre as duas orientações?

Acreditamos que aqui como em qualquer lugar a verdade não se

encontra exatamente no meio, num compromisso entre a tese e a

antítese; a verdade encontra-se além, mais longe, manifesta uma

idêntica recusa tanto da tese como da antítese, e constitui uma

síntese dialética. As teses da primeira orientação, como veremos no

capítulo seguinte, não resistem à crítica mais do que as da segunda.

Queremos, agora, chamar a atenção para o seguinte: ao considerar

que só o sistema lingüístico pode dar conta dos fatos da língua, o

objetivo abstrato rejeita a enunciação, o ato de fala, como sendo

individual. Como dissemos, é esse o *proton pseudos*, a "primeira

mentira", do objetivismo abstrato. O subjetivismo individualista, ao

contrário, só leva em consideração a fala. Mas ele também considera o

ato de fala como individual e é por isso que tenta explicá-lo a partir

das condições da vida psíquica individual do sujeito falante. E esse é

o seu *proton pseudos*.

Na realidade, o ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a

integração se realiza, sua consciência é formada e adquire seu conteúdo.

enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual

no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das

condições psicofisiológicas do sujeito falante. A enunciação é de

natureza social. Cabe-nos firmar essa tese no próximo capítulo.

CAPÍTULO 6

A INTERAÇÃO VERBAL

A segunda orientação do pensamento filosófico-lingüístico liga-

se, como vimos, ao Racionalismo e ao Neoclassicismo. A primeira

orientação - a do subjetivismo individualista - está ligada ao

Romantismo. O Romantismo foi, em grande medida, uma reação contra a

palavra estrangeira e o domínio que ela exerceu sobre as categorias do

pensamento. Mais particularmente, o Romantismo foi uma reação contra a

última reincidência do poder cultural da palavra estrangeira: as

épocas do Renascimento e do Classicismo. Os românticos foram os

primeiros filólogos da língua materna, os primeiros a tentar

reorganizar totalmente a reflexão lingüística sobre a base da

atividade mental em língua materna, considerada como meio de

desenvolvimento da consciência e do pensamento. É verdade, contudo,

que os românticos permaneceram filólogos no sentido estrito do termo.

Estava além de suas forças, com certeza, reestruturar uma maneira de

pensar sobre a língua que se formara e mantivera durante séculos. Não

obstante, foram introduzidas naquela reflexão novas categorias, e elas

é que deram à primeira orientação suas características específicas. É

sintomático que mesmo os representantes recentes do subjetivismo

individualista sejam especialistas em línguas modernas, principalmente

românicas (Vossler, Leo Spitzer, Lorck e outros).

Entretanto, o subjetivismo individualista apóia-se também sobre a

enunciação monológica como ponto de partida da sua reflexão sobre a

língua. É verdade que seus representantes não abordaram a enunciação

monológica do ponto de vista do filólogo de compreensão passiva, mas

sim de dentro, do ponto de vista da pessoa que fala, exprimindo-se.

Como se apresenta a enunciação monológica do ponto de vista do

subjetivismo individualista? Vimos que ela se apresenta como um ato

puramente individual, como uma expressão da consciência individual, de

seus desejos, suas intenções, seus impulsos criadores, seus gostos,

etc. A categoria da expressão é aquela categoria geral, de nível

superior, que engloba o ato de fala, a enunciação.

Mas o que é afinal a expressão? Sua mais simples e mais grosseira

definição é: tudo aquilo que, tendo se formado e determinado de alguma

maneira no psiquismo do indivíduo, exterioriza-se objetivamente para

outrem com a ajuda de algum código de signos exteriores.

A expressão comporta, portanto, duas facetas: o *conteúdo*

(interior) e sua *objetivação exterior* para outrem (ou também para si

mesmo). Toda teoria da expressão, por mais refinadas e complexas que

sejam as formas que ela pode assumir, deve levar em conta,

inevitavelmente, essas duas facetas: todo o ato expressivo move-se

entre elas. Conseqüentemente, a teoria da expressão deve admitir que o

conteúdo a exprimir pode constituir-se fora da expressão, que ele

começa a existir sob uma certa forma, para passar em seguida a uma

outra. Pois, se não fosse assim, se o conteúdo a exprimir existisse

desde a origem sob a forma de expressão, se houvesse entre o conteúdo

e a expressão uma passagem quantitativa (no sentido de um

esclarecimento, de uma diferenciação, etc.), então toda a teoria da

expressão cairia por terra. A teoria da expressão supõe

inevitavelmente um certo dualismo entre o que é interior e o que é

exterior, com primazia explícita do conteúdo interior, já que todo ato

de objetivação (expressão) procede do interior para o exterior. Suas

fontes são interiores. Não é por acaso que a teoria do subjetivismo

individualista, como todas as teorias da expressão, só se pôde

desenvolver sobre um terreno idealista e espiritualista. Tudo que é

essencial é interior, o que é exterior só se torna essencial a título

de receptáculo do conteúdo interior, de meio de expressão do espírito.

É verdade que, exteriorizando-se, o conteúdo interior muda de

aspecto, pois é obrigado a apropriar-se do material exterior, que

dispõe de suas próprias regras, estranhas ao pensamento interior. No

curso do processo de dominar o material, de submetê-lo, de transformá-

lo em *meio* obediente, da expressão, o conteúdo da atividade verbal a

exprimir muda de natureza e é forçado a um certo compromisso. Por isso

o idealismo, que deu origem a todas as teorias da expressão, engendrou

igualmente teorias que rejeitam completamente a expressão, considerada

como deformação da pureza do pensamento [interior1.](#) Em todo caso, todas

as forças criadoras e organizadoras da expressão estão no interior. O

exterior constitui apenas o material passivo do que está no interior.

Basicamente, a expressão se constrói no interior; sua exteriorização

não é senão a sua tradução. Disso resulta que a compreensão, o

comentário e a explicação do fato ideológico devem dirigir-se para o

interior, isto é, fazer o caminho inverso do da expressão: procedendo

da objetivação exterior, a explicação deve infiltrar-se até as suas

raízes formadoras internas. Essa é a concepção da expressão no

subjetivismo individualista.

A teoria da expressão que serve de fundamento à primeira

orientação do pensamento filosófico-lingüístico é radicalmente falsa.

O conteúdo a exprimir e sua objetivação externa são criados, como

vimos, a partir de um único e mesmo material, pois não existe

atividade mental sem expressão semiótica. Conseqüentemente, é preciso

eliminar de saída o princípio de uma distinção qualitativa entre o

conteúdo interior e a expressão exterior. Além disso, o centro

organizador e formador não se situa no interior, mas no exterior. Não

é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é a

expressão que organiza a atividade mental, que a modela e determina sua orientação.

Qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado,

ele será determinado pelas condições reais da enunciação em questão,

isto é, antes de tudo *pela situação social mais imediata*.

Com efeito, a enunciação é o produto da interação de dois

indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um

interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio

do grupo social ao qual pertence o locutor. A palavra *dirige-se a um*

interlocutor: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se

tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for

inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao

locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido,

etc.). Não pode haver interlocutor abstrato; não teríamos linguagem

comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio nem no figurado. Se

algumas vezes temos a pretensão de pensar e de exprimir-nos *urbi et*

orbi, na realidade é claro que vemos "a cidade e o mundo" através do

prisma do meio social concreto que nos engloba. Na maior parte dos

casos, é preciso supor além disso um certo *horizonte social* definido e

estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da

época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa

literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito.

O mundo interior e a reflexão de cada indivíduo têm um *auditório*

social próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas

deduções interiores, suas motivações, apreciações, etc. Quanto mais

aculturado for o indivíduo, mais o auditório em questão se aproximará

do auditório médio da criação ideológica, mas em todo caso o

interlocutor ideal não pode ultrapassar as fronteiras de uma classe e

de uma época bem definidas.

1 "O pensamento expresso pela palavra é uma mentira" (Tiutchev). "Oh, se pelo

menos alguém pudesse exprimir a alma sem palavras!" (Fiet). Essas duas

declarações são típicas do romantismo idealista.

Essa orientação da palavra em função do interlocutor tem uma

importância muito grande. Na realidade, toda palavra comporta *duas*

faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém,

como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente

o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de

expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em

relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à

coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os

outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se

sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e

do interlocutor.

Mas como se define o locutor? Com efeito, se a palavra não lhe

pertence totalmente, uma vez que ela se situa numa espécie de zona

fronteiriça, cabe-lhe contudo uma boa metade. Em um determinado

momento, o locutor é incontestavelmente o único dono da palavra, que é

então sua propriedade inalienável. É o instante do ato fisiológico de

materialização da palavra. Mas a categoria da propriedade não é

aplicável a esse ato, na medida em que ele é puramente fisiológico.

Se, ao contrário, considerarmos, não o ato físico de

materialização do som, mas a materialização da palavra como signo,

então a questão da propriedade tornar-se-á bem mais complexa. Deixando

de lado o fato de que a palavra, como signo, é extraída pelo locutor

de um estoque social de signos disponíveis, a própria realização deste

signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas

relações sociais. A individualização estilística da enunciação de que

falam os vosslerianos, constitui justamente este reflexo da inter-

relação social, em cujo contexto se constrói uma determinada

enunciação. A *situação social mais imediata e o meio social mais amplo*

determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio

interior, a estrutura da enunciação.

Na verdade, qualquer que seja a enunciação considerada, mesmo que

não se trate de uma informação factual (a comunicação, no sentido

estrito), mas da expressão verbal de uma necessidade qualquer, por

exemplo a fome, é certo que ela, na sua totalidade, é socialmente

dirigida. Antes de mais nada, ela é determinada da maneira mais

imediata pelos participantes do ato de fala, explícitos ou implícitos,

em ligação com uma situação bem precisa; a situação dá forma à

enunciação, impondo-lhe esta ressonância em vez daquela, por exemplo a

exigência ou a solicitação, a afirmação de direitos ou a prece pedindo

graça, um estilo rebuscado ou simples, a segurança ou a timidez, etc.

A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o

estilo ocasionais da enunciação. Os estratos mais profundos da sua

estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e

duráveis a que está submetido o locutor.

Se tomarmos a enunciação no estágio inicial de seu

desenvolvimento, "na alma", não se mudará a essência das coisas, já

que a estrutura da atividade mental é tão social como a da sua

objetivação exterior. O grau de consciência, de clareza, de acabamento

formal da atividade mental é diretamente proporcional ao seu grau de

orientação social.

Na verdade, a simples tomada de consciência, mesmo confusa, de

uma sensação qualquer, digamos a fome, pode dispensar uma expressão

exterior mas não dispensa uma expressão ideológica; tanto isso é

verdade que toda tomada de consciência implica discurso interior,

entoação interior e estilo interior, ainda que rudimentares. A tomada

de consciência da fome pode ser acompanhada de deprecação, de raiva,

de lamento ou de indignação. Enumeramos aqui apenas os matizes mais

grosseiros e mais marcados da entoação interior; na realidade, a

atividade mental pode ser marcada por entoações sutis e complexas. A

expressão exterior, na maior parte dos casos, apenas prolonga e

esclarece a orientação tomada pelo discurso interior, e as entonações

que ele contém.

De que maneira será marcada a sensação interior da fome? Isso

depende ao mesmo tempo da situação imediata em que se situa a

percepção, e da situação social da pessoa faminta, em geral. Com

efeito, essas são as condições que determinam o contexto apreciativo,

o ângulo social em que será recebida a sensação da fome. O contexto

social imediato determina quais serão os ouvintes possíveis, amigos ou

inimigos para os quais serão orientadas a consciência e a sensação da

fome: as imprecações serão lançadas contra a natureza ingrata, contra

si mesmo, a sociedade, um grupo social determinado, um certo

indivíduo? Claro, é preciso distinguir graus na consciência, na

clareza e na diferenciação dessa orientação social da experiência

mental. Mas é certo que sem uma orientação social de caráter

apreciativo não há atividade mental. Mesmo os gritos de um recém-

nascido são orientados para a mãe. Pode-se descrever a fome,

acrescentando-se um apelo à revolta, à agitação; nesse caso a

atividade mental será estruturada em função de um apelo potencial, a

fim de provocar a agitação; a tomada de consciência pode tomar a forma

do protesto, etc.

Na relação com um ouvinte potencial (e algumas vezes distintamente percebido), podem-se distinguir dois pólos, dois

limites, dentro dos quais se realiza a tomada de consciência e a

elaboração ideológica. A atividade mental oscila de um a outro. Por

convenção, chamemos esses dois pólos *atividade mental do eu* e

atividade mental do nós.

Na verdade, a atividade mental do *eu* tende para a auto-eliminação; à medida que se aproxima do seu limite, perde a sua

modelagem ideológica e consequentemente seu grau de consciência,

aproximando-se assim da reação fisiológica do animal. A atividade

mental dilapida então o seu potencial, seu esboço de orientação social

e perde portanto sua representação verbal. Atividades mentais

isoladas, ou mesmo seqüências inteiras podem tender para o pólo do *eu*,

prejudicando assim sua clareza e sua modelagem ideológica, e dando

provas de que a consciência foi incapaz de enraizar-se socialmente2.

A atividade mental do nós não é uma atividade de caráter

primitivo, gregário: é uma atividade diferenciada. Melhor ainda a

diferenciação ideológica, o crescimento do grau de consciência são

diretamente proporcionais à firmeza e à estabilidade da orientação

social. Quanto mais forte, mais bem organizada e diferenciada for a

2 Sobre a possibilidade de uma série de experiências sexuais humanas escaparem

ao contexto social com perda concomitante da verbalização da experiência, ver

Freidizm. Op. cit. p. 135-136.

coletividade no interior da qual o indivíduo se orienta, mais distinto

e complexo será o seu mundo interior.

A atividade mental do *nós* permite diferentes graus e diferentes

tipos de modelagem ideológica.

Suponhamos que o homem faminto tome consciência da sua fome no

meio de uma multidão heteróclita de pessoas igualmente famintas, cuja

situação se deve ao acaso (desafortunados, mendigos, etc.). A

atividade mental desse indivíduo isolado, sem classe, terá uma

coloração específica e tenderá para formas ideológicas determinadas,

cuja gama pode ser bastante extensa: a resignação, a vergonha, o

sentimento de dependência e muitas outras tonalidades tingirão a sua

atividade mental. As formas ideológicas correspondentes, isto é, o

resultado dessa atividade mental, serão, conforme o caso, ou o

protesto individualista do mendigo, ou a resignação mística do

penitente.

Suponhamos agora que o faminto pertença a uma coletividade onde a

fome não se deve ao acaso, onde ela é uma realidade coletiva, mas onde

entretanto não existe vínculo material sólido entre os famintos, de

forma que cada um deles passa fome isoladamente. É essa,

freqüentemente, a situação dos camponeses. A coletividade (o "mir"*)

sente a fome, mas os seus membros estão materialmente isolados, não

estão ligados por uma economia comum, cada um suporta a fome no

pequeno mundo fechado de sua própria exploração. Em tais condições,

predominará uma consciência da fome feita de resignação, mas

desprovida de sentimento de vergonha ou de humilhação: cada um diz a

si próprio: "Já que todos sofrem em silêncio, eu também o farei". É

sobre um tal terreno que se desenvolvem os sistemas filosóficos e

religiosos fundados sobre o fatalismo e a resignação na adversidade

(os primeiros cristãos, os tolstoianos, etc.).

De maneira completamente diferente será experimentada a fome

pelos membros de uma coletividade unida por vínculos materiais

objetivos (batalhão de soldados, operários reunidos no interior da

usina, trabalhadores numa grande propriedade agrícola de tipo

capitalista, enfim toda uma classe social desde que nela tenha

amadurecido a noção de "classe para si"). Nesse caso, dominarão na

atividade mental as tonalidades do protesto ativo e seguro de si

mesmo; não haverá lugar para uma mentalidade resignada e submissa. É

aí que se encontra o terreno mais favorável para um desenvolvimento

nítido e ideologicamente bem formado da atividade mental³.

Todos os tipos de atividade mental que examinamos, com suas

inflexões principais, geram modelos e formas de enunciações

correspondentes. Em todos os casos, a situação social determina que

* Organismo de propriedade coletiva rural antes da revolução de 1917.

(N.d.T.fr.).

3 Dados interessantes sobre a expressão da fome podem ser encontrados nas

obras de um célebre lingüista contemporâneo, membro da escola de Vossler, Leo

Spitzer: *Italienische Kriegsgefangenenbriefe* e *Die Umschreibungen des*

Begriffes Hunger. O problema fundamental exposto é a adaptação flexível da

palavra e da representação às condições de uma situação excepcional. Falta ao

autor, contudo, uma abordagem sociológica genuína. modelo, que metáfora, que forma de enunciação servirá para exprimir a fome a partir das direções inflexivas da experiência. É preciso classificar à parte a *atividade mental para si*. Ela distingue-se claramente da atividade mental do eu que definimos acima. A atividade mental individualista é perfeitamente diferenciada e definida. O individualismo é uma forma ideológica particular da atividade mental do nós da classe burguesa (encontra-se um tipo análogo na classe feudal aristocrática). A atividade mental de tipo individualista caracteriza-se por uma orientação social sólida e afirmada. Não é do interior, do mais profundo da personalidade que se tira a confiança individualista em si, a consciência do próprio valor, mas do exterior; trata-se da explicitação ideológica do meu *status*

social, da defesa pela lei e por toda a estrutura da sociedade de um

bastião objetivo, a minha posição econômica individual. A

personalidade individual é tão socialmente estruturada como a

atividade mental de tipo coletivista: a explicitação ideológica de uma

situação econômica complexa e estável projeta-se na alma individual.

Mas a contradição interna que está inscrita nesse tipo de atividade

mental do *nós*, assim como na estrutura social correspondente, cedo ou

tarde destruirá sua modelagem ideológica.

Encontra-se uma estrutura análoga na atividade mental *para si*

isolada ("a capacidade e a força de sentir-se no seu direito enquanto

indivíduo isolado", atitude cultivada em particular por Romain

Rolland, e em parte igualmente por Tolstói). O orgulho que esta

posição solitária implica apóia-se igualmente sobre o "nós". Essa

variante da atividade mental do *nós* é característica da *intelligentsia*

ocidental contemporânea. As palavras de Tolstói, afirmado que existe

um pensamento para si e um pensamento para o público, implicam uma

confrontação entre duas concepções de público. Esse “para si”

tolstoiano, na realidade, apenas indica uma concepção social do

ouvinte que lhe é própria. O pensamento não existe fora de sua

expressão potencial e consequentemente fora da orientação social dessa

expressão e o próprio pensamento.

Assim, a personalidade que se exprime, apreendida, por assim

dizer, do interior, revela-se um produto total da inter-relação

social. A atividade mental do sujeito constitui, da mesma forma que a

expressão exterior, um território social. Em consequência, todo o

itinerário que leva da atividade mental (o "conteúdo a exprimir") à

sua objetivação externa (a "enunciação") situa-se completamente em

território social. Quando a atividade mental se realiza sob a forma de

uma enunciação, a orientação social à qual ela se submete adquire

maior complexidade graças à exigência de adaptação ao contexto social

imediato do ato de fala, e, acima de tudo, aos interlocutores

concretos.

Tudo isso lança uma nova luz sobre o problema da consciência e da

ideologia. *Fora de sua objetivação, de sua realização num material*

determinado (o gesto, a palavra, o grito), a consciência é uma ficção.

Não é senão uma construção ideológica incorreta, criada sem considerar

os dados concretos da expressão social. Mas, enquanto expressão

material estruturada (através da palavra, do signo, do desenho, da

pintura, do som musical, etc.), a consciência constitui um fato

objetivo e uma força social imensa. É preciso notar que essa

consciência não se situa acima do ser e não pode determinar a sua

constituição, uma vez que ela é, ela mesma, uma parte do ser, uma das

suas forças; e é por isso que a consciência tem uma existência real e

representa um papel na arena do ser. Enquanto a consciência permanece

fechada na cabeça do ser consciente, com uma expressão embrionária sob

a forma de discurso interior, o seu estado é apenas de esboço, o seu

raio de ação ainda limitado. Mas assim que passou por todas as etapas

da objetivação social, que entrou no poderoso sistema da ciência, da

arte, da moral e do direito, a consciência torna-se uma força real,

capaz mesmo de exercer em retorno uma ação sobre as bases econômicas

da vida social. Certo, essa força materializa-se em organizações

sociais determinadas, reforça-se por uma expressão ideológica sólida

(a ciência, a arte, etc.) mas, mesmo sob a forma original confusa do

pensamento que acaba de nascer, pode-se já falar de fato social e não de ato individual interior.

A atividade mental tende desde a origem para uma expressão

externa plenamente realizada. Mas pode acontecer também que ela seja

bloqueada, freada: nesse último caso, a atividade mental desemboca

numa expressão inibida (não nos ocuparemos aqui do problema muito

complexo das causas e condições do bloqueio). Uma vez materializada, a

expressão exerce um efeito reversivo sobre a atividade mental: ela

põe-se então a estruturar a vida interior, a dar-lhe uma expressão

ainda mais definida e mais estável.

Essa ação reversiva da expressão bem formada sobre a atividade

mental (isto é, a expressão interior) tem uma importância enorme, que

deve ser sempre considerada. Pode-se dizer que não é tanto a expressão

que se adapta ao nosso mundo interior, mas o nosso *mundo interior que*

se adapta às possibilidades de nossa expressão, aos seus caminhos e

orientações possíveis. Chamaremos a totalidade da atividade mental

centrada sobre a vida cotidiana, assim como a expressão que a ela se

liga, *ideologia do cotidiano*, para distingui-la dos sistemas

ideológicos constituídos, tais como a arte, a moral, o direito, etc. A

ideologia do cotidiano constitui o domínio da palavra interior e

exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um

dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência.

Considerando a natureza sociológica da estrutura da expressão e da

atividade mental, podemos dizer que a ideologia do cotidiano

corresponde, no essencial, àquilo que se designa, na literatura

marxista, sob o nome de "psicologia social". Nesse contexto

particular, preferimos evitar o termo "psicologia", pois importa-nos

apenas o conteúdo do psiquismo e da consciência; ora, esse conteúdo é

totalmente ideológico, sendo determinado por fatores não individuais e

orgânicos (biológicos, fisiológicos), mas puramente sociológicos. O

fator individual-orgânico não é pertinente para a compreensão das

forças criadoras e vivas essenciais do conteúdo da consciência.

Os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência

da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do

cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte

influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia. Mas, ao

mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam

constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano;

alimentam-se de sua seiva, pois, fora dela, morrem, assim como morrem,

por exemplo, a obra literária acabada ou a idéia cognitiva se não são

submetidas a uma avaliação crítica viva. Ora, essa avaliação crítica,

que é a única razão de ser de toda produção ideológica, opera-se na

língua da ideologia do cotidiano. Esta coloca a obra numa situação

social determinada. A obra estabelece assim vínculos com o conteúdo

total da consciência dos indivíduos receptores e só é apreendida no

contexto dessa consciência que lhe é contemporânea. A obra é

interpretada no espírito desse conteúdo da consciência (dos indivíduos

receptores) e recebe dela uma nova luz. É nisso que reside a vida da

obra ideológica. Em cada época de sua existência histórica, a obra é

levada a estabelecer contatos estreitos com a ideologia cambiante do

cotidiano, a impregnar-se dela, a alimentar-se da seiva nova

secretada. É apenas na medida em que a obra é capaz de estabelecer um

tal vínculo orgânico e ininterrupto com a ideologia do cotidiano de

uma determinada época, que ela é capaz de viver nesta época (é claro,

nos limites de um grupo social determinado). Rompido esse vínculo, ela

cessa de existir, pois deixa de ser apreendida como ideologicamente

significante.

Na ideologia do cotidiano, é preciso distinguir vários níveis,

determinados pela escala social que serve para medir a atividade

mental e a expressão, e pelas forças sociais em relação às quais eles

devem diretamente orientar-se.

O horizonte no qual esta ou aquela atividade mental ou expressão

se materializa pode ser, como vimos, mais ou menos amplo. O pequeno

mundo da atividade mental pode ser limitado e confuso, sua orientação

social pode ser acidental, pouco durável e pertinente apenas no quadro

da reunião fortuita e por tempo limitado de algumas pessoas. É claro,

mesmo essas atividades mentais ocasionais têm uma coloração

sociológica e ideológica, mas situam-se já na fronteira do normal e do

patológico. A atividade mental fortuita permanece isolada da vida

espiritual dos indivíduos. Ela não é capaz de consolidar-se e de

encontrar uma expressão completa e diferenciada. Pois, se ela não é

dotada de um auditório social determinado, sobre que bases poderia

diferenciar-se e tomar uma forma acabada? A fixação de uma atividade

mental como essa é ainda mais impossível por escrito, e *a fortiori* sob

forma impressa. A atividade mental nascida de uma situação fortuita

não tem a menor chance de adquirir uma força e uma ação duráveis no

plano social.

Esse tipo de atividade mental constitui o nível inferior, aquele

que desliza e muda mais rapidamente na ideologia do cotidiano.

Conseqüentemente, colocaremos nesse nível todas as atividades mentais

e pensamentos confusos e informes que se acendem e apagam na nossa

alma, assim como as palavras fortuitas ou inúteis. Estamos diante de

abortos da orientação social, incapazes de viver, comparáveis a

romances sem heróis ou a representações sem espectadores. São privados

de toda lógica ou unicidade. É extremamente difícil perceber nesses

farrapos ideológicos leis sociológicas. No nível inferior da ideologia

do cotidiano, só se apreendem regras estatísticas: é apenas a partir

de uma grande massa de produtos dessa ordem que se podem descobrir as

grandes linhas de uma ordem sócio-econômica. Claro, na prática, é

impossível descobrir as premissas sócio-econômicas de uma atividade

mental ou de uma expressão isoladas.

Os níveis superiores da ideologia do cotidiano que estão em

contato direto com os sistemas ideológicos, são substanciais e têm um

caráter de responsabilidade e de criatividade. São mais móveis e

sensíveis que as ideologias constituídas. São capazes de repercutir as

mudanças da infra-estrutura sócio-econômica mais rápida e mais

distintamente. Aí justamente é que se acumulam as energias criadoras

com cujo auxílio se efetuam as revisões parciais ou totais dos

sistemas ideológicos. Logo que aparecem, as novas forças sociais

encontram sua primeira expressão e sua elaboração ideológica nesses

níveis superiores da ideologia do cotidiano, antes que consigam

invadir a arena da ideologia oficial constituída. E claro, no decorrer

da luta, no curso do processo de infiltração progressiva nas

instituições ideológicas (a imprensa, a literatura, a ciência), essas

novas correntes da ideologia do cotidiano, por mais revolucionárias

que sejam, submetem-se à influência dos sistemas ideológicos

estabelecidos, e assimilam parcialmente as formas, práticas e

abordagens ideológicas neles acumulados.

O que se chama habitualmente "individualidade criadora" constitui

a expressão do núcleo central sólido e durável da orientação social do

indivíduo. Aí situaremos principalmente os estratos superiores, mais

bem formados, do discurso interior (ideologia do cotidiano), onde cada

representação e inflexão passou pelo estágio da expressão, de alguma

forma sofreu a prova da expressão externa. Aí situaremos igualmente as

palavras, as entonações e os movimentos interiores que passaram com

sucesso pela prova da expressão externa numa escala social mais ou

menos ampla e adquiriram, por assim dizer, um grande polimento e

lustro social, pelo efeito das reações e réplicas, pela rejeição ou apoio do auditório social.

Certamente, nos níveis inferiores da ideologia do cotidiano, o

fator biográfico e biológico tem um papel importante, mas à medida que

a enunciação se integra no sistema ideológico, decresce a importância

desse fator. Conseqüentemente, se as explicações de caráter biológico

e biográfico têm algum valor nos níveis superiores, o seu papel é

extremamente modesto. Aqui o método sociológico objetivo tem total

primazia.

Assim, a teoria da expressão subjacente ao subjetivismo individualista deve ser completamente rejeitada. O centro organizador

de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior:

está situado no meio social que envolve o indivíduo. Só o grito

inarticulado de um animal procede do interior, do aparelho fisiológico

do indivíduo isolado. É uma reação fisiológica pura e não ideologicamente marcada. Pelo contrário, a enunciação humana mais

primitiva, ainda que realizada por um organismo individual, é, do

ponto de vista do seu conteúdo, de sua significação, organizada fora

do indivíduo pelas condições extra-orgânicas do meio social. A

enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social, quer se

trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo

contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de

uma determinada comunidade lingüística.

A enunciação individual (a "parole"), contrariamente à teoria do

objetivismo abstrato, não é de maneira alguma um fato individual que,

pela sua individualidade, não se presta à análise sociológica. Com

efeito, se assim fosse, nem a soma desses atos individuais, nem as

características abstratas comuns a todos esses atos individuais (as

"formas normativamente idênticas") poderiam gerar um produto social.

O subjetivismo individualista tem razão em sustentar que as

enunciações isoladas constituem a substância real da língua e que a

elas está reservada a função criativa na língua. Mas está errado

quando ignora e é incapaz de compreender a natureza social da

enunciação e quando tenta deduzir esta última do mundo interior do

locutor, enquanto expressão desse mundo interior. A estrutura da

enunciação e da atividade mental a exprimir são de natureza *social*. A

elaboração estilística da enunciação é de natureza *sociológica* e a

própria cadeia verbal, à qual se reduz em última análise a realidade

da língua, é *social*. Cada elo dessa cadeia é social, assim como toda a

dinâmica da sua evolução.

O subjetivismo individualista tem toda a razão quando diz que não

se pode isolar uma forma lingüística do seu conteúdo ideológico. Toda

palavra é ideológica e toda utilização da língua está ligada à

evolução ideológica. Está errado quando diz que esse conteúdo

ideológico pode igualmente ser deduzido das condições do psiquismo

individual.

O subjetivismo individualista está errado em tomar, da mesma

maneira que o objetivismo abstrato, a enunciação monológica como seu

ponto de partida básico. É verdade que alguns vosslerianos começaram a

abordar o problema do diálogo, o que os leva a uma compreensão mais

justa da interação verbal. Citaremos por exemplo o livro de Leo

Spitzer, *Italienische Umgangssprache*, onde se encontra uma tentativa de

análise das formas de italiano utilizado na conversação, em estreita

ligação com as condições de utilização e sobretudo com a situação

social do interlocutor⁴. O método de Leo Spitzer, contudo, é

psicológico-descritivo. Ele não tira de sua análise nenhuma conclusão

sociológica coerente. A enunciação monológica permanece a base da

realidade lingüística para os vosslerianos.

Otto Dietrich colocou com grande clareza o problema da interação

verbal⁵. Toma como ponto de partida a crítica da teoria de enunciação

como meio de expressão. Para ele, a função central da linguagem não é

a expressão, mas a *comunicação*. Isso o leva a considerar o papel do

ouvinte. O par locutor-ouvinte constitui para Dietrich, a condição

necessária da linguagem. Contudo, ele partilha essencialmente as

premissas psicológicas do subjetivismo individualista. Além disso, as

pesquisas de Dietrich são desprovidas de qualquer base sociológica bem

definida.

Agora estamos em condições de responder às questões que colocamos

4 A esse respeito, a própria construção do livro é sintomática. Ele divide-se

em quatro partes, cujos títulos são: "I. Formas de Introdução do Diálogo. II.

Locutor e Interlocutor: a) Cortesia Para com o Parceiro; b) Economia e

Desperdício da Expressão; c) Imbricação de Fala e Réplica. III. Locutor e

situação. IV. Fim do Diálogo". Hermann Wunderlich precedeu Spitzer na direção

do estudo da língua da conversação corrente nas condições reais da

comunicação. Cf. seu livro: *Unsere Umgangssprache* (1894).

5 Ver Die Probleme der Sprachpsychologie, 1914.

no início do quarto capítulo. A verdadeira substância da língua não é

constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela

enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua

produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada

através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui

assim a realidade fundamental da língua.

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro

senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação

verbal. Mas pode-se compreender a palavra "diálogo" num sentido amplo,

isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas

colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo

que seja.

O livro, isto é, o ato de fala impresso, constitui igualmente um

elemento da comunicação verbal. Ele é objeto de discussões ativas sob

a forma de diálogo e, além disso, é feito para ser apreendido de

maneira ativa, para ser estudado a fundo, comentado e criticado no

quadro do discurso interior, sem contar as reações impressas,

institucionalizadas, que se encontram nas diferentes esferas da

comunicação verbal (críticas, resenhas, que exercem influência sobre

os trabalhos posteriores, etc.). Além disso, o ato de fala sob a forma

de livro é sempre orientado em função das intervenções anteriores na

mesma esfera de atividade, tanto as do próprio autor como as de outros

autores: ele decorre portanto da situação particular de um problema

científico ou de um estilo de produção literária. Assim, o discurso

escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão

ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta,

confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio,

etc. Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja,

constitui apenas uma *fração* de uma corrente de comunicação verbal

ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao

conhecimento, à política, etc.). Mas essa comunicação verbal

ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um momento na evolução

contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado. Um

importante problema decorre daí: o estudo das relações entre a

interação concreta e a situação extralingüística - não só a situação

imediata, mas também, através dela, o contexto social mais amplo.

Essas relações tomam formas diversas, e os diversos elementos da

situação recebem, em ligação com uma ou outra forma, uma significação

diferente (assim, os elos que se estabelecem com os diferentes

elementos de uma situação de comunicação artística diferem dos de uma

comunicação científica). A comunicação verbal não poderá jamais ser

compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta. A

comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos outros tipos de

comunicação e cresce com eles sobre o terreno comum da situação de

produção. Não se pode, evidentemente, isolar a comunicação verbal

dessa comunicação global em perpétua evolução. Graças a esse vínculo

concreto com a situação, a comunicação verbal é sempre acompanhada por

atos sociais de caráter não verbal (gestos do trabalho, atos

simbólicos de um ritual, cerimônias, etc.), dos quais ela é muitas

vezes apenas o complemento, desempenhando um papel meramente auxiliar.

A língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal*

concreta, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua nem

no psiquismo individual dos falantes.

Disso decorre que a ordem metodológica para o estudo da língua

deve ser o seguinte:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as

condições concretas em que se realiza.

2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala

isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os

elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação

ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.

3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação

lingüística habitual.

É nessa mesma ordem que se desenvolve a evolução real da língua:

as relações sociais evoluem (em função das infra-estruturas), depois a

comunicação e a interação verbais evoluem no quadro das relações

sociais, as formas dos atos de fala evoluem em consequência da

interação verbal, e o processo de evolução reflete-se, enfim, na

mudança das formas da língua.

De tudo o que dissemos, decorre que o problema das formas da

enunciação considerada como um todo adquire uma enorme importância. Já

indicamos que o que falta à lingüística contemporânea é uma abordagem

da enunciação em si. Sua análise não ultrapassa a segmentação em

constituíntes imediatos. E, no entanto, as unidades reais da cadeia

verbal são as enunciações. Mas, justamente, para estudar as formas

dessas unidades, convém não separá-las do curso histórico das

enunciações. Enquanto um todo, a enunciação só se realiza no curso da

comunicação verbal, pois o todo é determinado pelos seus limites, que

se configuram pelos pontos de contato de uma determinada enunciação

com o meio extraverbal e verbal (isto é, as outras enunciações).

A primeira palavra e a última, o começo e o fim de uma enunciação

permitem-nos já colocar o problema do todo. O processo da fala,

compreendida no sentido amplo como processo de atividade de linguagem

tanto exterior como interior, é ininterrupto, não tem começo nem fim.

A enunciação realizada é como uma ilha emergindo de um oceano sem

limites, o discurso interior. As dimensões e as formas dessa ilha são

determinadas pela situação da enunciação e por seu *auditório*. A

situação e o auditório obrigam o discurso interior a realizar-se em

uma expressão exterior definida, que se insere diretamente no contexto

não verbalizado da vida corrente, e nele se amplia pela ação, pelo

gesto ou pela resposta verbal dos outros participantes na situação de

enunciação. Uma questão completa, a exclamação, a ordem, o pedido são

enunciations completas típicas da vida corrente. Todas (particularmente

as ordens, os pedidos) exigem um complemento extraverbal assim como um

início não verbal. Esses tipos de discursos menores da vida cotidiana

são modelados pela fricção da palavra contra o meio extraverbal e

contra a palavra do outro.

Assim, a forma da ordem é determinada pelos obstáculos que ela

pode encontrar, o grau de submissão do receptor, etc. A modelagem das

enunciações responde aqui a particularidades fortuitas e não

reiteráveis das situações da vida corrente. Só se pode falar de

fórmulas específicas, de estereótipos no discurso da vida cotidiana

quando existem formas de vida em comum relativamente regularizadas,

reforçadas pelo uso e pelas circunstâncias. Assim, encontram-se tipos

particulares de fórmulas estereotipadas servindo às necessidades da

conversa de salão, fútil e que não cria nenhuma obrigação, em que

todos os participantes são familiares uns aos outros e onde a

diferença principal é entre homens e mulheres. Encontram-se elaboradas

formas particulares de palavras-alusões, de subentendidos, de

reminiscências de pequenos incidentes sem nenhuma importância, etc. Um

outro tipo de fórmula elabora-se na conversa entre marido e mulher,

entre irmão e irmã. Pessoas inteiramente estranhas umas às outras e

reunidas por acaso (numa fila, numa entidade qualquer) começam,

constroem e terminam suas declarações e suas réplicas de maneira

completamente diferente. Encontram-se ainda outros tipos nos serões no

campo, nas quermesses populares na cidade, na conversa dos operários à

hora do almoço, etc. Toda situação inscrita duravelmente nos costumes

possui um auditório organizado de uma certa maneira e consequentemente

um certo repertório de pequenas fórmulas correntes. A fórmula

estereotipada adapta-se, em qualquer lugar, ao canal de interação

social que lhe é reservado, refletindo ideologicamente o tipo, a

estrutura, os objetivos e a composição social do grupo. As fórmulas da

vida corrente fazem parte do meio social, são elementos da festa, dos

lazeres, das relações que se travam no hotel, nas fábricas, etc. Elas

coincidem com esse meio, são por ele delimitadas e determinadas em

todos os aspectos. Assim, encontram-se diferentes formas de construção

de enunciações nos lugares de produção de trabalho e nos meios de

comércio. No que se refere às formas da comunicação ideológica no

sentido preciso do termo - as formas das declarações políticas, atos

políticos, leis, decretos, manifestos, etc.; e as formas das enunciações poéticas, tratados científicos, etc. - todas elas foram

objeto de pesquisas especializadas em retórica e poética. Mas, como

vimos, essas pesquisas estiveram completamente divorciadas, de um

lado, do problema da linguagem, e do outro, do problema da comunicação

social⁶. Uma análise fecunda das formas do conjunto de enunciações como

unidades reais na cadeia verbal só é possível de uma perspectiva que

encare a enunciação individual como um fenômeno puramente sociológico.

A filosofia marxista da linguagem deve justamente colocar como base de

sua doutrina a enunciação como realidade da linguagem e como estrutura

sócio-ideológica.

Após ter mostrado a estrutura sociológica da enunciação, voltemos

agora às duas orientações do pensamento filosófico lingüístico para

tirar conclusões definitivas. A lingüista moscovita R. Schor, que

pertence à segunda orientação do pensamento filosófico-lingüístico

(objetivismo abstrato), termina com as seguintes palavras um breve

esboço da situação da lingüística contemporânea:

"A língua não é uma coisa (*ergon*), mas antes uma atividade

natural e congênita do homem (*energeia*)", proclamava a investigação

lingüística romântica do século XIX. É algo completamente diferente

6 Sobre o tópico da disjunção de uma obra de arte literária das condições da

comunicação artística e a resultante inércia da obra, ver nosso estudo,

"Slóvo v jizni i slóvo v poézii" (A Palavra na Vida e a Palavra na Poesia),

Zvesdá (Estrela), Editora do Estado, 6, 1926) (N.d.T.am.).

que diz a lingüística teórica contemporânea: "A língua não é uma

atividade individual (*energeia*), mas um legado histórico-cultural da

humanidade (*ergon*).⁷

Essa conclusão espanta-nos por sua parcialidade e seu apriorismo.

No plano dos fatos, ela é completamente falsa. Com efeito, a escola de

Vossler liga-se igualmente à lingüística teórica contemporânea, sendo

na Alemanha atual um dos movimentos mais fortes do pensamento

lingüístico. É inadmissível reduzir a lingüística a apenas uma das

suas orientações. No plano da teoria, é preciso refutar tanto a tese

quanto a antítese apresentadas por Schor. Com efeito, nem uma nem

outra dão conta da verdadeira natureza da língua.

Vamos tentar formular nosso próprio ponto de vista com as

seguintes proposições:

1. A língua como sistema estável de formas normativamente

idênticas é apenas uma abstração científica que só pode servir a

certos *fins teóricos* e *práticos particulares*. Essa abstração não dá

conta de maneira adequada da *realidade concreta* da língua.

2. A língua constitui um *processo de evolução ininterrupto*, que

se realiza através da *interação verbal social dos locutores*.

3. As leis da evolução lingüística não são de maneira alguma as

leis da psicologia individual, mas também não podem ser divorciadas da

atividade dos falantes. As leis da evolução lingüística são essencialmente leis sociológicas.

4. A *criatividade* da língua não coincide com a criatividade

artística nem com qualquer outra forma de criatividade ideológica

específica. Mas, ao mesmo tempo, a criatividade da língua não pode ser

compreendida *independentemente dos conteúdos e valores ideológicos que*

a ela se ligam. A evolução da língua, como toda evolução histórica,

pode ser percebida como uma necessidade cega de tipo mecanicista, mas

também pode tornar-se "uma necessidade de funcionamento livre", uma

vez que alcançou a posição de uma necessidade consciente e desejada.

5. A *estrutura da enunciação é uma estrutura puramente social.* A

enunciação como tal só se torna efetiva entre falantes. O ato de fala

individual (no sentido estrito do termo "individual") é uma

contradictio in adjecto.

7 Artigo já citado de Schor, "Krizis sovremiénnoi lingvistiki" (A Crise da

Lingüística Contemporânea), p. 71.

CAPÍTULO 7

TEMA E SIGNIFICAÇÃO NA LÍNGUA

O problema da significação é um dos mais difíceis da lingüística.

As tentativas de resolução desse problema têm revelado o estreito

solilóquio da ciência lingüística com particular clareza. Com efeito,

a teoria que se apóia sobre uma compreensão passiva não nos dá os

meios de abordar os fundamentos e as características essenciais da

significação lingüística. Dentro dos limites da nossa investigação,

limitar-nos-emos a um exame muito breve e superficial dessa questão.

Procuraremos simplesmente traçar as grandes linhas de uma investigação

produtiva nesse campo.

Um sentido definido e único, uma significação unitária, é uma

propriedade que pertence a cada enunciação *como um todo*. Vamos chamar

o sentido da enunciação completa o seu tema1. O tema deve ser único.

1 Esse termo é, naturalmente, sujeito a dúvidas. Para nós, o termo "tema"

cobre igualmente sua realização; é por isso que ele não deve ser confundido

Caso contrário, não teríamos nenhuma base para definir a enunciação. O

tema da enunciação é na verdade, assim como a própria enunciação,

individual e não reiterável. Ele se apresenta como a expressão de uma

situação histórica concreta que deu origem à enunciação. A enunciação:

"Que horas são?" tem um sentido diferente cada vez que é usada e

também, consequentemente, na nossa terminologia, um outro tema, que

depende da situação histórica concreta (histórica, numa escala

microscópica) em que é pronunciada e da qual constitui na verdade um elemento.

Conclui-se que o tema da enunciação é determinado não só pelas

formas lingüísticas que entram na composição (as palavras, as formas

morfológicas ou sintáticas, os sons, as entoações), mas igualmente

pelos elementos não verbais da situação. Se perdermos de vista os

elementos da situação, estaremos tão pouco aptos a compreender a

enunciação como se perdessemos suas palavras mais importantes. O tema

da enunciação é concreto, tão concreto como o instante histórico ao

qual ela pertence. Somente a enunciação tomada em toda a sua amplitude

concreta, como fenômeno histórico, possui um tema. Isto é o que se

entende por tema da enunciação.

Entretanto, se nos limitássemos ao caráter não reiterável e

historicamente único de cada enunciação concreta, estariámos sendo

medíocres dialéticos. Além do tema, ou, mais exatamente, no interior

dele, a enunciação é igualmente dotada de uma *significação*. Por

significação, diferentemente do tema, entendemos os elementos da

enunciação que são *reiteráveis* e *idênticos* cada vez que são repetidos.

Naturalmente, esses elementos são abstratos: fundados sobre uma

convenção, eles não têm existência concreta independente, o que não os

impede de formar uma parte inalienável, indispensável, da enunciação.

O tema da enunciação é na essência irredutível a análise. A

significação da enunciação, ao contrário, pode ser analisada em um

conjunto de significações ligadas aos elementos lingüísticos que a

compõem. O tema da enunciação: "Que horas são?", tomado em ligação

indissolúvel com a situação histórica concreta, não pode ser

segmentado. A significação da enunciação: "Que horas são?" é idêntica

em todas as instâncias históricas em que é pronunciada; ela se compõe

das significações de todas as palavras que fazem parte dela, das

formas de suas relações morfológicas e sintáticas, da entoação

interrogativa, etc.

O tema é um *sistema de signos dinâmico e complexo*, que procura

adaptar-se adequadamente às condições de *um dado momento da evolução*.

O tema é uma *reação da consciência em devir ao ser em devir*. A

significação é um *aparato técnico para a realização do tema*. Bem

entendido, é impossível traçar uma fronteira mecânica absoluta entre a

significação e o tema. Não há tema sem significação, e vice-versa.

Além disso, é impossível designar a significação de uma palavra

isolada (por exemplo, no processo de ensinar uma língua estrangeira)

sem fazer dela o elemento de um tema, isto é, sem construir uma

enunciação, um "exemplo". Por outro lado, o tema deve apoiar-se sobre

uma certa estabilidade da significação; caso contrário, ele perderia

com o tema de uma obra de arte. O conceito de "unidade temática" é o que

estaria mais próximo do nosso.

seu elo com o que precede e o que segue, ou seja, ele perderia, em

suma, o seu sentido.

O estudo das línguas dos povos primitivos e a paleontologia

contemporânea das significações levam-nos a uma conclusão acerca da

chamada "complexidade" do pensamento primitivo. O homem pré-histórico

usava uma mesma e única palavra para designar manifestações muito

diversas, que, do nosso ponto de vista, não apresentam nenhum elo

entre si. Além disso, uma mesma e única palavra podia designar

conceitos diametralmente opostos: o alto e o baixo, a terra e o céu, o

bem o mal, etc.

"É suficiente dizer", diz Nicolau Marr, "que a paleontologia

lingüística contemporânea nos dá a possibilidade de aceder, graças às

suas investigações, às épocas em que as tribos só tinham à sua

disposição uma única palavra para cobrir todas as significações de que

a humanidade tinha consciência."2

Mas, perguntar-se-á, será que uma palavra onesignificante é

realmente uma palavra? Sim, é precisamente uma palavra. Diremos ainda

mais que, se um complexo sonoro qualquer comportasse uma única

significação inerte e imutável, então esse complexo não seria uma

palavra, não seria um signo, mas apenas um sinal3. A multiplicidade das

significações é o índice que faz de uma palavra uma palavra. Em

relação à palavra onesignificante de que falava Marr, podemos dizer o

seguinte: tal palavra, de fato, não tem praticamente significado: é um

tema puro. Sua significação é inseparável da situação concreta em que

se realiza. Sua significação é diferente a cada vez, de acordo com a

situação. Dessa maneira, o tema absorve, dissolve em si a

significação, não lhe deixando a possibilidade de estabilizar-se e

consolidar-se. Mas, à medida que a linguagem se desenvolveu, que o seu

estoque de complexos sonoros aumentou, as significações começaram a

estabilizar-se segundo as linhas que eram básicas e mais freqüentes na

vida da comunidade para a utilização temática dessa ou daquela

palavra.

O tema, como dissemos, é um atributo apenas da enunciação

completa; ele pode pertencer a uma palavra isolada somente se essa

palavra opera como uma enunciação global. Assim, por exemplo, a

palavra onesignificante de Marr sempre opera como uma enunciação

completa (e não tem significações fixas precisamente por isso). Por

outro lado, a significação pertence a um elemento ou conjunto de

elementos na sua relação com o todo. É claro que se abstraímos por

completo essa relação com o todo, (isto é, com a enunciação),

perderemos a significação. É por isso que não se pode traçar uma

fronteira clara entre o tema e a significação.

2 "As Etapas da Teoria Jafética", *loc. cit.* , p. 278.

3 Deduz-se daqui, claramente, que mesmo a palavra da época mais recuada da

humanidade, de que fala Marr, não se assemelha em nada ao sinal (ao qual

alguns investigadores procuram reduzir a linguagem). Afinal, um sinal que

significasse tudo seria muito pouco capaz de desempenhar a função de sinal. A

capacidade de um sinal adaptar-se às condições mutáveis de uma situação é

muito pequena. Na verdade, mudança num sinal significa substituição de um

sinal por outro.

A maneira mais correta de formular a inter-relação do tema e da

significação é a seguinte: o tema constitui o *estágio superior real da*

capacidade lingüística de significar. De fato, apenas o tema significa

de maneira determinada. A significação é o *estágio inferior da*

capacidade de significar. A significação não quer dizer nada em si

mesma, ela é apenas um *potencial*, uma possibilidade de significar no

interior de um tema concreto. A investigação da significação de um ou

outro elemento lingüístico pode, segundo a definição que demos,

orientar-se para duas direções: para o estágio superior, o tema; nesse

caso, tratar-se-ia da investigação da significação contextual de uma

dada palavra nas condições de uma enunciação concreta. Ou então ela

pode tender para o estágio inferior, o da significação: nesse caso,

será a investigação da significação da palavra no sistema da língua,

ou em outros termos a investigação da palavra dicionarizada.

Para constituir uma ciência sólida da significação, é importante

distinguir bem entre o tema e a significação e compreender bem a sua

inter-relação. Até o momento ninguém compreendeu a importância dessa

conduta. Tais distinções como as que se estabelecem entre o sentido

usual e *ocasional* de uma palavra, entre o seu sentido central e os

laterais, entre denotação e conotação, etc., são fundamentalmente

insatisfatórias. A tendência básica subjacente a todas essas

discriminações - de atribuir maior valor ao aspecto central, usual da

significação, pressupondo que esse aspecto realmente existe e é

estável - é completamente falaciosa. Além disso, ela deixaria o tema

inexplicado, uma vez que ele de maneira nenhuma poderia ser reduzido à

condição de significação ocasional ou lateral das palavras.

A distinção entre tema e significação adquire particular clareza

em conexão com o *problema da compreensão*, que abordaremos brevemente

aqui. Já tivemos a ocasião de mencionar o modo de compreensão *passiva*,

próprio dos filólogos, que exclui a priori qualquer resposta. Qualquer

tipo genuíno de compreensão deve ser *ativo* deve conter já o germe de

uma resposta. Só a compreensão ativa nos permite apreender o tema,

pois a evolução não pode ser apreendida senão com a ajuda de um outro

processo evolutivo. Compreender a enunciação de outrem significa

orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no

contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em

processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras

nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais

forem, mais profunda e real é a nossa compreensão.

Assim, cada um dos elementos significativos isoláveis de uma

enunciação e a enunciação toda são transferidos nas nossas mentes para

um outro contexto, ativo e responsivo. A compreensão é uma forma de

diálogo; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a

outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma

contrapalavra. Só na compreensão de uma língua estrangeira é que se

procura encontrar para cada palavra uma palavra equivalente na própria

língua. É por isso que não tem sentido dizer que a significação

pertence a uma palavra enquanto tal. Na verdade, a significação

pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão

ativa e responsiva. A significação não está na palavra nem na alma do

falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o

efeito da *interação do locutor e do receptor produzido através do*

material de um determinado complexo sonoro. É como uma faísca elétrica

que só se produz quando há contato dos dois pólos opostos. Aqueles que

ignoram o tema (que só é acessível a um ato de compreensão ativa e

responsiva) e que, procurando definir o sentido de uma palavra,

atingem o seu valor inferior, sempre estável e idêntico a si mesmo, é

como se quisessem acender uma lâmpada depois de terem cortado a

corrente. Só a corrente da comunicação verbal fornece à palavra a luz

da sua significação.

Passemos agora ao problema da inter-relação entre a apreciação e

a significação, cujo papel é muito importante na ciência das

significações. Toda palavra usada na fala real possui não apenas tema

e significação no sentido objetivo, de conteúdo, desses termos, mas

também um acento de valor ou *apreciativo*, isto é, quando um conteúdo

objetivo é expresso (dito ou escrito) pela fala viva, ele é sempre

acompanhado por um acento apreciativo determinado. Sem acento

apreciativo, não há palavra.

Em que consiste esse acento e qual é a sua relação com a face

objetiva da significação? O nível mais óbvio, que é ao mesmo tempo o

mais superficial da apreciação social contida na palavra, é

transmitido através da *entoação expressiva*. Na maioria dos casos, a

entoação é determinada pela situação imediata e freqüentemente por

suas circunstâncias mais efêmeras. Eis aqui um caso clássico de

utilização da entoação no discurso familiar: No *Diário de um Escritor*,

Dostoievski conta*:

"Certa vez, num domingo, já perto da noite, eu tive ocasião de caminhar

ao lado de um grupo de seis operários embriagados, e subitamente me dei conta

de que é possível exprimir qualquer pensamento, qualquer sensação, e mesmo

raciocínios profundos, através de um só e único substantivo, por mais simples

que seja [Dostoievski está pensando aqui numa palavrinha censurada de largo

uso]. Eis o que aconteceu. Primeiro, um desses homens pronuncia com clareza e

energia esse substantivo para exprimir a respeito de alguma coisa que tinha

sido dita antes, a sua contestação mais desdenhosa. Um outro lhe responde

repetindo o mesmo substantivo, mas com um tom e uma significação

completamente diferentes, para contrariar a negação do primeiro. O terceiro

começa bruscamente a irritar-se com o primeiro, intervém brutalmente e com

paixão na conversa e lança-lhe o mesmo substantivo, que toma agora o sentido

de uma injúria. Nesse momento, o segundo intervém novamente para injuriar o

terceiro que o ofendera. 'O quê há, cara? quem tá pensando que é? a gente tá

conversando tranqüilo e aí vem você e começa a bronquear!' Só que esse

pensamento, ele o exprime pela mesma palavrinha mágica de antes, que designa

de maneira tão simples um certo objeto; ao mesmo tempo, ele levanta o braço e

bate no ombro do companheiro. Mas eis que o quarto, o mais jovem do grupo,

que se calara até então e que aparentemente acabara de encontrar a solução,

do problema que estava na origem da disputa, exclama com um tom entusiasmado,

levantando a mão: ... 'Eureka!' 'Achei, achei!' é isso que vocês pensam? Não,

nada de 'Eureka', nada de 'Achei'. Ele simplesmente repete o mesmo

substantivo banido do dicionário, uma única palavra, mas com um tom de

exclamação arrebatada, com êxtase, aparentemente excessivo, pois o sexto

homem, o mais carrancudo e mais velho dos seis, olha-o de lado e arrasa num

instante o entusiasmo do jovem, repetindo com uma imponente voz de baixo e

* Pó *Inoie sobránie sotchiniénii* F. M. Dostoievskovo (Obras Completas de F. M.

Dostoievsk), 1996, tomo 9, p. 274-275.

num tom rabugento... sempre a mesma palavra, interdita na presença de damas

para significar claramente: 'Não vale a pena arrebentar a garganta, já

compreendemos!' Assim, sem pronunciar uma única outra palavra, eles repetiram

seis vezes seguidas sua palavra preferida, um depois do outro, e se fizeram

compreender perfeitamente."

As seis "falas" dos operários são todas diferentes, apesar do

fato de todas consistirem de uma mesma e única palavra. Essa palavra,

de fato, só constitui um suporte da entoação. A conversa é conduzida

por meio de entoações que exprimem as apreciações dos interlocutores.

Essas apreciações, assim como as entoações correspondentes, são

inteiramente determinadas pela situação social imediata em cujo quadro

se desenvolve a conversa; é por isso que elas não têm necessidade de

um suporte concreto. No registro familiar, a entoação às vezes não tem

nada a ver com o conteúdo do discurso. O material entoativo acumulado

interiormente encontra muitas vezes uma saída em construções

lingüísticas que não são absolutamente adaptadas à entoação em

questão. Mais ainda, a entoação não se integra no conteúdo

intelectual, objetivo, da construção. Quando exprimimos os nossos

sentimentos, damos muitas vezes a uma palavra que veio à mente por

acaso uma entoação expressiva e profunda. Ora, freqüentemente, trata-

se de uma interjeição ou de uma locução vazias de sentido. Quase todas

as pessoas têm as suas interjeições e locuções favoritas; pode-se

utilizar correntemente uma palavra de carga semântica muito grande

para resolver de forma puramente entoativa situações ou crises da vida

cotidiana, sejam elas menores ou graves. Encontram-se, servindo de

válvulas de segurança entoativa, expressões como: "pois é, pois é",

"sei, sei" "é, é", "pois não, pois não", etc. A reduplicação habitual

dessas palavrinhas, isto é, o alongamento artificial da representação

sonora com o fim de dar à entoação acumulada uma escapatória, é muito

característica. Pode-se, é claro, pronunciar a mesma palavrinha

favorita com uma infinidade de entoações diferentes, conforme as

diferentes situações ou disposições que podem ocorrer na vida.

Em todos esses casos, o tema, que é uma propriedade de cada

enunciação (cada uma das enunciações dos seis operários tinha um tema

próprio), realiza-se completa e exclusivamente através da entoação

expressiva, sem ajuda da significação das palavras ou da articulação

gramatical. Os acentos apreciativos dessa ordem e as entoações

correspondentes não podem ultrapassar os limites estreitos da situação

imediata e de um pequeno círculo social íntimo. Podemos qualificá-los

como auxiliares marginais das significações lingüísticas.

Entretanto, nem todos os julgamentos de valor são como esses. Em

qualquer enunciação, por maior que seja amplitude do seu espectro

semântico e da audiência social de que goza, uma enorme importância

pertence à apreciação. É verdade que a entoação não traduz

adequadamente o valor apreciativo; esse serve antes de mais nada para

orientar a escolha e a distribuição dos elementos mais carregados de

sentido da enunciação. Não se pode construir uma enunciação sem

modalidade apreciativa. Toda enunciação comprehende antes de mais nada

uma orientação apreciativa. É por isso que, na enunciação viva, cada

elemento contém ao mesmo tempo um sentido e uma apreciação. Apenas os

elementos abstratos considerados no sistema da língua e não na

estrutura da enunciação se apresentam destituídos de qualquer valor

apreciativo. Por causa da construção de um sistema lingüístico

abstrato, os lingüistas chegaram a separar o apreciativo do

significativo, e a considerar o apreciativo como um elemento marginal

da significação, como a expressão de uma relação individual entre o

locutor e o objeto do seu discurso4.

Um lingüista russo, G. Spätt, fala da apreciação como de um valor

conotativo da palavra. Ele procura estabelecer uma distinção entre a

significação objetiva (denotativa) e a conotação apreciativa, que ele

coloca em esferas diferentes da realidade. Esse tipo de demarcação

entre o denotativo e o apreciativo parece-nos completamente ilegítimo;

ela se fundamenta sobre o fato de que as funções mais profundas da

apreciação não são perceptíveis na superfície do discurso. E, no

entanto, a significação objetiva forma-se graças à apreciação; ela

indica que uma determinada significação objetiva entrou no horizonte

dos interlocutores - tanto no horizonte imediato como no horizonte

social mais amplo de um dado grupo social. Além disso, é à apreciação

que se deve o papel criativo nas mudanças de significação. A mudança

de significação é sempre, no final das contas, uma *reavaliação*: o

deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo

para outro. A palavra ou é elevada a um nível superior, ou abaixada a

um inferior. Isolar a significação da apreciação inevitavelmente

destitui a primeira de seu lugar na evolução social viva (onde ela

está sempre entrelaçada com a apreciação) e torna-a um objeto

ontológico, transforma-a num ser ideal, divorciado da evolução

histórica.

É justamente para compreender a evolução histórica do tema e das

significações que o compõem que é indispensável levar em conta a

apreciação social. A evolução semântica na língua é sempre ligada à

evolução do horizonte apreciativo de um dado grupo social e a evolução

do horizonte apreciativo - no sentido da totalidade de tudo que tem

sentido e importância aos olhos de um determinado grupo - é

inteiramente determinada pela expansão da infra-estrutura econômica. À

medida que a base econômica se expande, ela promove uma real expansão

no escopo de existência que é acessível, comprehensível e vital para o

homem. O criador de gado pré-histórico não tinha preocupações, não

havia muita coisa que realmente o tocasse. O homem do fim da era

capitalista está diretamente relacionado com todas as coisas, seus

interesses atingem os cantos mais remotos da terra e mesmo as mais

distantes estrelas. Esse alargamento do horizonte apreciativo efetua-

se de maneira dialética. Os novos aspectos da existência, que foram

integrados no círculo do interesse social, que se tornaram objetos da

fala e da emoção humana, não coexistem pacificamente com os elementos

que se integraram à existência antes deles; pelo contrário, entram em

luta com eles, submetem-nos a uma reavaliação, fazem-nos mudar de

lugar no interior da unidade do horizonte apreciativo. Essa evolução

dialética reflete-se na evolução semântica. Uma nova significação se

4 É assim que Anton Marty define a apreciação, depois de ter efetuado a

análise mais sutil e detalhada das significações das palavras. V. A. Marty,

Untersuchungen zur Grundlegung der allgemeinen Grammatik und

Sprachphilosophie, Halle, 1908.

descobre na antiga e através da antiga, mas a fim de entrar em

contradição com ela e de reconstruí-la.

O resultado é uma luta incessante dos acentos em cada área

semântica da existência. Não há nada na composição do sentido que

possa colocar-se acima da evolução, que seja independente do

alargamento dialético do horizonte social. A sociedade em

transformação alarga-se para integrar o ser em transformação. Nada

pode permanecer estável nesse processo. É por isso que a significação,

elemento abstrato igual a si mesmo, é absorvida pelo tema, e

dilacerada por suas contradições vivas, para retornar enfim sob a

forma de uma nova significação com uma estabilidade e uma identidade

igualmente provisórias.

TERCEIRA PARTE

PARA UMA HISTÓRIA DAS FORMAS DA ENUNCIAÇÃO

NAS CONSTRUÇÕES SINTÁTICAS

Tentativa de aplicação do método sociológico

aos problemas sintáticos

CAPITULO 8

TEORIA DA ENUNCIAÇÃO E PROBLEMAS SINTÁTICOS

Não há abordagem fecunda dos problemas sintáticos que se

fundamente sobre os princípios e métodos tradicionais da lingüística,

particularmente os do objetivismo abstrato, onde tais métodos e

princípios encontraram sua expressão mais clara e consequente. As

categorias de base do pensamento lingüístico contemporâneo, que foram

elaboradas principalmente a partir da lingüística comparada das

línguas indo-européias, são de ponta a ponta fonéticas e morfológicas.

Esse pensamento, que se nutriu de fonética e de morfologia, só é capaz

de ver os outros fenômenos da língua através das lentes das formas

fonéticas e morfológicas. Ele procura ver os problemas de sintaxe da

mesma maneira, o que leva a fazer deles problemas de [morfologia](#)¹. Por

isso, a sintaxe encontra-se em má situação, fato que a maior parte dos

1 Essa tendência oculta de tratar a sintaxe como a morfologia tem como

conseqüência que a reflexão escolástica reina na sintaxe mais do que em

qualquer outra parte da lingüística.

pesquisadores das línguas indo-européias reconhece de boa vontade.

Compreende-se perfeitamente isso se se recordam as características

fundamentais da apreensão das línguas mortas, governada

originariamente pelos fins de deciframento dessas línguas e de seu

ensino2.

Entretanto, os problemas de sintaxe são da maior importância para

a compreensão da língua e de sua evolução, considerando-se que, de

todas as formas da língua, as formas sintáticas são as que mais se

aproximam das formas concretas da enunciação, dos *atos de fala*. Todas

as análises sintáticas do discurso constituem análises do corpo vivo

da enunciação; portanto, é ainda mais difícil trazê-las a um sistema

abstrato da língua. As formas sintáticas são mais concretas que as

formas morfológicas ou fonéticas e são mais estreitamente ligadas às

condições reais da fala. É por isso que, na nossa reflexão sobre os

fatos vivos da língua, demos justamente prioridade às formas

sintáticas sobre as formas morfológicas ou fonéticas. Mas, como também

já deixamos claro, um estudo fecundo das formas sintáticas só é

possível no quadro da elaboração de uma teoria da enunciação. Enquanto

a enunciação como um todo permanecer terra incógnita para o lingüista,

está fora de questão falar de uma compreensão real, concreta, não

escolástica das formas sintáticas. Já dissemos que a enunciação

completa ocupa uma posição bem pobre na lingüística. Pode-se mesmo

dizer que o *pensamento lingüístico perdeu, sem esperança de reavê-la,*

a percepção da fala como um todo.

O lingüista sente-se mais à vontade quando opera no centro de uma

unidade frasal. Quanto mais ele se aproxima das fronteiras do

discurso, da enunciação completa, menos segura é a sua posição.

Nenhuma das categorias lingüísticas convém à determinação do todo. Com

efeito, as categorias lingüísticas, tais como são, só são aplicáveis

no interior do território da enunciação. Assim, as categorias

morfológicas só têm sentido no interior da enunciação; elas deixam de

ser úteis quando se trata de definir o todo. O mesmo se dá com as

categorias sintáticas, por exemplo a *oração*: a categoria *oração* é

meramente uma definição da oração como uma unidade dentro de uma

enunciação, mas de nenhuma maneira como entidade global.

Para convencer-se da "elementaridade" fundamental de todas as

categorias lingüísticas, basta tomar a enunciação completa

(relativamente falando, aliás, já que toda enunciação faz parte do

processo verbal) constituída por uma única palavra. Se aplicarmos

todas as categorias usadas pelos lingüistas a essa palavra, fica

evidente que essas categorias definem a palavra exclusivamente em

termos de um elemento potencial da fala e que nenhuma engloba a

enunciação completa. O elemento suplementar que faz dessa palavra uma

2 É preciso acrescentar a isso os fins particulares da lingüística comparada:

o estabelecimento do parentesco das línguas e de sua hierarquia genética.

Tais fins reforçam ainda mais o lugar privilegiado da fonética na reflexão

lingüística. Infelizmente, não pudemos, no âmbito deste trabalho, tocar nos

problemas da lingüística comparada, apesar da sua enorme importância para a

filosofia da linguagem e o lugar que ela ocupa na investigação lingüística

contemporânea. Trata-se de um problema muito complexo, e, para tratá-lo,

ainda que superficialmente, seria preciso alargar consideravelmente o âmbito

deste livro.

enunciação completa permanece inacessível a todas as categorizações ou

determinações lingüísticas, quaisquer que sejam. A expansão dessa

palavra até uma oração completa com todos os seus constituintes (de

acordo com a prescrição: "não afirmado, mas subentendido") sempre nos

dará apenas uma oração, e de maneira nenhuma uma enunciação. Não

importa que categoria lingüística tentássemos aplicar a essa oração,

jamais encontraríamos aquilo que justamente a converte em uma

enunciação completa. Dessa maneira, se ficarmos nos limites das

categorias gramaticais efetivas da lingüística contemporânea, jamais

poremos a mão sobre a inacessível enunciação completa. As categorias

da língua puxam-nos obstinadamente da enunciação e de sua estrutura

para o sistema abstrato da língua.

Na verdade, essa falha da definição lingüística aplica-se não

apenas à enunciação como um todo, mas até mesmo às unidades dentro de

uma enunciação monológica com alguma pretensão a serem consideradas

unidades completas. Isso acontece com os *parágrafos*, que podem ser

separados uns dos outros por alíneas. A composição sintática dos

parágrafos é extremamente variada. Eles podem conter desde uma única

palavra até um grande número de orações complexas. Dizer que um

parágrafo deve conter a expressão de um pensamento completo não leva a

nada. O que é preciso, afinal, é uma definição do ponto de vista da

linguagem, e em nenhuma circunstância pode a noção de "pensamento

completo" ser considerada como uma definição lingüística. Se é

verdade, como acreditamos, que as definições lingüísticas não podem

ser completamente divorciadas das definições ideológicas, também elas

não podem ser usadas para substituir uma à outra.

Penetrando mais fundo na essência lingüística dos parágrafos,

convencer-nos-emos de que, em certos aspectos essenciais, eles são

análogos às réplicas de um diálogo. Trata-se, de qualquer forma, de

diálogos viciados trabalhados no corpo de uma enunciação monológica.

Na base da divisão do discurso em partes, denominadas parágrafos na

sua forma escrita, encontra-se o *ajustamento às reações previstas do*

ouvinte ou do leitor. Quanto mais fraco o ajustamento ao ouvinte e a

consideração das suas reações, menos organizado, no que diz respeito

aos parágrafos, será o discurso.

Os tipos clássicos de parágrafo são: pergunta e resposta (o autor

faz as perguntas e dá as respostas); suplementação; antecipação de

possíveis objeções; exposição de aparentes incoerências ou

contradições no próprio discurso, etc.3.

É particularmente comum tomar como objeto de discussão o próprio

discurso ou parte dele (por exemplo, o parágrafo precedente). Nesse

caso, a atenção do falante transfere-se do objeto do discurso para o

próprio discurso (reflexão sobre o próprio discurso). Essa mudança de

pólo de interesse do discurso é condicionada pela atenção do ouvinte.

Se o discurso ignorasse totalmente o destinatário (um tipo impossível

3 Apenas esboçamos aqui o problema dos parágrafos. Nossas afirmações podem

parecer dogmáticas, uma vez que as apresentamos sem prova e não as

sustentamos com materiais *ad hoc*. Além disso simplificamos o problema. Nos

textos escritos, a alínea que assinala os parágrafos permite decompor o

discurso monológico de diversas maneiras. Mencionamos aqui apenas um desses

tipos - uma forma de divisão que leva decisivamente em conta o destinatário e

sua ativa compreensão.

de discurso, é claro), a possibilidade de decompô-lo em constituintes

seria próxima de zero.

Naturalmente, não nos ocupamos aqui de certos tipos especiais de

divisão condicionados pelos objetivos e fins particulares de domínios

ideológicos específicos - por exemplo, a divisão estrófica do discurso

em verso ou as análises puramente lógicas do tipo: premissas/conclusões; tese/antítese, etc.

Apenas o estudo das formas da comunicação verbal e das formas

correspondentes da enunciação completa pode lançar luz sobre o sistema

dos parágrafos e todos os problemas análogos. Enquanto a lingüística

orientar suas pesquisas para a enunciação monológica isolada, ela

permanecerá incapaz de abordar essas questões em profundidade. A

elucidação dos problemas mais elementares da sintaxe só é possível,

também, sobre a base da comunicação verbal. Todas as categorias

básicas da lingüística deveriam ser cuidadosamente reexaminadas nesse

sentido. O interesse recentemente manifestado em sintaxe pela entoação

e as tentativas correlatas de renovar a determinação das unidades

sintáticas por meio da consideração mais sutil e diferenciada da

entoação parecem-nos pouco fecundos. Só se tornarão produtivos se

forem combinados com uma compreensão adequada das bases da comunicação

verbal.

Os capítulos seguintes do nosso estudo são precisamente consagrados a um problema específico de sintaxe. Algumas vezes é

extremamente importante expor um fenômeno bem conhecido e

aparentemente bem estudado a uma luz nova, reformulando-o como

problema, isto é, iluminando novos aspectos dele através de uma série

de questões bem orientadas. Isso é particularmente útil nos domínios

em que a pesquisa desaba sob o peso de uma massa de descrições e de

classificações meticolosas e detalhadas, mas destituídas de qualquer

orientação. Uma problematização renovada pode colocar em evidência um

caso aparentemente limitado e de interesse secundário como um fenômeno

cuja importância é fundamental para todo o campo de estudo. Pode-se

assim, graças a um problema bem colocado, trazer à luz um potencial

metodológico oculto.

Acreditamos que um fenômeno assim altamente produtivo, "nodal"

mesmo, é o do *discurso citado*, isto é, os esquemas lingüísticos

(discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre), as

modificações desses esquemas e as variantes dessas modificações que

encontramos na língua, e que servem para a transmissão das enunciações

de outrem e para a integração dessas enunciações, enquanto enunciações

de outrem, num contexto monológico coerente. O interesse metodológico

excepcional que apresentam esses fatos ainda não foi apreciado na sua

justa medida. Ninguém foi capaz de discernir nessa questão de sintaxe

à primeira vista secundária os problemas de enorme significação que

ela coloca para a lingüística⁴; e foi justamente a orientação

sociológica que tomou o interesse científico pela língua, que permitiu

descobrir toda a significação metodológica e o aspecto revelador

4 Pechkovski, por exemplo, só dedica quatro páginas à questão na sua *Sintaxe*.

Ver A. M. Pechkovski, *Rússki sintaksis v naútchnom osvechtchénie* (A *Sintaxe*

Russa à Luz da Ciência). 2a ed., Moscou, 1920, p. 465-468 (3a ed., p. 552-

555).

desses fatos.

Dotar de uma orientação sociológica o fenômeno de transmissão da

palavra de outrem, tal é o problema a que nos vamos consagrar agora.

Através desse problema, tentaremos traçar os caminhos do método

sociológico em lingüística. Não temos a pretensão de fazer grandes

deduções positivas de caráter histórico. Os materiais que recolhemos

são suficientes para expor o problema e mostrar até que ponto é

indispensável orientá-lo sociologicamente; mas eles estão longe de ser

suficientes para tirar generalizações históricas de grande porte. Tais

generalizações, quando ocorrem, são de caráter meramente provisório e

hipotético.

CAPÍTULO 9

O "DISCURSO DE OUTREM"

O discurso citado é o *discurso no discurso, a enunciação na*

enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso, uma*

enunciação sobre a enunciação.

Aquilo de que nós falamos é apenas o conteúdo do discurso, o tema

de nossas palavras. Um exemplo de um tema que é apenas um tema seria,

por exemplo, "a natureza", o "homem", "a oração subordinada" (um dos

temas da sintaxe). Mas o discurso de outrem constitui mais do que o

tema do discurso; ele pode entrar no discurso e na sua construção

sintática, por assim dizer, "em pessoa", como uma unidade integral da

construção. Assim, o discurso citado conserva sua autonomia estrutural

e semântica sem nem por isso alterar a trama lingüística do contexto

que o integrou.

Ainda mais, a enunciação citada tratada apenas como um tema do

discurso, só pode ser caracterizada superficialmente. Para penetrar

completamente no seu conteúdo, é indispensável integrá-lo na

construção do discurso. Se nos limitarmos ao tratamento do discurso

citado em termos temáticos, poderemos responder às questões "Como" e

"De que falava Fulano?", mas "O que dizia ele?" só pode ser descoberto

através da transmissão das suas palavras, mesmo que só sob a forma de

discurso indireto.

Entretanto, quando passa a unidade estrutural do discurso

narrativo, no qual se integra por si, a enunciação citada passa a

constituir ao mesmo tempo um tema do discurso narrativo. Faz parte

integrante de sua unicidade temática, na qualidade de enunciação

citada, uma enunciação com seu próprio tema: o *tema autônomo* então

torna-se o tema de um tema.

O discurso citado é visto pelo falante como a enunciação de uma

outra pessoa, completamente independente na origem, dotada de uma

construção completa, e situada fora do contexto narrativo. É a partir

dessa existência autônoma que o discurso de outrem passa para o

contexto narrativo, conservando o seu conteúdo e ao menos rudimentos

da sua integridade lingüística e da sua autonomia estrutural

primitivas. A enunciação do narrador, tendo integrado na sua

composição uma outra enunciação, elabora regras sintáticas,

estilísticas e composicionais para assimilá-la parcialmente, para

associá-la à sua própria unidade sintática, estilística e

composicional, embora conservando, pelo menos sob uma forma

rudimentar, a autonomia primitiva do discurso de outrem, sem o que ele

não poderia ser completamente apreendido.

Nas línguas modemas, certas variantes do discurso indireto, em

particular o discurso indireto livre, têm uma tendência inerente a

transferir a enunciação citada do domínio da construção lingüística ao

plano temático, de conteúdo. Entretanto, mesmo assim, a diluição da

palavra citada no contexto narrativo não se efetua, e não poderia

efetuar-se, completamente: não somente o conteúdo semântico mas também

a estrutura da enunciação citada permanecem relativamente estáveis, de

tal forma que a substancia do discurso do outro permanece palpável,

como um todo auto-suficiente. Manifesta-se assim, nas formas de

transmissão do discurso de outrem, uma *relação ativa* de uma enunciação

a outra, e isso não no plano temático, mas através de construções

estáveis da própria língua.

Esse fenômeno da *reação da palavra à palavra* é, contudo,

radicalmente diferente do que se passa no diálogo. Aí, as réplicas são

gramaticalmente separadas e não são integradas num contexto único. Com

efeito, não existem formas sintáticas com a função de construir a

unidade do diálogo. Se o diálogo se apresenta no contexto do discurso

narrativo, estamos simplesmente diante de um caso de discurso direto,

isto é, uma das variantes do fenômeno de que estamos tratando.

O problema do diálogo começa a chamar cada vez mais a atenção dos

lingüistas e, algumas vezes, torna-se mesmo o centro das preocupações

em lingüística1. Isso é perfeitamente compreensível, pois, como

1 Na literatura lingüística russa, só se encontra um estudo consagrado ao

problema do diálogo: L. P. Iakubinski "O dialoguítcheskoi rietchi" (Sobre o

Discurso Dialogado), *in Rússkaia rietch* (A Fala Russa), Petrogrado, 1923. No

livro de V. Vinogradov, *Poézia Anni Akhmátovoi* (A Poesia de Ana Akhmátova),

Leningrado, 1925 (ver o capítulo "Os Gestos do Diálogo") encontram-se

observações interessantes de caráter semilingüístico e semi-estilístico. Os

sabemos, a unidade real da língua que é realizada na fala (*Sprache als*

Rede) não é a enunciação monológica individual e isolada, mas a

interação de pelo menos duas enunciações, isto é, o diálogo. O estudo

fecundo do diálogo pressupõe, entretanto, uma investigação mais

profunda das formas usadas na citação do discurso, uma vez que essas

formas refletem tendências básicas e constantes da *recepção ativa do*

discurso de outrem, e é essa recepção, afinal, que é fundamental

também para o diálogo.

Como, na realidade, apreendemos o discurso de outrem?
Como o

receptor experimenta a enunciação de outrem na sua consciência, que se

exprime por meio do discurso interior? Como é o discursoativamente

absorvido pela consciência e qual a influência que ele tem sobre a

orientação das palavras que o receptor pronunciará em seguida?

Encontramos justamente nas formas do discurso citação um documento

objetivo que esclarece esse problema. Esse documento, quando sabemos

lê-lo, dá-nos indicações, não sobre os processos subjetivo-

psicológicos passageiros e fortuitos que se passam na "alma" do

receptor, mas sobre as tendências sociais estáveis características da

apreensão ativa do discurso de outrem que se manifestam nas formas da

língua. O mecanismo desse processo não se situa na alma individual,

mas na sociedade, que escolhe e gramaticaliza - isto é, associa às

estruturas gramaticais da língua - apenas os elementos da apreensão

ativa, apreciativa, da enunciação de outrem que são socialmente

pertinentes e constantes e que, por consequência, têm seu fundamento

na existência econômica de uma comunidade lingüística dada.

Naturalmente, há diferenças essenciais entre a recepção ativa da

enunciação de outrem e sua transmissão no interior de um contexto. É

conveniente levar isso em conta. Toda transmissão, particularmente sob

forma escrita, tem seu fim específico: narrativa, processos legais,

polêmica científica, etc. Além disso, a transmissão leva em conta uma

terceira pessoa - a pessoa a quem estão sendo transmitidas as

enunciação citadas. Essa orientação para uma terceira pessoa é de

primordial importância: ela reforça a influência das forças sociais

organizadas sobre o modo de apreensão do discurso. Numa situação real

de diálogo, quando respondemos a um interlocutor, habitualmente não

retomamos no nosso discurso as próprias palavras que ele pronunciou.

Só o fazemos em casos excepcionais: para afirmar que compreendemos

corretamente, para apanhar o interlocutor com suas próprias palavras,

etc. É preciso levar em conta todas essas características da situação

de transmissão. Mas isso não altera em nada a essência do problema. As

condições de transmissão e suas finalidades apenas contribuem para a

realização daquilo que já está inscrito nas tendências da apreensão

ativa, no quadro do discurso interior; ora, essas últimas só podem

desenvolver-se, por sua vez, dentro dos limites das formas existentes

numa determinada língua para transmitir o discurso.

Estamos bem longe, é claro, de afirmar que as formas sintáticas -

por exemplo as do discurso direto ou indireto - exprimem de maneira

direta e imediata as tendências e as formas da apreensão ativa e

apreciativa da enunciação de outrem. É evidente que o processo não se

lingüistas alemães da escola de Vossler trabalhamativamente na atualidade

sobre o diálogo; ver, especialmente, Gertraud Lerch, "Die uneigentliche

direkte Rede", *Festschrift für Karl Vossler* (1922).

realiza diretamente sob a forma de discurso direto ou indireto. Essas

formas são apenas esquemas padronizados para citar o discurso. Mas

esses esquemas e suas variantes só podem ter surgido e tomado forma de

acordo com as tendências dominantes da apreensão do discurso de

outrem; além disso, na medida em que esses esquemas assumiram uma

forma e uma função na língua, eles exercem uma influência reguladora,

estimulante ou inibidora, sobre o desenvolvimento das tendências da

apreensão apreciativa, cujo campo de ação é justamente definido por

essas formas.

A língua não é o reflexo das hesitações subjetivo-psicológicas,

mas das relações sociais estáveis dos falantes. Conforme a língua,

conforme a época ou os grupos sociais, conforme o contexto apresente

tal ou qual objetivo específico, vê-se dominar ora uma forma ora

outra, ora uma variante ora outra. O que isso atesta é a relativa

força ou fraqueza daquelas tendências na interorientação social de uma

comunidade de falantes, das quais as próprias formas lingüísticas são

cristalizações estabilizadas e antigas. Se, em certas condições bem

determinadas, uma forma qualquer se encontra relegada a segundo plano

(por exemplo, certas variantes do discurso indireto no romance russo

contemporâneo, que são justamente de tipo racionalista dogmático),

isso testemunha então a favor do fato de que as tendências dominantes

da compreensão e da apreciação da enunciação de outrem têm dificuldade

em manifestar-se sob essas formas, pois estas últimas as freiam, não

lhes deixando campo suficiente.

Toda a essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem,

tudo o que pode ser ideologicamente significativo tem sua expressão no

discurso interior. Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um

ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de

palavras interiores. Toda a sua atividade mental, o que se pode chamar

o "fundo perceptivo", é mediatizado para ele pelo discurso interior e

é por aí que se opera a junção com o discurso apreendido do exterior.

A palavra vai à palavra. É no quadro do discurso interior que se

efetua a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua

apreciação, isto é, a orientação ativa do falante. Esse processo

efetua-se em dois planos: de um lado, a enunciação de outrem é

recolocada no contexto de comentário efetivo (que se confunde em parte

com o que se chama o fundo perceptivo da palavra); na situação

(interna e externa), um elo se estabelece com a expressão facial, etc.

Ao mesmo tempo prepara-se a *réplica* (Gegenrede). Essas duas operações,

a *réplica interior* e o *comentário efetivo2* são, naturalmente,

organicamente fundidos na unidade da apreensão ativa e não são

isoláveis senão de maneira abstrata. Os dois planos da apreensão

exprimem-se, objetivam-se no contexto narrativo que engloba o discurso

citado. Qualquer que seja a orientação funcional de um determinado

contexto - quer se trate de uma obra literária, de um artigo polêmico,

da defesa de um advogado, etc. - nele discerniremos claramente essas

duas tendências: o *comentário efetivo*, de um lado, e a *réplica*, de

outro. Habitualmente, um dos dois é dominante. O discurso citado e o

contexto narrativo unem-se por relações dinâmicas, complexas e tensas.

E impossível compreender qualquer forma de discurso citado sem levá-

2 O termo é emprestado de L. P. Jakubinski; cf. *loc. cit.*

las em conta.

O erro fundamental dos pesquisadores que já se debruçaram sobre

as formas de transmissão do discurso de outrem, é tê-lo sistematicamente divorciado do contexto narrativo. Daí o caráter

estático das pesquisas nesse campo (o que se aplica igualmente a todas

as investigações em sintaxe). No entanto, o objeto verdadeiro da

pesquisa deve ser justamente a interação dinâmica dessas duas

dimensões, o discurso a transmitir e aquele que serve para transmiti-

lo. Na verdade, eles só têm uma existência real, só se formam e vivem

através dessa inter-relação, e não de maneira isolada. O discurso

citado e o contexto de transmissão são somente os termos de uma inter-

relação dinâmica. Essa dinâmica, por sua vez, reflete a dinâmica da

inter-relação social dos indivíduos na comunicação ideológica verbal.

(Trata-se, naturalmente, de tendências essenciais e constantes dessa

comunicação.).

Em que direção pode desenvolver-se a dinâmica da inter-relação

entre o discurso narrativo e o discurso citado? Estamos diante de duas

orientações principais:

Primeiramente, a tendência fundamental da reação ativa ao

discurso de outrem pode visar à conservação da sua integridade e

autenticidade. A língua pode esforçar-se por delimitar o discurso

citado com fronteiras nítidas e estáveis. Nesse caso, os esquemas

lingüísticos e suas variantes têm a função de isolar mais clara e mais

estritamente o discurso citado, de protegê-lo de infiltração pelas

entoações próprias ao autor, de simplificar e consolidar suas

características lingüísticas individuais.

Essa é a primeira orientação; convém discernir claramente nesse

quadro até que ponto a apreensão social do discurso de outrem é

diferenciada numa determinada comunidade lingüística, até que ponto as

expressões, as particularidades estilísticas do discurso, a coloração

lexical, etc., são distintamente percebidas e têm uma significação

social. Pode ser que o discurso de outrem seja recebido como um único

bloco de comportamento social, como uma tomada de posição inanalisável

do falante - e nesse caso apenas o "o quê" do discurso é apreendido,

enquanto o "como" fica fora do campo de compreensão. Esse tipo de

apreensão e de transmissão do discurso de outrem lingüisticamente

despersonalizado e preocupado com o sentido objetivo domina em francês

antigo e medieval (nesse último caso, constata-se um desenvolvimento

importante das variantes do discurso indireto sem sujeito [aparente3\).](#)

Encontramos esse mesmo tipo nos documentos russos antigos, embora

neles falte quase completamente o esquema do discurso indireto. O tipo

dominante nesse caso é o do discurso direto com sujeito não aparente

[\(no sentido lingüístico4\).](#)

3 Sobre algumas particularidades do antigo francês nessa área ver mais

adiante. Sobre o discurso citado em francês medieval, ver Gertraud Lerch.

"Die uneigentliche direkte Rede", in *Festschrift für Karl Vossler*, 1922, p.

122 ss. Ver igualmente Karl Vossler, *Frankreichs Kultur im Spiegel seiner*

Sprachentwicklung, 1913.

4 Por exemplo, na "Canção da Batalha de Igor" [célebre epopéia russa do século

XII, anônima, que constitui o primeiro documento escrito em língua russa

[sic] (N.d.T.fr.)], não há um único exemplo de discurso indireto, apesar da

utilização abundante da "palavra de outrem" nesse documento. Encontra-se

No quadro da primeira orientação, convém discernir igualmente o

grau de firmeza ideológica, o grau de autoritarismo e de dogmatismo

que acompanha a apreensão do discurso. Quanto mais dogmática for a

palavra, menos a apreensão apreciativa admitirá a passagem do

verdadeiro ao falso, do bem ao mal, e mais impessoais serão as formas

de transmissão do discurso de outrem. Na verdade, dentro de uma

situação em que todos os julgamentos sociais de valor são divididos em

alternativas nítidas e distintas, não há lugar para uma atitude

positiva e atenta a todos os componentes individualizantes da

enunciação de outrem. Um dogmatismo autoritário como esse é

característico dos textos escritos em francês medieval e em russo

antigo. O século XVII na França e o XVIII na Rússia caracterizam-se

por um tipo racionalista de dogmatismo que trata de maneira

semelhante, embora com orientações diferentes, o componente individual

do discurso. No quadro do dogmatismo racionalista, dominam as

variantes analisadoras do conteúdo do discurso indireto e as variantes

retóricas do discurso [direto5](#). As fronteiras que separam o discurso

citado do resto da enunciação são nítidas e invioláveis.

Podemos chamar essa primeira orientação na qual se move o

dynamismo da interorientação entre o discurso narrativo e o discurso

citado, o *estilo linear* (*der lineare Stil*) de citação do discurso de

outrem (tomando o termo emprestado do crítico de arte Wölfflin). A

tendência principal do estilo linear é criar contornos exteriores

nítidos à volta do discurso citado, correspondendo a uma fraqueza do

fator individual interno. Nos casos em que existe completa

homogeneidade estilística de todo o texto (o autor e suas personagens

falam a mesma língua), o discurso construído como sendo o de outrem

atinge uma sobriedade e uma plasticidade máximas.

Na segunda orientação da dinâmica da inter-relação da enunciação

e do discurso citado, observamos processos de natureza exatamente

oposta. A língua elabora meios mais sutis e mais versáteis para

permitir ao autor infiltrar suas réplicas e seus comentários no

discurso de outrem. O contexto narrativo esforça-se por desfazer a

estrutura compacta e fechada do discurso citado, por absorvê-lo e

apagar as suas fronteiras. Podemos chamar esse estilo de transmissão

do discurso de outrem o *estilo pictórico*. Sua tendência é atenuar os

contornos exteriores nítidos da palavra de outrem. Além disso, o

próprio discurso é bem mais individualizado. Os diferentes aspectos da

enunciação podem ser sutilmente postos em evidência. Não é apenas o

seu sentido objetivo que é apreendido, a asserção que está nela

contida, mas também todas as particularidades lingüísticas da sua

realização verbal.

Encontra-se igualmente, no quadro dessa segunda orientação, uma

variedade de tipos. O narrador pode deliberadamente apagar as

fronteiras do discurso citado, a fim de colori-lo com as suas

entoações, o seu humor, a sua ironia, o seu ódio, com o seu encantamento ou o seu desprezo. Esse tipo é característico da época do muito raramente o discurso indireto nos anais da Idade Média. O discurso de outrem é sempre introduzido sob a forma de massa compacta, fechada e pouco individualizada.

5 O discurso indireto é quase inexistente na literatura russa da época clássica.

Renascimento (especialmente em francês), do fim do século XVIII e de quase todo o século XIX. O dogmatismo autoritário e racionalista tende a desaparecer completamente nesse caso. O que domina, é um certo relativismo das apreciações sociais, o que é muito favorável a uma apreensão positiva e intuitiva de todos os matizes lingüísticos individuais do pensamento, das opiniões, dos sentimentos. É sobre esse

terreno que se desenvolve a corrente "decorativa" no tratamento do

discurso citado, que leva algumas vezes a negligenciar o significado

de uma enunciação em favor da sua "cor" - por exemplo, na "escola

natural" russa. De fato, no próprio Gogol, a fala das personagens às

vezes perde todo o seu sentido objetivo, tornando-se objeto

decorativo, da mesma forma que o vestuário, a aparência, a mobília,

etc.

Mas existe também um outro tipo, em que a dominante do discurso é

deslocada para o discurso citado; esse torna-se, por isso, mais forte

e mais ativo que o contexto narrativo que o enquadra. Dessa maneira, o

discurso citado é que começa a dissolver, por assim dizer, o contexto

narrativo. Esse último perde a grande objetividade que lhe é

normalmente inerente em relação ao discurso citado; nessas condições,

o contexto narrativo começa a ser percebido - e mesmo a reconhecer-se

- como subjetivo, como fala de "outra pessoa". Nas obras literárias,

isso é muitas vezes composicionalmente expresso pelo aparecimento de

um narrador que substitui o autor propriamente dito. O discurso do

narrador é tão individualizado, tão "colorido" e tão desprovido de

autoritarismo ideológico como o discurso das personagens. A posição do

narrador é fluida, e na maioria dos casos ele usa a linguagem das

personagens representadas na obra. Ele não pode opor às suas posições

subjetivas, um mundo mais autoritário e mais objetivo. Essa é a

natureza da narração em Dostoevski, Andriéi Biéli, Remízov, Sologub e

[nos romancistas russos contemporâneos6.](#)

6 Há uma literatura bastante vasta sobre o papel do narrador na epopéia. A

obra básica até o presente é a de K. Friedmann, *Die Rolle des Erzählers in*

der Epek (1910). Na Rússia, foram os formalistas que despertaram o interesse

pelo problema do narrador. V. V. Vinogradov define o discurso do narrador em

Gógol como “ziguezagueando do autor para as personagens”, cf. *Gógol i*

naturálnaia chkola [Gógol e a Escola Natural]). De acordo com Vinogradov, o

estilo do narrador de Dostoievski em *Dvóinik* (O Duplo) ocupa uma posição

semelhante em relação ao estilo do herói, Goliádkin. Ver "Stil peterbúrgskoi

poemi, *Dvóinik*" (O Estilo do Poema de Petersburgo, *O Duplo*), [(Dostoievski)],

editado por Dolinin, I, 1923, p. 239-241 (a semelhança entre a linguagem do

narrador e a linguagem do herói já tinha sido notada por Bielínski). B. M.

Engelhardt observa muito corretamente que "não se encontra nenhuma descrição

por assim dizer objetiva do mundo exterior em Dostoievski... Devido a esse

fato, gerou-se na obra de arte literária uma multiestratificação da realidade

que levou a uma dissolução típica do ser, no caso dos sucessores de

Dostoievski. Engelhardt observa essa "dissolução do ser" no *Miélki bies* (O

Diabinho) de Sologub e no *Peterburg* de A. Biéli. (Ver B. M. Engelhardt.

"Ideologuítcheski roman Dostoievskovo" [O Romance Ideológico de Dostoievski],

Dostoievski, ed. por Dolinin, II, 1925, p. 94). Eis como Bally define o

estilo de Zola: "Personne plus que Zola n'a usé et abusé du procédé qui

consiste à faire passer tous les événements par le cerveau de ses

personnages, à ne décrire les paysages que par leurs yeux, à n'énoncer des

idées personnelles que par leur bouche. Dans ses derniers romans, ce n'est

Se a ofensiva do contexto narrativo contra o discurso citado traz

a marca de um idealismo ou de um coletivismo discretos no que diz

respeito à apreensão do discurso de outrem, a decomposição do contexto

narrativo testemunha uma posição de individualismo relativista na

apreensão do discurso. Neste último, à enunciação citada subjetiva

opõe-se um contexto narrativo que comenta e replica e que se reconhece

como igualmente subjetivo.

Toda a segunda orientação caracteriza-se por um desenvolvimento

notável dos modelos mistos de transmissão do discurso: o discurso

indireto sem sujeito aparente e, particularmente, o discurso indireto

livre, que é a forma última de enfraquecimento das fronteiras do

discurso citado. Ainda, entre as variantes do discurso direto e

indireto, predominam aquelas que possuem maior flexibilidade e são

mais permeáveis às tendências do contexto narrativo (por exemplo, o

discurso direto disperso, as formas de discurso indireto analíticas da

textura do discurso, etc.).

O exame de todas essas tendências da apreensão ativa do discurso

citado deve levar em conta todas as particularidades dos fenômenos

lingüísticos em estudo. O fim que o contexto narrativo procura

alcançar é particularmente importante. A esse respeito, o discurso

literário transmite com muito mais sutileza que os outros todas as

transformações na interorientação sócio-verbal. O discurso retórico,

diferentemente do discurso literário, pela própria natureza da sua

orientação, não é tão livre na sua maneira de tratar as palavras de

outrem. Ele tem, de forma inerente, um sentimento agudo dos direitos

de propriedade da palavra e uma preocupação exagerada com a

autenticidade. A linguagem judicial intrinsecamente assume uma

discrepância nítida entre o subjetivismo verbal das partes num

processo e a objetividade do julgamento. A retórica política é

análoga. É importante determinar o peso específico dos discursos

retórico, judicial ou político na consciência lingüística de um dado

grupo social numa determinada época. Além disso, é importante levar

sempre em conta a posição que um discurso a ser citado ocupa na

hierarquia social de valores. Quanto mais forte for o sentimento de

eminência hierárquica na enunciação de outrem, mais claramente

definidas serão as suas fronteiras, e menos acessível será ela à

plus une manière: c'est un tic, c'est une obsession. Dans *Rome, pas un coin*

de la ville éternelle, pas une scène qu'il ne voie par les yeux de son abbé,

pas une idée sur la religion qu'il ne formule par son intermédiaire" (*apud* E.

Lorck, *Die "Erlebte Rede"*), p. 64. (Ninguém como Zola usou e abusou do

procedimento que consiste em fazer passar todos os acontecimentos pela cabeça

de suas personagens, em não descrever as paisagens a não ser pelos seus

olhos, em só anunciar as idéias pessoais pela sua boca. Nos seus últimos

romances, não se trata mais de uma maneira: é um tique, é uma obsessão. Em

Roma, não ha um canto da cidade eterna, uma cena que ele não veja pelos olhos

do seu abade, uma idéia sobre a religião que não seja formulada por seu intermédio).

Um artigo interessante dedicado ao problema do narrador é o de Iliá

Gruzdiev, "O priómakh khudójestvennovo povestvovánia" (Os Procedimentos da

Narração Literária) in *Zapíski Peredvíjnego Teatra* (Notas do Teatro

Ambulante), Petrogrado, 1922, n° 40, 41, 42. Entretanto, nenhum desses

trabalhos aborda o problema da transmissão do discurso da perspectiva da

lingüística.

penetração por tendências exteriores de réplica e comentário. Assim,

por exemplo, no interior do quadro do neoclassicismo, nos gêneros

menores, observam-se desvios consideráveis do estilo linear,

racionalista e dogmático de transmitir a palavra de outrem. É

sintomático que o discurso indireto livre tenha atingido o seu

primeiro desenvolvimento importante precisamente aí - nas fábulas e

contos de La Fontaine.

Para resumir o que acabamos de dizer sobre as tendências

possíveis da inter-relação dinâmica do discurso citado e do contexto

narrativo, podemos propor a seguinte seqüência cronológica:

1. *Dogmatismo autoritário*, caracterizado pelo estilo linear,

impessoal e monumental de transmitir a fala de outrem na Idade Média;

2. *Dogmatismo racionalista*, com seu estilo linear ainda mais

pronunciado nos séculos XVII e XVIII;

3. *Individualismo realista e crítico*, com seu estilo pictórico e

sua tendência para infiltrar o discurso citado com as réplicas e os

comentários do autor (fim do século XVIII e começo do XIX); e,

finalmente,

4. *Individualismo relativista*, com a sua diluição do contexto

narrativo (época contemporânea).

A língua existe não por si mesma, mas somente em conjunção com a

estrutura individual de uma enunciação concreta. É apenas através da

enunciação que a língua toma contato com a comunicação, imbui-se do

seu poder vital e torna-se uma realidade. As condições da comunicação

verbal, suas formas e seus métodos de diferenciação são determinados

pelas condições sociais e econômicas da época. As condições mutáveis

da comunicação sócio-verbal precisamente são determinantes para as

mudanças de formas que observamos no que concerne à transmissão do

discurso de outrem. Além disso, aventuramo-nos mesmo a dizer que, nas

formas pelas quais a língua registra as impressões do discurso de

outrem e da personalidade do locutor, os tipos de comunicação sócio-

ideológica em transformação no curso da história manifestam-se com um relevo especial.

CAPÍTULO 10

DISCURSO INDIRETO, DISCURSO DIRETO

E SUAS VARIANTES

Estabelecemos as tendências fundamentais da dinâmica da

orientação recíproca do discurso citado e do discurso narrativo. Essa

dinâmica encontra sua expressão lingüística concreta nos esquemas de

transmissão do discurso de outrem e nas variantes dos esquemas de

base, que constituem, de alguma forma, os indicadores da relação de

força que se estabelece entre o contexto narrativo e o discurso citado

num determinado momento do desenvolvimento da língua.

Vamos agora fazer uma breve caracterização dos esquemas e de suas

principais variantes do ponto de vista das tendências que indicamos.

Antes de mais nada, é preciso dizer algumas palavras acerca da

relação entre as variantes e o esquema de base. Pode-se compará-la à

relação entre a realidade viva do ritmo e a abstração que constitui a

métrica. O esquema só se realiza sob a forma de uma variante

específica. É nas variantes que se acumulam as mudanças, no curso dos

séculos e dos decênios, e que se estabilizam os novos hábitos da

orientação ativa em relação ao discurso de outrem, os quais se fixam

em seguida sob a forma de representações lingüísticas duráveis nos

esquemas sintáticos. As variantes se encontram na fronteira da

gramática e da estilística. Algumas vezes, pode haver controvérsia

quanto a saber se uma forma de transmissão do discurso de outrem

constitui um esquema de base ou uma variante, se se trata de uma

questão de gramática ou de estilística. Houve, por exemplo, uma

controvérsia dessa ordem a respeito do discurso indireto livre em

francês e em alemão entre Bally, por um lado, e Kalepky e Lorck, por

outro. Bally recusava-se a reconhecer no discurso indireto livre um

legítimo esquema sintático e via-o como uma simples variante

estilística. Do nosso ponto de vista, é impossível estabelecer uma

fronteira estrita entre a gramática e a estilística, entre o esquema

gramatical e sua variante estilística. Essa fronteira é instável na

própria vida da língua, onde algumas formas se encontram num processo

de gramaticalização, enquanto outras estão em vias de

desgramaticalização, e essas formas ambíguas, esses casos limítrofes,

é que apresentam maior interesse para o lingüista; é justamente neles

que se podem captar as tendências da evolução da língua1.

Limitaremos nossa caracterização dos esquemas dos discursos

direto e indireto à língua literária russa. Mesmo assim, não

tentaremos enumerar todas as suas variantes possíveis. Interessa-nos

exclusivamente o aspecto metodológico da questão.

Os esquemas sintáticos de transmissão do discurso de outrem são,

como se sabe, muito pouco desenvolvidos na língua russa. Além do

discurso indireto livre, que é desprovido de marcas sintáticas claras

(como ocorre também em alemão), há dois esquemas: o discurso direto e

o discurso indireto. Mas não existem entre esses dois esquemas

diferenças notáveis como acontece em outras línguas. As marcas do

discurso indireto são fracas, e durante a conversa, podem ser

facilmente confundidas com as do discurso direto2.

A ausência de *consecutio temporum* e a não utilização do subjuntivo priva o discurso indireto em russo de identidade própria e

não cria um terreno favorável para o desenvolvimento amplo de

variantes importantes e interessantes do nosso ponto de vista. Na

1 Ouve-se freqüentemente criticar Vossler e os vosslerianos porque eles se

ocupam mais de estilística do que de lingüística propriamente dita. Na

realidade, a escola de Vossler se interessa por problemas que estão nos

limites das duas disciplinas, porque compreendeu a sua importância

metodológica e heurística, e nós vemos nisso razão para admirá-la.

Infelizmente, os vosslerianos como sabemos, colocam em primeiro plano os

fatores subjetivos psicológicos e os dados estilísticos individuais quando

tentam explicar esses fenômenos.

2 Em muitas outras línguas, o discurso indireto se distingue claramente do

discurso direto pela sintaxe (pelo emprego dos tempos, dos modos, das

conjunções, dos anafóricos, etc.), de tal forma que ele constitui um esquema

complexo de transmissão indireta do discurso. Em russo, entretanto, mesmo

aquelhas poucas marcas distintivas que mencionamos há pouco freqüentemente

perdem seu efeito, de modo que o discurso indireto se confunde com o direto.

Óssip, por exemplo, no *Revisor* (O Inspetor Geral) de Gógol diz: "o

albergueiro disse que eu não sirvo de comer enquanto você não tiver pagado

sua conta". (Exemplo tirado de Pechkovski, *A Sintaxe Russa*, 3^a ed., p. 553,

com itálicos de Pechkovski).

verdade, somos obrigados a afirmar a predominância absoluta do

discurso direto em russo. Não houve, na história da língua russa,

nenhum período cartesiano, racionalista, durante o qual o "contexto

narrativo", racional, seguro de si mesmo e objetivo analisasse e

decompusesse o conteúdo objetivo do discurso de outrem e criasse assim

variantes complexas e interessantes do discurso indireto.

Todas essas particularidades da língua russa criam uma situação

extremamente favorável a um estilo pictórico de transmissão do

discurso de outrem, embora, diga-se de passagem, bastante frouxo e

flácido, isto é, sem a percepção de limites e oposições a ultrapassar

que se sente em outras línguas. O que domina é um modo de interação e

de interpenetração extremamente fácil do discurso narrativo e do

discurso citado. Isso está relacionado com o papel pouco significativo

que a retórica desempenhou na história da língua literária russa,

marcada por um estilo linear de transmissão das palavras de outrem,

comportando entoações pouco sutis e claramente unívocas.

Vamos expor inicialmente as características do discurso indireto,

que constitui o esquema menos elaborado na língua russa. Começaremos

por uma pequena crítica a A. M. Pechkovski. Depois de observar que as

nossas formas de discurso indireto são pouco elaboradas, ele faz a

seguinte declaração, que nos parece um pouco deslocada:

“Para convencer-se de que o discurso indireto é estranho à língua

russa, basta apenas tentar transpor qualquer trecho em discurso direto, mesmo

uma simples afirmação, para discurso indireto. Por exemplo: O Asno, abaixando

sua cabeça até o chão, diz ao Rouxinol que nada mal, que sem brincadeira, é

bonito ouvi-lo cantar, mas que pena que ele não conhece o Galo deles, que ele

poderia dar uma boa melhorada no seu canto, se tomasse algumas lições com

ele".3

Se Pechkovski tivesse feito a mesma experiência de transpor

mecanicamente o discurso direto para indireto, em francês, observando

apenas as regras gramaticais, teria chegado exatamente às mesmas

conclusões. Se, por exemplo, ele tivesse tentado passar para formas de

discurso indireto o discurso direto ou mesmo indireto livre que La

Fontaine usa em suas fábulas (a última forma é muito usada por ele),

os resultados obtidos teriam sido tão gramaticalmente corretos e

estilisticamente inadequados como no exemplo russo. E isso teria

acontecido apesar do fato de ser o discurso indireto livre muito

próximo do discurso indireto em francês (as mesmas mudanças de tempo e

de pessoa ocorrem em ambos). Toda uma série de palavras, de

expressões, de maneiras de dizer que convêm perfeitamente ao discurso

3 *Ibid.*, p. 554. (O “trecho de discurso direto” que Pechkovski usa para o seu

exemplo é tirado da conhecida fábula de Ivan Krylov, o Asno e o Rouxinol. Na

fábula, o Asno diz ao Rouxinol depois que este demonstrou a sua arte: “Nada

mal! Sem brincadeira, é bonito ouvi-lo cantar! Mas que pena que você não

conhece o nosso Galo! Você poderia dar uma boa melhorada no seu canto se

tomasse algumas lições com ele”. Pechkovski faz uma transposição puramente

mecânica desse trecho para o discurso indireto. O resultado é estranho; na

verdade, impossível. A tradução procura dar uma idéia desse resultado.

(N.d.T.am.).

direto e indireto livre parecerão completamente estranhos se forem

transpostos para o discurso indireto. Pechkovski comete um erro típico

de um "gramático". A transposição palavra por palavra, por

procedimentos puramente gramaticais, de um esquema para outro, sem

fazer as modificações estilísticas correspondentes, é nada mais que um

método escolar de exercícios gramaticais, pedagogicamente mau e

inadmissível. Esse tipo de aplicação dos esquemas não tem nada a ver

com a sua utilização viva na língua. Os esquemas exprimem uma

tendência à apreensão ativa do discurso de outrem. Cada esquema recria

à sua maneira a enunciação, dando-lhe assim uma orientação particular,

específica. Se a língua, num determinado estágio do seu desenvolvimento, percebe a enunciação de outrem como um todo compacto,

inanalisável, imutável e impenetrável, ela não comportará nenhum outro

esquema além do esquema primitivo e inerte do discurso direto (o

estilo monumental). É exatamente essa concepção da imutabilidade da

enunciação de outrem, e absoluta literalidade da sua transmissão que

Pechkovski adota na sua experiência; mas, ao mesmo tempo, ele procura

aplicar o esquema do discurso indireto. O resultado obtido não prova

em absoluto que o discurso indireto é estranho à língua russa. Ao

contrário, prova que, apesar do pequeno grau de desenvolvimento do

esquema indireto em russo, ele é suficientemente caracterizado para

impedir a transposição literal de um enunciado qualquer em discurso

[direto4.](#)

A singular experiência efetuada por Pechkovski evidencia sua

total ignorância da significação lingüística própria do discurso

indireto. Essa significação reside na transmissão *analítica* do

discurso de outrem. O emprego do discurso indireto ou de uma de suas

variantes implica uma análise da enunciação simultânea ao ato de

transposição e inseparável dele. Variam apenas o grau e a orientação

da análise. A tendência analítica do discurso indireto manifesta-se

principalmente pelo fato de que os elementos *emocionais e afetivos* do

discurso não são literalmente transpostos ao discurso indireto, na

medida em que não são expressos no conteúdo mas nas *formas* da

enunciação. Antes de entrar numa construção indireta, eles passam de

formas de discurso a conteúdo ou então encontram-se transpostos na

proposição principal como um comentário do *verbum dicendi*. Por

exemplo, a enunciação direta: "Muito bem! Que grande realização!" não

pode ser transposta para discurso indireto da seguinte maneira: "Ele

disse que muito bem e que grande realização". Ao contrário, esperamos

ou: "Ele disse que estava muito bem e que era uma grande realização",

ou "Ele disse entusiasmado que estava bem e que era uma grande

realização".

As abreviações, elipses, etc., possíveis no discurso direto por

motivos emocionais e afetivos, não são admissíveis no discurso inreto

por causa da sua tendência analítica. Esses elementos só entram na sua

construção sob uma forma completa e elaborada. No exemplo de

Pechkovski, a exclamação do Asno: "Nada mal!" não pode ser diretamente

integrada no discurso indireto sob a forma: "Ele diz que nada mal..."

mas apenas como: "Ele diz que não estava mal..." ou mesmo "Ele diz que

4 O erro de Pechkovski que analisamos aqui, mostra uma vez mais até que ponto

é metodologicamente prejudicial divorciar a gramática da estilística.

o rouxinol não cantava mal". Da mesma forma, "sem brincadeira" não

pode ser mecanicamente transposto para o discurso indireto, nem "Que

pena que você não conhece..." pode ser transposto como "mas que pena

que ele não conhece...".

É óbvio que a mesma impossibilidade de uma transposição mecânica

do discurso direto para o indireto também se aplica à forma original

de qualquer construção ou características de acentuação que o falante

usou para expressar suas intenções. Assim as peculiaridades de

construção e de entoação dos enunciados interrogativos, exclamativos

ou imperativos não se conservam no discurso indireto, aparecendo

apenas no conteúdo.

O discurso indireto ouve de forma diferente o discurso de outrem;

ele integra ativamente e concretiza na sua transmissão outros

elementos e matizes que os outros esquemas deixam de lado. Por isso

transposição literal, palavra por palavra, da enunciação construída

segundo um outro esquema só é possível nos casos em que a enunciação

direta já se apresenta na origem como uma forma algo analítica - isso,

naturalmente, dentro dos limites das possibilidades analíticas do

discurso direto. A análise é a alma do discurso indireto.

Se examinarmos de mais perto a experiência de Pechkovski,

observaremos que a "coloração" lexical de palavras tais como "nada

mal" e "dar uma boa melhorada" não são totalmente compatíveis com o

espírito analítico que caracteriza o discurso indireto. São expressões

muito coloridas; elas não só transmitem o exato significado do que foi

dito mas também sugerem a maneira de falar (individual ou tipológica)

do Asno enquanto personagem. Poderíamos preferir substituí-los por

sinônimos ("bem" ou "fazer progressos") ou, se quiséssemos conservá-

las na construção indireta, iríamos pô-las entre aspas, pelo menos. Se

fôssemos ler o resultado em voz alta, leríamos as expressões entre

aspas de maneira diferente, para dar a entender através da nossa

entonação que elas são tomadas diretamente do discurso de outra pessoa

e que nós queremos manter distância. Mas aqui entramos no cerne do

problema, isto é, na necessidade de distinguir as duas orientações que

pode tomar a tendência analítica no discurso indireto e as duas

variantes principais correspondentes.

De fato, a análise envolvida numa construção de discurso indireto

pode seguir em duas direções ou, mais precisamente, pode dirigir a

atenção para dois objetos fundamentalmente diferentes. A enunciação de

outrem pode ser apreendida como uma *tornado de posição com conteúdo*

semântico preciso por parte do falante, e nesse caso, através da

construção indireta, transpõe-se de maneira analítica sua composição

objetiva exata (o que disse o falante). Assim, no exemplo considerado,

é possível transmitir exatamente o sentido objetivo da apreciação do

canto do Rouxinol pelo Asno. Mas pode-se também apreender e transmitir

de forma analítica a enunciação de outrem enquanto expressão que

caracteriza não só o objeto do discurso (que é, de fato, menor) mas

ainda o *próprio falante*: sua maneira de falar (individual, ou

tipológica, ou ambas); seu estado de espírito, expresso não no

conteúdo mas nas formas do discurso (por exemplo, a fala entrecortada,

a escolha da ordem das palavras, a entoação expressiva, etc.); sua

capacidade ou incapacidade de exprimir-se bem, etc.

Esses dois objetos de análise da transmissão indireta são profunda e fundamentalmente diferentes. Num caso, o sentido é

decomposto em constituintes semânticos, em elementos objetivos; no

outro, a própria enunciação, enquanto tal, é analisada em níveis

lingüístico-estilísticos. A segunda tendência, levada ao seu extremo

lógico, corresponderia a uma análise lingüística técnica do estilo.

Entretanto, simultaneamente com o que poderia parecer uma análise

estilística, opera-se também, nesse tipo de transmissão indireta, uma

análise objetiva do discurso de outrem; disso resulta, portanto, uma

decomposição analítica do sentido objetivo do mesmo modo que da sua

forma de representação verbal.

Vamos chamar a primeira variante de *discurso indireto analisador*

do conteúdo e a segunda, de *discurso indireto analisador da expressão*.

A variante analisadora do conteúdo apreende a enunciação de outrem no

plano meramente temático e permanece surda e indiferente a tudo que

não tenha significação temática. Os aspectos da construção verbal

formal que têm uma significação temática, isto é, que são necessários

à compreensão da posição semântica do falante, são transformados de

maneira temática (no exemplo citado, a construção exclamativa e a

expressão de entusiasmo podem ser transmitidas pela palavra "muito")

ou então são integrados no contexto narrativo, como uma característica

formulada pelo autor.

A variante analisadora do conteúdo abre grandes possibilidades às

tendências à réplica e ao comentário no contexto narrativo, ao mesmo

tempo que conserva uma *distância nítida e estrita* entre as palavras do

narrador e as palavras citadas. Graças a isso, ela constitui um

instrumento perfeito de transmissão do discurso de outrem em estilo

linear. A tendência a tematizar o discurso de outrem é incontestavelmente inerente a essa variante, e assim ela preserva a

integridade e a autonomia da enunciação, não tanto em termos

sintáticos mas em termos semânticos (vimos como uma construção

expressiva numa enunciação a ser citada pode ser tematizada). Esses

resultados, contudo, só são obtidos ao preço de uma certa

despersonalização do discurso citado.

A variante analisadora do conteúdo só pode desenvolver-se de

maneira razoavelmente ampla e substancial num contexto enunciador

suficientemente racional e dogmático, no qual, de qualquer forma, se

manifesta um forte interesse pelo conteúdo semântico e onde o autor

afirma através de suas próprias palavras, com sua própria

personalidade, uma posição de forte conteúdo semântico. Quando isso

não ocorre, quando ou a própria linguagem do autor é ela mesma cheia

de cor e individualizada, ou quando a fala é passada diretamente a

algum narrador de mesma envergadura, essa variante terá apenas uma

significação secundária e ocasional (como acontece, por exemplo, em

Gógol, Dostoievski e muitos outros).

De uma maneira geral, essa variante é pouco desenvolvida em

russo. Ela é encontrada essencialmente nos contextos epistemológicos

ou retóricos (de natureza científica, filosófica, política, etc.), nos

quais o autor é levado a expor as opiniões de outrem sobre um

determinado assunto, a opô-las e delimitá-las. Ela é rara na expressão

literária. Só adquire uma certa importância naqueles autores que não

hesitam em dar às suas palavras uma *orientação e um peso semânticos*,

como por exemplo em Turguiéniev e particularmente em Tolstói. Mas,

mesmo aí, não encontramos a riqueza e a variedade que essa variante

desenvolveu em francês e em alemão.

Passemos à variante analisadora da expressão. Ela integra na

construção indireta as palavras e as maneiras de dizer do discurso de

outrem que caracterizam a sua configuração subjetiva e estilística

enquanto expressão. Essas palavras e maneiras de dizer são

introduzidas de tal forma que sua especificidade, sua subjetividade,

seu caráter típico são claramente percebidos. Na maioria das vezes,

elas são colocadas abertamente entre aspas. Aqui estão quatro

exemplos:

1. A respeito do morto [Grigori] declarou, fazendo o sinal da

cruz, que o tipo tinha qualidades, mas que era estúpido e "arrasado

pela doença", e pior ainda, que " *ele era um descrente*", e que tinha

sido Fiódor Pávlovitch e seu filho mais velho que lhe tinham ensinado

" *essa descrença*". (Dostoievski, *Os Irmãos Karamázov*)*

2. A mesma coisa aconteceu também com os poloneses: eles chegaram

com uma demonstração de orgulho e independência. Afirmaram em alta voz

que, em primeiro lugar, estavam " *a serviço da Coroa*" e que " *o senhor*

Mitia" oferecera 3000 rublos para comprar a honra deles, e que eles

tinham visto com seus próprios olhos largas somas de dinheiro nas mãos

deles. (*Ibid.*)

3. Krassótkin negou orgulhosamente a acusação, dando a entender

que seria realmente uma vergonha " *nos dias que correm*" brincar de

cavalinho com os meninos da sua idade, todos com 13 anos, mas que ele

fizera isso pelos " *garotos*", porque ele os amava e não reconhecia a

ninguém o direito de contestar os seus sentimentos. (*Ibid.*)

4. Ele encontrou Nastasia Filíppovna num estado próximo da

completa loucura; dava gritos, tremia, berrava que Rogójin estava

escondido no jardim, na sua própria casa, que ela acabava de vê-lo,

que ele ia *matá-la... cortar-lhe a garganta!* (Dostoevski, *O Idiota*).

(Aqui a construção de discurso indireto retém a entoação expressiva da

mensagem original.)

As palavras e expressões de outrem integrados no discurso

indireto e percebidos na sua especificidade (particularmente quando

são postos entre aspas), sofrem um "estranhamento", para usar a

linguagem dos formalistas, um estranhamento que se dá justamente na

direção que convém às necessidades do autor: elas adquirem relevo, sua

"coloração" se destaca mais claramente, mas ao mesmo tempo elas se

acomodam aos matizes da atitude do autor - sua ironia, humor, etc.*

Convém distinguir essa variante do discurso indireto dos casos de

* Nesse exemplo e nos que seguem, é o autor quem grifa. (N.d.T.fr.).

* Um exemplo em português, de Eça de Queirós: "Fatigou então Amaro toda uma

semana com uma ternura pueril. Lembrava-lhe cada meia hora que "era o papá do

seu Carlinhos". (*O Crime do Padre Amaro*). Outro exemplo, este de Fialho de

Almeida: "... perguntando se estava por lá um rapazote a modos encorpado,

barba nenhuma, uma cicatriz no queixo dum carbúnculo... o filho dela" (*O País*

das Uvas). (N.d.T.).

passagem do discurso indireto ao direto sem modificações, se bem que

suas funções sejam praticamente idênticas quando o discurso direto

continua o indireto, a subjetividade do discurso aparece com maior

nitidez e no sentido que convém ao autor. Por exemplo:

1. Trífon Boríssovitch tentou como pôde ser evasivo, mas depois

de ter sido questionado pelos camponeses, acabou confessando que tinha

achado a nota de cem rublos; acrescentou somente que ele tinha no

mesmo momento devolvido tudo escrupulosamente a Dmitri Fiódorovitch,

"palavra de honra, só que, vocês vêem, o cavalheiro, como estava

naquele momento completamente bêbado, não consegue lembrar-se".

(Dostoievski, *Os Irmãos Karamázov*).

2. Apesar de todo o respeito devido à memória do seu finado

Bárin, ele declarou entre outras coisas que este fora negligente com

Mítia e que *"não educava bem as crianças. Sem mim, o menino teria sido*

comido vivo pelos piolhos", acrescentou ele, recordando episódios da

infância de Mítia. (*Ibid.*)**

Tal ocorrência, em que o discurso direto é preparado pelo

indireto e emerge como que de dentro dele - como as esculturas de

Rodin, em que a figura só parcialmente emerge da pedra - é uma das

inumeráveis variantes do discurso direto tratado pictoricamente. Essa

é, portanto, a natureza da variante analisadora da expressão do

discurso indireto. Ela cria efeitos pictóricos extremamente originais

na transmissão do discurso citado. Essa variante supõe um alto grau de

individualização da enunciação citada na consciência lingüística, e a

capacidade de perceber com discriminação as representações

lingüísticas da enunciação, delas extraíndo o seu sentido objetivo.

Isso é incompatível com a apreensão autoritária ou racionalista da

enunciação de outrem. Enquanto procedimento estilístico, essa variante

só pode enraizar-se na língua sobre o terreno do individualismo

crítico e realista, ao passo que a variante analisadora do conteúdo é

justamente característica do individualismo racionalista. Na história

da língua russa, esse último período é praticamente inexistente. E

isso explica a absoluta predominância da variante analisadora da

expressão sobre a variante analisadora do conteúdo em russo. Além

disso, a ausência de *consecutio temporum* em russo é muito favorável ao

desenvolvimento daquela tendência.

Vemos assim que as nossas duas variantes, embora unidas por uma

tendência analítica geral do esquema, exprimem contudo abordagens

lingüísticas divergentes do discurso de outrem e da personalidade do

falante. Para a primeira variante, a personalidade do falante só

existe enquanto ocupa uma posição semântica determinada (cognitiva,

ética, moral, de forma de vida) e, fora dessa posição, transmitida de

maneira estritamente objetiva, ela não existe para o transmissor. Não

** Um exemplo de Eça de Queirós: "Havia; e o pároco leu-lhe então em

confidência uma carta que tinha ao lado. Era do cônego, que escrevia da

Vieira, dizendo "que a São Joaneira tinha já trinta banhos e queria voltar!

Eu (acrescentava), perco quase todas as manhãs três, quatro banhos, de

propósito para os espaçar e dar tempo, porque cá a minha mulher já sabe que

eu sem os meus cinqüenta não vai". (*Op. cit.*). (N.d.T.).

há aqui condições para que a individualidade do falante se cristalize

numa imagem.

O oposto é verdadeiro em relação à segunda variante, na qual a

individualidade do falante é apresentada como maneira subjetiva

(individual ou tipológica), como modo de pensar e falar, o que implica

ao mesmo tempo um julgamento de valor do autor sobre esse modo. Aqui a

individualidade do falante se cristaliza ao ponto de formar uma

imagem.

Em russo, pode-se ainda mencionar uma terceira variante, bastante

importante, da construção indireta. Ela é essencialmente utilizada

para a transmissão do discurso interior, dos pensamentos e sentimentos

da personagem. Ela trata o discurso de outrem com bastante liberdade,

abrevia-o, indicando freqüentemente apenas os seus temas e suas

dominantes: por isso, pode ser chamado *impressionista*. A entoação do

autor flutua livre e facilmente sobre a sua estrutura fluída. Eis um

exemplo clássico dessa variante impressionista, tirado do *Cavaleiro de*

Bronze de Púchkin:

“Em que pensava ele? Que era pobre; que precisava tentar conquistar a

independência e o respeito pelo esforço: que Deus bem podia lhe ter concedido

um pouco mais de inteligência e de dinheiro. Pois não existem aqueles

afortunados preguiçosos, estúpidos, *para quem a vida é uma moleza*? Que ele

estivera em serviço durante dois anos ao todo; pensava também que o tempo não

estava melhorando; que o rio continuava subindo; que as pontes sobre o Neva

estariam muito provavelmente levantadas e que ele estaria dois ou três dias

separado da sua Paracha."

Observamos por esse exemplo que a variante impressionista do

discurso indireto se encontra a meio caminho entre a variante

analisadora do conteúdo e a variante analisadora da expressão. Em

alguns momentos, opera-se uma análise objetiva bem nítida. Algumas das

palavras e das maneiras de dizer originaram-se claramente na mente do

herói, Eugênio (embora não se enfatize a sua especificidade). Mas o

que se percebe mais é a ironia do autor, sua acentuação, a atividade

empregada para organizar e abreviar o conteúdo a expressar.

Passemos agora ao esquema do discurso direto, que é muito bem

elaborado na língua literária russa e possui uma imensa variedade de

modificações. Desde os blocos maciços, inertes, indecomponíveis do

discurso direto tal como é encontrado nos textos russos antigos, até

aos procedimentos flexíveis e freqüentemente ambíguos utilizados para

inserir o discurso direto no seu contexto na língua contemporânea,

desenrola-se o longo e instrutivo caminho do seu desenvolvimento

histórico. Mas abster-nos-emos não só de examinar essa caminhada

histórica como também de fazer uma descrição sincrônica das variantes

efetivas do discurso direto na língua literária. Limitar-nos-emos

simplesmente àquelas variantes nas quais se efetua uma troca de

entoações, nas quais se constata um estágio recíproco entre o discurso

narrativo e o discurso citado. Além disso, não nos interessaremos

tanto pelos casos em que o discurso narrativo avança contra a

enunciação citada, contaminando-a com suas entoações próprias, como

por aqueles em que, ao contrário, as palavras citadas espalham-se e

enxameiam por todo o contexto narrativo, tornando-o flexível e

ambíguo. Aliás, não é sempre possível diferenciar os dois casos:

muitas vezes, o contágio revela-se justamente recíproco.

A primeira orientação da inter-relação dinâmica, caracterizada

pela "imposição" do autor, pode ser chamada [discurso direto preparado5.](#)

O caso do discurso direto que emerge do indireto (que já expusemos) pertence a essa categoria. Uma ocorrência particularmente

interessante e de largo uso dessa variante é a emergência do discurso

direto de dentro do indireto livre. Como a natureza deste último é

meio narrativa, meio transmissora da palavra de outrem, ele já prepara

a percepção do discurso direto. Os temas básicos do discurso direto

que virá são antecipados pelo contexto e coloridos pelas entonações do

autor. Dessa maneira, as fronteiras da enunciação de outrem são

bastante enfraquecidas. A descrição do estado de espírito do príncipe

Míchkin às beiras de um ataque epiléptico, em *O Idiota*, de

Dostoievski, constitui um exemplo clássico dessa variante. Ela cobre,

na verdade, quase todo o quinto capítulo da segunda parte dessa obra

(encontram-se aí também magníficos exemplos de discurso indireto

livre). Aqui, o discurso direto do príncipe só ecoa no seu mundo

pessoal, pois a narrativa é conduzida pelo autor dentro dos limites do

horizonte do príncipe. O discurso citado destaca-se sobre um fundo

perceptivo que pertence metade ao autor e metade ao herói. Entretanto,

fica perfeitamente claro para nós que uma infiltração profunda das

entoações do autor no discurso direto é quase sempre acompanhada por

um enfraquecimento da objetividade do contexto narrativo.

Outra modificação na mesma direção pode ser denominada *discurso*

direto esvaziado. O contexto narrativo aqui é construído de tal forma

que a caracterização objetiva do herói, feita pelo autor, lança

espessas sombras sobre o seu discurso direto. As apreciações e o valor

emocional de que sua representação objetiva está carregada,

transmitem-se às palavras do herói. O peso semântico das palavras

citadas diminui, mas, em compensação, sua significação caracterizadora

se reforça, da mesma forma que sua tonalidade ou seu valor típico. De

maneira semelhante, quando reconhecemos uma personagem cômica no palco

por seu estilo de maquilagem, sua roupa e sua atitude geral, já

estamos prontos a rir mesmo antes de apreender o sentido de suas

palavras. É assim que se apresenta, na maior parte das vezes, o

discurso direto em Gógol e nos representantes da chamada escola

natural. Na sua primeira obra, Dostoievski precisamente esforçou-se

por dar vida a esse discurso direto particularizado.

A preparação do discurso citado e a antecipação de seu tema e de

seus valores e inflexões na narração pode de tal forma colorir o

contexto narrativo com as tonalidades do herói que ele termina por

assemelhar-se ao discurso citado, embora conservando as entonações

próprias ao autor. Conduzir a narrativa exclusivamente dentro dos

5 Não nos ocuparemos aqui dos procedimentos mais primitivos de que dispõe o

autor para replicar ao discurso direto e comentá-lo: a utilização do itálico

(que equivale a um deslocamento de acento), a inserção aqui e ali de

observações e conclusões entre parênteses, ou mesmo simplesmente o ponto de

exclamação, de interrogação, o *sic*, etc. Para atenuar a inércia do discurso

direto, outro procedimento muito eficaz consiste nas várias possibilidades de

colocação do verbo intodutor, associado por vezes a observações, réplicas e

comentários.

limites da ótica do herói (o que, como vimos, Bally reprova em Zola),

não somente de um ponto de vista espaço-temporal mas também do ponto

de vista dos valores e entonações, cria um tipo extremamente original

de pano de fundo perceptivo para as enunciações citadas. Dá-nos o

direito de falar de uma variante especial: *o discurso citado*

antecipado e disseminado, oculto no contexto narrativo e aparecendo

realmente no discurso direto do herói. Essa variante é muito utilizada

na prosa contemporânea, particularmente em Andriéi Biéli e nos

escritores que sofreram a sua *influência* (por exemplo, no *Nicolau*

Kurbov, de Ehrenburg). Os exemplos clássicos, entretanto, devem ser

procurados na primeira e segunda fase de Dostoievski (na sua última

fase, essa variante é encontrada com menos freqüência). Vamos deter-

nos na análise da sua Skviérni anekdot (Uma História Desagradável).

Toda a narrativa poderia ser posta entre aspas como se fosse de

um "narrador", embora isso não seja marcado temática ou

composicionalmente. Mas, no interior da narrativa, praticamente cada

epíteto, cada definição ou julgamento de valor poderiam também estar

entre aspas, como se tivessem saído da consciência de uma ou outra das

personagens. Eis uma passagem curta tirada do começo da narrativa:

"Naquele tempo, numa noite de inverno clara e gelada, por volta da

meia-noite, três *cavalheiros extremamente respeitáveis* estavam sentados num

aposento confortável e até mesmo luxuosamente arrumado numa soberba casa de

dois andares, situada em São Petersburgo, e estavam ocupados em uma conversa

séria e de alto nível sobre um assunto *extremamente interessante*. Eles

estavam sentados à volta de uma mesinha, cada um numa *soberba poltrona macia*,

e durante as pausas na conversa eles *confortavelmente* bebericavam champanha."

Se fizéssemos abstração do notável e complexo jogo de entoações

nessa passagem, seríamos levados a considerá-la como muito medíocre e

mesmo nula do ponto de vista estilístico. De fato, nas poucas linhas

da descrição, encontra-se duas vezes o epíteto "soberbo", duas vezes

"confortável", e os outros epítetos são "luxuoso", "séria", "alto

nível" e "extremamente interessante"! Um estilo como esse só poderia

merecer uma condenação severa, se considerássemos que ele emana

seriamente do autor (como em Turguiéniev ou Tolstói) ou mesmo do

narrador, mas dele apenas (como na narrativa monolítica em primeira

pessoa). Entretanto, é impossível considerar esse trecho dessa forma.

Cada um desses qualificativos medíocres, pálidos, vazios de sentido

constitui uma arena em que se defrontam e lutam duas entoações dois

pontos de vista, dois discursos.

Vamos examinar ainda alguns excertos em que se encontra

caracterizado o dono da casa, o conselheiro secreto Nikíforov:

"Duas palavras acerca dele: começara sua carreira como pequeno

funcionário, seguira sua rotinazinha tranqüilamente durante quarenta e cinco

anos ininterruptos... Detestava particularmente a desordem e o entusiasmo,

considerava a sua desordem (a de uma certa mulher) como um fato de costumes e

pelo fim da sua vida enterrara-se completamente num conforto suave e

preguiçoso e num isolamento sistemático. (...) Sua aparência exterior era

extremamente correta e bem cuidada, ele parecia mais jovem do que era,

conservara-se bem e prometia viver ainda por muito tempo; tinha *maneiras de*

um perfeito cavalheiro. Seu emprego era bastante confortável: ele era o chefe

de alguma coisa e dava a sua assinatura de vez em quando. Em uma palavra, era

considerado um *homem decididamente superior*. Ele tinha uma única paixão ou,

melhor dizendo, um único desejo ardente; o de possuir sua *própria casa*, uma

casa de nobre, não de burguês. Seu desejo finalmente se realizara."

Vemos agora claramente de onde vêm esses epítetos medíocres e sem

originalidade, mas que têm - e quanto! - classe, na passagem citada.

Eles saíram da mente do general, evocam o seu pequeno conforto, sua

pequena casa particular, sua situação, seu grau, enfim a consciência

do conselheiro secreto Nikíforov, um homem "bem-sucedido". Eles

poderiam ter sido postos entre aspas, como o discurso citado de

Nikíforov. Mas não pertencem só a ele. Afinal de contas, a história

está sendo contada por um narrador, que parecia ser solidário com os

"generais", que lhes faz reverências, adota a atitude deles em todas

as coisas, fala a sua língua; mas, ao mesmo tempo, provocativamente

excede-se, expondo todas as suas enunciações reais e potenciais à

ironia e desprezo do autor. Por cada um desses epítetos banais, o

autor, através do seu narrador, ironiza o seu herói e torna-o

ridículo. É isso que cria o complexo jogo de entonações na passagem

citada - um jogo de entonações que a leitura em voz alta dificilmente

[permite reproduzir.*](#)

A seqüência da narrativa é inteiramente construída em função da

perspectiva da outra personagem principal, Pralinski. Ela é toda

semeada de epítetos, de apreciações dessa personagem, que constituem o

seu discurso oculto, e é sobre esse fundo, impregnado da ironia do

autor, que se destaca o seu discurso direto efetivo, entre aspas,

discurso tanto exterior como interior.

Assim, praticamente, cada palavra dessa narrativa *pertece*

simultaneamente, do ponto de vista da sua expressividade, da sua

tonalidade emocional, do seu relevo na frase, a *dois contextos que se*

entrecruzam, a *dois discursos*: o discurso do autor-narrador (irônico,

gozador) e o da personagem (que não tem nada de irônico). É essa

simultânea participação de dois discursos, diferentemente orientados

na sua expressão, que explica a particularidade das construções de

frases, as "rupturas de sintaxe" e a particularidade do estilo. Nos

limites de um único desses discursos, a frase seria construída de

outra maneira e outro seria o estilo. Estamos em presença de um

exemplo típico de um fenômeno lingüístico raramente estudado - as

interferências de discurso.

Em russo, esse fenômeno da interferência de discurso se realiza

parcialmente no quadro da variante analisadora da expressão do

discurso indireto, nos casos relativamente raros em que o discurso

indireto conserva não apenas palavras e expressões isoladas mas também

a estrutura expressiva da enunciação citada. Era esse o caso no nosso

* Um exemplo em português: "Passeia, às vezes, pelas ruas centrais do Porto,

ao cair da tarde, uma estranha figura. A bem dizer, duas estranhas figuras.

Porque menina Olímpia nunca deixou de ter criada (aliás sempre a mesma) e a

sua criada a acompanha nessas lentas digressões. Lentas? Não só lentas:

lentas e solenes, majestosas, sistematizadas, rituais - quer pelo ar de

menina Olímpia quando passeia, quer pela ordem a que submete esses passeios."

(José Régio, "Menina Olímpia e a Sua Criada Belarmina", *in História de*

Mulheres). (N.d.T.).

quarto exemplo, em que a construção exclamativa da enunciação direta

passou para o discurso indireto, embora numa forma enfraquecida.

Resulta disso uma certa discordância entre a entoação calmamente

narrativa, conforme às leis de transmissão analítica do autor, e a

entoação histérica, excitada, da heroína às beiras da loucura. Daí o

caráter deformado da configuração sintática dessa frase, que serve a

dois senhores, pertencendo ao mesmo tempo a dois discursos. O discurso

indireto, entretanto, não fornece as condições para a constituição de

nada que se assemelhe a uma expressão estilística distinta e duradoura

desse fenômeno de interferência de discurso.

O *discurso indireto livre* constitui o caso mais importante e

sintaticamente mais bem fixado (pelo menos em francês) de convergência

interferente de dois discursos com diversa orientação do ponto de

vista da entoação. Dada a sua excepcional importância, vamos

consagrá-lo todo o próximo capítulo. Isso nos dará a oportunidade de

examinar o estado dessa questão na lingüística romântica e germânica.

A controvérsia corrente sobre o discurso indireto livre, as opiniões

enunciadas a seu respeito (particularmente na escola de Vossler)

apresentam um grande interesse metodológico e devem, portanto, ser

submetidas à nossa análise crítica.

Ainda dentro dos objetivos do presente capítulo, vamos examinar

alguns fatos, aparentados em russo ao discurso indireto livre e que,

provavelmente, podem ter servido de base para o seu surgimento e sua

formação.

Nós nos interessamos, até o momento, apenas pelas variantes com

duplo sentido, com duas faces, do discurso direto tal como é utilizado

na literatura, e por isso é que não tocamos numa das suas variantes

"lineares" mais importantes: o *discurso direto retórico*. Essa variante

de valor "persuasivo", com suas diversas variações, tem grande

significação sociológica. Não podemos demorar-nos nessas formas mas

vamos dar atenção a algumas manifestações associadas com a retórica.

Há nas relações sociais aquilo que é chamado a *pergunta retórica*,

ou a *exclamação retórica*. Alguns casos desse fenômeno são

especialmente interessantes por causa do problema da sua localização

contextual. Eles situam-se, de alguma forma, na própria fronteira do

discurso narrativo e do discurso citado (usualmente discurso interior)

e entram muitas vezes diretamente em um ou outro discurso. Assim,

podem ser interpretados como uma pergunta ou exclamação da parte do

autor, mas também, ao mesmo tempo, como pergunta ou exclamação da

parte da personagem, dirigida a si mesma.

Eis um exemplo de pergunta:

"Mas quem então, à luz da lua, em meio a um silêncio profundo, caminha

com passos furtivos? O Russo bruscamente percebeu. Diante dos seus olhos,

fazendo-lhe uma saudação terna e muda, está uma jovem circassiana. (...) Ele

olha-a em silêncio e pensa: "É um sonho ilusório, o jogo mentiroso dos meus

sentidos fatigados." (Púchkin, *O Prisioneiro do Cáucaso.*)

As últimas palavras (interiores) do herói respondem, de alguma

forma, à pergunta retórica do autor e esta última pode ser analisada

como pergunta do herói no seu próprio discurso interior.

Eis um exemplo de exclamação:

"Tudo acabou, disse o som terrível; a natureza diante dele revelou-se.

Adeus, liberdade sagrada! Ele é um escravo!" (*Ibid.*)

Uma ocorrência particularmente freqüente em prosa é o caso em que

uma pergunta como "O que fazer?" introduz as deliberações interiores

do herói ou a narrativa de suas ações - constituindo essa questão ao

mesmo tempo uma pergunta do autor e a do herói que se encontra em uma

situação difícil. Entretanto, nesse tipo de pergunta, e de exclamação,

é a atitude ativa do autor que predomina; é por isso que elas não são

colocadas entre aspas. O autor em pessoa fica aqui na frente da cena,

substitui o seu herói, servindo-lhe de porta-voz. Eis um exemplo:

"Apoiando-se sobre suas lanças, os cossacos observam o curso sombrio do

rio, enquanto, ocultos pelo nevoeiro, um bandido e sua arma passam

flutuando... O que pensam vocês, cossacos? Recordam batalhas de anos

passados?... Adeus, livres aldeias fronteiriças, casa paterna, tranqüilo Don,

guerra e jovens bonitas. O inimigo oculto alcançou nossas margens, a flecha

deixa o cartaz, assobia e o cossaco tomba ensanguentado da barricada." (*Ibid.*)

Aqui, o autor se apresenta no lugar do seu herói, diz em seu

lugar o que ele *poderia* ou *deveria* dizer, o que *convém* dizer. Púchkin

diz adeus à pátria pelo cossaco (o que o cossaco não pode fazer,

naturalmente). Esse tomar a palavra em nome de outro já está muito

próximo do discurso indireto livre. Vamos denominar esse caso *discurso*

direto substituído. Naturalmente, uma tal substituição supõe um

parallelismo de entoações, correndo na mesma direção a entoação do

discurso do autor e o discurso substituído do herói (o que ele poderia

ou deveria pronunciar e do qual o autor se encarrega); por isso, não

há nenhuma interferência nesse caso.

Quando há solidariedade total entre autor e herói nos limites de

um contexto retoricamente construído, no que concerne às apreciações e

entoações, a retórica do autor e a do herói podem eventualmente

sobrepor-se uma à outra; suas vozes, então, fundem-se e criam-se

longos períodos que pertencem simultaneamente à narrativa do autor e

ao discurso interior (por vezes mesmo exterior) do herói. Resulta

disso um fenômeno que não se pode praticamente mais distinguir do

discurso indireto livre. Nele, só falta a interferência. Foi sobre a

base da retórica byroniana do jovem Púchkin que se constituiu, pela

primeira vez ao que parece, o discurso indireto livre. Em *O*

Prisioneiro do Cáucaso, o autor é completamente solidário de seu herói

nas suas apreciações e entonações. A narrativa é construída na

tonalidade do herói, o discurso do herói na tonalidade do autor.

Encontramos o seguinte caso, por exemplo:

“Lá embaixo alinhamp-se os cimos idênticos das colinas; entre elas, um

caminho isolado perde se ao longe, sinistro. O jovem peito do prisioneiro

estava agitado por pensamentos opressivos... O caminho longínquo leva à

Rússia, onde ele passou sua ardente juventude, tão orgulhosa e sem cuidados;

onde ele conheceu as primeiras alegrias, onde encontrou tanta beleza, onde

passara tanto sofrimento, onde destruía toda esperança, toda alegria e

desejo por sua vida agitada... Aprendeu a conhecer as pessoas e o mundo,

conheceu o preço de uma vida incerta. No coração dos homens, encontrou a

traição, nas aspirações amorosas, um sonho insensato... Liberdade! Apenas por

ti ele prosseguia na sua busca neste mundo sublunar... Tudo passou... ele não

vê nada no mundo que possa trazer-lhe a esperança. E vós, últimos sonhos, vós

também lhe escapais. Ele é um escravo." (*Ibid.*)

Aqui são claramente os "pensamentos opressivos" do próprio

prisioneiro que são expressos. Trata-se do seu discurso, embora

formalmente dito pelo autor. Se substituirmos o pronome pessoal "ele"

por "eu" e mudarmos as formas verbais correspondentes, não resultará

nenhuma incoerência ou dissonância estilística, ou outra qualquer. É

sintomático que esse discurso contenha apóstrofes na segunda pessoa (à

"liberdade", aos "sonhos") que acentuam ainda mais a identificação do

autor com o herói. Do ponto de vista estilístico e semântico, esse

discurso do herói não se distingue em nada do discurso retórico

direto, que ele pronuncia na segunda parte do poema:

"Esquece me! eu não sou digno do teu amor, dos teus anseios... Sem

embriaguez, sem desejos, eu definho, vítima das paixões. Por que não

apareceste mais cedo aos meus olhos, quando eu cria na esperança e nos sonhos

embriagadores! Muito tarde! Estou morto para a felicidade, as miragens da

esperança já se dissiparam..." (*Ibid.*)

Todos os autores que escreveram sobre o discurso indireto livre

(exceto talvez unicamente Bally) reconheceriam no nosso exemplo um

espécimen genuíno. Nós, contudo, inclinamo-nos a considerar que se

trata de um discurso por substituição. É verdade que, daí ao discurso

indireto livre, só há um passo. E Puchkin deu esse passo quando se

separou de seus heróis, opondo-lhes um contexto narrativo mais

objetivo, marcado por suas próprias apreciações e entoações. No

exemplo que utilizamos, falta a interferência entre o discurso

narrativo e o discurso citado e, consequentemente, os índices

gramaticais e sintáticos que caracterizam o discurso indireto livre

para distingui-lo do contexto narrativo circundante. Com efeito, nesse

caso preciso, identificamos o discurso do prisioneiro graças a índices

puramente semânticos. Não percebemos aqui a convergência de dois

discursos *diferentemente* orientados, não percebemos a flexibilidade do

discurso citado que resiste por trás da transmissão pelo autor.

Para mostrar, afinal, o que é realmente o discurso indireto

livre, forneceremos um notável exemplo tirado de *Poltava*, de Puchkin.

Terminaremos com ele este capítulo:

"Mas ele (Kotchubei) escondeu no fundo do seu coração uma cólera

temerária. Na sua dor, privado de forças, seus pensamentos voltam-se

agora para o túmulo. Não quer mal a Mazepa, sua filha é a única

culpada. Mas a ela também perdoa: que ela responda diante de Deus o

ter esquecido o céu e a lei, o ter lançado a vergonha sobre a

família... Entretanto, com seu olhar de água, ele procura no círculo

dos seus familiares companheiros audazes, inquebrantáveis,

incorruptíveis...**

* Transcrevemos, a seguir, uma citação que Mattoso Câmara Jr. usa para

exemplificar o emprego do discurso indireto livre em Machado de Assis: "Minha

mãe foi achá-lo à beira do poço, e intimou-lhe que vivesse. *Que maluquice era*

CAPÍTULO 11

DISCURSO INDIRETO LIVRE

EM FRANCÊS, ALEMÃO E RUSSO

Diferentes autores propuseram diferentes termos para designar o

fenômeno do discurso indireto livre. De fato, cada um daqueles que

escreveram sobre esse assunto propuseram seu próprio termo. Nós temos

usado, e continuaremos a fazê-lo, o termo de Gertraud Lerch

*Uneigentliche direkte Rede**, como o mais neutro de todos os termos

propostos, e o que implica o mínimo de teorização. Na sua aplicação ao

russo e ao alemão, esse termo é irrepreensível. É apenas em francês

que o seu uso pode levantar dúvidas¹.

aquela de parecer que ia ficar desgraçado, por causa de uma gratificação

menos, e perder um emprego interino? Não, senhor, devia ser homem, pai de

*família, imitar a mulher e a filha... " (*D. Casmurro*, p. 48, apud Mattoso*

Câmara Jr., "O Estilo Indireto Livre em Machado de Assis", in *Miscelânea de*

Estudos em Honra de Antenor Nascentes, Rio, 1941, p. 22). (Os grifos são de

Mattoso.) (N.d.T.).

* Na verdade, o termo alemão usado por G. Lerch conserva-se mais fielmente na

tradução norte-americana, que usa "quasi-direct discourse", do que no

"discurso indireto livre" que a tradução francesa adota e que nós também

temos empregado. A nossa escolha deve-se ao fato de termos preferido manter a

expressão que já se firmou na literatura especializada em português, em vez

de introduzir uma nova. Veja-se, por exemplo Mattoso Câmara Jr., "o Discurso

Indireto Livre em Machado de Assis", *Op. cit.*, p. 19-30. (N.d.T.)

1 Eis aqui alguns exemplos de discurso indireto livre em francês:

1. Il protesta: *Son père la haissait!*

Em discurso direto, seria:

Il protesta et s'écria: " *Mon père te hait!* "

Em discurso indireto:

Il protesta et s'écria que son père la haïssait.

Em discurso indireto livre:

A primeira menção desse fenômeno como uma forma especial de

citação do discurso, ao lado do discurso direto e indireto, deve-se a

Tobler em 1887 (*Zeitschrift für Romanische Philologie*, XI, 437).

Tobler definiu o discurso indireto livre como uma "peculiar

mistura de discurso direto e indireto" (*eigentümliche Mischung*

direkter und indirekterrede). Essa forma mista, segundo Tobler, deriva

o seu *tom* e a *ordem das palavras* do discurso direto e os tempos

verbais e pessoas do discurso indireto.

Como uma mera descrição, essa definição é aceitável. De fato, do

ponto de vista superficial da descrição comparativa de propriedades,

Tobler indicou corretamente as semelhanças e diferenças entre a forma

em questão e os discursos direto e indireto.

Mas a palavra "mistura" parece-nos totalmente inaceitável aqui,

uma vez que implica uma explicação de tipo "genético": "formado de uma

mistura de" - o que dificilmente pode ser provado. Mesmo do ponto de

vista estritamente descritivo, o termo é inexato, já que não nos

encontramos diante de uma simples mistura mecânica, da soma aritmética

de duas formas, mas antes de uma tendência completamente *nova*,

positiva, na apreensão ativa da enunciação de outrem, de uma

orientação *particular* da interação do discurso narrativo e do discurso

citado. Tobler permanece insensível a essa dinâmica, e registra apenas

os índices abstratos que aparecem nos esquemas. Essa é, portanto, a

definição de Tobler. Mas como explica ele aparição dessa forma?

O falante, contando fatos passados, introduz a enunciação de um

terceiro sob uma forma independente da narrativa, isto é, na forma que

ela teve no passado. Fazendo isso, o falante transforma o presente da

enunciação em imperfeito, para mostrar que a enunciação é

contemporânea dos acontecimentos relatados. Depois ele realiza outras

transformações (das formas pessoais do verbo, dos pronomes) para que

não se pense que se trata da enunciação do próprio narrador.

Essa explicação de Tobler funda-se sobre um esquema incorreto,

mas muito difundido na velha escola lingüística: isto é, se o falante

tivesse, consciente e premeditadamente, planejado introduzir a nova

forma, quais teriam sido o seu raciocínio e a sua motivação? Mas,

mesmo admitindo que esse esquema fosse aceitável, as motivações do

"falante" de Tobler não são nem muito convincentes nem muitos claras:

Il protesta: " *Son père, s'écriat-t-il, la haïssait!*"

(Exemplo de Balzac citado por G. Lerch).

2. Tout le jour, il avait l'oeil au guet; et la nuit, si quelque chat

faisait du bruit, *le chat prenait l'argent*. (La Fontaine).

3. En vain il (le colonel) parla de la sauvagerie du pays et de la

difficulté pour une femme d'y voyager : elle (miss Lydia) *ne craignait rien* ;

elle aimait par-dessus tout à voyager à cheval ; elle se faisait une fête de

coucher au bivac ; elle menaçait d'aller en Asie Mineure. Bref, *elle avait*

réponse à tout, car jamais Anglaise n'avait été en Corse ; donc, elle devait

y aller. P. Mérimée, *Colomba*.

4. Resté seul dans l'embrasure de la fenêtre, le cardinal s'y tint

immobile, un instant encore... Et ses bras frémissant se tendirent, en un

geste d'imploration : « *O Dieu ! puisque ce médecin s'en allait ainsi,*

heureux de sauver l'embarras de son impuissance, ô Dieu ! que ne faisiez-vous

un miracle, pour montrer l'éclat de voire pouvoir sans bornes ! Un miracle !

Il le demandait du fond de sons âme de croyant. (Zola, Rome).

(Os exemplos 3 e 4 são citados e discutidos por Kalepky e Lorck).

se ele quer conservar à enunciação a autonomia que ela teve no

passado, não seria melhor simplesmente transmiti-la sob a forma de

discurso direto? Não haveria então nenhuma dúvida de que a enunciação

se reporta ao passado e pertence ao herói, não ao narrador; ou ainda,

se se escolhe o imperfeito e a terceira pessoa, não seria mais simples

utilizar de uma vez a forma do discurso indireto? O problema é que o

que é *básico* na nossa forma - a *inter-relação completamente nova entre*

o discurso narrativo e o discurso citado - é exatamente o que os

motivos de Tobler não conseguem explicar. Para ele, trata-se

simplesmente de duas formas velhas das quais ele quer obter de

qualquer forma uma nova.

Na nossa opinião, o que pode, na melhor das hipóteses, ser

explicado por esse tipo de argumento sobre as motivações do falante, é

meramente o uso em uma ou outra concreta ocorrência de uma forma já

existente, mas em nenhuma circunstância poderá explicar a criação de

uma nova forma *lingüística*. A expressão plena e íntegra das motivações

e intenções do falante é limitada, de um lado, pelas possibilidades

gramaticais efetivas, e de outro, pelas condições da comunicação

sócio-verbal predominantes num determinado grupo. Essas possibilidades

e condições são *dadas*, e delimitam o horizonte lingüístico do falante.

Ele não poderia por si só alargá-lo.

Não importa quais sejam as intenções que o falante pretenda

transmitir, quais os erros que ele cometa, como ele analise as formas,

misture-as ou combine-as, ele nunca criará um novo esquema lingüístico

nem uma nova tendência na comunicação sócio-verbal. As suas intenções

subjetivas terão um caráter criativo apenas quando houver nelas alguma

coisa que coincida com tendências na comunicação sócio-verbal dos

falantes em processo de formação, de evolução; e essas tendências

dependem de fatores sócio-econômicos. Para que se constituísse essa

forma de percepção completamente nova do discurso de outrem, que

encontrou sua expressão no discurso indireto livre, foi preciso que se

produzisse alguma mudança, alguma comoção no interior as relações

sócio-verbais e da orientação recíproca das enunciações. Uma vez

constituída, essa forma começa a integrar o círculo das possibilidades

lingüísticas, dentro de cujos limites apenas podem determinar-se,

motivar-se e realizar-se de maneira produtiva as intenções verbais

individuais dos falantes.

Passemos agora a Kalepky, que igualmente estudou o discurso

indireto livre (*Zeitschrift für Romanische Philologie*, 1899, p.491-

513). Ele reconheceu o discurso indireto livre como uma forma

completamente autônoma de citação do discurso de outrem e definiu-o

como um discurso *oculto* ou *velado* (*verschleierte Rede*). A significação

lingüística dessa forma reside no fato de que é preciso *adivinar* quem

tem a palavra. A análise de Kalepky constitui incontestavelmente um

grande passo à frente no estudo do nosso problema. Em lugar da

combinação mecanicista das propriedades abstratas de dois esquemas

sintáticos, ele esforça-se por *apreender* uma *nova* orientação

estilística *positiva* dessa forma. Kalepky também interpretou

corretamente a *dualidade* do discurso indireto livre. Entretanto,

definiu-a impropriamente. É impossível estar de acordo com ele quando

diz que nos encontramos em presença de um discurso "mascarado" e que

apenas o fato de ter que identificar o falante é que dá interesse a

esse recurso gramatical. É evidente que ninguém fundamenta o ato de

compreensão em reflexões gramaticais abstratas. Fica imediatamente

claro a qualquer um que, *de acordo com o sentido*, é o herói que fala.

As dificuldades só são levantadas pelo gramático. Além disso, nossa

forma não oferece de modo algum um dilema do tipo "ou... ou"; ao

contrário, o que faz dela uma forma específica é o fato de o herói e o

autor exprimirem-se conjuntamente, de, nos limites de uma mesma e

única construção, ouvirem-se ressoar as entonações de duas vozes

diferentes. Já vimos que as estruturas da língua se prestam igualmente

ao fenômeno da camuflagem prolongada do discurso de outrem. Vimos que

a ação camuflada desse discurso citado encaixado no contexto narrativo

está na origem de um fenômeno gramatical e estilístico específico. Mas

trata-se aí de uma outra variante do discurso citado. O discurso

indireto livre funciona de *rosto descoberto*, embora tenha duas faces,

como Jano.

A insuficiência metodológica principal de Kalepky reside no fato

de que ele explica o fenômeno lingüístico que nos ocupa, nos limites

da consciência *individual*; procura suas raízes psíquicas e seus

efeitos subjetivo-estéticos. Retornaremos à crítica dos fundamentos

dessa abordagem quando examinarmos as posições dos vosslerianos

(Lorck, E. Lerch, G. Lerch).

Foi em 1912 que Bally se manifestou sobre essa questão

(*Germanisch-romanische Monatsschrift*, IV, 549 ss., 597 ss.). Em 1914,

em resposta à polêmica levantada por Kalepky, ele voltou ao problema

em um artigo sobre os seus fundamentos, intitulado "Figures de Pensée

et Formes Linguistiques" (G.-r.M., IV, 1914, 405 ss., 546 ss.)

A substância da posição de Bally resume-se no seguinte: ele

considera o discurso indireto livre como uma variedade nova, tardia,

da forma clássica do discurso indireto. Essa variante se formou,

segundo ele, da seguinte maneira: il disait qu'il était malade, il

disait: il était malade, il était malade ([disait-il\)2](#). A queda da

conjunção "que" explica-se, segundo Bally, por uma tendência mais

recente, própria da língua, a preferir as combinações paratáticas das

proposições às hipotéticas. Mais adiante, Bally indica que essa

variedade do discurso indireto, que ele chama de "style indirect

libre", não constitui uma forma fixada, mas está ao contrário em plena

evolução tendendo para a forma do discurso direto, que constitui o seu

limite extremo. Nos casos mais característicos, segundo Bally, chega a

ser difícil determinar onde termina o "style indirect libre" e onde

começa o "discours direct". Ele considera ser esse o caso no exemplo

tirado de Zola que citamos anteriormente. Quando o cardeal se dirige a

Deus: "O Dieu! que me faisiez-vous un miracle!", o índice do discurso

indireto (*imperfectum*) é usado simultaneamente com a segunda pessoa,

como no discurso direto. Em alemão, Bally vê uma forma análoga ao

"style indirect libre" no "style indirect du second type" (com elisão

da conjunção e ordem das palavras do discurso direto).

Bally estabelece uma discriminação estrita entre as "formas

lingüísticas" e as "figuras de pensamento". Esse último termo recobre

os meios de expressão, que são ilógicos do ponto de vista da língua,

nos quais a relação normal entre o signo lingüístico e sua

2 A forma intermediária constitui, naturalmente, uma ficção lingüística.

significação habitual é anulada. As figuras de pensamento não podem

ser reconhecidas como fenômenos lingüísticos no sentido estrito do

termo: com efeito, não existem índices lingüísticos claros e estáveis

servindo à sua expressão. Pelo contrário, os índices lingüísticos

correspondentes têm justamente uma significação no sistema da língua

diferente daquela que lhes dão as figuras de pensamento. Bally

relaciona o discurso indireto livre, nas suas formas puras, a essas

figuras de pensamento. Com efeito, do ponto de vista estritamente

gramatical, trata-se do discurso do autor; conforme o sentido, é o do

herói. Mas esse "conforme o sentido" não é representado por nenhum

signo lingüístico particular. Estamos pois diante de um fenômeno

extralingüístico.

Essas são as grandes linhas da teoria de Bally. Esse lingüista é,

na nossa época, o representante mais destacado do objetivismo abstrato

em lingüística. Bally hipostasia e torna vivas as formas da língua,

extraídas, graças a uma abstração, das ocorrências concretas de

discurso (na prática cotidiana, na literatura, nas ciências, etc.). A

finalidade dessa abstração dos lingüistas é, como mostramos, decifrar,

e em seguida ensinar, as línguas estrangeiras mortas. Ora, eis que vem

Bally e dá vida e movimento e essas abstrações lingüísticas: o esquema

do discurso indireto põe-se a tender para o esquema do discurso

direto; o discurso indireto livre constitui-se em favor dessa

passagem. Um papel criador é atribuído à queda da conjunção "que" e do

verbo introdutor do discurso citado na constituição dessa nova forma.

Na realidade, não há, no sistema de língua abstrata em que se

colocam as formas lingüísticas de Bally, movimento, vida, realização.

A vida começa apenas no momento em que uma enunciação encontra outra,

isto é, quando começa a interação verbal, mesmo que não seja direta,

"de pessoa a pessoa", mas mediatizada pela literatura3.

Uma forma abstrata não tem orientação; a orientação recíproca de

duas enunciação só muda à medida que muda a apreensão ativa pela

consciência lingüística da "personalidade que fala", na base da sua

autonomia semântico-ideológica, da sua individualidade verbal. A queda

da conjunção "que" não serve para aproximar duas formas abstratas, mas

para aproximar duas enunciação, em toda a plenitude de sua

significação. Como se uma comporta se abrisse para permitir às

"entoações" do autor que escoem livremente no discurso citado.

A ruptura metodológica entre as formas lingüísticas e as figuras

de pensamento, entre "langue" e "parole"* também resulta do mesmo

objetivismo hipostásico. De fato, as formas lingüísticas, como as

compreende Bally, existem apenas nas gramáticas e nos dicionários

(onde a sua existência é totalmente legítima), mas, na realidade viva

da língua, elas estão profundamente imersas naquilo que, do abstrato

ponto de vista gramatical, é o elemento irracional das "figuras de

pensée".

Bally está igualmente errado quando compara a construção alemã do

segundo tipo ao discurso indireto livre francês⁴. Trata-se de um erro

3 Sobre as formas imediatas e mediatizadas da interação verbal, ver o artigo

já citado de Iakubinski.

* Os dois termos estão em francês no texto. (N.d.T.f.).

4 Kalepky notou esse erro de Bally, que o corrigiu parcialmente no seu segundo

muito sintomático. Do ponto de vista gramatical abstrato, a analogia é

incontestável, mas do ponto de vista das tendências sócio-verbais, a

aproximação não resiste à crítica. Com efeito, uma única e mesma

tendência sócio-verbal (determinada pelas mesmas condições sócio-

económicas) pode manifestar-se em diferentes línguas, de acordo com

sua estrutura gramatical, por índices de superfície completamente

diferentes. Em cada língua o esquema que se revela mais flexível no

aspecto em questão é que se põe a evoluir numa determinada direção. É

esse o caso do discurso indireto em francês, do discurso direto em

russo e em alemão.

Passemos agora ao exame do ponto de vista dos vosslerianos. Esses

lingüistas deslocam o centro de interesse de sua investigação da

gramática à estilística e à psicologia, das "formas lingüísticas" às

"formas de pensamento". Como sabemos, eles divergem profundamente de

Bally no tocante aos princípios. Na sua crítica às posições do

lingüista genebrino, Lorck, servindo-se da terminologia humoldtiana,

opõe à concepção de língua de Bally como *ergon* a sua própria concepção

como *energeia*. Assim, as premissas básicas do subjetivismo

individualista opõem-se diretamente ao ponto de vista de Bally. Entram

em cena agora novos fatores para explicar o discurso indireto livre: a

efetividade na língua, a imaginação, a sensibilidade, o gosto

lingüístico, etc.5

estudo.

5 Antes de passar à análise da posição dos vosslerianos, daremos três exemplos

de discurso indireto livre em alemão:

1. Der Konsul ging, die Hände auf dem Rücken, umher und bewegte nervös

die Schultern.

Er hatte keine Zeit. Er war bei Gott überhäuft. Sie sollte sich

gedulden und sich gefälligst noch fünfzigmal besinnen!
(Thomas Mann, os

Buddenbrooks).

2. Herrn Gosch ging es schlecht: mit einer schonen und grossen

Armbewegung v,ries er die Annahme zurück, er konne zu den Glücklichen

gehören. *Das beschwerliche Greisenalter nahte heran, es war da, wie*

gesagt, seine Grube war geschaufelt. Er könnte abends kaum noch sein

Glas Grog zum Munde führen, ohne die Hälfte zu verschütten, so machte

*der Teufel seinen Arm zittern. Da nützte kein Fluchen...
Der Wille*

triumphierte nicht mehr. (Ibid.).

3. Nun kreutzte Doktor Mantelsack im Stehen die Beine und blatterte in

seinem Notizbuch. Hanno Buddenbrook sass vornüber gebeugt und range

unter dem Tisch die Hände. *Das B, der Buchstabe B war an der Reihe!*

Gleich würdel sein Name ertonen, er würde aufstehen und nicht eine

Zeite wissen, und er würde einen Skandal geben, eine laute,

schreckliche Katastrophe, so guter Laune der Ordinarius auch sein

mochte... Die Sekunden dehnten sich martervoll. "Buddenbrook" Jetzt

sagte er "Buddenbrook." "Edgar" sagte Doktor Mantelsack... (*Ibi d.*).

Ressalta claramente desses exemplos que o discurso indireto livre é

inteiramente análogo, em termos gramaticais, ao russo.

1. O Cônsul, as mãos às costas, ficou passeando e movendo nervosamente os ombros.

Ele não tinha tempo. Estava assoberbado, por Deus! Ela devia ter

paciência e, por favor! pensar mais cinqüenta vezes.

2. As coisas iam mal para o Senhor Gosch: com um belo e largo movimento

de braço, ele recusou a hipótese de que pudesse pertencer aos

felizes. A incômoda velhice se aproximava, estava ali - sua cova,

No mesmo ano (1914) - ano da polêmica Kalepky-Bally - Eugen Lerch

igualmente tornou público seu ponto de vista sobre o discurso indireto

livre (G-r.M., VI, 470). Ele definiu-o como "discurso enquanto fato"

(*Rede als Tatsache*). O discurso de outrem é transmitido dessa forma

como se seu conteúdo fosse um fato, relatado pelo próprio autor.

Comparando os discursos direto, indireto e indireto livre do ponto de

vista da realidade expressa no seu conteúdo, Lerch chega à conclusão

de que o discurso indireto livre é o mais próximo da realidade. Ele

prefere-o também, do ponto de vista estilístico, ao discurso indireto,

por causa do efeito vívido e concreto que produz. Essa é a definição

de Lerch.

E. Lorck publicou em 1921 investigações semelhantes sobre o

discurso indireto livre num livro intitulado *Die Erlebte Rede* (O

"Discurso Vivido"). O livro é dedicado a Vossler. Nele Lorck faz

também um histórico da questão.

Lorck define o discurso indireto livre como "discurso vivido"

(*erlebte Rede*) em contraste com o discurso direto ou "discurso

repetido" (*gesprochene Rede*), e com o indireto ou "discurso relatado"

(*berichtete Rede*).

Lorck expõe sua definição da seguinte maneira. Imaginemos Fausto

em cena recitando seu monólogo: "Habe nun, ach! Philosophie,

Juristerei. . . durchaus studiert mit heissem Bemühn.. .*
O que o

herói diz na primeira pessoa, um membro do auditório vivencia na

terceira. E essa transposição, que ocorre nas profundezas da atividade

mental no ato de apreensão, estilisticamente nivela o discurso

apreendido à narrativa. Se o ouvinte quiser em seguida relatar a um

terceiro o discurso de Fausto por ele ouvido e apreendido, transmiti-

lo-á, ou palavra por palavra, sob a forma direta: " *Habe nun, ach!*

Philosophie... " ou indireta: " *Faust, dass er leider...* " ou: " *er hat*

leider... " Mas, se ele quiser reviver para si mesmo, na sua alma, a

impressão vívida deixada pela cena que apreendeu, evocá-la-á da forma

seguinte: " *Faust hat nun, ach, Philosophie...* "** ou então ainda, já que

como se disse, estava aberta. À noite ele mal podia levar o copo de

grogue à boca sem derramar a metade, de tanto que o diabo fazia seu

braço tremer. Ai nenhuma maldição adiantava... A vontade já não

triunfava mais.

3. Aí o Doutor Mantelsack, em pé, cruzou as pernas, e folheou seu livro

de anotações. Hanno suddenbrook inclinou-se para a frente e torceu

as mãos sob a mesa. O *B*, *tinha chegado a vez do B!* *Logo soaria seu*

nome e ele daria um vexame, uma catástrofe ruidosa e terrível, por

mais bem humorado que o Professor estivesse... Os segundos se

alongavam como um martírio. "Buddenbrook" Agora ele dizia

"Buddenbrook" ... "Edgar", disse o Doutor Mantelsack.

Obs.: Em alemão, o discurso indireto (*indirekte Rede*) é dado por formas

especiais, o Conjuntivo I e o Conjuntivo II. O primeiro assinala a

postura pessoal de quem fala ou escreve a respeito da mensagem de uma

terceira pessoa acentuando que comunica a expressão de outrem. Usa-se o

Conjuntivo II quando o Conjuntivo I e o Presente têm formas iguais.

(N.d.T.).

* "Estudei, ai! Filosofia, Leis. . . a fundo, com ardente esforço..."

** "Fausto, ai! (estudou) Filosofia..."

se trata de impressões passadas: "Faust hatte, nun, ach!... ***

Desta maneira, segundo Lorck, o discurso indireto livre constitui

uma forma direta de representação da apreensão do discurso de outrem,

do vívido efeito produzido por este; por isso, convém mal à

retransmissão do discurso a uma terceira pessoa. Com efeito, nessa

hipótese, a natureza dos fatos relatados seria alterada e ficaria a

impressão de que a pessoa fala consigo mesma ou é vítima de

alucinações. Portanto, como seria de esperar, o discurso indireto

livre não é utilizado na conversação e serve apenas às representações

de tipo literário. Aí, o seu valor estilístico é imenso.

Na realidade, para o artista no processo de criação, os seus

fantasmas constituem a própria realidade: ele não só os vê, como

também os escuta. Ele não lhes dá a palavra, como no discurso direto,

ele os ouve falar. E essa impressão viva produzida por vozes ouvidas

como em sonho só pode ser diretamente transmitida sob a forma de

discurso indireto livre. É a forma por excelência do imaginário. Por

isso essa voz ressoou pela primeira vez no mundo maravilhoso de La

Fontaine, por isso essa forma constitui um procedimento tão caro a

escritores como Balzac e mais particularmente Flaubert, que são

capazes de imergir e perder-se totalmente no mundo criado por sua

imaginação.

É também unicamente à imaginação do leitor que o escritor se

dirige, quando usa essas formas. O que ele procura, não é relatar um

fato qualquer ou um produto do seu pensamento, mas comunicar suas

impressões, despertar na alma do leitor imagens e representações

vívidas. Ele não se dirige à razão, mas à imaginação. Apenas a

inteligência que raciocina e analisa pode tomar de posição de que o

autor é quem fala no discurso indireto livre; para a imaginação viva,

é o herói que fala. A imaginação é a mãe dessa forma.

A idéia fundamental de Lorck, que ele desenvolve também nos seus

outros trabalhos6, se reduz ao fato de que, *na língua, o papel criador*

pertence, não à razão, mas justamente à imaginação. Somente as formas

já criadas pela imaginação, firmemente constituídas, fixadas e por

isso abandonadas pela alma viva desta última, entram no domínio regido

pela razão; esta não cria nada por si só.

A língua, segundo Lorck, não é um ser acabado (*ergon*), mas um

devir permanente e um acontecimento vivo (*ergeia*). Não se trata de

um meio ou de um instrumento que serve para atingir fins exteriores a

ele, mas de um organismo vivo, funcionando em si e para si. E essa

auto-suficiência criadora da língua manifesta-se na imaginação

lingüística. A imaginação sente-se no seu elemento no seio da língua,

é o seu elemento vital, nativo. A língua não constitui para a

imaginação um meio, ela é a carne da sua carne e o sangue do seu sangue. A imaginação contenta-se de brincar com a língua por prazer. Um autor como Bally aborda a língua do ponto de vista da razão e por isso é incapaz de compreender aquelas formas que ainda estão vivas, nas quais bate ainda o pulso da evolução, que não

foram ainda transformadas em um instrumento para o raciocínio. Por

*** “Fausto, ai ! [estudara]... »

6 E. Lorck, *Passé défini, imparfait, passé indéfini* - Eine grammatisch-

psychologische Studie von E. Lerch.

isso é que Bally não conseguiu apreender a especificidade do discurso

indireto livre, e, não tendo encontrado nele uma identidade compatível

com a lógica, excluiu-o da língua.

É do ponto de vista da imaginação que Lorck tenta compreender e

explicar a forma do imperfeito no discurso indireto livre. Lorck

distingue o "Défini Denkakt" e o "Imparfait-Denkakt". Esses atos não

se distinguem pelo conteúdo de pensamento, mas pela própria forma de

sua realização. Com o "défini", o nosso olhar orienta-se para o

exterior, para o mundo dos objetos e conteúdos que o pensamento já

apreendeu; com o imperfeito, para o interior, para o mundo do

pensamento em devir e em processo de constituição. Os "défini-

"Denkakten" têm um caráter de constatação factual, os "imparfait-

"Denkakten", um caráter de reflexão e de impressão mental em processo

de desenvolvimento. A imaginação reconstitui neles o passado vivo.

Lorck analisa o seguinte exemplo:

“L’Irlande poussa un grand cri de soulagement, mais la Chambre des

Lords, six jours plus tard, *repoussait* le Bill: Gladstone *tombait.*” (*Revue*

des Deux Mondes, mai 1980, p. 19).*

Se, diz Lorck, substituirmos os dois imperfeitos pelo passado

definido, perceberemos claramente a diferença. "Gladstone tombait" é

colorido por uma tonalidade emocional, enquanto "Gladstone tomba" soa

como uma informação seca e puramente factual. No primeiro caso, o

pensamento parece demorar-se sobre o seu objeto e sobre si mesmo; mas

aqui, o que invade a consciência não é a imagem de Gladstone caindo,

mas o sentimento da gravidade do acontecimento que se produziu. As

coisas apresentam-se diferentemente no caso de "la Chambre des Lords

repoussait lê Bill". Aqui, há como uma antecipação dramática das

conseqüências do acontecimento: o imperfeito, em "repoussait" exprime

uma expectativa ansiosa. Para apreender bem todos os matizes do estado

de espírito do falante, é suficiente pronunciar essa frase em voz

alta. A última sílaba de "repoussait" é pronunciada num tom mais alto,

exprimindo a ansiedade e a expectativa. "Gladstone tombait" vem de

alguma forma aliviar e acalmar essa angústia. Nos dois casos, o

emprego do imperfeito é marcado pelo sentimento e estimula a

imaginação. Ele evoca e reconstitui a ação relatada, em vez de

simplesmente constatá-la. Essa é a significação do imperfeito no

discurso indireto livre. O definido seria incompatível com a atmosfera

criada por essa forma.

Tal é a teoria de Lorck. Ele mesmo define a sua análise como uma

"investigação no domínio da alma da língua" (*Sprachseele*). Segundo

ele, esse domínio (*Das Gebiet der Sprachseelenforschung*) foi explorado

pela primeira vez por K. Vossler. Lorck apenas segue o caminho aberto

por este.

Lorck examinou a questão nas suas dimensões estáticas,

psicológicas. Numa publicação de 1922, Gertraud Lerch, sempre com as

mesmas bases vosslerianas, tenta dar ao discurso indireto livre uma

larga perspectiva histórica. Encontra-se na sua investigação toda uma

* "A Irlanda soltou um grande grito de alívio, mas a Câmara dos Lordes, seis

dias mais tarde, *rejeitava* o Bill: Gladstone *caía*." (N.d.T.).

série de observações de grande valor. Por isso, vamos deter-nos mais

longamente nela.

Em Lerch, é a "sensibilidade simpatizante" (*Einfühlung*) que

desempenha o papel que tinha a imaginação em Lorck. O discurso

indireto livre dá à sensibilidade sua expressão mais adequada. As

formas dos discursos direto e indireto são condicionados por um verbo

introdutório (disse, pensou, etc.). Dessa maneira, o autor joga sobre

o herói a responsabilidade daquilo que é dito. Pelo contrário, no

discurso indireto livre, graças à omissão do verbo introdutório, o

autor apresenta a enunciação do herói como se ele mesmo se

encarregasse dela, como se se tratasse de fatos e não simplesmente de

pensamentos ou de palavras. Isso só é possível, diz Lerch, se o

escritor se associa com toda a sua sensibilidade aos produtos de sua

própria imaginação, se ele se identifica completamente com eles.

Quais são as origens históricas dessa forma? Quais são as

condições históricas indispensáveis ao seu desenvolvimento? No francês

antigo, as estruturas psicológicas estavam longe de distinguir-se tão

rigorosamente das estruturas gramaticais como hoje. As combinações

paratáticas e hipotáticas misturavam-se de diversas maneiras. A

pontuação estava ainda em esboço. Por isso não havia ainda fronteiras

rígidas entre os discursos direto e indireto. O narrador não sabe

ainda separar as representações de sua imaginação do seu "eu" pessoal.

Ele participa por dentro dos atos e das palavras dos seus heróis,

coloca-se como seu intercessor e defensor. Ainda não aprendeu a

transmitir o discurso de outrem na sua forma exterior e palavra por

palavra, abstendo-se de qualquer intervenção pessoal. O temperamento

francês antigo estava ainda longe da observação imparcial,

descompromissada, e do julgamento objetivo. Entretanto, essa diluição

do autor nos seus heróis não é simplesmente o resultado de uma escolha

deliberada; era também uma necessidade. Ele não tinha à sua disposição

formas claras e lógicas que permitissem uma delimitação estrita. E é

sobre a base dessa insuficiência gramatical e não como procedimento

estilístico livre que se vê aparecer em francês antigo o discurso

indireto livre. Ele resulta, portanto, meramente da incapacidade do

autor de separar gramaticalmente seu ponto de vista, sua posição, dos

de seus heróis7.

Pelo fim da Idade Média, em francês medieval, essa imersão do

autor nos sentimentos experimentados por seus heróis não tem mais

lugar. Encontra-se muito raramente o "presente histórico" entre os

historiadores dessa época e o ponto de vista do narrador distingue-se

claramente do das personagens representadas. O sentimento cede lugar à

razão. A transmissão do discurso de outrem torna-se impessoal e sem

7 Eis um exemplo curioso tirado de Eululia sequerlz (segunda metade do século

IX:

Ellent adunet lo suon element:

melz sostendreit les empedementz

qu'elle perdesse sa Virginitet.

Poros furer morte a grande honestet.

(Ela junta sua energia: *ela prefere a tortura a perder sua virgindade*. Assim

ela morreu com grande honra.)

Aqui, diz Lerch, a determinação firme e inquebrantável da santa se funde

(*klingt zusammen*) com o apoio ardente que lhe dá o autor.

cor, e a voz do narrador abafa a do enunciador.

A esse período de despersonalização sucede o individualismo

fortemente marcado do Renascimento. A intuição desempenha novamente um

papel na transmissão do discurso de outrem. O narrador tenta de novo

aproximar-se do seu herói, estabelecer com ele relações mais íntimas.

Esse estilo é caracterizado pela sucessão flexível e livre, psologicamente colorida e caprichosa, dos tempos e dos modos.

No século XVII, em contraposição ao irracionalismo lingüístico do

Renascimento, começam a constituir-se regras rígidas de emprego dos

tempos e dos modos no discurso indireto (particularmente graças a

Houdin, 1932). Estabelece-se um equilíbrio harmonioso entre as faces

objetiva e subjetiva do pensamento, entre a análise objetiva e a

expressão das atitudes pessoais. Isso não se efetua sem pressões por

parte da Academia Francesa.

Como procedimento estilístico livre e consciente, o discurso

indireto livre só podia aparecer depois da criação, graças à

introdução da concordância dos tempos, de um contexto gramatical no

qual pudesse destacar-se claramente. Ele aparece primeiro em La

Fontaine e conserva nele o equilíbrio, característico do neoclassicismo, entre o subjetivo e o objetivo. A omissão do verbo

introdutório indica a identificação do narrador ao herói; quanto à

utilização do imperfeito (contrastando com o presente do discurso

direto) e à escolha do pronome (correspondente ao discurso indireto),

indicam que o narrador conserva sua posição autônoma, que ele não se

dissolve totalmente na atividade mental do seu herói.

Esse procedimento convinha particularmente ao fabulista La

Fontaine, na medida em que rompe o dualismo da análise abstrata e da

impressão imediata, aliando-as harmoniosamente. O discurso indireto é

muito analítico e inerte. Quanto ao discurso direto, mesmo

teatralizando o discurso citado, não lhe fornece ao mesmo tempo o

"cenário", o "meio" emocional e espiritual de que tem necessidade para

ser apreendido.

Se La Fontaine, utilizando esse procedimento, indica que ele

simpatiza profundamente com suas personagens, La Bruyère tira Gele

efeitos satíricos contundentes. Ele não representa seus "caracteres"

num país imaginário e seu humor não é nada suave. Ele exprime, por

meio do discurso indireto livre, seu conflito interno com eles, sua

superioridade sobre eles. Ele se destaca das criaturas que representa.

A pseudo-objetividade de La Bruyère serve para refratar ironicamente

todas as suas representações.

Esse procedimento adquire um caráter ainda mais complexo em

Flaubert. Este dardeja seu olhar implacável justamente sobre aquilo

que acha repugnante e odioso, mas, mesmo nesse caso, é capaz de jogar

com toda a sua sensibilidade, de identificar-se com o odioso e o

repugnante.

O discurso indireto livre em Flaubert torna-se tão ambivalente e

tão incoerente como sua própria atitude em relação a si mesmo e às

suas criações: sua posição interior balança entre o amor e o ódio. O

discurso indireto livre, que permite ao mesmo tempo identificar-se com

as próprias criações e conservar a autonomia, a distância, em relação

a elas, é extremamente favorável à expressão desse amor-ódio pelos

heróis.

Essas são as observações de Gertraud Lerch que nos interessam. Ao

esboço histórico do desenvolvimento do discurso indireto livre em

francês podemos acrescentar alguns dados, tomados de Eugen Lerch,

quanto à época em que essa construção apareceu em alemão. Ela aí

nasceu muito tarde; é encontrada pela primeira vez em Thomas

Mann, n' *Os Buddenbrooks* (1901), aparentemente sob a influência direta

de Zola. Trata-se da "epopéia de uma família" contada com muita emoção

pelo narrador que, simples membro do "clã dos Buddenbrook", evoca na

sua memória e faz reviver toda a história desse clã. Acrescentaremos,

de nossa parte, que no seu último romance, *A Montanha Mágica* (1924),

ele faz um uso ainda mais sutil e profundo desse procedimento.

De nosso conhecimento, não existe nenhum estudo mais substancial

ou mais recente sobre essa questão. Passemos, portanto, à análise das

perspectivas de Lorck e de Lerch.

Ao objetivismo hipostático de Bally opõe-se, nos trabalhos de

Lorck e Lerch, um subjetivismo individualista consequente e claramente

expresso. A alma da língua manifesta-se primeiro na consciência

crítica subjetiva, individual, dos falantes. A língua torna-se, em

todas as suas manifestações, a expressão de forças psíquicas

individuais e de intenções dotadas de significações individuais. A

evolução da língua confunde-se com a evolução do pensamento e da alma

dos falantes.

O subjetivismo individualista dos vosslerianos, aplicado ao nosso

fenômeno concreto, é tão inaceitável como o objetivismo abstrato de

Bally. Na realidade, a personalidade do falante, sua atividade mental,

suas motivações subjetivas, suas intenções, seus desígnios

conscientemente estilísticos, não existem fora de sua materialização

objetiva na língua. É claro que fora da sua expressão lingüística,

mesmo que só no discurso interior, a personalidade não existe nem para

si mesma nem para os outros. Ela só pode perceber clara e

conscientemente alguma coisa na sua alma com a condição de dispor de

um material objetivo de apoio, de elementos materiais que iluminam a

consciência sob a forma de palavras constituídas, de julgamentos de

valor e de entonações. A personalidade subjetiva interior, com a

consciência de si que lhe é própria, não existe como um fato material,

que sirva de apoio a uma explicação de tipo causalista, mas como um

ideologema. A personalidade, com todas as suas intenções subjetivas,

com todas as suas profundezas interiores, não é mais que um

ideologema. Ora, o ideologema permanece informe e instável enquanto

não for determinado graças aos produtos mais estáveis e elaborados da

criação ideológica. Portanto, não há nenhum sentido em querer explicar

algum fenômeno ou forma ideológica com o auxílio de fatores ou de

intenções subjetivas psíquicas: isso significaria explicar um

ideologema por outro ideologema, servindo o mais informe e instável

dos dois para explicar o mais claro e mais elaborado. É a língua que

ilumina a personalidade interior e a consciência, que as cria,

diferencia e aprofunda, e não o contrário. O devir da personalidade

situa-se na língua: não tanto, é verdade, nas suas formas abstratas

mas nos seus temas ideológicos. A personalidade é, do ponto de vista

do seu conteúdo subjetivo interior, o tema da língua: esse tema

desenvolve-se e varia no quadro de estruturas lingüísticas mais

estáveis. Por consequência, *não é a palavra que constitui a expressão*

da personalidade interior, mas ao contrário esta última constitui uma

palavra contida ou interiorizada. A palavra é a expressão da

comunicação social, da interação social de personalidades definidas,

de produtores. E as condições materiais da socialização determinam a

orientação temática e constitutiva da personalidade interior numa

época e num meio determinados. Como tomará ela consciência de si

mesma? Até que ponto será essa consciência de si rica e segura? Como

motivará e apreciará os seus atos? Tudo isso depende igualmente das

condições da socialização. A evolução da consciência individual

dependerá da evolução da língua, nas estruturas tanto gramaticais como

concretamente ideológicas. A personalidade evolui ao mesmo tempo que a

língua, compreendida global e concretamente, pois ela é um dos seus

temas mais importantes e profundos. Quanto à evolução da língua, é um

elemento da evolução da comunicação social, inseparável dessa

comunicação e de suas bases materiais. A base material determina a

estratificação da sociedade, sua estrutura sócio-política, e distribui

hierarquicamente os indivíduos que nela se encontram em relação de

interação. Tais são os fatores que geram o lugar, o momento, as

condições, as formas, os meios da comunicação verbal. Esta determina

por sua vez os destinos da enunciação individual num determinado

momento da evolução da língua, seu grau de resistência às influências,

o grau de diferenciação dos diversos aspectos que nela se percebem, a

natureza de sua individualização semântico-verbal. E tudo isso

exprime-se primeiro nas construções estáveis da língua, tanto nos seus

esquemas como nas suas variantes. Aqui a personalidade do falante

existe não como um tema amorfo

mas como uma construção mais estável (na verdade, essa construção é

indissoluvelmente ligada a um conteúdo temático particular, que lhe

corresponde exatamente). Assim, nas formas de transmissão do discurso,

a própria língua reage à personalidade como suporte da palavra.

Mas o que fazem os vosslerianos? Eles dão apenas uma tematização

vaga do reflexo mais estável da estrutura da personalidade que fala;

traduzem para a linguagem das motivações individuais, por mais sutis e

sinceras que sejam, os acontecimentos da evolução social, os

acontecimentos da história. Eles relacionam a ideologia i ideologia.

Mas os fatores materiais objetivos dessas ideologias - as formas da

língua e as motivações subjetivas que estão subjacentes à sua

utilização - ficam fora do seu campo de investigação. Não afirmamos

que esse trabalho de ideologização da ideologia seja completamente

inútil. Ao contrário, algumas vezes é útil tematizar uma construção

formal para aceder mais facilmente às suas raízes objetivas, que

constituem um fundo comum. A vivacidade e a acuidade que os idealistas

da escola de Vossler introduzem na lingüística favorecem o

esclarecimento de certos aspectos da língua que o objetivismo abstrato

tornara inertes e opacos. E por isso devemos estar-lhes reconhecidos.

Eles estimularam e reavivaram a alma ideológica da língua, que tomara

com alguns lingüistas o aspecto de uma natureza morta. Mas eles não

chegaram a uma explicação correta, objetiva, da língua. Abordaram a

dinâmica da história, mas não souberam explicá-la. Interessaram-se

pelos seus aspectos superficiais, pela agitação e pelo movimento

perpétuo que a agitam, mas não pelas forças que a animam na

profundidade. É sintomático que Lorck, numa carta a Eugen Lerch

publicada em apêndice ao seu livro, chegue à seguinte inesperada

confirmação. Tendo descrito a decadência e a esclerose intelectualista

da língua francesa, acrescenta: "Ela só tem uma única possibilidade de

renovação: o proletariado deve tomar a palavra em lugar da burguesia."

(*Für sie gibt es nur eine Möglichkeit der Verfügung: anstelle des Bourgeois muss der Proletarier zu Worte kommen.*)

Como conciliar isso com o papel excepcionalmente criador da

imaginação na língua? Terá o proletário uma imaginação de tal forma

desenvolvida, então? Naturalmente, é outra coisa que Lorck tem em

vista. Ele quer dizer, sem dúvida, que o proletariado trará consigo

novas formas de comunicação socioverbal, de interação verbal dos

falantes e todo um novo mundo de interação verbal e de entonações

sociais. Trará consigo uma nova concepção lingüística da personalidade

que fala, da própria palavra, da verdade lingüística. Provavelmente

era qualquer coisa assim que Lorck tinha em vista fazendo essa

afirmação. Mas não se encontra nenhum vestígio dela na sua teoria.

Quanto à imaginação, o burguês tem tanta quanto o proletário. E, ainda

por cima, tem mais lazer para se servir dela.

O subjetivismo individualista de Lorck aplicado ao nosso problema

concreto manifesta-se na incapacidade que tem a sua concepção de

refletir a dinâmica da inter-relação entre o discurso narrativo e o

discurso citado. O discurso indireto livre, longe de transmitir uma

impressão passiva produzida pela enunciação de outrem, exprime uma

orientação ativa, que não se limita meramente à passagem da primeira à

terceira pessoa, mas introduz na enunciação citada suas próprias

entoações, que entram então em contato com as entoações da palavra

citada, interferindo nela. Nem mesmo podemos concordar com Lorck na

sua afirmação de que a forma do discurso direto simples está mais

próxima da apreensão e da assimilação direta do discurso de outrem.

Cada forma de transmissão do discurso de outrem apreende à sua maneira

a palavra do outro e assimila-a de forma ativa. Gertraud Lerch fica

muito próxima da compreensão dessa dinâmica, mas expressa-a em termos

de psicologia subjetiva. Ambos os autores, portanto, esforçam-se por

tornar plano um fenômeno tridimensional, por assim dizer. No fenômeno

lingüístico objetivo do discurso indireto livre, temos uma combinação,

não de empatia e distanciamento dentro dos limites da alma individual,

mas das entoações da personagem (empatia) e das entoações do autor

(distanciamento) dentro dos limites de uma mesma e única construção

lingüística.

Lorck e Lerch não levam em conta, nem um nem outro, um elemento

extremamente importante para a compreensão do fenômeno em causa: o

julgamento de valor inerente a toda palavra viva, revelado pela

acentuação e pela entoação expressiva da enunciação. O sentido do

discurso não existe fora de sua acentuação e entoação vivas. No

discurso indireto livre, identificamos a palavra citada não tanto

graças ao sentido, considerado isoladamente, mas, antes de mais nada,

graças às entoações e acentuações próprias do herói, graças à

orientação apreciativa do discurso. Nós percebemos que os acentos e as

entoações do autor estão senão interrompidos por esses julgamentos de

valor de outra pessoa. E é isso, como sabemos, que distingue o

discurso indireto livre do discurso substituído, no qual nenhum acento

novo aparece em relação ao contexto narrativo.

Vamos agora voltar aos procedimentos utilizados em russo para o

discurso indireto livre. Eis um exemplo, bastante característico,

tirado de *Poltava* de Púchkin:

"Mazepa, simulando dor, levanta para o tsar um olhar submisso. *Deus sabe*

e todo o mundo é testemunha. Ele, o infeliz Hétman, serviu o tsar com coração

fiel, durante vinte anos; ele curva-se sob o peso de sua imensa misericórdia,

está enlevado por ela... Oh, como o ódio é insano e cego! É possível que ele,

agora, às portas da tumba, vá começar a aprender a traição e a manchar o seu

bom nome? Não foi ele que recusou com indignação ajuda a Estanislau? que,

envergonhado, recusou a coroa da Ucrânia e enviou ao tsar, por consciênciado

dever, o texto do acordo e as cartas secretas? Não ficou ele surdo às

objurgações do cã e do sultão de Tsáregrad? Ardendo de entusiasmo, ele estava

feliz de combater os inimigos do Tsar Branco com sua inteligência e seu

sabre; ele não poupou nem dificuldades nem a própria vida, e agora o inimigo

odioso ousa lançar a vergonha sobre os seus cabelos brancos! E quem? Iskra,

Kotchubei! Os mesmos que foram seus amigos durante tanto tempo! E com

lágrimas sedentas de sangue, com fria impertinência, o ímpio reclama a

execução deles... A punição de quem, velho inexorável? De quem pois roubou

ele a filha? Mas, friamente, ele abafa o murmúrio enfraquecido do seu

coração..."

Nesse extrato, de um lado, a sintaxe e o estilo são determinados

pelas tonalidades da humildade, do lamento deplorável de Mazepa, de

outro, essa "súplica lacrimosa" subordina-se à orientação apreciativa

do contexto do autor, aos seus acentos narrativos que são, aqui,

impregnados de uma tonalidade de indignação que se revela mais tarde

na questão retórica: "A punição de quem, velho inexorável? De quem

pois roubou ele a filha?..."

Seria perfeitamente possível transmitir a entoação dupla de cada

palavra lendo esse extrato em voz alta, isto é, pôr em evidência com

indignação a hipocrisia de Mazepa, pela própria leitura da sua

lamentação. Estamos aqui diante de um caso muito simples, que comporta

entoações retóricas bastante elementares e claras. Na maior parte dos

casos, porém, e especialmente naquela área em que o discurso indireto

livre se tornou um recurso de emprego maciço - a área da nova ficção

em prosa - a transmissão oral da interferência apreciativa seria

impossível. Além disso, o próprio desenvolvimento do discurso indireto

livre está ligado à adoção, pelos grandes gêneros literários em prosa,

de um registro mudo, ou seja, para leitura silenciosa. Apenas a

adaptação da prosa à leitura silenciosa tornou possível a superposição

dos planos e a complexidade, intransmissível oralmente, das estruturas

entoativas tão características da literatura moderna.

Um exemplo desse tipo de interferência de dois discursos que não

pode ser adequadamente transmitida pela leitura em voz alta é a

seguinte passagem tirada de *O Idiota*, de Dostoevski:

"E por que então o príncipe agora não se aproximou dele [de Rogójin]? Por

que, ao contrário, se afastou como se não o tivesse visto, embora seus olhos

tivessem se encontrado? (Sim, seus olhos se encontraram e eles se haviam

olhado.) Não queria ele há pouco tempo tomá-lo pela mão para irem juntos lá?

Não queria ele ir amanhã à sua casa para lhe contar que estivera na casa

dela? Não havia ele renunciado ao seu demônio, no caminho para lá, quando a

alegria subitamente inundara sua alma? Ou havia realmente alguma coisa em

Rogójin, isto é, no Rogójin de hoje, no conjunto de suas palavras, gestos,

comportamento, olhares, que pudesse justificar os terríveis pressentimentos

do príncipe e as insinuações revoltantes do seu demônio? Havia nisso qualquer

coisa que parecia evidente mas que era difícil de analisar e relatar. Era

impossível explicar as suas causas, mas, apesar da sua inverossimilhança e

sua impossibilidade, essa coisa qualquer deixava uma impressão clara e

incontestável que fazia nascer uma certeza completa.

Mas que certeza? Oh, como a 'baixeza' desta certeza, desse 'vil

presentimento' fazia sofrer o príncipe desmesuradamente e como ele se

incriminava."

Abordaremos aqui, em poucas palavras, um problema muito

importante e interessante, o da realização sonora do discurso de

outrem apresentado pelo contexto narrativo. O que torna difícil a

busca de uma entoação expressiva conveniente, é a passagem constante

do horizonte apreciativo do autor ao do herói, e vice-versa. Em que

casos e dentro de que limites pode um autor pôr em cena uma

personagem? Por encenação absoluta entendemos não apenas a mudança da

entoação expressiva, mudança essa que é possível nos limites de uma

única e mesma voz, de uma única consciência, mas também a mudança de

voz (no sentido da totalidade de propriedades que a caracterizam), a

mudança de "persona" ("máscara") no sentido da totalidade de

propriedades que constituem a mímica e a expressão facial, e,

finalmente, a completa consistência dessa voz e dessa "persona"

durante toda a representação do papel. Afinal, dentro desse mundo

individual e fechado em si mesmo, não pode mais haver nenhuma

infiltração das entoações do autor. Como resultado da autoconsistência

da voz e da "persona" de outrem, não há possibilidade para a gradação

na mudança do contexto narrativo para o discurso citado, e vice-versa.

O discurso citado começará a soar como no teatro, onde não há contexto

narrativo e onde as réplicas do herói opõem-se as réplicas,

gramaticalmente dissociadas, de outras personagens. Assim, as relações

entre o discurso citado e o contexto narrativo, através da encenação

absoluta, tomam uma forma análoga às relações entre linhas alternadas

no diálogo. Por causa disso. O autor coloca-se no mesmo nível que sua

personagem, e sua relação toma a aparência de um diálogo. Decorre

inevitavelmente disso que só é possível encenar totalmente o discurso

citado, na leitura em voz alta de uma obra de ficção, em casos muito

raros. De outra forma, levanta-se um inevitável conflito com as

intenções estéticas básicas do contexto. Não é preciso dizer que,

nesses casos raríssimos, só pode tratar-se de variantes lineares e

moderadamente pictóricas da construção do discurso direto. Mas, se o

discurso direto é entrecortado por observações do autor que valem como

réplicas, ou então se matizes muito fortes do contexto narrativo

apreciativo a ele se acrescentam, já não é mais possível a encenação

total. Uma encenação parcial é contudo possível (sem excesso no jogo

teatral), que permite operar transições entoativas graduais entre o

discurso narrativo e o discurso citado; em alguns casos, quando se

está diante de variantes ambivalentes, podem se conciliar numa única

voz todas as entoações. É verdade que isso só é possível nos casos

análogos àqueles que apresentamos. As perguntas e exclamações

retóricas freqüentemente têm apenas a função de anunciar uma mudança

de tom.

Resta-nos tirar as conclusões de nossa análise do discurso

indireto livre, e ao mesmo tempo, as de toda a terceira parte do nosso

trabalho. Seremos breve: tudo que é essencial encontra-se no próprio

texto, e procuraremos evitar as repetições.

Examinamos as formas mais importantes de transmissão do discurso

de outrem: não demos descrições gramaticais abstratas; procuramos, ao

invés, encontrar nessas formas documentos que mostram como a língua,

numa ou noutra época do seu desenvolvimento, apreende a palavra de

outrem e a personalidade do falante. Além disso, jamais perdemos de

vista o fato de que as vicissitudes da enunciação e da personalidade

do falante na língua refletem as vicissitudes sociais da interação

verbal, da comunicação ideológica verbal nas suas tendências

principais.

A palavra, como fenômeno ideológico por excelência, está em

evolução constante, reflete fielmente todas as mudanças e alterações

sociais. O destino da palavra é o da sociedade que fala. Mas há vários

caminhos para estudar a evolução dialética da palavra. Pode-se estudar

a *evolução semântica*, isto é, a história da ideologia no sentido exato

do termo; a *história do conhecimento*, isto é, a evolução da verdade,

uma vez que a verdade só é eterna enquanto evolução eterna da verdade;

a *história da literatura* como evolução da verdade na arte. Esse é o

primeiro caminho. Mas há um outro, estreitamente ligado ao primeiro,

em ininterrupta simbiose com ele: é o estudo da evolução da própria

língua como *material ideológico*, como meio onde se reflete

ideologicamente a existência, uma vez que a reflexão da refração da

existência na consciência humana só se efetua na palavra e através

dela. É impossível, evidentemente, estudar a evolução da língua

dissociando-a completamente do ser social que nela se refrata e das

condições sócio-econômicas refratantes. Não se pode estudar a evolução

da palavra dissociando-a da evolução da verdade, em geral, e da

verdade na arte, tais como são expressas na palavra pela sociedade

humana, para a qual existem. Esses dois caminhos, em permanente

interação um com o outro, levam ao estudo da *reflexão da refração da*

evolução da natureza e da história na evolução da palavra.

O terceiro caminho é o estudo da *reflexão da evolução social da*

palavra na própria palavra. Esse caminho se subdivide em dois ramos: a

história da filosofia da palavra e a história da palavra na palavra. É

nessa última perspectiva que se situa o nosso trabalho. Estamos

perfeitamente consciente de suas insuficiências, mas esperamos que a

maneira de colocar o problema da palavra na palavra tenha uma

pertença real. A história da verdade, a história da verdade na arte

e a história da língua têm muito a ganhar do estudo das refrações de

sua manifestação essencial, a *enunciação concreta*, nas estruturas da

própria língua.

Acrescentaremos algumas palavras de conclusão sobre o discurso

indireto livre e as tendências sociais que ele exprime. O aparecimento

e desenvolvimento do discurso indireto livre devem ser estudados em

estreita ligação com o desenvolvimento das outras variantes

expressivas dos discursos direto e indireto. Teremos então a prova de

que ele tem um lugar importante no desenvolvimento das línguas

européias contemporâneas, que ele implica uma reviravolta importante

no destino social da enunciação.

A vitória de formas extremas do estilo pictórico no discurso

citado não pode, naturalmente, ser explicada em termos de fatores

psicológicos ou das intenções estilísticas individuais do artista, mas

sim em termos da *subjetivização profunda, generalizada, da palavra-*

enunciação ideológica. Esta não é mais um monumento, nem mesmo um

simples documento que atesta a existência de um conteúdo semântico

substancial; ela só é percebida como a expressão de um estado

subjetivo fortuito. Na consciência lingüística, as representações

idiossincráticas, individualizantes tomaram tal autonomia dentro da

enunciação que elas obstruíram e relativizaram completamente o seu

núcleo semântico e o ponto de vista social responsável que nelas se

exprime. É como se não se levasse mais a sério o conteúdo semântico da

enunciação. A palavra categórica, a palavra "assumida", a palavra

assertiva só existe nos contextos científicos. Em todas as outras

áreas da criação verbal, é a ficção que domina e não mais a asserção.

Toda a atividade verbal consiste, então, em distribuir a "palavra de

outrem" e a "palavra que parece ser a de outrem".

Mesmo as ciências humanas desenvolveram uma tendência a

substituir afirmações responsáveis acerca de um problema por uma

descrição do estado atual das pesquisas na área, incluindo cálculo e

adução indutiva do "ponto de vista geralmente admitido nos nossos

dias"; esse procedimento é mesmo algumas vezes considerado a melhor

"solução" possível de um problema. Em tudo isso manifesta-se a

alarmante instabilidade e a incerteza da palavra ideológica. O

discurso literário, retórico, filosófico, e o das ciências humanas

tornam-se o reino das "opiniões", das opiniões notórias, e mesmo

nessas opiniões não é tanto o "que" mas o "como" individual ou típico

da opinião em causa que ocupa o primeiro plano. Esse processo que

afeta o destino da palavra na Europa burguesa contemporânea e aqui na

União Soviética (no nosso caso, até tempos muito recentes) pode ser

caracterizado como uma *reificação da palavra*, como uma deterioração do

valor temático da palavra. Os ideólogos desse processo, tanto aqui

como na Europa Ocidental, são os movimentos formalistas em poética,

lingüística e filosofia da linguagem. Não é preciso mencionar aqui

quais são os fatores sociais subjacentes que explicam esse processo,

nem repetir a bem fundamentada afirmativa de Lorck acerca dos únicos

caminhos possíveis para a renovação da palavra ideológica - a palavra

com seu tema intacto, a palavra penetrada por uma apreciação social

segura e categórica, a palavra que realmente significa e é responsável

por aquilo que diz.

Impresso na Oficina de A Tribuna de Santos - Jornal e Editora Ltda.

Rua General Câmara n° 300 - Telefone 32-8692 Santos

Unable to recognize this page.

LINGUAGEM

coleção dirigido por Carlos Vogt

Document Outline

- [MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM \(orelha do livro\)](#)
 - [Marxismo e Filosofia da Linguagem](#)
 - [Roman Jakobson](#)
 - [II. Marxismo e Filosofia da Linguagem](#)
 - [Bibliografia](#)
 - [Marina Yaguello](#)

Table of Contents

[MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM \(orelha do livro\)](#)

[Marxismo e Filosofia da Linguagem](#)

[Roman Jakobson](#)

[II. Marxismo e Filosofia da Linguagem](#)

[Bibliografia](#)

[Marina Yaguello](#)

[Marina Yaguello](#)

[Bibliografia](#)

[Marina Yaguello](#)

[Marina Yaguello](#)

[II. Marxismo e Filosofia da Linguagem](#)

[Bibliografia](#)

[Marina Yaguello](#)

[Marina Yaguello](#)

[Bibliografia](#)

[Marina Yaguello](#)

[Marina Yaguello](#)

[Roman Jakobson](#)

[II. Marxismo e Filosofia da Linguagem](#)

[Bibliografia](#)

[Marina Yaguello](#)

[Marina Yaguello](#)

[Bibliografia](#)

[Marina Yaguello](#)

[Marina Yaguello](#)

[II. Marxismo e Filosofia da Linguagem](#)

[Bibliografia](#)

[Marina Yaguello](#)

[Marina Yaguello](#)

[Bibliografia](#)

[Marina Yaguello](#)

[Marina Yaguello](#)

[Marxismo e Filosofia da Linguagem](#)

[Roman Jakobson](#)

[II. Marxismo e Filosofia da Linguagem](#)

[Bibliografia](#)

[Marina Yaguello](#)

[Marina Yaguello](#)

[Bibliografia](#)

[Marina Yaguello](#)

[Marina Yaguello](#)

[II. Marxismo e Filosofia da Linguagem](#)

[Bibliografia](#)

[Marina Yaguello](#)

[Marina Yaguello](#)

[Bibliografia](#)

[Marina Yaguello](#)

[Marina Yaguello](#)

[Roman Jakobson](#)

[II. Marxismo e Filosofia da Linguagem](#)

[Bibliografia](#)

[Marina Yaguello](#)

[Marina Yaguello](#)

[Bibliografia](#)

[Marina Yaguello](#)

[Marina Yaguello](#)

[II. Marxismo e Filosofia da Linguagem](#)

[Bibliografia](#)

[Marina Yaguello](#)

[Marina Yaguello](#)

[Bibliografia](#)

[Marina Yaguello](#)

[Marina Yaguello](#)